

A ENTREGA DE BOMBAIM AO REINO UNIDO (1661-1668) – UM PROCESSO POLÍTICO-DIPLOMÁTICO

Pedro Alexandre David Nobre

**Mestrado em História e Arqueologia dos Descobrimentos e da
Expansão Portuguesa (séculos XV-XVIII)**

JULHO 2008



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor João Paulo Oliveira e Costa

DECLARAÇÃO

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, 30 de Julho de 2008

Declaro que esta Tese se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

O orientador,

Lisboa, 30 de Julho de 2008

AGRADECIMENTOS

A realização desta tese de mestrado não foi uma tarefa fácil, caracterizada por várias inconstâncias de motivação resultantes de razões de variada ordem, como as dificuldades de investigação, os sacrifícios financeiros e as desmotivações psicológicas a estes inerente. A multiplicidade de obstáculos só foi possível de ultrapassar com o auxílio de um vasto número de pessoas a quem é indispensável agradecer, pois sem elas esta tese não existia. Em primeiro lugar devo agradecer às instituições do Centro de Estudos de História da Arquitectura da Universidade de Coimbra e Centro de História de Além-Mar (CHAM), responsáveis pelo projecto “Bombaim Antes dos Ingleses. A Marca Portuguesa no Território da Península de Bombaim”, que tive a felicidade de integrar e do qual retirei bastantes dividendos para a minha investigação. Neste seguimento, sinto-me em enorme dívida para com o CHAM, centro que me acolheu como investigador e me forneceu todas as condições necessárias para a realização do meu trabalho. Ali encontrei não apenas um núcleo de investigação, mas também uma segunda casa, cuja amizade e apoio foram fundamentais. Desta forma, distribuo a minha imensa gratidão e reconhecimento para a Cátia Carvalho e Céu Diogo, alma e coração do centro, pela sua amizade e colaboração contínuas; para a Teresa Lacerda, Madalena Ribeiro, Silvana Pires e Sofia Diniz, pela sua partilha de conhecimento e valiosa ajuda histórica; para a Isabel Almeida pelo apoio incomensurável ao longo de todos os anos e no auxílio tanto no processo de investigação como durante a realização da tese. Os agradecimentos estendem-se ao Prof. Dr. João Paulo Oliveira e Costa, director do centro e orientador da tese, cuja dinâmica intelectual é uma fonte de inspiração e admiração, pela prontidão e disponibilidade sempre demonstrada, assim como pelo valioso rumo que incutiu ao trabalho; e ao André Teixeira, como amigo e como historiador, pessoa incontornável de toda a jornada da tese, o seu verdadeiro mentor e a quem devo tudo no meu percurso como investigador. O meu reconhecimento emocionado estende-se para o campo familiar, nomeadamente para a minha tia Graça, esteio da família e para os meus pais, de quem tive o carinho e a ajuda constante, facto de louvar e de agradecer, sabendo que não é fácil o apoio e o incentivo para se trabalhar em História face à realidade portuguesa. Por fim, mas em primeiro, menciono a Vanda, o outro lado da balança, o equilíbrio do coração, o alicerce da tese, e não só...

A ENTREGA DE BOMBAIM AO REINO UNIDO (1661-1668) – UM PROCESSO POLÍTICO-DIPLOMÁTICO

PEDRO ALEXANDRE DAVID NOBRE

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Relações luso-britânicas; Tratado de 1661; Estado da Índia; Bombaim; *East India Company*

As relações luso-britânicas desde a formação do reino português foram, *grosso modo*, um vector estruturante da política externa de ambas as coroas. O Tratado de aliança de 1661, integrado na conjuntura europeia de francos antagonismos entre as principais potências e na guerra da Restauração portuguesa, marcou uma nova fase do relacionamento entre os dois Reinos. Naquele acordo foi ajustado, entre outras estipulações, a entrega da ilha de Bombaim, num processo de transferência tornado difícil pela acção do vice-rei português, que procurou evitar quanto pode a sua efectivação. Este entrave originou a eclosão de tensões entre Goa e os oficiais régios britânicos, estendendo-se para a Europa, não tendo, todavia, repercussões na aliança das duas Coroas. Os antagonismos perduraram com o novo governo britânico em Bombaim e a resistência dos religiosos e grandes fidalgos locais e com as restrições que foram impostas pelos Portugueses, limitando o crescimento da possessão da Coroa britânica, que desde cedo demonstrou pouca disponibilidade para aquela empresa, acabando por transferir Bombaim para a Companhia Inglesa das Índias, após três anos de governo efectivo.

ABSTRACT

KEY-WORDS: Anglo-portuguese relations; 1661 Treaty; Estado da Índia; Bombay; East India Company

The anglo-portuguese relations since the formation of the portuguese kingdom were, in general, a mains aspect of the foreign police of both crowns. The Treaty of Alliance of 1661, incorporated in the european conjuncture of hostility among the leading european powers and in the portuguese war of Restoration, was responsbile for a new period in the relationship of the two kingdowns. In that agreeement, was settled, among other things, the delivery of the Bombay island, which was not entirely easy, due to the resistence of the portuguese vice-roy, who was oposed to the transfer and tried to hinder it. His action originated the emergence of tensions between Goa and the british royal officers in Asia which was extended to the European courts, without, however, any major reprcussions to their alliance. The conflicts in Asia continued with the british government in Bombaim and the resulting resistence of the local gentry and jesuits and the restrictions

imposed by the Portugueses with the goal to restrain the development of the british possession. The british crown showed since the begining little commitment to her territory, which resulted in the transfer of Bombay to the East India Company, after only three years of royal administration.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
-------------------	----------

Capítulo 1 – A Luta pela Sobrevivência Europeia e o Alinhamento Britânico	5
----------------------------------------------------------------------------------	----------

1.1-Ação Europeia sobre os Territórios Imperiais Portugueses durante a União Ibérica	5
---------------------------------------------------------------------------------------------	----------

1.1.1 - Províncias Unidas	5
1.1.2 - Reino Unido	8

1.2 - As Movimentações Diplomáticas no Seguimento da Restauração	15
-------------------------------------------------------------------------	-----------

1.2.1 - As Primeiras Embaixadas	16
1.2.2 - A Vulnerabilidade Externa Portuguesa face à Indefinição Francesa	19
1.2.3 - De Westminster aos Pirinéus	29

1.3 - O Tratado de aliança e casamento de 1661	35
-------------------------------------------------------	-----------

1.3.1 - O Acordo de 1660	35
1.3.2 - Negociações Bilaterais	36
1.3.3 - Estipulações do Tratado	41
1.3.4 - Significado e Repercussões	44
1.3.5 - Acção neerlandesa no Além-Mar após o acordo de 1661	45

Capítulo 2 – A Resistência na Entrega e a Detença da Ilha	47
------------------------------------------------------------------	-----------

2.1 - A Província do Norte	49
-----------------------------------	-----------

2.1.1 - As Rivalidades Locais	52
2.1.2 - Bombaim	55

2.2 - Antecedentes da Expedição	59
----------------------------------------	-----------

2.2.1 - O Interesse Inicial Britânico sobre Bombaim	59
2.2.2 - Diligências Anteriores à Viagem de Cessão	61

2.3 - A Recusa da Cessão	64
---------------------------------	-----------

2.3.1 - Razões Imediatas	65
2.3.2 - Argumentação da Recusa	66
2.3.3 - Reacção Britânica	69
2.3.4 - Justificações do vice-rei para a Europa	71

2.4 - Questões Locais Adjacentes à Detença	74
---------------------------------------------------	-----------

2.4.1 - A Questão Territorial	74
2.4.2 - A Pressão Local	76

2.5 - As (In)decisões do Conselho de Estado	78
----------------------------------------------------	-----------

2.5.1 - O Segundo Conselho	78
----------------------------	----

2.5.2 - O Terceiro Conselho	80
2.6 - A Posição de Londres	82
2.6.1 - Realidade Interna Britânica	82
2.6.2 - Ordens ao Embaixador	83
2.6.3 - Pressão sobre Lisboa	83
2.6.4 - Manutenção do Apoio Militar	85
2.7 - A Postura de Lisboa	86
2.7.1 - A Conjuntura Endógena	86
2.7.2 - A Estratégia Exógena	87
2.7.3 - A Resposta do Rei	89
2.8 - O Deslaçar do Impasse	92
2.8.1 - Chegada das Ordens Reais a Goa	92
2.8.2 - Preparativos para a Viagem de Entrega	94

Capítulo 3 - As Implicações Decorrentes do Governo Britânico em Bombaim ____ **96**

3.1 - O Auto de Entrega	96
3.2 - Medidas de Dinamização e o Choque com os Portugueses, 1665-66	98
3.2.1 - Territorialidade	99
3.2.2 - Comércio	103
3.2.3 - Religião	104
3.2.4 - Defesa e Administração do Espaço	106
3.3 - Persistência dos Antagonismos, 1666-68	108
3.3.1 - Apontamento do Novo Governador	108
3.3.2 - Preponderância da <i>East India Company</i>	109
3.3.3 - Oposição Incisiva ao Sistema Fundiário Português	112
3.3.4 - Restrições à Circulação Britânica	115
3.3.5 - Constante Reforço Defensivo	116
3.3.6 - Pretensões de Cook sobre o Governo de Bombaim	117
3.4 - Pretensões Portuguesas na Reaquisição da Ilha	120
3.5 - Ameaça Exterior e Conflitos Interiores	125
3.5.1 - O Interesse Neerlandês e o Perigo Mogol	125
3.5.2 - Desinteligências entre os Oficiais régios e os da Companhia	127
3.6 - Transferência da Ilha para a EIC	130
3.7 - Continuidade das Divergências após 1668	134

CONCLUSÃO _____ **140**

BIBLIOGRAFIA _____ **147**

ANEXO(S) _____ **164**

LISTA DE ABREVIATURAS

- . ACE – *Assentos do Conselho de Estado (1618-1750)*, ed. P. S. S. Pissurlencar, Bastorá - Goa, Arquivo Histórico do Estado da Índia, 1953-57, 5 vols. (indica-se o número do volume e do documento).
- . AHU – Arquivo Histórico Ultramarino (seguido do fundo e respectiva organização arquivística).
- . BL, Add. – British Library, *Additional Manuscripts* (seguido do número do códice e fólio).
- . BL, IOR/H – British Library, *India Office Records, Home Miscellaneous* (seguido do número do códice e fólio).
- . BL, IOR/E/3 – British Library, *India Office Records, East India Company, Correspondence with the East* (seguido do número do códice).
- . BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa (seguido do número do códice e do fólio).
- . CHAM – Centro de História de Além-Mar.
- . CNCDP – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- . CTCP – *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia fez com os Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Ásia e Africa Oriental desde o princípio da conquista até ao fim do século XVIII*, ed. Júlio Firmino Judice Biker, Lisboa, Imprensa Nacional, tomos I a XIV, 1881-1887 (indica-se o número do tomo e a página).
- . HAG, MR – Historical Archives of Goa, Monções do Reino (seguido do número do livro e fólio). Todos os documentos deste fundo foram consultados na Filmoteca Ultramarina Portuguesa.
- . NA, PRO, SP89 – National Archives, *Public Record Office, State Papers, Foreign, Portugal* (seguido do número do códice e fólio).
- . NA, PRO, CO77 – National Archives, *Public Record Office, Colonial Office 77* (seguido do volume do códice e fólio).

INTRODUÇÃO

A relação institucional e diplomática desempenhada entre estados ou outras forças de poder, constituiu desde sempre um alicerce analítico e caracterizador utilizado no decurso da investigação histórica. A variedade e riqueza das informações que esta produz, conferem ao investigador/historiador uma multiplicidade de leituras e abordagens que não se esgotam na história política e diplomática, podendo estender-se aos campos do social e do económico. No caso português, a estratégia diplomática de alianças/antagonismos, levada a cabo desde a formação do seu território, possibilita-nos compreender, *grosso modo*, o rumo seguido pela coroa e, à distância, identificar as grandes linhas condutoras que marcaram a acção política dos sucessivos monarcas. Esta leitura poder-se-á estender, no limite, à estratégia externa do reino, em virtude da ligação estreita e indissociável que esta tem com a orientação interna, no sentido em que uma condiciona a outra e vice-versa, possibilitando uma forte riqueza interpretativa.

Como é sabido, a aproximação institucional entre as coroas portuguesa e britânica foi de um carácter ímpar, tendo remontado aos primeiros tempos da formação do reino português e assumindo-se durante a dinastia de Avis como um fulcral sustentáculo da sua política externa. Esta linha estratégica, como é natural, não teve continuidade durante o poder filipino, voltando a entrar nas cogitações portuguesas durante a guerra da Restauração, designadamente no delicado jogo de equilíbrios entre a defesa continental e das possessões ultramarinas. Neste período subsequente ao 1 de Dezembro de 1640, a diplomacia desempenhou um papel preponderante nos destinos do insurrecto reino português. A necessidade deste aliar-se politicamente com as principais potências europeias - num quadro de isolamento internacional face ao não reconhecimento do poder saído do 1 de Dezembro - conduziu a Coroa a uma política de reaproximação institucional e legitimação dinástica. As primeiras duas décadas após a Restauração foram, assim, caracterizadas por um longo e complexo processo diplomático, em que foi procurado o apoio junto das Províncias Unidas, da França e do Reino Unido, no auxílio contra a monarquia hispânica, ao mesmo tempo que se tentava na Santa Sé, a validação religiosa da nova Coroa. Se no último caso, os objectivos portugueses apenas foram alcançados após a paz ibérica de 1668, no primeiro as suas pretensões foram atingidas na totalidade com o tratado de 1661, isto após vários outros acordos que não pressupunham uma defesa

efectiva do Reino. Nesta conjuntura, de múltiplas embaixadas e contactos, a Coroa francesa assumiu-se desde o início como o principal apoio externo português, mas nunca de uma forma efectiva e concreta, fruto da sua política dissimulada, em que a sublevação portuguesa era utilizada como forma de hostilizar o rival espanhol, num quadro de antagonismo entre as duas coroas pela supremacia no mapa europeu. Ao pouco apoio francês juntou-se a duplicidade neerlandesa, de apoio na Europa e confronto no Além-Mar, vectores que justificaram e contextualizam a aproximação portuguesa à Coroa britânica, culminada em 1661 no tratado de aliança e casamento entre o rei britânico Carlos II e a infanta portuguesa D. Catarina. Com esta união, os Portugueses procuraram, de forma pragmática, equilibrar o seu posicionamento externo face à recente aliança franco-espanhola de 1659, legitimar o seu poder no quadro europeu e também abrir as portas a um entendimento futuro com a monarquia hispânica (que resultou no desencadear das negociações a partir de 1663), cujo conflito fronteiriço desgastava fortemente o Reino. Por sua vez, os Britânicos lucraram quer em termos económicos – pela segurança das rotas atlânticas – quer em termos político-estratégicos – no isolamento do rival francês; do ponto de vista ultramarino, Carlos II procurava usufruir da vasta rede comercial asiática portuguesa, de forma a incrementar o comércio britânico e estender a sua presença a outros pontos do Índico.

Este estudo apresenta o objectivo de contextualizar e explicar os contornos do tratado de aliança de 1661 entre os reinos português e britânico que estipulou, de igual modo, a união matrimonial entre D. Catarina e Carlos II e consequente dote de dois milhões de cruzados juntamente com as praças de Tânger e Bombaim. Lançada a ponte de ligação com a cedência da ilha indiana, a investigação incidirá sobre os contornos do processo de entrega daquela e posterior governo britânico. Numa primeira fase, será focalizado o complexo e problemático processo da transferência de Bombaim, problematizando os contornos que o caracterizaram, as motivações subjacentes à acção do vice-rei português, a resposta britânica, tanto na Índia como na Europa e a reacção de Lisboa. Num segundo momento, a investigação incidirá sobre a posse e acção governativa do novo poder e as consequências que aquela teve no relacionamento com Goa e com os interesses portugueses estabelecidos em Bombaim e nas ilhas adjacentes. Procurar-se-á compreender os pressupostos da estratégia britânica e as medidas empreendidas para os obter, assim como a consequente reacção de Goa e dos religiosos e fidalgos de Bombaim, questionando as suas motivações e interesses, devidamente enquadradas na geografia da

região e na história da Província do Norte. O trabalho centra-se assim nestes vectores estruturantes até à doação de Bombaim para a *East India Company* em 1668, questionando-se as suas causas e deixando entreaberto, de forma geral, a continuidade ao longo de Seiscentos do antagonismo e conflitualidade entre Bombaim e a capital do Estado da Índia. A cedência de Bombaim e as repercussões do governo britânico foram, apesar de questões locais e enquadradas nos governos de Goa e Surrate, desde cedo transpostas para a esfera europeia, facto sintomático de que não era um assunto marginal para as cortes dos dois reinos, se bem que de importância secundária no contexto da aliança anglo-portuguesa.

O processo de pesquisa e investigação, para além de bibliografia geral e específica sobre a temática em questão, foi centrado nos acervos documentais de Lisboa do Arquivo Histórico Ultramarino (caixas da Índia), do Instituto de Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (*Livro das Monções ou Documentos Remetidos da Índia*) e Filmoteca Ultramarina Portuguesa (*Monções do Reino*). Em Londres, a recolha documental foi focalizada na British Library (*India Office Records e Manuscripts*) e National Archives (no State Papers e Colonial Office do *Public Record Office*). Serve isto para referir a ausência de alguns conjuntos documentais, como os *Códices do Conselho Ultramarino* (Arquivo Histórico Ultramarino), o *Fundo Geral* (Biblioteca Nacional), os *Reis Vizinhos* e o *Livro dos Segredos* (Filmoteca Ultramarina Portuguesa) e as *Cartas Anuas* (Arquivo Romano da Companhia de Jesus), não utilizados por falta de tempo, mas que acreditamos que apenas completavam e enriqueciam o estudo, não alterando os objectivos propostos.

Esta tese insere-se no projecto “Bombaim Antes dos Ingleses. A Marca Portuguesa no Território da Península de Bombaim”, desenvolvido pelo Centro de Estudos de História da Arquitectura da Universidade de Coimbra e Centro de História de Além-Mar, sendo um dos vários trabalhos resultantes de toda a investigação em torno daquele. Os grandes objectivos do projecto assentam na investigação e análise da presença portuguesa no território de Bombaim, sob o ponto de vista político, sócio-económico, religioso, territorial e arquitectónico, assim como a influência que a rede portuguesa entretanto edificada terá tido no crescimento da cidade sob a égide britânica; outro móbil do projecto assenta sobre as comunidades católicas e a sua história como factor explicativo da organização do território actual. A tese irá de encontro a algumas questões que se pretendem abordar no projecto, assim como o trilha seguido durante a investigação

daquela beneficiará outros pressupostos do projecto, nomeadamente a releitura e análise da bibliografia escrita em português e inglês sobre a Província do Norte, a sistematização da pesquisa em alguns arquivos e bibliotecas, tanto portuguesas como inglesas e o estudo de parte do corpus documental referente à presença portuguesa na região.

Capítulo 1 – A Luta pela Sobrevivência Europeia e o Alinhamento Britânico

1.1 - Acção Europeia sobre os Territórios Imperiais Portugueses durante a União Ibérica

A união dinástica de 1581, que ditou a junção das Coroas portuguesa e hispânica, marcou um ponto de viragem nos destinos do Império português. De facto, aquela significou, em termos de política externa, a absorção dos interesses portugueses na agressiva estratégia hispânica, o que se repercutiu no envolvimento do Reino português em querelas na metrópole e, em especial, no Além-Mar, com vários reinos europeus, antagónicos aos espanhóis. Desta forma, no final do século XVI e início do seguinte, verificou-se a emergência de companhias comerciais estrangeiras no espaço imperial português, nomeadamente no continente asiático, onde passaram a rivalizar com o Estado da Índia.

1.1.1 - Províncias Unidas

O antagonismo aos interesses imperiais portugueses foi protagonizado particularmente pelas Províncias Unidas e pelo Reino Unido¹. Os Neerlandeses tinham-se introduzido no comércio transoceânico no final do século XVI, alicerçados numa Companhia de comércio, a *Vereenigde Oost Indische Compagnie* (VOC), fundada em 1602, e que detinha o monopólio da navegação e do comércio neerlandês entre o leste do Cabo da Boa Esperança e o oeste do estreito de Magalhães. Esta era uma organização suportada por uma forte capacidade financeira, a que se adicionava uma superioridade técnica e naval (melhor preparação dos marinheiros e embarcações com menor tripulação e maior capacidade de carga, o que embaratecia os fretes²), juntamente com uma maior capacidade

¹ Optámos por utilizar a designação de Reino Unido e Britânicos a partir de 1603, com a união das coroas escocesa e inglesa sobre o mesmo monarca (Jaime I de Inglaterra e VI da Escócia), não obstante a união dos parlamentos de ambos os reinos se ter verificado em 1707, da qual resultou a formação do Reino Unido da Grã-Bretanha.

² Cf. Francisco Bethencourt, “Os Limites da Expansão Asiática”, in *História da Expansão Portuguesa*, vol. II, Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri (dirs.), s.l., Círculo de Leitores, 1998, pp. 12-13.

dos seus homens (escolhidos pela sua competência militar e não pela sua linhagem³). Assentes nesta forte estrutura, os Neerlandeses adoptaram o modelo seguido pelos Portugueses, inserindo-se na rede comercial inter-asiática, no seu caso assente nas ilhas das Especiarias, costa norte de Java, Japão e Índia⁴, sendo nesta última que o antagonismo com o Estado da Índia seria maior⁵.

A introdução neerlandesa no mercado asiático centrou-se, numa primeira instância, na Insulíndia, facto que originou a retracção dos Portugueses daquelas paragens a partir de 1610, a quem haviam conquistado, logo em 1605, o forte de Amboino (Amboíno) e de Tidore e Solor em 1613 (reocupada em 1629 pelos dominicanos mas de novo tomada pelos Neerlandeses em 1636)⁶. A partir deste posicionamento, estabeleceram-se no comércio do Japão e, por conseguinte, procuraram fixar-se em Cantão, facto que fez perigar a posição portuguesa em Macau, tanto pela hipotética conquista neerlandesa como pela concorrência desencadeada a partir da sua feitoria no porto de Taiwan⁷. Os Portugueses acabariam por ser excluídos em 1638 do comércio japonês, que se tornou, doravante, um exclusivo neerlandês⁸. A necessidade de adquirir tecidos de algodão (única moeda de troca para a obtenção das especiarias da Insulíndia), obrigou os Neerlandeses a introduzirem-se na costa do Coromandel, sendo que se instalaram em Masulipatão (Massulipatam) e Paleacate (Pulicat), reduzindo a presença portuguesa na área à pouco expressiva possessão de S.

³ Cf. Maria Manuel Sobral Blanco, *O Estado Português da Índia: da rendição de Ormuz à perda de Cochim (1622-1663)*, Lisboa, 1992, dissertação de doutoramento apresentada em 1992 à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (texto policopiado), p. 404; C. R. Boxer, *O Império Colonial Português (1415-1825)*, Lisboa, Edições 70, 1977, p. 138.

⁴ Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português, 1500.1700: uma história política e económica*, Lisboa, Difel, 1995, p. 301.

⁵ A presença portuguesa na Ásia no início do século XVII não era uniforme. No Índico Ocidental a Coroa detinha um maior controlo, exercido pelo oficialato régio sediado em Goa, enquanto que no Índico Oriental as acções portuguesas tinham maioritariamente como protagonistas os privados, sendo o poder dos oficiais da Coroa reduzido às posições régias de Malaca, Macau, Solor, Amboino e Tidore. No entanto, todas estas, excepto a primeira, possuíam características *sui generis*, imperando uma forte preponderância de mercadores e missionários portugueses. Assim se explica que as primeiras tentativas de penetração dos inimigos europeus no Império português tenham incidido no Índico Oriental e que, consequentemente, as intromissões na área directa de influência de Goa protagonizassem um maior antagonismo tanto com o Estado da Índia como com o próprio Reino. Sobre a presença portuguesa no Índico Oriental veja-se Jorge Manuel Flores, “Zonas de Influência e Rejeição”, in *Em Torno de Macau*, vol. I, tomo 1, *História dos Portugueses no Extremo-Oriente*, A. H. de Oliveira Marques (dir.), Lisboa, Fundação Oriente, 1998, pp. 135-178.

⁶ Cf. Maria Manuel Sobral Blanco, *O Estado Português da Índia...*, *op. cit.*, pp. 408-410; Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português, 1500.1700, ..., op. cit.*, pp. 215-217 e 294-296; Idem, “Portugal no Jogo das Lutas Interimperialistas (finais do século XVI – primeira metade do século XVII)”, in *Portugal no Mundo*, vol. V, Luís Albuquerque (dir.), Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 68.

⁷ Cf. Maria Manuel Sobral Blanco, *O Estado Português da Índia...*, *op. cit.*, pp. 410-414.

⁸ Cf. Sanjay Subrahmanyam, “Portugal no Jogo das Lutas Interimperialistas...”, *op. cit.*, p. 72. Acerca do fim da presença portuguesa no Japão veja-se, João Paulo Oliveira e Costa, “Japão”, in *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, I, tomo 2, Lisboa, 2000, pp. 379-471 e Valdemar Coutinho, *O Fim da Presença Portuguesa no Japão*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999.

Tomé de Meliapor (Mylapore)⁹. Um pouco mais a norte, no Golfo de Bengala, a acção neerlandesa traduziu-se também no recuo português, com a expulsão de Ugolim (Hooghly) em meados da década de 1630.

Em virtude das tréguas de doze anos impostas pelo Tratado de Antuérpia de 1609, acordado com a monarquia hispânica, só em 1621 a VOC penetrou na zona do Índico Ocidental¹⁰. A sua acção caracterizou-se pelos constantes ataques sobre a região do Malabar com o objectivo de controlar os mercados de pimenta¹¹. A presença neerlandesa estendeu-se, de igual modo, ao Ceilão, onde a partir de finais da década de 1630 iniciou a sua expansão territorial (numa estratégia concertada com o reino de Cande) e que se traduziu na conquista de Batecalou (Batticaloa) e Triquinimale (Trincomalee) em 1638 e Negumbo (Negombo) e Gale (Galle) em 1640¹², prelúdio da conquista daquela ilha vinte anos depois.

A cidade de Goa não ficou incólume às pretensões expansionistas dos Neerlandeses, tendo sido pressionada por intermédio do bloqueio do seu porto entre 1638-44, o que resultou no impedimento do comércio e das comunicações com Lisboa¹³. A capital do Estado da Índia já tinha sido alvo de outros bloqueios desde o início de Seiscentos, um dos quais em simultâneo com Moçambique entre 1621-23, resultante da força conjunta de Britânicos e Neerlandeses, numa extensão do *Treaty of Defence* de 1619¹⁴.

Para além do continente asiático, a acção neerlandesa chocou também com os interesses portugueses no Brasil e na África Ocidental. Aqui, os Neerlandeses instalaram-se na costa do Ouro (golfo da Guiné) a partir da década de 1610, tendo a conquista de S. Jorge da Mina em 1638 sido um dos episódios mais sintomáticos da sua actividade, pois subtraíram aos Portugueses grande parte do comércio aurífero. No território brasileiro, por sua vez, as expedições neerlandesas, desencadeadas pela *West Indische-Compagnie* (WIC), tiveram início em 1624, com a conquista, efémera, da cidade da Baía. A partir de 1630 os Neerlandeses empreenderam fortes investidas na região de Pernambuco, tendo tomado as

⁹ Cf. Maria Manuel Sobral Blanco, *O Estado Português da Índia...*, op. cit., pp. 414-417 e 423.

¹⁰ Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português...*, op. cit., p. 225.

¹¹ Cf. Ernestina Carreira, "Aspectos Políticos", in *O Império Oriental*, vol. VI, tomo 1, Maria de Jesus dos Mártires Lopes (coord.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Joel Serrão, A.H. de Oliveira Marques (dirs.), Editorial Estampa, Lisboa, 2006, p. 24; André Murteira, *A Carreira da Índia e o Corso Neerlandês, 1595-1625*, dissertação de mestrado apresentada em 2006 à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado), pp. 101-136.

¹² Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português...*, op. cit., pp. 239-240.

¹³ Cf. *Ibidem*, p. 240.

¹⁴ Este tratado estabeleceu a formação de uma armada conjunta com o objectivo de capturar as embarcações da Carreira da Índia, numa colaboração que se estenderia ao ataque a Bombaim em 1626. Veja-se Maria Manuel Sobral Blanco, *O Estado Português da Índia...*, op. cit., p. 403; D. K. Basset, "Early English Trade and Settlement in Asia, 1602-1690", in *Britain and the Netherlands in Europe and Asia*, 1968, p. 90; André Murteira, *A Carreira da Índia e o Corso Neerlandês...*, op. cit., pp. 131-136.

cidades de Recife e Olinda em 1637, o que significou o domínio temporário da zona de maior produção açucareira¹⁵.

1.1.2 - Reino Unido

A acção britânica sobre os interesses imperiais portugueses não foi tão incisiva e prejudicial como a desenvolvida pelas Províncias Unidas. A sua estrutura, tal como a dos Neerlandeses, era alicerçada numa Companhia comercial privada, a *East India Company* (EIC), cujo início de actividade foi contemporâneo da VOC. Contudo, a capacidade financeira e naval da primeira era inferior à segunda, facto que limitou a sua acção comparativamente com os rivais Neerlandeses.

O interesse inglês pelos mercados asiáticos remontava ao século XV, derivado das importações de produtos como a pimenta e o algodão, que chegavam ao seu território por intermédio do comércio português ou pela rota do Levante¹⁶. A partir deste período, foram encetadas várias tentativas de atingir aqueles longínquos mercados, por intermédio de uma passagem pelo norte europeu e americano, sendo que a partir da década de 1570 verificou-se a primeira intromissão mercantil inglesa no comércio asiático. Numa primeira instância, esta penetração efectuou-se em torno de uma crescente ligação comercial com a região dominada pelos otomanos, o que possibilitou a aquisição de produtos fora da esfera de controlo da Rota do Cabo, como a pimenta, as especiarias e os tecidos. Posteriormente, em 1581, esta ligação com a região turca originou a formação de uma Companhia de mercadores ingleses, denominada a partir de 1592 de Companhia do Levante, que cimentou a sua ligação com as regiões da Pérsia e da Índia, tendo alguns daqueles atingido Malaca¹⁷. Contudo, os objectivos desta Companhia no comércio do Próximo-Oriente acabariam por sucumbir face à presença neerlandesa, o que impulsionou a formação de uma Companhia asiática assente na circum-navegação do continente africano¹⁸.

¹⁵ Cf. Sanjay Subrahmanyam, "Portugal no Jogo das Lutas Interimperialistas...", *op.cit.*, pp. 72-74.

¹⁶ Também os Britânicos ansiavam por obter directamente estes desejados produtos sem o encarecimento que a existência de intermediários originava. Veja-se, João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I*, s.l., Circulo de Leitores, 2005, pp. 153-154.

¹⁷ Cf. Bill Nasson, *Britannias's Empire – a short history of british empire*, Tempus, 2004, pp. 54-55; P. J. Marshall, "The English in Asia to 1700", in *The Oxford History of the British Empire. The Origins of the Empire*, vol. 1, Nicholas Canny (ed.), Oxford, University Press, 1998, p. 267.

¹⁸ Cf. P. J. Marshall, "The English in Asia to 1700", *op. cit.*, pp. 267-268.

Neste sentido, grande parte dos mercadores e capitais oriundos do comércio do Levante foram canalizados para a constituição da EIC em finais de 1600, passando esta a deter o monopólio do comércio britânico nos oceanos Índico e Pacífico durante quinze anos. A sua acção era autónoma e independente da estratégia da Coroa (contrariamente ao que se passava nas Índias Ocidentais e colónias da América do Norte¹⁹), devendo contudo manter uma linha neutral e utilizar a força militar somente de forma defensiva²⁰. No entanto, a Companhia não deixou de possuir uma forte ligação com a Coroa britânica, assente num mútuo interesse: para esta seria bastante proveitoso o monopólio de uma Companhia sobre aquelas regiões, das quais poderia tirar fortes dividendos; para a EIC era indispensável o apoio estatal, nomeadamente na concessão de privilégios exclusivistas de trato²¹. A estratégia britânica passou por acordos com os potentados locais (contrariamente à política bélica neerlandesa), evitando os antagonismos internos regionais. Esta postura possibilitou a utilização de pequenos contingentes armados a defender as suas fortalezas, obtendo com isso uma diminuição dos gastos militares²². Assim, em termos logísticos, a Companhia optou por estabelecer-se em feitorias, numa abordagem mais simples, económica e de novo contrastante com a estratégia adoptada nas possessões britânicas da África Ocidental e das Índias americanas²³.

A presença britânica no continente asiático incidiu, nas primeiras décadas, primordialmente sobre a região da Insulíndia e do Guzarate, apesar do acordo de pazes anglo-espanhol de 1604. Os resultados obtidos foram díspares, pois, às maiores dificuldades na primeira região contrastou um crescimento sustentado na segunda²⁴. De facto, a presença britânica no sueste asiático pode ser caracterizada como pouco expressiva. Não obstante a edificação de variadas feitorias²⁵, o início da década de 1620 foi marcado por um significativo recuo, espoletado pelo “massacre” de Amboino (Amboíno) de 1623²⁶ e pelos maus resultados que estavam a ser obtidos²⁷, fruto dos condicionalismos impostos pela acção neerlandesa.

¹⁹ Cf. D. K. Basset, “Early English Trade...”, *op. cit.*, p. 84.

²⁰ Cf. Maria Manuel Sobral Blanco, *O Estado Português da Índia...*, *op. cit.*, p. 393.

²¹ Cf. P. J. Marshall, “The English in Asia to 1700”, *op. cit.*, p. 276.

²² Cf. *Ibidem*, p. 280.

²³ Cf. D. K. Basset, “Early English Trade...”, *op. cit.*, pp. 85-86.

²⁴ Cf. P. J. Marshall, “The English in Asia to 1700”, *op. cit.*, pp. 269-270.

²⁵ Estabelecimento em Bantem, 1602, Patani (Sião), 1612, Hirado (Japão) e Macassar, 1613, Jambi (Samatra) 1615, e arquipélago de Banda, 1615-16.

²⁶ O massacre de Amboino deveu-se a uma suposta conspiração para depor o governo neerlandês e que se traduziu na tortura e assassinio de dez mercadores britânicos pelas autoridades neerlandesas locais. Veja-se D. K. Basset, “Early English Trade...”, *op. cit.*, p. 90.

²⁷ Cf. *Ibidem*, pp. 90-91.

Esta retracção conduziu a uma centralização das atenções da EIC sobre o sub-contidente indiano, nomeadamente a norte da costa ocidental, zona de tradicional interesse para os mercadores do Levante e onde, de um modo geral, os Neerlandeses não eram particularmente fortes e, na costa oriental indiana, onde os Portugueses tinham a presença reduzida, facto que aumentava as hipóteses de sucesso britânicas²⁸. Deste modo, e tirando proveito das dinâmicas regionais existentes entre o arquipélago indonésio e a península indiana, os Britânicos instalaram-se na região do Coromandel e do Guzarate. Na primeira edificaram feitorias em Masulipatão, Pentepoli (ambas em 1611), Aremogão (Armagon) (1626) e mais a norte, na região de Orissa, Bengala (1633). Contudo, foi no Guzarate que os Britânicos cimentaram a sua presença de forma mais vincada, em especial devido à dupla ligação geo-mercantil daquela região: por um lado ao sudoeste asiático, por outro à região arábica do Golfo Pérsico e do Mar Vermelho, palco da profícua rota de tecidos persas em direcção ao Mediterrâneo²⁹. Desta forma, e apoiados na ligação comercial entre o mercado europeu e o indiano, a partir de meados de seiscentos, “o Guzerate, o Coromandel e o Bengala tornaram-se os três grandes centros do comércio britânico”³⁰.

A posição britânica no Guzarate centrou-se em torno da cidade de Surrate: por um lado, o seu porto possuía uma grande importância estratégica como escala de navegação; por outro, a localização da cidade e a sua consequente participação em várias linhas de comércio possibilitava o acesso a variados produtos asiáticos³¹. Os Britânicos chegaram pela primeira vez a Surrate em 1608, todavia, o domínio do Império Mogol na região, dificultou o seu estabelecimento comercial, mas em 1613 obtiveram a sua protecção e permissão de trato, sendo autorizados cinco anos depois a erguerem uma feitoria, com a consequente liberdade de comércio³². A partir daquela cidade, a presença britânica estendeu-se para diversas regiões, nomeadamente para o Mar Vermelho, Golfo Pérsico,

²⁸ Cf. G. V. Scammell, *The World Encompassed: the first european maritime enterprises, c.800-1650*, Londres, Methuen, 1987, p.477.

²⁹ Cf. P. J. Marshall, “The English in Asia to 1700”, *op. cit.*, pp. 269-270.

³⁰ Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português...*, *op. cit.*, p. 302.

³¹ O produto mais comercializado da região do Guzerate era os tecidos de algodão e o índigo, que através da rota caravaneira chegavam ao interior do império Mogor. Estes eram comercializados em Malaca (grande placa giratória comercial do Índico Oriental), acendendo-se assim ao arroz e pimenta de Java, sândalo de Timor, cravo das Molucas, especiarias e enxofre de Samatra, pedras preciosas de Pegú e Sião, sedas e porcelanas da China. Veja-se Maria Manuel Sobral Blanco, *O Estado Português da Índia...*, *op. cit.*, pp. 423-424; P. J. Marshall, “The English in Asia to 1700”, *op. cit.*, p. 280.

³² Cf. Maria Manuel Sobral Blanco, *O Estado Português da Índia...*, *op. cit.*, pp. 424-425; P. J. Marshall, “The English in Asia to 1700”, *op. cit.*, 271-272.

norte indiano (Lahore e Agra), Cinde (Sind) e Rajapor (Rajpuri) (onde estabeleceram feitorias em 1635 e 1637, respectivamente)³³.

A posição central que Surrate conferia à presença britânica foi bastante prejudicial para o Estado da Índia, não sendo surpreendente a sua forte reacção, que se traduziu nos primeiros conflitos anglo-portugueses em águas asiáticas. Estes são de um modo geral, favoráveis aos primeiros, como em Surrate (1612 e 1615) e Jasques (Jask, 1620)³⁴, sendo que este antagonismo foi amplificado a vastas regiões do Índico, como Malabar, Moçambique e Cambaia, entre outros.³⁵. Neste contexto, a EIC chegou a considerar a aquisição da sua própria base, tendo Bombaim sido mencionada pelos mercadores britânicos em Surrate nos anos de 1626 e 1628³⁶. Refira-se que estas intenções da Companhia seriam reavivadas mais tarde, em 1640 e 1653-54, por iniciativa dos seus feitores na Pérsia e em Surrate. Os próprios directores da EIC esperaram que Oliver Cromwell, por intermédio do tratado de 1654, conseguisse obter aquela praça portuguesa, ou até mesmo Baçaim, o que, no entanto, não viria a suceder³⁷.

A perda de Ormuz terá sido uma das consequências mais danosas e simbólicas que resultaram do confronto anglo-português. Os Britânicos, tendo intenções sobre o comércio da seda persa, auxiliaram com a sua armada naval em 1622 o reino iraniano do Xá Abbas, num confronto que resultou na expulsão dos Portugueses daquela cidade. Para além de permitir uma posição estratégica ao Estado da Índia no Golfo Pérsico, Ormuz era a maior alfândega da região, sendo que a sua perda originou uma forte diminuição das receitas portuguesas³⁸.

A acção britânica em Ormuz foi a única ofensiva da EIC até 1686, visto que o conflito anglo-português entrou num período de quietação até às pazes de 1635³⁹. De facto, durante estes treze anos, somente há a realçar as sistemáticas investidas dos Portugueses

³³ Cf. G. V. Scammell, *The World Encompassed...*, *op. cit.*, p. 478; Marshall, P.J., "The English in Asia to 1700", *op. cit.*, p. 273.

³⁴ Cf. D. K. Basset, "Early English Trade...", *op. cit.*, p. 91.

³⁵ Cf. Maria Manuel Sobral Blanco, *O Estado Português da Índia...*, *op. cit.*, pp. 426-428.

³⁶ Cf. D. K. Basset, "Early English Trade...", *op. cit.*, p. 92.

³⁷ Cf. *Ibidem*, p. 92.

³⁸ Segundo Artur Teodoro de Matos, a perda de Ormuz originou uma quebra nos rendimentos do Estado da Índia, dado que aquela praça representava cerca de 20% do seu rendimento total. Como forma de contornar este facto foi lançada uma nova tributação, que a par das receitas provenientes do Ceilão permitiram atenuar as consequências financeiras da perda de Ormuz, nomeadamente na praça de Diu. De facto, a comparação dos orçamentos gerais de 1620 e 1635, permitem verificar o aumento substancial da receita, que apesar do igual incremento na despesa, possibilitou a quase triplicação do saldo da sua conta geral. Veja-se, Artur Teodoro de Matos, *Na Rota da Índia – Estudos de História da Expansão Portuguesa*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1994, pp. 61-81.

³⁹ Cf. D. K. Basset, "Early English Trade..." *op. cit.*, p. 91; Sanjay Subrahmanyam, "Portugal no Jogo das Lutas Interimperialistas...", *op. cit.*, p. 68.

sobre Surrate até cerca de 1630⁴⁰ e o ataque anglo-neerlandês a Bombaim em 1626, onde foi conquistado o castelo e a cidade, que foram contudo abandonados⁴¹. O refreamento do conflito entre Portugueses e Britânicos e o posterior acordo de pazes, num claro contraste com o forte antagonismo luso-neerlandês que subsistiu durante largas décadas, é compreendido pela zona de acção de cada um. Por um lado, o choque de interesses entre a VOC e o Estado da Índia teve como palco uma área geograficamente mais vasta e, por isso, de maior dificuldade de resolução; por outro, o conflito entre a EIC e o poder português restringiu-se às regiões do Guzarate e da Pérsia, onde estabelecida a paz, não seria justificável a continuação das hostilidades⁴².

O final do antagonismo entre Britânicos e Portugueses foi acordado em 1635 na Convenção de Goa, celebrada entre o vice-rei D. Miguel de Noronha, 4º conde de Linhares (1629-35), e a EIC, cujo presidente era à época William Methwold. Aquele ajuste celebrou as tréguas e a cessão de armas entre ambos os poderes, tal como estava inserido no acordo de pazes anglo-espanhol de 15 de Novembro de 1630⁴³, encerrando o conflito anglo-português na região asiática que, *grossa modo*, se manteve nas décadas seguintes com a excepção de alguns episódios esporádicos. Com a Convenção, os Britânicos receberam o direito de abrigo e de comércio nos portos do Estado da Índia, ao passo que os Portugueses, para além de subtraírem um inimigo no espaço asiático, garantiram o auxílio britânico, utilizando as suas embarcações de forma a contornar o antagonismo dos neerlandeses da VOC, principais adversários do poder português na Ásia.

A iniciativa deste entendimento partiu da EIC, pois não obstante a sua presença em importantes zonas do comércio asiático, detinha um poder militar diminuto, o que fazia com que os seus barcos navegassem integrados nas armadas neerlandesas, situação que enfraquecia a capacidade de trato da Companhia. Para além disso, a retracção do comércio britânico fez com que o acordo com o Estado da Índia fosse encarado como a única forma de manter uma presença sustentável da EIC naquelas paragens, tirando proveito do

⁴⁰ Cf. *Ibidem*, p. 91.

⁴¹ Cf. P. P. Shirodkar, "Dutch-Portuguese Relations in the East (1580-1663) vis-a-vis Indian Peninsula", in *Stvdia*, nº48, Lisboa, 1989, pp. 129-130. Alguns autores não são consensuais nas razões por detrás deste abandono. Basset afirma que o esforço de defesa da cidade foi considerado elevado, sendo por isso pouco conveniente a sua manutenção (cf. D. K. Basset, "Early English Trade...", *op. cit.*, p. 92). David, por sua vez, profere que relatos britânicos apontaram aquele local como de pouco interesse e valor, não se tendo por isso procedido à divisão das terras entre neerlandeses e ingleses (cf. M. D. David, *History of Bombay: 1661-1708*, Bombaim, Universidade de Bombaim, 1973, p. 24). Por fim, Gerson da Cunha e Tindall referiram que os desentendimentos entre os atacantes juntamente com o temor da resposta portuguesa foram as principais razões do rápido abandono de Bombaim (cf. Gerson da Cunha, *The Origin of Bombay*, Nova Deli, 1993, p. 60 e Gillian Tindall, *City of Gold*, Nova Deli, 1992, p. 67).

⁴² Cf. Sanjay Subrahmanyam, "Portugal no Jogo das Lutas Interimperialistas...", *op. cit.*, p. 68.

⁴³ Cf. "Capitulações das Pazes feitas entre D. Filipe IV e D. Carlos I", 15.11.1630 (CTCP, I, pp. 239-261).

domínio português exercido em algumas regiões⁴⁴. Com este acordo, a Companhia passou a introduzir-se nos mercados dominados pelo Estado da Índia, que perdeu, consequentemente, o exclusivo do comércio da pimenta do Malabar e do Canará. Para além do mais, os Britânicos passaram a contrabandear o ouro de Moçambique e estenderam a sua presença ao Golfo Pérsico (nomeadamente ao mercado de Baçorá), o que prejudicou bastante os interesses portugueses na região, cuja presença iria ficar limitada às feitorias de Mascate (até 1650) e do Kung (Congo), situada no litoral norte do golfo Pérsico.

Os súbditos da Coroa britânica passaram a ter acesso ao mercado chinês, repercussão bastante gravosa para o Estado da Índia. De facto, dado o bloqueio neerlandês em Malaca às armadas portuguesas, o vice-rei teve de conceder em 1635 o fretamento de embarcações britânicas com destino a Macau, como forma de contornar aquele bloqueio e poder aceder às mercadorias da região chinesa. Este fretamento (tanto para navios da EIC como da *Courteen's Association* – associação comercial privada) manteve-se durante os anos seguintes, sendo o preço necessário que o Estado da Índia teve de pagar pelo auxílio britânico. Os mercadores britânicos garantiram, igualmente, largas concessões comerciais em Macau e acederam ao comércio da seda, do pau da China, da porcelana e do ouro. Tal facto ia de encontro às suas intenções, que passavam pela restituição do trato com o Japão⁴⁵ e introdução no comércio com Macau (onde procuravam o estabelecimento de uma feitoria, que nunca conseguiram obter)⁴⁶.

Desta forma, os Britânicos, descentralizando a sua acção dos mercados dominados pelos Neerlandeses (onde não conseguiram impor-se), passaram a disputar o comércio em mercados controlados pelos Portugueses⁴⁷. Apesar disso, dotaram o Estado da Índia de uma importante ajuda, que embora não tenha sido militar, traduziu-se no transporte das suas mercadorias nas embarcações da Companhia, protegendo aquelas dos ataques neerlandeses, o que permitiu a manutenção do comércio português em alguns mercados asiáticos onde já tinha perdido predominância. Um dos grandes objectivos da Convenção,

⁴⁴ Cf. Rogério Puga, “A Convenção de Goa” (1635) e a primeira viagem (luso) – inglesa a Macau”, *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, nº14, 2005, p. 82.

⁴⁵ O contacto comercial com o Japão tinha terminado em 1623, na sequência do encerramento da feitoria britânica em Hirado. Veja-se P. J. Marshall, “The English in Asia to 1700”, *op. cit.*, p. 273.

⁴⁶ Cf. Maria Manuel Sobral Blanco, *O Estado Português da Índia...*, *op. cit.* pp. 547-549; Rogério Puga, “A Convenção de Goa...”, *op. cit.*, pp. 90-92.

⁴⁷ Cf. Maria Manuel Sobral Blanco, *O Estado Português da Índia...*, *op. cit.*, pp. 541-542.

contudo, falhou, dado que o poder neerlandês não foi enfraquecido mas, pelo contrário, persistiu e alargou-se sobre os vários mercados asiáticos⁴⁸.

⁴⁸ Cf. Rogério Puga, “A Convenção de Goa”..., *op. cit.*, p. 83.

1.2 - As Movimentações Diplomáticas no Seguimento da Restauração

A Restauração portuguesa de 1640 realizou-se num contexto europeu de fortes clivagens entre as grandes potências, nas quais o Reino português também se inseriu e tirou dividendos. De facto, à data, a Europa estava embrenhada na Guerra dos Trinta Anos, que opôs entre si os principais poderes europeus, com excepção do Reino Unido, a braços com uma grave crise interna. Neste quadro de oposições e de jogos de interesses, as movimentações independentistas portuguesas da década de 1630 passaram a assumir um importante relevo e uma maior projecção internacional, nomeadamente a partir de 1635, data da eclosão do conflito franco-espanhol⁴⁹. O sucesso do movimento restaurador português iria depender assim, da aproximação e do apoio dos grandes poderes europeus. No entanto, estas pretensões não foram fáceis de obter, dado que as relações de diplomacia inseriam-se numa complexa conjuntura europeia, onde proliferava uma vasta e intrincada teia de interesses, continentais e ultramarinos que, naturalmente, condicionaram a política diplomática portuguesa.

Era contudo imprescindível que a nova dinastia se aproximasse dos inimigos da monarquia hispânica, como a França, as Províncias Unidas e o Reino Unido, procurando apoio na defesa do seu território assim como a legitimação para o movimento restaurador. Este alinhamento, no entanto, não se afigurava à partida fácil, por diversas razões: 1) a política externa portuguesa era oposta aos protestantes, como eram as Províncias Unidas; 2) os ataques franceses ao território brasileiro, que remontavam a um período anterior à união ibérica, não eram apenas fruto da oposição aos Filipes; 3) os ataques neerlandeses aos interesses portugueses espalhados ao longo do globo, persistiam não obstante a conjugação de objectivos que tinham com estes na Europa; 4) o afastamento do antigo aliado britânico, tanto pela sua guerra interna como pelas relações de paz que tinha com a monarquia hispânica desde 1630, embora não fosse de excluir uma futura ligação entre ambos os reinos como forma de afrontamento à França, como tinha sucedido em 1627; 5) a política externa assente no poder do Papado, sendo este contrário ao movimento de 1640, acusando-o de enfraquecer o poder católico; 6) a incógnita relativamente à decisão da Guerra dos Trinta Anos impedia uma escolha que permitisse alinhar com os vencedores⁵⁰.

⁴⁹ Cf. Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa: constantes e linhas de força*, Lisboa, Revista Nação e Defesa, 1987, p. 143.

⁵⁰ Cf. Pedro Soares Martinez, *História diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986, pp. 140-141.

1.2.1 - As Primeiras Embaixadas

Apesar das dificuldades iniciais que eram esperadas, nos meses imediatos à Restauração de 1 de Dezembro de 1640 foram enviadas várias embaixadas, tendo como destino o Vaticano e diversas capitais europeias, nomeadamente Paris, Haia e Londres. Procurou-se desta forma reatar o relacionamento diplomático terminado havia seis décadas, estratégia fulcral na reaproximação aos inimigos da monarquia hispânica. Contudo, numa fase inicial, estas diligências traduziram-se somente em acordos gerais, que não asseguravam um apoio concreto e objectivo contra a Coroa hispânica.

No caso da monarquia francesa, foi enviada em Janeiro de 1641 uma embaixada a Paris, composta por D. Francisco de Melo e o Dr. António Coelho de Carvalho. A Coroa francesa era o reino europeu mais interessado no movimento restaurador português, sendo plausível que tivesse colaborado com a acção independentista de forma secreta, dado que os focos de antagonismo regional no seio da monarquia hispânica (como no Reino português e catalão) eram benéficos para os projectos hegemónicos franceses, no sentido em que constituíam preocupações militares que forçavam os espanhóis a dividir as suas forças das frentes europeias. A isto, adicionava-se a diminuição da mobilidade das embarcações espanholas no Oceano Atlântico, em virtude da perda do controlo sobre a costa portuguesa⁵¹. Este auxílio foi decisivo no movimento de 1640, dado que era muito importante um apoio externo na fase pós-levantamento⁵². A embaixada a Paris teve como objectivo assegurar o apoio francês por intermédio de um acordo de paz e aliança, que seria extensível às Províncias Unidas. Destas diligências resultou o tratado luso-francês de 1 de Junho de 1641⁵³ que, no entanto, não excluía a celebração futura de uma paz separada entre a Coroa francesa e a monarquia hispânica, o que não garantia a segurança pretendida pelo Reino português.

Em Haia, a missão portuguesa também não se afigurava alcançável, visto que ambos os países tinham orientações semelhantes na Europa e antagónicas no Além-Mar.

⁵¹ Cf. Pedro Soares Martinez, *História diplomática de Portugal*, op. cit., p. 141; Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa...*, op. cit., pp. 124-125, 143 e 159-160.

⁵² Cf. Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa...*, op. cit., pp. 145-146.

⁵³ Cf. José Ferreira Borges de Castro, *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências desde 1640 até ao Presente*, tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856, pp. 16-23.

Apesar disto chegou-se a um acordo a 12 de Junho daquele ano, que estipulou uma trégua de dez anos. Os Neerlandeses comprometeram-se a auxiliar os ataques desencadeados pelos Portugueses contra a monarquia hispânica, garantindo aqueles em contrapartida, vantagens comerciais e o fornecimento de auxílio militar no conflito hispano-neerlandês⁵⁴. Em simultâneo a estas negociações, os Neerlandeses continuavam a sua acção ofensiva contra os interesses ultramarinos portugueses, conquistando a cidade de Malaca em 1641⁵⁵.

O apoio do Reino Unido, como grande potência europeia, era de igual modo encarado como fulcral para as pretensões da nova dinastia portuguesa, tratando-se de um aliado de há vários séculos. De facto, as relações entre os dois reinos remontavam à fundação de Portugal, que teve o apoio e participação militar de alguns ingleses. Os contactos e acordos foram-se sucedendo, culminando em 1386 com o tratado de aliança de Windsor (que representou a primeira ligação diplomática extra-ibérica do Reino português) e o casamento de D. João I com Filipa de Lencastre. Aquele lançou as bases da política externa portuguesa até à união das Coroas ibéricas em 1581, em dois séculos de relações conturbadas marcados por momentos díspares, de ajudas recíprocas a tensões desgastantes, que estiveram próximas de desencadear a ruptura entre as duas monarquias, sobretudo devido à progressiva intromissão inglesa nas regiões africanas de interesse português⁵⁶.

Apesar desta forte ligação, a aproximação portuguesa em 1640 revestiu-se de algumas condicionantes, que não auguravam um entendimento fácil: por um lado, a ruptura relacional durante os sessenta anos de domínio filipino, que se consubstanciou na investida inglesa sobre a metrópole e o Império português e a participação lusa na Armada Invencível de 1588; por outro, a turbulência interna britânica, que juntamente com a paz anglo-espanhola de 1630, a afastava do cena política europeia e do quadro político decorrente da Guerra dos Trinta Anos⁵⁷.

Não obstante estas limitações, a nova dinastia pretendeu ser reconhecida por Carlos I e ver confirmadas as tréguas celebradas em 1635, tendo por isso enviado uma embaixada em Fevereiro de 1641, composta pelo embaixador D. Antão de Almada (conde de

⁵⁴ Cf. *Ibidem*, pp. 24-49.

⁵⁵ Malaca era um local de grande importância estratégica e foi uma das mais emblemáticas perdas do Estado da Índia no século XVII. Veja-se Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português...*, op. cit., pp. 247-248.

⁵⁶ Para uma resenha acerca do relacionamento bilateral entre Portugal e Inglaterra entre os séculos XIV e XVI, veja-se Edgar Prestage, *A Aliança Anglo-Portuguesa*, Coimbra, Biblioteca da Universidade, 1936, pp. 7-26 e Armando Marques Guedes, *A Aliança Inglesa – notas de história diplomática: 1383-1943*, Lisboa, Enciclopédia, 1943, pp. 63-192.

⁵⁷ Cf. Pedro Soares Martinez, *História diplomática de Portugal*, op. cit., pp. 151-152.

Avranches) e dos juristas, Francisco de Andrade Leitão e António Sousa de Macedo. A embaixada chegou a Londres a 5 de Março mas apenas foi recebida a 10 de Abril. Num primeiro momento, as suas pretensões não foram bem sucedidas, sobretudo após ter-se conhecimento do tratado português com as Províncias Unidas, que eram naquele momento hostis ao Reino Unido. Neste seguimento, a coroa britânica passou a reivindicar algumas das concessões feitas aos Neerlandeses⁵⁸, o que foi assentido pelos Portugueses, facto que possibilitou por fim, a celebração do tratado entre as duas Coroas, a 29 de Janeiro de 1642. Este, como refere Borges de Macedo, assinalava o reconhecimento britânico de que houvera uma mudança na situação política portuguesa, o que não significava contudo, a sua aceitação do movimento de 1640⁵⁹. Desta forma, ambas as coroas aceitaram um compromisso pouco claro e ambíguo como forma de contornar, dentro do exequível, as obrigações diplomáticas britânicas. Portugal obteve a possível aproximação ao Reino Unido sem que este se comprometesse em demasia com a nova dinastia.

O tratado⁶⁰ estipulou sobretudo a liberdade de comércio, de navegação e de utilização dos portos entre os súbditos das duas Coroas (art. 2º e 10º); a permissão aos Britânicos de comerciar em todas as possessões portuguesas, gozando dos mesmos privilégios que os súbditos daquelas (art. 4º); a autonomia em importar e exportar qualquer tipo de mercadorias, como fora concedida aos Neerlandeses (art. 14º); a liberdade religiosa aos comerciantes britânicos nos domínios portugueses (art. 17º); e a confirmação da convenção de Goa de 1635 (art. 12º). Ressalvava-se porém que esta aliança não anulava os acordos com o rei espanhol, não tendo os comerciantes britânicos qualquer impedimento no trato com aquele Reino (art. 20º e 11º). Saliente-se que, em sequência deste acordo, o Reino Unido passou a nomear, pela primeira vez, cônsules para o Reino português.

Para além destas pretensões em aproximar-se às grandes potências europeias, a Coroa portuguesa procurou o importante reconhecimento da Santa Sé. No entanto, o Papado manteve-se irredutível no seu apoio à monarquia espanhola, dado que esta, face ao quadro político-religioso da Europa na altura, seria a sua última esperança no restabelecimento da unidade católica europeia. A estas razões adicionava-se a forte e

⁵⁸ Cf. Pedro Soares Martinez, *História diplomática de Portugal*, op. cit., p. 152; Edgar Prestage, "The Treaties of 1642, 1654 and 1661", in *Chapters in Anglo-Portuguese Relations*, Watford, Voss and Michael, 1935, pp. 134-137.

⁵⁹ Cf. Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa...*, op. cit., p. 165.

⁶⁰ Cf. José Ferreira Borges de Castro, *Collecção dos Tratados...*, op. cit., pp. 82-101.

crescente influência espanhola junto do Papa, o que impediu que a primeira embaixada portuguesa fosse recebida, facto que se repetiu de forma sucessiva nos anos seguintes⁶¹.

De um modo geral, pode afirmar-se que as embaixadas de 1641 representaram a ligação da nova Coroa aos inimigos da monarquia hispânica, numa época em que começavam a circular rumores do início de conversações para a paz europeia. Era pois fulcral a diplomacia de aproximação que, naturalmente não pôde resultar em mais do que promessas e em nada de concreto⁶².

1.2.2 - A Vulnerabilidade Externa Portuguesa face à Indefinição Francesa

As décadas de 1640 e 1650 foram marcadas pela procura portuguesa de um apoio concreto e objectivo que conferisse garantias no conflito contra a monarquia hispânica, assim como pelos esforços de minimização da acção neerlandesa no Império. A monarquia francesa foi sempre encarada, ao longo deste período, como o principal esteio e suporte da estratégia externa portuguesa. Contudo, a sua política ambígua e volátil faria com que esse papel passasse a ser progressivamente assumido, a partir de meados dos anos 50, pelo Reino Unido.

Entre 1642-46 foram executadas novas diligências junto a Paris, com o objectivo de obter-se um apoio francês mais efectivo, quer mediante uma *liga formal*, quer por intermédio de uma união matrimonial, sendo proposto o casamento entre D. Teodósio (filho herdeiro de D. João IV) e a duquesa de Montpensier (sobrinha de Luís XIII e filha do duque de Orléans)⁶³. A Coroa francesa contrariou estas tentativas de aproximação, pois não pretendia que uma futura paz com a monarquia hispânica estivesse condicionada pela Coroa portuguesa. De facto, o entendimento franco-espanhol era um dos objectivos prioritários

⁶¹ Para uma melhor compreensão das relações entre o reino português e a Santa Sé neste período, veja-se, José Pedro Paiva, “A Igreja e o Poder”, in *História Religiosa de Portugal*, vol. II, s.l., Círculo de Leitores, 2000, pp. 158-164; David Sampaio Dias Barbosa, “Santa Sé e Portugal”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Carlos Moreira Azevedo (dir.), s.l., Círculo de Leitores, 2001, pp. 159-160; Júlio César Baptista, “D. João IV e a Santa Sé”, in Sep. Alvoradas, nº 57, Évora, 1956, pp. 3-22.

⁶² Cf. Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa...*, op. cit., pp. 171-172.

⁶³ Cf. Pedro Soares Martinez, *História diplomática de Portugal*, op. cit., p. 143; José Calvet de Magalhães, *Breve história diplomática de Portugal*, op. cit., p. 72.

da política externa francesa, sendo que a ligação ao Reino português incluiu-se na sua estratégica para o atingir⁶⁴.

Em simultâneo, António de Sousa de Macedo permaneceu em Londres como ministro residente, também entre 1642-46. Parte da sua residência coincidiu com uma época de forte turbulência interna no Reino britânico, marcada pela guerra civil que opôs os apoiantes da causa parlamentar contra a monarquia de Carlos I, que teve o apoio da Coroa portuguesa.

O monarca britânico, que tinha subido ao trono em 1625, havia dissolvido o Parlamento quatro anos mais tarde, sem o qual governou até 1640, fruto de divergências com a Câmara dos Comuns (dotada de uma grande preponderância desde o reinado de Isabel I). Durante onze anos, Carlos I governou sem recorrer ao Parlamento, que foi forçado a formar devido à questão religiosa e à necessidade de angariar dinheiro para combater a oposição escocesa⁶⁵. De facto, a união dos reinos escocês e inglês sob o mesmo monarca e por conseguinte sob uma mesma política religiosa, não foi uma questão pacífica, dadas as visões antagónicas que ambos os reinos possuíam sobre aquela matéria. Se para os Ingleses era a coroa quem comandava a Igreja, para os Escoceses esta era autónoma do poder estatal. Foi assim impossível, durante a dinastia Stuart, impor uma religião uniforme ao longo da ilha britânica, como se consubstanciou na eclosão de revoltas e oposições ao longo de todo o reino escocês entre 1638-40, num prelúdio da guerra civil⁶⁶. Esta eclodiria três anos depois, numa conjugação de diversos factores: por um lado, a recolha de dinheiro para fazer frente às turbulências internas, o que originou um clima de instabilidade e uma crescente oposição entre a Coroa e o Parlamento; por outro, a existência de um clima de turbulência religiosa em torno das perseguições aos puritanos (forçados a emigrarem para a América do Norte), sucedida pelo massacre dos católicos aos protestantes e a *Irish Rebellion*⁶⁷ de finais de 1641; por fim, a realização de fortes contestações escocesas e

⁶⁴ Cf. Pedro Soares Martinez, *História diplomática de Portugal*, op. cit., pp. 142-143.

⁶⁵ Cf. Maurice Ashley, *England in the Seventeenth Century*, Londres, Hutchinson, 1978, pp. 65, 70-73 e 78-79; George Macaulay Trevelyan, *History of England*, Londres, Longman Group Limited, 1973, p. 471.

⁶⁶ Cf. Maurice Ashley, *England in the Seventeenth Century*, Londres, Hutchinson, 1978, pp. 79-80; George Macaulay Trevelyan, *History of England*, Londres, Longman Group Limited, 1973, p. 469-471.

⁶⁷ Conflito iniciado em solo irlandês, sendo uma das expressões da guerra civil inglesa. Foi despoletado pela tentativa de golpe de estado protagonizada pela pequena nobreza católica irlandesa, tendo derivado posteriormente no confronto entre irlandeses, ingleses e protestantes escoceses.

irlandesas à centralidade britânica que, juntamente com as intenções anglicanizantes, tanto em Inglaterra como na Escócia, fizeram eclodir a guerra interna⁶⁸.

Os confrontos entre realistas e parlamentares determinaram a saída de Londres em 1642 do monarca inglês, que se dirigiu para o Norte. No ano seguinte, a adesão do exército escocês à causa parlamentar (a troco de promessas de reformas religiosas na Igreja inglesa, nomeadamente a introdução do Presbiterianismo) revelou-se fundamental na decisão do conflito, que findou em 1646, após a subjugação das tropas realistas perante o exército de Cromwell, designado no ano anterior como general do exército parlamentar⁶⁹.

Foi neste contexto conflituoso, que se desenrolou a certamente complicada missão de António de Sousa de Macedo. Este procurou (juntamente com o embaixador extraordinário português em Haia, Andrade de Leitão) adquirir armas nas Províncias Unidas e fornecê-las de forma sigilosa a Carlos I, assim como actuou como meio de comunicação entre o monarca britânico e a rainha Henriqueta Maria, irmã de Luís XIII, situação que o colocou em constante perigo. De facto, quando os parlamentares, em meados de 1645, invadiram o escritório de Carlos I e analisaram a sua correspondência, Sousa de Macedo viu a sua posição fragilizada perante o parlamento⁷⁰.

O grande objectivo da sua missão, que passava por cimentar a união entre as duas Coroas, não foi atingido. Deste modo, falhou o estabelecimento de uma liga com as Coroas britânica e francesa contra a monarquia hispânica, assim como o casamento do príncipe de Gales, Carlos (herdeiro da Coroa), e uma das infantas portuguesas, apesar da aparente receptividade britânica⁷¹. O embaixador português tentou, de igual forma, a mediação de Carlos I com o poder espanhol para a libertação do infante D. Duarte (irmão de D. João IV, cativo em Milão pelos espanhóis desde o início do movimento restaurador português), para a qual ofereceu como recompensa 50 mil libras, negócio que foi aceite pelo monarca britânico, mas que não teve o sucesso desejado. Sousa de Macedo, para além disso, teve de intervir junto do parlamento britânico por diversas ocasiões, de forma a evitar a saída de expedições com destino ao norte do Brasil. Por fim, obteve a nomeação de um embaixador

⁶⁸ Cf. Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI*, s.l., Círculo de Leitores, 2006, pp. 33-34; Eduardo Brazão, *A Diplomacia Portuguesa nos Séculos XVII e XVIII*, vol. I, Lisboa, Resistência, 1979-1980, pp. 70-71.

⁶⁹ George Macaulay Trevelyan, *History of England*, op. cit., p. 478 e 488-491; E.L. Woodward, *A History of England*, 2ªed., Methuen, Londres, 1962, p. 103.

⁷⁰ Cf. Caetano Beirão, “As Negociações para o Casamento da Infanta D. Catarina com Carlos II da Inglaterra”, sep. *Anais*, vol. VII, Lisboa, Academia Portuguesa de História – Publicações Comemorativas do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal, 1942, pp. 461-462; Eduardo Brazão, *A Diplomacia Portuguesa...*, op. cit., vol. I, p. 100.

⁷¹ Cf. Caetano Beirão, “As Negociações...”, op. cit., p. 462; Edgar Prestage, *Duas Cartas do Dr. António de Sousa de Macedo*, Lisboa, Academia das Ciências, 1916, pp. 12-17.

para Lisboa (Henry Compton, 1646-48), no que representou uma importante conquista no processo de legitimação da nova dinastia. O ministro português regressou ao Reino em meados de 1646 devido à pressão e antagonismo com o Parlamento. De facto, António Sousa de Macedo ficou numa situação vulnerável desde a apreensão da correspondência de Carlos I. A partir desse momento, o poder britânico pediu o regresso do embaixador português, assim como solicitou a investigação de hipotéticas injúrias por si proferidas. Sousa de Macedo, opôs-se a algumas decisões parlamentares, que considerou danosas para os interesses portugueses, o que em simultâneo como um ambiente popular hostil, pesou na sua decisão em abandonar Londres⁷². O seu desempenho no auxílio ao rei britânico seria, posteriormente, reconhecido por Carlos II, que a 28 de Junho de 1661 gratificou o filho daquele, Luís Gonçalo de Sousa de Macedo, com o título hereditário de barão de Mullingar na Irlanda⁷³.

Ao escasso apoio obtido na Europa, acrescentou-se o incremento da acção neerlandesa no Império. Estes ocuparam o território angolano em 1641 e na Ásia não cumpriram o acordo celebrado na Europa, atacando navios e possessões portuguesas e bloqueando o porto de Goa até 1644, no intuito de darem seguimento à sua política comercial naquelas paragens. As duas companhias comerciais das Províncias Unidas eram da opinião que, embora fosse importante ter o Reino português como aliado no conflito contra a monarquia hispânica, a aliança entre as duas Coroas não deveria estender-se aos territórios ultramarinos, de modo a dar continuidade ao crescente poderio comercial neerlandês, nomeadamente no comércio marítimo asiático⁷⁴.

Contudo, perante a pressão exercida pelos Estados Gerais, os Neerlandeses após a ratificação oficial das tréguas na Europa terem chegado ao Oriente, acabaram por ali declarar a paz a 7 de Outubro de 1642⁷⁵. No entanto, os conflitos mantiveram-se devido a divergências em torno do Ceilão, sendo finalmente encerrados a 10 de Novembro de 1644, com a proclamação de uma trégua de oito anos na Ásia, que estipulava entre outras coisas, a divisão de terras no Ceilão, local onde o antagonismo entre os dois poderes era mais grave⁷⁶. Apesar do período de paz na Europa e no Império, em 1645 verificou-se a revolta

⁷² Cf. Edgar Prestage, *As Relações Diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668*, Coimbra, Impr. da Universidade, 1928, pp. 117-119.

⁷³ Cf. *Ibidem*, pp. 115-116; Eduardo Brazão, *A Diplomacia Portuguesa...*, *op. cit.*, vol. I, p. 100.

⁷⁴ Cf. C. R. Boxer, *The Dutch Seaborne Empire...*, *op. cit.*, pp. 85-87.

⁷⁵ Cf. Maria Manuel Sobral Blanco, *O Estado Português da Índia...*, *op. cit.*, p. 636.

⁷⁶ Cf. *Ibidem*, pp. 637-643 e 646-649; Ernestina Carreira, "Aspectos Políticos", *op. cit.*, p. 19.

portuguesa no Pernambuco, o que levou D. João IV a fornecer o seu apoio, de forma não oficial, por intermédio de homens, navios e armas⁷⁷.

A juntar a estes vectores externos, o Reino português vivia momentos turbulentos, realidade natural nos primeiros tempos de uma nova dinastia, sobretudo se originária de um movimento de insurreição. Deste modo, os primeiros anos do reinado de D. João IV foram marcados por uma forte agitação política. Alguma fidalguia importante (nobreza antiga e alguns titulares) abandonou o reino em Fevereiro de 1641, com destino a Castela, incluindo os governadores indigitados das estratégicas praças de Tânger e Ceuta, o que levantou dúvidas quanto à unanimidade do movimento de Dezembro e ao apoio da nobreza portuguesa residente em Madrid, assim como aumentou as desconfianças internas, o clima de suspeição e a consequente sucessão de desterros e prisões. Os motivos desta fuga prenderam-se com a oposição ao novo rei, assim como a crença que este seria rapidamente subjugado por Madrid. Os desertores procuraram assim não se comprometer com o novo poder, evitando as consequências que aquele apoio teria junto da Coroa hispânica⁷⁸. Para além do mais, este movimento caracterizou-se como mais do que um “simples protesto de fidelidade ao rei que consideravam legítimo. Implicava uma estratégia definida que visava entravar o processo de autonomização de Portugal, através da apropriação das suas fontes de receita ultramarina, onde o Brasil pontuava”⁷⁹.

Este clima de agitação política conduziu, em Julho de 1641, a uma série de prisões a nobres, eclesiásticos e pessoas do aparelho do Estado, assim como a uma dezena de penas capitais, pela participação numa conjura contra o monarca. Esta passava pelo assassinato da família real e teve como um dos principais instigadores o arcebispo de Braga, que a partir do Reino procurou, juntamente com importantes figuras da fidalguia, conspirar contra a nova dinastia⁸⁰. A instabilidade interna, contudo, não findou, em virtude do antagonismo entre o grupo dos aclamadores e algumas figuras do antigo governo (e próximas de Madrid) que permaneceram no poder, como era o caso de Francisco de Lucena, secretário de Estado, que foi executado por traição em Abril de 1643⁸¹. Um pouco mais tarde, entre

⁷⁷ Cf. Jacques Marcadé, “O Quadro Internacional e Imperial”, in *O Império Luso-Brasileiro, 1620-1750*, vol. VII, Frédéric Mauro (coord.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques (dirs.), Editorial Estampa, Lisboa, 1991, pp. 32-37.

⁷⁸ Cf. Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, s.l., Circulo de Leitores, 2006, pp. 105-106, 109 e 112.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 113.

⁸⁰ *Ibidem*, pp. 114-124.

⁸¹ *Ibidem*, pp. 129-130 e 134-135.

1646-47, o monarca português sofreu duas novas tentativas de regicídio⁸², sinal de que perdurava a instabilidade interna e a oposição à Coroa, a partir do interior e de Madrid.

Os primeiros anos do reinado de D. João IV foram assim marcados por fortes tensões políticas e intensas lutas de poder. Contudo, apesar destas indefinições e contrariedades, houve uma total adesão das possessões ultramarinas à Restauração, com excepção de Ceuta. De facto, o conde de Sarzedas, governador de Tânger, acabou por aclamar D. João IV em 1643, o mesmo sucedendo com o marquês do Montalvão, vice-rei do Brasil, o que fez gorar os intentos dos seus familiares e da fidalguia fugida, que viam naquela possessão um importante rombo na frágil fazenda portuguesa⁸³. Esta coesão no além-mar assumiu-se como um dado bastante positivo e uma condição fulcral na continuidade do movimento restaurador⁸⁴.

Em 1647, D. Vasco Luís de Gama (agora marquês de Nisa), foi de novo enviado a Paris, com a intenção de tentar incluir o Reino português no acordo franco-espanhol que se negociava no rescaldo da Guerra dos Trinta Anos. Caso esta proposta não fosse aceite, o embaixador português tinha como instrução procurar obter uma trégua de vinte anos com a monarquia hispânica⁸⁵, assim como reatar os projectos de casamento de D. Teodósio. As propostas para este enlace iam agora mais longe, pois pretendia-se entregar a Coroa ao príncipe após o seu casamento, deixando a regência do Reino durante a sua menoridade, entregue ao duque de Orléans. D. João IV, iria por sua vez para o Brasil, onde aclamar-se-ia rei⁸⁶. Perante a iminente paz franco-espanhola de Munster e a consequente focalização hispânica sobre a fronteira portuguesa, o Reino português atingia assim uma posição limite, utilizando o seu trono como um trunfo diplomático, situação sintomática do perigo que advinha da perda do apoio francês⁸⁷. No entanto, o marquês de Nisa recusou-se a mediar

⁸² *Ibidem*, pp. 183-184.

⁸³ *Ibidem*, pp. 114, 179. Pouco depois, o marquês do Montalvão acabou por ser destituído do vice-reinado, comprometido pela correspondência da sua mulher e filhos sobre a questão do não reconhecimento do novo monarca português.

⁸⁴ Cf. Pedro Soares Martinez, *História diplomática de Portugal*, *op. cit.*, p. 141; Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português...*, *op. cit.*, p. 247.

⁸⁵ Cf. José Calvet de Magalhães, *Breve história diplomática de Portugal*, *op. cit.*, p. 72.

⁸⁶ Cf. Edgar Prestage, *As Duas Embaixadas do 1º Marquês de Niza a França*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919, pp. 17 e 78-80, citado por Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, *op. cit.*, p. 182.

⁸⁷ A Coroa portuguesa planeava que D. Teodósio conseguisse posteriormente reaver o Reino, em poder do monarca francês. Numa outra perspectiva, esta proposta pode ser encarada somente como uma forma de a Coroa marcar a sua posição, demonstrando até onde estava disposta a ir de modo a garantir a liga defensiva com a França. Veja-se Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, *op. cit.*, p. 182.

tal oferta, que caracterizou de delirante⁸⁸. Quanto às restantes propostas, as exigências do primeiro-ministro Mazarino assim como a eclosão da *Fronde* francesa (1648-53), iriam interromper as negociações em curso⁸⁹. Seria no entanto o próprio Mazarino a propor, em 1652, a constituição de uma *liga formal*, pedindo todavia um preço muito elevado, o que levou o monarca português a adiar a questão⁹⁰.

Ao mesmo tempo era celebrado em 1648 o Tratado de Haia, que consagrou as pazes entre a monarquia hispânica e as Províncias Unidas, e que reconheceu a independência destas tal como o direito sobre as suas conquistas, o que constituiu um duro revés diplomático para a Coroa portuguesa⁹¹. De facto, os Portugueses vinham ganhando vantagem no confronto com os Neerlandeses no Brasil, em especial após a batalha do Guararapes, de Abril de 1648, que marcou doravante a supremacia portuguesa⁹². Nesse mesmo ano, os Portugueses reconquistaram o território angolano, por intermédio de uma expedição luso-brasileira saída do Rio de Janeiro, numa sucessão de acontecimentos que agudizou o relacionamento luso-neerlandês. Porém, o período de tréguas de oito anos seria cumprido, a que não foi alheia a pressão exercida pelos mercadores neerlandeses (interessados no proveitoso comércio de sal) e pela França sobre os directores da VOC na Europa (*Heeren XIX*), que prevaleceram às pressões dos directores da WIC (*Heeren XIX*), interessados no reacendimento do conflito⁹³. O Império português na segunda metade da década de 1640 e inícios da seguinte manteve, desta forma, alguma tranquilidade, tanto na oposição neerlandesa como dos poderes asiáticos. Contudo, após o término das tréguas, os conflitos reacenderam-se no Além-Mar e também na Europa, tendo sido equacionada uma aliança entre as Coroas hispânica e neerlandesa contra o Reino português⁹⁴.

⁸⁸ Cf. Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, op. cit., p. 182.

⁸⁹ Cf. José Calvet de Magalhães, *Breve história diplomática de Portugal*, op. cit., p. 72.

⁹⁰ Mazarino pediu pela aliança francesa o montante de três milhões de escudos franceses, reduzidos posteriormente para dois milhões e quatrocentos mil; para além disso, reclamou uma maior ofensiva militar portuguesa na fronteira espanhola, de acordo com o tratado de 1641, assim como o auxílio naval para atacar a cidade de Nápoles. Cf. Pedro Soares Martinez, *História diplomática de Portugal*, op. cit., pp. 143-144.

⁹¹ Cf. Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa...*, op. cit., p. 181.

⁹² Cf. Jacques Marcadé, "O Quadro Internacional e Imperial", op. cit., pp. 33-37.

⁹³ Cf. C. R. Boxer, "Portuguese and Dutch Colonial Rivalry, 1641-1661", in *Stvdia* n°2, 1958, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, p. 32; C. R. Boxer, *The Dutch Seaborne Empire...*, op. cit., p. 88.

⁹⁴ Cf. BL, *Add.* 36:330, fls. 8-35, in Conde de Tovar, *Catálogo dos Manuscritos Portugueses ou Relativos a Portugal Existentes no Museu Britânico*, Lisboa, Academia das Ciências, 1932, p. 291, citado por Pedro Soares Martinez, *História diplomática de Portugal*, op. cit., p. 147.

No Brasil prosseguiram os confrontos, que perduraram até 1654, altura em que o Recife e as últimas fortalezas neerlandesas foram tomadas, com excepção de Curaçau⁹⁵. Entretanto nas possessões asiáticas, o sultanato de Omã conquistou em Janeiro de 1650 a praça portuguesa de Mascate após um cerco de 14 meses, na primeira das muitas contrariedades que impuseram ao Estado da Índia. De facto, esta perda despoletaria nos anos seguintes a perda de todas as pequenas praças suas dependentes, limitando o poder português à pequena feitoria de Kung (Congo), perto de Bandar Abbas (Comorão)⁹⁶. Igualmente em meados da década de 1650, foi perdido o controlo português sobre os portos do Canará (Onor – Honawar, Braçalor – Basrur - e Mangalor - Mangalore), por intermédio da acção do reino de Equeri (Ikkeri), que aproveitou as investidas neerlandesas e a crise que o Estado da Índia experimentava⁹⁷, o que significou “o desmantelamento do cordão de fortificações que protegiam Goa e os seus portos do sul”⁹⁸. A norte da capital asiática portuguesa, o poder do sultanato de Bijapur também se fez sentir, tendo atacado, sem sucesso, Bardez e Salsete por duas ocasiões no mesmo decénio⁹⁹. A década de 1650 do Estado da Índia foi considerada (pela documentação oficial da época) como um período de grande turbulência, motivada pela acção destes poderes locais (sendo alguns antigos tributários do Estado da Índia) e pelos Neerlandeses (com o apoio daqueles), aproveitando ambos a concentração de esforços que a Coroa portuguesa focalizava no conflito ibérico e que aliada a uma dispersão militar e estrutural nos territórios orientais, impediu a adopção de uma estratégia defensiva adequada¹⁰⁰.

Por seu lado, a evolução da guerra civil no Reino Unido tinha conduzido à execução de Carlos I, a 30 de Janeiro de 1649, após as tropas escocesas o terem entregue dois anos antes aos parlamentares. Consequentemente, a monarquia e a Câmara dos Lordes foram abolidas, sendo instituída em Março de 1650 a “Commonwealth e o Estado Livre de Inglaterra”, cuja autoridade passou a ser exercida pelo Parlamento. O Conselho de Estado inglês, com a acção decisiva de Oliver Cromwell e Robert Blake, conseguiu resolver os problemas que alastravam pelo reino. Do ponto de vista militar, os revoltosos exércitos

⁹⁵ Cf. Sanjay Subrahmanyam, “Portugal no Jogo das Lutas Interimperialistas...”, *op. cit.*, p. 74; Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 182.

⁹⁶ Cf. Ernestina Carreira, “Aspectos Políticos”, *op. cit.*, p. 20.

⁹⁷ Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português...*, *op. cit.*, p. 253; Glenn J. Ames, *Renascent Empire?: the house of Braganza and the quest for stability in portuguese monsoon Asia, c.1640-1683*, Amesterdão, University Press, 2000, p. 157.

⁹⁸ Ernestina Carreira, “Aspectos Políticos”, *op. cit.*, pp. 24.

⁹⁹ Cf. Glenn J. Ames, *Renascent Empire?...*, *op. cit.*, pp. 155-156.

¹⁰⁰ Cf. Ernestina Carreira, “Aspectos Políticos”, *op. cit.*, p. 20.

escoceses e irlandeses foram subjugados em 1651; a nível político, Cromwell promoveu a união legislativa e económica da Inglaterra com a Escócia e a Irlanda, tendo estas assento no parlamento britânico, situação que foi terminada com a Restauração de 1660¹⁰¹.

Em função da abolição da monarquia, uma facção da armada real liderada pelos dissidentes príncipes do palatinado, Rupert e Maurice¹⁰², instalou-se no estuário do Tejo em finais de 1649. A Coroa portuguesa procurou manter uma posição neutral, não conseguindo contudo, evitar o seu envolvimento perante a esquadra parlamentar que entretanto havia chegado. Esta exigiu a entrega da frota dos príncipes e os navios por si entretanto apresados. Perante a recusa do monarca português, juntamente com a oposição ao desembarque do almirante Blake, foram capturadas sete embarcações da frota do Brasil, ao qual as autoridades portuguesas responderam com o apresamento de alguns residentes britânicos. As tensões avolumaram-se, tendo o porto de Lisboa sido bloqueado entre Maio e Setembro de 1650. A isto adicionou-se um novo ataque a catorze embarcações da frota do Brasil e realizou-se um breve e directo confronto entre as armadas portuguesa e parlamentar. Por fim, em Outubro, Blake regressou ao Reino Unido, dado que lhe era difícil manter o bloqueio no Tejo. Levantado este, a frota dos príncipes saiu da capital do Reino português, sendo mais tarde apresada em Cartagena, embora com uma fuga bem sucedida daqueles¹⁰³.

O adensar das relações gerado pela estadia dos príncipes, quase culminou na ruptura diplomática entre o reino português e a República britânica. O Reino português ficou deste modo, numa situação vulnerável perante o novo poder britânico, razão pela qual procurou de imediato aproximar-se do Parlamento londrino, enviando uma embaixada em Dezembro de 1650. Esta foi liderada pelo Dr. João de Guimarães e tinha como principal objectivo acordar tréguas e retomar a ligação comercial com a República parlamentar britânica, pois temia-se um possível acordo entre esta e a monarquia hispânica, que já havia reconhecido o parlamento londrino. No entanto, as clivagens bilaterais geradas em 1649-50 iriam condicionar a margem de manobra negocial portuguesa. De facto, para as negociações terem início, os Britânicos exigiram o cumprimento de algumas condições,

¹⁰¹ Cf. Maurice Ashley, *England in the Seventeenth Century*, op. cit., pp. 99 e 103-105; George Macaulay Trevelyan, *History of England*, op. cit., pp. 497, 499-500 e 503; E.L. Woodward, *A History of England*, op. cit., pp. 104-105 e 107.

¹⁰² Os príncipes Rupert e Maurice eram primos do monarca britânico, pois eram filhos de Frederico do Palatinado e Elisabeth Stuart, irmã de Carlos I.

¹⁰³ Cf. Pedro Soares Martinez, *História diplomática de Portugal*, op. cit., p. 152; José Calvet de Magalhães, *Breve história diplomática de Portugal*, op. cit., pp. 77-79; Eduardo Brazão, *A Diplomacia Portuguesa...*, vol. I, op. cit., pp. 101-103.

que incidiam sobre o anterior confronto na barra do Tejo¹⁰⁴. A intransigência britânica na cedência destes pontos gorou qualquer entendimento, tendo o enviado português regressado ao Reino em Maio do ano seguinte¹⁰⁵.

No entanto, em Setembro de 1652 foi efectuada uma nova tentativa de entendimento, com o envio de uma embaixada conduzida por João Rodrigues de Sá e Menezes, conde de Penaguião. Este tinha instruções para desbloquear o impasse gerado, o que foi obtido com a aceitação das condições anteriormente impostas pelo Parlamento britânico. Desta forma, a 29 de Dezembro daquele ano foram acordados seis artigos preliminares, que já haviam sido alinhavados pela anterior missão portuguesa, e procurou-se a partir destes delinear um acordo. Aqueles artigos incidiam na libertação dos britânicos presos em Lisboa; na restituição dos navios, bens apreendidos e respectivas indemnizações; na punição dos responsáveis pela morte de britânicos em território português; e no pagamento de 50 mil libras, juntamente com 114.246 libras referentes à venda das presas efectuadas pelos britânicos¹⁰⁶.

Não obstante este acordo preambular, os Britânicos voltaram a fazer novas exigências, jogando com a maior necessidade portuguesa em chegar a um entendimento. De facto, os comissários britânicos (com a influência dos mercadores) impuseram mais trinta e oito pontos e nove artigos adicionais, aos quais o embaixador português cedeu praticamente na totalidade. O monarca português demonstrou contudo, grande relutância em assinar este tratado, o que constituiu uma das razões para que se protelasse em mais de um ano a sua conclusão¹⁰⁷. No entanto, o Reino português experimentava na altura um posicionamento frágil e vulnerável no quadro europeu. Por um lado havia o dispendioso e desgastante confronto com a monarquia hispânica que perdurava desde 1640, a que se juntava o conflito aberto com as Províncias Unidas no Império e na Europa, o não reconhecimento do Papado, e a dúvida política externa francesa, já em fase de convergência com a monarquia hispânica. Por outro lado, também se temia que os Britânicos atacassem a frota brasileira. Todos estes vectores deixavam o Reino português perigosamente isolado, o que conduziu à necessidade premente de se aproximar do Reino Unido, facto que não invalidou a manutenção da procura do apoio francês.

¹⁰⁴ Cf. José Calvet de Magalhães, *Breve história diplomática de Portugal*, op. cit., p. 79.

¹⁰⁵ Cf. Edgar Prestage, *As Relações Diplomáticas de Portugal...*, op. cit., pp. 134-141.

¹⁰⁶ Cf. “Seis artigos preliminares celebrados entre o Embaixador português e o parlamento britânico”, 11.01.1652 (CTCP, II, pp. 188-194).

¹⁰⁷ Cf. Edgar Prestage, “The Treaties of 1642, 1654 and 1661” ..., op. cit., pp. 146-147.

1.2.3 - De Westminster aos Pirinéus

Neste quadro conjuntural, tornou-se inevitável o assentimento da coroa portuguesa perante o acordo esboçado com os Britânicos. A 10 de Julho de 1654 era, por fim, assinado em Westminster o tratado, num alinhamento possível com a República britânica, em que este obtinha amplas concessões e reconhecia a independência do Reino português (art. 1º), factor de extrema importância para os propósitos deste. Embora fossem estipulados privilégios comuns, como a liberdade de comércio em todos os domínios (art. 2º) e a livre entrada e partida de barcos nos portos de ambos (art. 18º), o tratado incidiu especialmente sobre direitos e regalias concedidas aos britânicos. Destes destacavam-se a liberdade religiosa nos domínios portugueses (art. 14º); a concessão de direitos judiciais, fiscais e económicos para britânicos residentes no Reino português (arts. 5º, 8, 9º e 13º); o direito de porte de armas ofensivas (art. 22º); e a restituição de naus, bens e dinheiro tomados nos senhorios da coroa portuguesa (art. 25º). Além disto, salientava-se a permissão de comércio nos territórios portugueses (art. 3º), com vários privilégios e isenções de direitos e tributos (art. 20º e artigo secreto), assim como a autorização de trato entre britânicos e espanhóis, incluindo o fornecimento de armas a estes (art. 10º). O comércio com o Brasil foi particularmente focado, sendo que os mercadores britânicos obtiveram a livre participação no comércio entre o território brasileiro e a metrópole portuguesa, com excepção de cinco produtos (farinha, peixe, vinho, azeite e pau-brasil), que permaneceram como exclusivo da Companhia do Brasil (art. 11º)¹⁰⁸. Apesar da resistência do rei português, que pretendeu alterar alguns pontos referentes às liberdades religiosas e exigências económicas¹⁰⁹, o tratado acabou por ser ratificado em Junho de 1656, a que não foi alheia a pressão exercida em Lisboa pelo almirante Blake e pelo conde de Sandwich (Edward Montagu)¹¹⁰. De salientar que, embora o acordo entre ambas as Coroas tivesse sido obtido, o irmão do conde de Penaguião (membro da missão portuguesa em Londres) foi condenado e executado em Julho de 1654, devido a uma quezília que resultou na morte de um oficial britânico¹¹¹. Em condições normais este acontecimento geraria necessariamente, uma tomada de posição da Coroa portuguesa mas, dada a relação de forças em jogo, pouco ou nada foi feito.

¹⁰⁸ Cf. “Paz e Confederação entre Portugal e o Reino Unido”, 10.07.1654 (CTCP, II, pp. 194-231).

¹⁰⁹ Cf. Carta do conde de Odemira para Cromwell de 25.06.1656 e carta de D. João IV para Francisco Ferreira Rebelo, provavelmente de Julho de 1656, in Visconde de Santarém, *Quadro Elementar das Relações diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, vol. XVII, Paris, J.P. Aillaud, 1859, pp. 103-104 e 106-110 respectivamente.

¹¹⁰ Cf. Eduardo Brazão, *A Diplomacia Portuguesa...*, vol. I, *op. cit.*, pp. 106-107.

¹¹¹ Cf. *Ibidem*, p. 106.

Do ponto vista britânico, o tratado de 1654 significou a imposição da sua supremacia e a consequente aquisição de vários benefícios, não apenas comerciais mas também sociais, religiosos, económicos e judiciais (que não conseguiram alcançar da monarquia hispânica¹¹²). O tratado colocava os britânicos, comerciantes e residentes, no território português, numa melhor condição que os naturais deste¹¹³. A Coroa portuguesa, por sua vez, talvez tenha pago um preço excessivo pela aliança e reconhecimento externo britânico, mas o quadro diplomático europeu acima descrito obrigava a todos estes esforços.

A ligação ao Reino Unido tinha um significado ainda mais relevante, no sentido em que este havia ressurgido nas contas do equilíbrio europeu. A sua guerra civil tinha terminado, sendo pouco depois alcançada a unificação com a Escócia, facto que possibilitou a adopção de uma política externa mais abrangente no Mar do Norte, nomeadamente com as Províncias Unidas. Por outro lado, os Tratados de Vestefália e de Haia de 1648 originaram o recrudescimento da rivalidade atlântica entre as Províncias Unidas e o Reino Unido. Para além do mais, o início da década de 1650 foi marcado pelo ressurgimento da marinha inglesa, que se edificou sobre uma base de constante eficiência e que transformou o Reino Unido como a maior força naval da época, para a qual em muito contribuiu a acção do almirante Blake entre os anos de 1649-57. O Acto Navegação de 1651¹¹⁴, fruto de uma nova política comercial, foi uma das causas da força da marinha britânica e um dos factores que espoletou a guerra marítima e comercial entre Britânicos e Neerlandeses de 1652-54. Esta marcou a supremacia dos primeiros, assinalada no Tratado de Westminster de 5 de Abril de 1654¹¹⁵. Os Britânicos, que fruto da turbulência interna da década de 1640 tinham-se afastado do palco europeu, voltaram a assumir uma forte preponderância no Velho Continente, outro factor que tornou premente o entendimento anglo-português. A Coroa portuguesa passou a apoiar-se neste ressurgimento britânico como o pilar na luta pela independência do seu Reino¹¹⁶.

¹¹² Cf. Pedro Soares Martinez, *História Diplomática de Portugal*, op. cit., p. 153.

¹¹³ Cf. Edgar Prestage, *As Relações Diplomáticas de Portugal...*, op. cit., p. 145 e 147.

¹¹⁴ O Acto de Navegação obrigou que a importação de mercadorias da Europa para a Inglaterra fosse realizada em barcos na posse de mercadores ingleses ou em embarcações pertencentes ao país exportador; para além disso, determinou que o transporte de mercadorias oriundas dos territórios extra-europeus fosse somente realizado por barcos coloniais ou britânicos. Esta lei foi propositadamente contra os interesses Neerlandeses, que possuíam um vasto comércio de trocas e foram os principais prejudicados com estas promulgações britânicas. Veja-se, Maurice Ashley, *England in the Seventeenth Century*, op. cit., p. 105.

¹¹⁵ Cf. George Macaulay Trevelyan, *History of England*, op. cit., pp. 504-505.

¹¹⁶ Cf. Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa...*, op. cit., pp. 182-184.

Entretanto verificou-se a aproximação do Reino francês à coroa portuguesa. Aquela, com menos pressão interna decorrente do fim da *Fronça*, procurou pressionar a monarquia hispânica com um hipotético entendimento com a Coroa portuguesa. Neste sentido, acordou em 1655 um tratado com Portugal que, contudo, não tinha tenções de ratificar¹¹⁷. A situação portuguesa era aproveitada assim pelo poder francês, que, por intermédio desta manipulação, pretendia adquirir um melhor posicionamento nas conversações de paz com a monarquia hispânica, que se arrastavam há vários anos e que se intensificaram na segunda metade da década de 1650. Esta aproximação hispano-francesa, juntamente com a maior disponibilidade espanhola decorrente de importantes sucessos contra a Catalunha, na guerra da Flandres e em Itália, aumentou as tentativas de aliança luso-francesas promovidas pela rainha regente D. Luísa de Gusmão (1656-62). Neste sentido, foi promovido o casamento da infanta D. Catarina com Luís XIII, gorado pelas reivindicações francesas de um maior esforço militar e da entrega da praça de Tânger¹¹⁸.

Não obstante o Tratado de Westminster, a Coroa portuguesa mantinha um posicionamento vulnerável, dado que aquele não lhe garantia o auxílio militar britânico perante a monarquia hispânica e as Províncias Unidas. Estas, em 1657, bloquearam o porto de Lisboa durante três meses¹¹⁹ (perdurando contudo a actividade comercial, inclusive com navios neerlandeses) tendo mesmo declarado guerra a Portugal em Outubro desse ano, embora não tendo sido efectivada¹²⁰. Por outro lado, perdurava o clima de instabilidade interna, marcado sobretudo pela agitação social em virtude do aumento da contribuição fiscal. De facto, a grave situação financeira do Reino, as dificuldades económicas decorrentes, por exemplo, da acção neerlandesa no Brasil¹²¹ e o esforço decorrente da guerra com a monarquia hispânica, obrigou a Coroa a aumentar a carga fiscal e a tributar novos impostos, como a décima, catalisadores de uma contestação generalizada¹²². A isto somava-se a questão dos bispos portugueses, não reconhecidos pelo Papado. Em 1654, o

¹¹⁷ Cf. *Ibidem*, p. 187.

¹¹⁸ Cf. Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI*, op. cit., pp. 79-80.

¹¹⁹ Cf. A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal – Das origens às revoluções liberais*, Lisboa, Palas Editores, 1974, p. 446.

¹²⁰ Cf. Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI*, op. cit., pp. 78-79; Pedro Soares Martinez, *História diplomática de Portugal*, op. cit., p. 147.

¹²¹ A acção neerlandesa no território brasileiro era bastante prejudicial aos interesses económico do Reino, dado que grande parte das receitas da fazenda real provinham do açúcar, esteio da economia portuguesa. Veja-se, Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI*, op. cit., p. 83; Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, op. cit., p. 200.

¹²² Cf. Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, op. cit., pp. 136-137.

Império português possuía somente dois bispos e, cinco anos depois, na metrópole restava o bispo de Targa. Esta situação seria apenas regularizada depois do acordo de pazes luso-espanhol de 1668, sendo o embaixador português, conde do Prado, recebido pelo Papa Clemente IX a 19 de Julho de 1670, que reconhecia por fim, a realeza portuguesa¹²³.

Neste contexto, foi enviada a Londres em Agosto de 1657, uma nova embaixada, liderada por Francisco de Melo e Torres, que tinha como objectivo a integração do Reino português numa aliança contra a monarquia hispânica, que se preparava entre a Suécia, o Reino Unido e a França. Caso esta não fosse conseguida, o embaixador português deveria procurar o estabelecimento de uma liga com a República britânica (igualmente contra os espanhóis), concedendo em troca o direito de as frotas deste permanecerem na costa e utilizarem os portos portugueses. A Coroa portuguesa, comprometia-se, de igual modo, a desencadear ataques terrestres paralelos às investidas navais britânicas. Esta seria uma liga defensiva e ofensiva, sendo precavido um hipotético socorro neerlandês às esquadras espanholas, devendo aquelas ser tratadas como inimigas. O Reino português pretendia desta maneira garantir o desejado apoio militar que ainda não conseguira obter, preponderante para a defesa da sua independência. Melo e Torres tinha, de igual modo, instruções para tentar a alteração dos dois artigos religiosos do tratado de 1654, o que demonstrava que a insatisfação portuguesa subsistia, apesar do tratado ter sido ratificado no ano anterior. Os objectivos referentes a ambas as ligas foram gorados: no primeiro caso, devido à recusa de Mazarino, que projectava naquela altura um entendimento com a monarquia hispânica; a liga anglo-portuguesa, por sua vez, não se concretizou em parte pela acção contaminadora das intrigas espanholas em Londres¹²⁴.

Paralelamente aos esforços desenvolvidos em Londres, era celebrado em 1659 o Tratado dos Pirinéus, que encerrou aquilo que o tratado de Vestefália de 1648 não havia conseguido, ou seja, as pazes franco-espanholas, pondo fim ao conflito iniciado em 1635. A monarquia hispânica, pressionada pela aproximação franco-britânica¹²⁵, chegava a um entendimento de pazes com o seu rival de mais de três décadas, o que deixou a Coroa portuguesa numa situação bastante delicada no quadro europeu. Esta tinha procurado minimizar de várias formas as consequências que aquele acordo originava, tendo para isso

¹²³ Cf. Pedro Soares Martinez, *História diplomática de Portugal, op. cit.*, pp. 149-151; José Calvet de Magalhães, *Breve história diplomática de Portugal, op. cit.*, pp. 91-92.

¹²⁴ Cf. Edgar Prestage, *As Relações Diplomáticas de Portugal...*, *op. cit.*, p. 154.

¹²⁵ Convenção comercial em 1655 e aliança formal dois anos depois. Veja-se Eduardo Brazão, *A Diplomacia Portuguesa...*, vol. I, *op. cit.*, p. 90.

oferecido uma larga soma de dinheiro e vários benefícios comerciais no Império, como contrapartida à sua integração no tratado ou a um acordo de tréguas prolongado. O Reino português chegou a comprometer-se em auxiliar militarmente o esforço de guerra francês, na eventualidade do acordo franco-espanhol não se realizar¹²⁶. Estas iniciativas portuguesas falharam, ficando a sua Coroa exposta de forma mais vinculada ao perigo espanhol. De facto, a monarquia hispânica poderia concentrar, doravante, os seus esforços militares sobre a fronteira portuguesa, dado que o acordo de 1659 forçou a Coroa francesa a cortar relações com o Reino português, assim como consagrou que este deveria prestar obediência ao monarca espanhol¹²⁷. O tratado dos Pirinéus significou, deste modo, o abandono definitivo do Reino francês como apoio principal na luta portuguesa contra a monarquia hispânica, passando a Coroa britânica a enquadrar-se como a grande e única alternativa de apoio à Coroa portuguesa.

No Império, a situação portuguesa era igualmente desfavorável, mantendo-se a acção ofensiva neerlandesa, que se traduziu em 1658 na conquista definitiva do Ceilão¹²⁸, numa estratégia que passou pelo bloqueio de Goa a partir de 1656, que se manteve até 1663¹²⁹. A isto acrescentavam-se as perdas na costa do Coromandel em 1658, nomeadamente Negapatão (Negapatam) e Tutucorim (Tuticorin) pelos Neerlandeses e S. Tomé de Meliapor (Mylapore) pelo sultanato de Golconda, o que significou a eliminação definitiva da presença portuguesa naquela área¹³⁰. Por sua vez, o sultanato de Omã continuava a hostilizar de forma directa o Estado da Índia, sendo protagonista de várias incursões na costa moçambicana e de ataques a Mombaça (entre 1660-61) e a Bombaim em 1661¹³¹.

Apesar destas sucessivas perdas, não se pode considerar que o Império português se encontrava em declínio, mas sim em processo de reformulação. De facto, perante o novo quadro que se verificava na Ásia, com a emergência e forte rivalidade das potências

¹²⁶ Cf. Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI*, op. cit., p. 85.

¹²⁷ Cf. Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa...*, op. cit., p. 189; Pedro Soares Martinez, *História diplomática de Portugal*, op. cit., p. 144; José Calvet de Magalhães, *Breve história diplomática de Portugal*, op. cit., pp. 74-75.

¹²⁸ Esta ilha era uma área de grande importância dada a sua posição estratégica como ponto de controlo da navegação entre o Índico Ocidental e o Golfo de Bengala. Veja-se Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português...*, op. cit., p. 252.

¹²⁹ Cf. C. R. Boxer, "Portuguese and Dutch Colonial Rivalry, 1641-1661", op. cit., p. 8.

¹³⁰ Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português...*, op. cit., pp. 252-254; Ernestina Carreira, "Aspectos Políticos", op. cit., pp. 22-23.

¹³¹ Cf. Glenn J. Ames, *Renascent Empire?...*, op. cit., pp. 163-164; Ernestina Carreira, "Aspectos Políticos", op. cit., p. 30.

estrangeiras e a pressão exercida pelos poderes locais, o Estado da Índia foi forçado a readaptar o seu modelo ultramarino, adequando-o da melhor forma às novas realidades que enfrentava. Desta forma, a política ultramarina centrou-se na territorialidade em desprimor da componente marítima, tendo implementado uma maior focalização no território brasileiro¹³², criado os Praços de Moçambique¹³³ em finais do século XVII e projectada as primeiras possessões territoriais na costa ocidental africana, nomeadamente Luanda e Benguela¹³⁴. Por fim, concentrou-se no Índico em regiões onde a presença portuguesa estava mais implantada, apostando na sua territorialidade (como foi o caso de Timor¹³⁵), numa forma de compensar as perdas dos entrepostos comerciais e dos territórios do Ceilão, por exemplo. No cômputo geral, foram abandonadas as possessões ligadas a uma lógica de imperialismo marítimo, apostando-se no desenvolvimento e crescimento das zonas territoriais do Império sobre o controlo da Coroa, numa “subalternização definitiva do Oriente¹³⁶” em função do desenvolvimento da territorialidade, em concreto do Brasil. No seguimento desta política, os Portugueses em meados de Seiscentos, mantinham no Índico as possessões de Diu, Damão, Baçaim, Chaul, Goa, Bardez, Salsete, Moçambique, Sofala, Macau e Timor, quase todas “enquadradas em sistemas de controlo de áreas territoriais”¹³⁷, numa presença diferente mas não menos abrangente e assertiva¹³⁸.

¹³² Veja-se, Guy Martinière, “A Implantação das Estruturas de Portugal na América (1620-1750)”, in *O Império Luso-Brasileiro, 1620-1750*, vol. VII, Frédéric Mauro (coord.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dirs.), Editorial Estampa, Lisboa, 1991, pp. 91-261.

¹³³ Veja-se, Maria Eugénia Alves Rodrigues, *Portugueses e Africanos no rio de Sena: os prazos da Coroa nos séculos XVII e XVIII*, dissertação de doutoramento apresentada em 2002 à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado).

¹³⁴ Veja-se, Maria de Fátima Diogo Tomás, *O município de Luanda no século XVII*, dissertação de mestrado apresentada em 2007 à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado).

¹³⁵ Veja-se Artur Teodoro de Matos, *Timor Português, 1515-1769: contribuição para a sua história*, Lisboa, Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1974.

¹³⁶ Cf. João Paulo Oliveira e Costa, “O Império Português em Meados do Século XVI”, in *Anais de História de Além-Mar*, nº3, Lisboa, 2002, p. 116.

¹³⁷ Cf. *Ibidem*, p. 116.

¹³⁸ Sobre esta temática, para além das obras citadas atrás e do artigo de João Paulo Oliveira e Costa, “O Império Português...”, *op. cit.*, pp. 87-121 (que apesar de abordar um período anterior problematiza algumas linhas condutoras da época que irão marcar o império em meados de Seiscentos), veja-se também Glenn J. Ames, *Renascent Empire?..., op. cit.*

1.3 - O Tratado de aliança e casamento de 1661

1.3.1 - O Acordo de 1660

O contexto europeu e ultramarino no dealbar da década de 1660 apontava a ligação ao Reino Unido como a única alternativa viável para a sobrevivência do Reino português. Esta opção havia-se acentuado durante a década anterior, marcada pela vincada volatilidade da política externa francesa e o antagonismo neerlandês, que se estendeu da Ásia para o continente europeu. Havia sido neste quadro que se celebrou o Tratado de Westminster, que marcou o início da convergência anglo-portuguesa, acentuada com o Tratado dos Pirinéus, que deixou a Coroa portuguesa somente com a opção britânica.

Contudo, em simultâneo com o acordo franco-espanhol, o quadro político britânico tinha sofrido profundas mudanças, o que limitou a actividade da embaixada portuguesa presente em Londres desde 1657. De facto, Oliver Cromwell faleceu a 3 de Setembro de 1658, sendo substituído pelo seu irmão Richard. Cromwell tinha-se declarado em 1653 *Lord Protector* da “Commonwealth” de Inglaterra, Escócia e Irlanda e empreendeu uma tenaz oposição à monarquia hispânica, sustentada por uma política fiscal agressiva como forma de manter a máquina militar. No campo religioso logrou obter a reconciliação das várias forças, algo que falhou em termos políticos¹³⁹. O seu irmão e sucessor, Richard Cromwell não tinha as características necessárias para governar o reino, o que espoletou a eclosão de vários conflitos no seio do exército. Um dos seus generais, Monck, deslocou-se desde a fronteira escocesa até Londres, defendendo a restauração da monarquia, demarcando-se de um poder militar e juntando a si vários apoiantes do exército e do antigo Parlamento. Em Abril de 1660 foi eleito um novo órgão parlamentar, que declarou que o governo deveria ser entregue ao rei inglês, Carlos II, que tinha sucedido ao trono após a morte do seu pai. Aquele entrou em Londres em finais de Maio de 1660, restaurando a monarquia¹⁴⁰.

Apesar desta conjuntura, Melo e Torres celebrou a 18 de Abril de 1660 um acordo com o então Conselho de Estado britânico (poder transitório para a monarquia restaurada). Aquele ajuste, embora não fosse a aliança desejada, estipulava o auxílio militar britânico,

¹³⁹ Cf. Maurice Ashley, *England in the Seventeenth Century*, op. cit., pp. 114-115; George Macaulay Trevelyan, *History of England*, op. cit., pp. 507 e 511.

¹⁴⁰ Cf. Maurice Ashley, *England in the Seventeenth Century*, op. cit., pp. 107-109; George Macaulay Trevelyan, *History of England*, op. cit., pp. 531-532; E.L. Woodward, *A History of England*, op. cit., p. 109.

por intermédio de venda de armas, fretamento de navios até vinte e quatro e alistamento de tropas, num máximo de 12 mil infantas e 2.500 cavaleiros¹⁴¹.

No entanto, a subida ao trono no mês seguinte de Carlos II, impediu a ratificação do acordo, pois o monarca tinha uma relação próxima com o seu congénere espanhol. De facto, os dois em 1656 (quando Carlos II estava no exílio) tinham acordado um tratado secreto, no qual o rei britânico se comprometia a auxiliar a Coroa hispânica contra o Reino português em troca do auxílio espanhol na recuperação do trono britânico¹⁴². Desta forma, Carlos II não pretendia antagonizar a monarquia hispânica, tendo igualmente que cumprir algumas obrigações, nomeadamente a restituição da Jamaica e de Dunquerque¹⁴³. Esta mudança conjuntural exigiu uma nova reaproximação diplomática portuguesa, pois era necessário reestabelecer os laços com a restaurada monarquia britânica, de cuja causa durante a República parlamentar, o reino português teve necessariamente de se afastar.

1.3.2 - Negociações Bilaterais

Neste sentido, Melo e Torres permaneceu em Londres de forma a marcar a posição do Reino português. Contudo, a iminência de um acordo anglo-espanhol era uma realidade bastante próxima, tal como o novo monarca britânico informou o embaixador português aquando da sua recepção a 9 de Agosto de 1660¹⁴⁴. Desta forma, Melo e Torres procurou de imediato promover o casamento entre Carlos II e a infanta D. Catarina, de forma a contrariar o entendimento entre Britânicos e Espanhóis e a obter o auxílio militar, que não conseguira devido ao cancelamento do tratado de 1660¹⁴⁵. As movimentações acerca daquele enlace realizaram-se de forma discreta, sugerindo o conde de Soure (embaixador em Paris) que a anterior proposta feita à França, de dois milhões de cruzados mais Tânger,

¹⁴¹ Cf. José Ferreira Borges de Castro, *Collecção dos Tratados... op.cit.*, pp. 226-233.

¹⁴² Cf. CTCP, IX, pp. 119-120, citada em Pedro Soares Martinez, *História diplomática de Portugal...*, op. cit., pp. 167-168, nota de rodapé 45.

¹⁴³ Cf. C. R. Boxer, "Vicissitudes das Relações Anglo Portuguesas no Século XVII", in *600 anos de aliança anglo-portuguesa*, Londres, British Broadcasting Corporation, 1973, p. 29.

¹⁴⁴ Cf. Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI...*, op. cit., p. 87.

¹⁴⁵ Cf. Edgar Prestage, *As Relações Diplomáticas de Portugal...*, op. cit., p. 155.

fosse canalizada para um duplo enlace: D. Catarina com Carlos II e Henriqueta Stuart, (irmã do monarca britânico, filha de Carlos I e Henriqueta Stuart), com D. Afonso VI¹⁴⁶.

A Coroa portuguesa somente avançou com a proposta de casamento entre a infanta portuguesa e o monarca britânico, ficando demonstrado face ao dote oferecido, a necessidade e o interesse português. Aquele englobava dois milhões de cruzados, as praças ultramarinas de Tânger e Bombaim e a oferta de liberdade de comércio e residência para os súbditos britânicos. Em troca, era pretendida a protecção britânica aos domínios portugueses contra as investidas espanholas e neerlandesas, assim como a liberdade de culto para a infanta em terras britânicas¹⁴⁷. O interesse do Reino Unido recaiu sobretudo sobre o dote, o maior que até à época algum rei britânico houvera recebido¹⁴⁸. Para além do mais, a morte do irmão do monarca britânico, o duque de Gloucester, tinha aumentado a necessidade de se efectuar um enlace matrimonial que assegurasse a linhagem, dado que apenas restava o duque de York como herdeiro directo masculino¹⁴⁹. A estes factores juntava-se a influência exercida na corte londrina pelos mercadores britânicos que negociavam com o Reino português. De facto, ainda antes do embaixador português ter sido recebido, aqueles apresentaram ao monarca um memorando (a que não seria alheia a influência de Melo e Torres), defendendo a manutenção da ligação comercial com Portugal pelos proveitos que desta advinham¹⁵⁰. Perante a resposta positiva de Carlos II à proposta apresentada, Melo e Torres regressou a Portugal em Outubro de 1660, voltando em Fevereiro do ano seguinte à capital britânica, munido das procurações da infanta D. Catarina e da rainha regente, onde lhe eram conferidos os poderes para acertar o enlace e a aliança com o monarquia britânica¹⁵¹.

No entanto, aquando do seu regresso a Londres, o agora intitulado conde da Ponte (por mercê de 11 de Janeiro de 1661), deparou-se com um clima de forte pressão para impedir a consumação do enlace que se negociava. Os protagonistas daquela eram o embaixador espanhol (apoiado pelo conde de Bristol), os protestantes (contrários a um

¹⁴⁶ Cf. Theresa M. Schedel de Castello Branco, *Vida de Francisco Mello Torres, 1º Conde da Ponte, Marquês de Sande. Soldado e Diplomata da Restauração, 1620-1667*, Lisboa, Livraria Férrin, 1971, p. 377.

¹⁴⁷ Cf. José Calvet de Magalhães, *Breve história diplomática de Portugal...*, op. cit., p. 81; Edgar Prestage, *As Relações Diplomáticas de Portugal...*, op. cit., p. 155.

¹⁴⁸ Cf. George Clark (ed.), *The Oxford History of England - The Later Stuarts, 1660-1714*, vol. 10, 2ª edição, Oxford, Clarendon Press, 1956, p. 60

¹⁴⁹ Cf. Theresa M. Schedel de Castello Branco, *Vida de Francisco Mello Torres...*, op. cit., p. 380.

¹⁵⁰ Cf. *Ibidem*, p. 363.

¹⁵¹ Procurações da infanta D. Catarina a Melo e Torres para acertar o casamento, da rainha regente a Melo e Torres para negociar o enlace matrimonial como mandatário real e de novo D. Luísa de Gusmão para o embaixador português para celebrar a aliança como mandatário real, todas de 11.01.1661 (CTCP, II, pp. 240-242, 272-274 e 275, respectivamente).

casamento católico) e os católicos britânicos (uns discordantes de um acordo com Portugal pelo facto da sua maioria ser pró-espanhola, outros contra a entronização de uma católica oriunda de um Reino em conflito com o papado¹⁵²). A pressão exercida, nomeadamente pela facção espanhola, passou pela tentativa de arranjar um novo partido para o monarca britânico. Várias foram as princesas propostas, como a de Parma (favorita dos espanhóis e de muitos católicos ingleses), Mary, princesa de Orange¹⁵³ e Marie Mancini (sobrinha de Mazarino). Para além disso, os diplomatas espanhóis, franceses, neerlandeses e dinamarqueses, uniram-se para pôr à disposição do monarca britânico um dote superior ao proposto pelo embaixador português¹⁵⁴, assim como criaram os rumores que punham em causa a capacidade financeira da Coroa portuguesa. Os boatos também atingiram D. Catarina, tendo circulado na opinião pública rumores que denegriram a sua imagem física e psicológica, e que puseram em causa a sua espiritualidade e capacidade de procriar¹⁵⁵.

A acção de Luís XIV terá sido decisiva neste contexto, pois dada a recusa de Carlos II em desposar a sobrinha de Mazarino, o governo francês passou a apoiar a opção portuguesa, preferível, na sua óptica, a um enlace anglo-espanhol. Este apoio consubstanciou-se na disposição em auxiliar militarmente (sob a forma dinheiro) o Reino britânico, caso a sua opção recaísse sobre a infanta portuguesa¹⁵⁶. Combatidas, com sucesso, as pressões externas e internas à aproximação anglo-portuguesa que se desenhava, Melo e Torres pôde retomar de forma mais objectiva as negociações com a Coroa britânica que, perante esta reaproximação foi ameaçada de guerra pelo embaixador espanhol, algo que não se viria a efectivar¹⁵⁷. Note-se que, em simultâneo às negociações anglo-portuguesas, mantiveram-se conversações entre as Coroas ibéricas, tendo sido equacionado o casamento entre a infanta D. Catarina e Juan de Áustria, filho ilegítimo de Filipe IV¹⁵⁸.

Na sua segunda embaixada, as instruções do conde da Ponte eram bastante objectivas: oferta de um milhão de cruzados como dote e outro milhão pelo auxílio defensivo (pensava-se que esta divisão facilitaria a aceitação da opinião pública portuguesa); doação da ilha de Bombaim e de Tânger; restituição das praças que os Britânicos

¹⁵² Cf. T. Bentley Duncan, *Uneasy Allies, Anglo-Portuguese Commercial, Diplomatic and Maritime Relations, 1642-1662*, Chicago, 1967, p. 406.

¹⁵³ Filha de William III, príncipe de Orange e futuro *stadthouder* das Províncias Unidas em 1672 e posteriormente também monarca britânico, a partir de 1689.

¹⁵⁴ Cf. Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI...*, op. cit., p. 88; Edgar Prestage, *As Relações Diplomáticas de Portugal...*, op. cit., pp. 158 e 160.

¹⁵⁵ Cf. Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI...*, op. cit., p. 88; Edgar Prestage, *As Relações Diplomáticas de Portugal...*, op. cit., pp. 158-159.

¹⁵⁶ Cf. Edgar Prestage, *As Relações Diplomáticas de Portugal...*, op. cit., p. 163.

¹⁵⁷ Cf. Carta de Francisco de Melo para a rainha regente, 09.05.1661 (CTCP, II, pp. 242-245).

¹⁵⁸ Cf. Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI*, op. cit., p. 88.

conquistassem aos Neerlandeses e que fossem de antiga posse portuguesa, pelo menos o porto de Colombo e Mascate; e impedimento dos súbditos britânicos residirem nas praças portuguesas, ou pelo menos, ser limitada aos portos de menor importância¹⁵⁹. Os Britânicos fizeram, no entanto, exigências avultadas, pois às propostas do embaixador português, pretenderam igualmente a cessão de Baçaim, a entrega de Tânger antes do casamento (pois receavam que esta praça fosse perdida entretanto), a manutenção da infanta como pretendente ao trono português, a concessão de feitorias e liberdade comercial em todas as colónias portuguesas, e a isenção de pagamento no comboio das frotas do Brasil¹⁶⁰.

As negociações demoraram alguns meses, tendo sido mantidas em segredo, vindo somente a público as negociações de índole comercial¹⁶¹. Uma das questões mais complicadas dizia respeito à intransigência britânica para que Tânger fosse cedida antes do casamento¹⁶². Procurando desbloquear esta questão, e sendo da opinião que aquela entrega antes do enlace seria perigosa caso este não se viesse a efectivar, Melo e Torres propôs a participação da Coroa portuguesa no apoio à recuperação de Tânger caso esta praça fosse perdida antes da entrega, dando-se a ilha de S. Tomé como penhora até que aquela fosse recuperada¹⁶³. A situação de Tânger era também uma questão sensível no interior do Reino¹⁶⁴, razão pela qual a rainha regente deu ordens para que a sua cedência não fosse apresentada à sessão do Conselho de Estado de 29 de Agosto de 1661¹⁶⁵. Foi de igual modo decidido enviar um novo vice-rei para a Índia, temendo-se que a cessão de Bombaim não fosse pacífica junto dos poderes do Estado da Índia, podendo Goa recusar a sua entrega. Este facto terá conduzido os dois reinos a combinar o envio de um novo vice-rei, a transportar pelas forças britânicas, que teriam ordens para usar a força caso houvesse resistência no desembarque do oficial português. A opção recaiu sobre António de Melo de Castro, de quem se estaria seguro de uma entrega sem problemas¹⁶⁶. O receio de uma recusa local tinha levado a rainha regente a escrever para os governadores da Índia (ainda

¹⁵⁹ Cf. Theresa M. Schedel de Castello Branco, *Vida de Francisco Mello Torres...*, op. cit., pp. 388-389.

¹⁶⁰ Cf. Edgar Prestage, *As Relações Diplomáticas de Portugal...*, op. cit., p. 161.

¹⁶¹ Cf. Virgínia Rau, *D. Catarina de Bragança, Rainha de Inglaterra*, Coimbra, 1941, p. 32.

¹⁶² Cf. Ofícios de Francisco de Melo para a corte, de 4 e 11.04.1661, in Visconde de Santarém, *Quadro Elementar...*, vol. XVII, pp. 171-172.

¹⁶³ Cf. Edgar Prestage, *As Relações Diplomáticas de Portugal...*, op. cit., p. 161.

¹⁶⁴ A entrega da praça de Tânger era um assunto delicado dada à sua proximidade com o Reino além de toda a carga simbólica e ideológica que as conquistas e possessões africanas detinham na alta fidalguia portuguesa e no espírito de Cruzada que pautou a expansão portuguesa século antes.

¹⁶⁵ Cf. L. de Figueiredo Guerra, "Um diploma secreto", in *Arquivo Histórico Português*, vol. VI, Lisboa, 1908, pp. 225-226, citada em Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI*, op. cit., pp. 92-93.

¹⁶⁶ Cf. Virgínia Rau, *D. Catarina de Bragança...*, op. cit., p. 48; William Foster, *The English Factories in India, 1661-64*, Oxford, Clarendon Press, 1923, p. 129, citando a biografia de Lord Clarendon.

antes do tratado estar finalizado), dando conta do iminente acordo, sublinhando a importância que aquele tinha para a Coroa portuguesa. Referia em particular a cedência da ilha de Bombaim e ressaltava que os seus habitantes manteriam o culto católico e os direitos adquiridos. Meses depois do tratado ter sido firmado, a regente voltava a comunicar com Goa a dar conta do acordo e reafirmar a necessidade de um bom relacionamento com os britânicos de forma a fortalecer a nova aliança¹⁶⁷

Tendo-se chegado a um acordo total entre as duas Coroas, Carlos II anunciou a sua resolução em contrair matrimónio com a infanta portuguesa ao Conselho de Estado e Parlamento britânico, a 9 e 18 de Maio respectivamente¹⁶⁸, tendo Melo e Torres regressado a Lisboa em finais de Julho, após a concretização dos objectivos que a sua missão encerrava.

Durante o processo negocial, Melo e Torres pediu auxílio a Carlos II contra os Neerlandeses, dado que estes ameaçavam atacar a cidade de Goa¹⁶⁹. Esta informação tinha-lhe sido veiculada pelas próprias autoridades britânicas, referindo que o contingente neerlandês era composto por cerca de 30 naus e 8 mil infantas, mas que já tinham sido tomadas diligências para os impedir¹⁷⁰. A acção britânica de modo a sustentar este avanço sobre Goa, traduziu-se na pressão sobre os representantes das Províncias Unidas em Londres: primeiro com o envio de três conselheiros a casa dos embaixadores neerlandeses, com o intuito de demonstrarem a oposição britânica às investidas neerlandesas contra as possessões portuguesas na Ásia¹⁷¹; em seguida pelo próprio monarca britânico, que comunicou aos ditos embaixadores que caso se mantivessem os intentos ofensivos sobre as possessões portuguesas na Índia, o tratado bilateral de paz e aliança não se efectuaria, rompendo inclusive com as Províncias Unidas¹⁷². Posteriormente, destacou um enviado para Haia, o cavaleiro Downing, com instruções para pedir a restituição dos territórios que os Neerlandeses tomassem a partir do momento que aceitassem a mediação britânica do acordo de pazes luso-neerlandês¹⁷³.

¹⁶⁷ Cartas régias para os governadores do Estado da Índia, Lisboa, 21.05 e 27.11.1661 (HAG, MR, 28A, fl. 227 e HAG, MR, 28B, fl. 524).

¹⁶⁸ Cf. Edgar Prestage, *As Relações Diplomáticas de Portugal...*, op. cit., p. 162; Virgínia Rau, *D. Catarina de Bragança...*, op. cit., pp. 50-51.

¹⁶⁹ Cf. Edgar Prestage, *As Relações Diplomáticas de Portugal...*, op. cit., p. 163.

¹⁷⁰ Cf. Ofício de Francisco de Melo e Torres de 17.02.1661 e carta deste para a corte de 19.02.1661, in Visconde de Santarém, *Quadro Elementar...*, op. cit., vol. XVII, pp. 148-151 e 152-153, respectivamente.

¹⁷¹ Cf. Ofício do conde da Ponte à rainha regente de 04.03.1661, in *ibidem*, pp. 162-163.

¹⁷² Cf. Carta do conde da Ponte para a rainha regente de 23.03.1661, in *ibidem*, pp. 169-171.

¹⁷³ Cf. Ofício do conde da Ponte para a corte, de 11.06. 1661, in *ibidem*, pp. 205-206.

1.3.3 - Estipulações do Tratado

O tratado de paz e aliança foi assinado a 23 de Junho de 1661¹⁷⁴ (ratificado pela Coroa portuguesa a 28 de Agosto e pelo Reino Unido a 20 de Setembro do mesmo ano), e estipulou primordialmente que os Portugueses cediam aos Britânicos a estratégica praça marroquina de Tânger, podendo contudo permanecer ali todos os habitantes e soldados que assim o desejassem, usufruindo de liberdade religiosa e igualdade civil (art. 2º e 3º). Seria pago um dote no valor de dois milhões de cruzados portugueses, sendo que a infanta poderia manter o seu culto católico em terras protestantes e gozar de uma renda e residência vitalícias (arts. 5º, 7º, 8º e 10º). Além destas concessões, os Portugueses entregavam a ilha e porto de Bombaim “com todos os seus direitos, proveitos, territórios e quaisquer pertenças”¹⁷⁵, alegadamente com vista a aumentar a presença britânica na Ásia e incrementar o seu comércio, sendo previsto o auxílio aos Portugueses, face à “força e invasão” das Províncias Unidas. Estabelecia-se que esta entrega deveria ser feita com toda a brevidade, ficando a armada que tomaria posse obrigada a dar “toda a segurança de amizade, socorro e auxílio aos súbditos do Senhor Rei de Portugal nas Índias Orientais e protegê-los no comércio e navegações que ali fizerem”¹⁷⁶. Os habitantes da ilha de Bombaim poderiam ali permanecer, como súbditos do monarca britânico, usufruindo de total liberdade religiosa (art. 11º). Ainda no Estado da Índia fazia-se um acordo de partilha das possessões que eventualmente pudessem vir a ser reconquistadas, com especial incidência sobre o Ceilão (art. 14º), sendo igualmente outorgados aos comerciantes britânicos variados benefícios em todos os domínios da Coroa portuguesa, nomeadamente os mesmos privilégios, liberdades e imunidades que os Portugueses ali residentes usufruíam (arts. 12º e 13º).

Em contrapartida, Portugal recebia fundamentalmente o auxílio britânico na defesa da sua integridade territorial, o que se traduzia na preparação e envio de um contingente militar terrestre, composto por dois regimentos de 500 cavalos e dois terços de mil infantes cada um (cujo soldo seria, porém, pago pela Coroa portuguesa), e de uma esquadra de naus em caso de invasão (art. 15º). Carlos II comprometia-se, de igual modo, a nunca estabelecer relações com a monarquia hispânica em prejuízo de Portugal (art. 18º) e a intermediar as pazes entre este Reino e as Províncias Unidas, apoiando-os militarmente caso os

¹⁷⁴ Cf. “Tratado de paz e aliança entre Portugal e o Reino Unido”, 23.06.1661 (CTCP, II, pp. 250-273; 278-285).

¹⁷⁵ Cf. *Ibidem*, p. 263.

¹⁷⁶ Cf. *Ibidem*, p. 265.

Neerlandeses recusassem as condições propostas para um entendimento (artigo secreto). A força que fosse enviada pelo rei britânico para tomar posse de Bombaim deveria, assim, seguir suficientemente apetrechada e mandatada para defender as possessões portuguesas, comprometendo-se o dito monarca a combater pela restituição das conquistas que tivessem sido feitas pelos Neerlandeses ao longo das negociações para um acordo luso-neerlandês (artigo secreto).

A nova rainha britânica foi transportada para o Reino Unido acompanhada de Melo e Torres, agora marquês de Sande, intitulado a 21 de Abril de 1662. O casamento realizou-se a 31 de Maio desse ano, embora o pagamento da totalidade do dote não tivesse sido cumprido. Esta questão iria prolongar-se durante vários anos, não chegando a pôr em causa, nem o tratado nem o relacionamento entre as duas Coroas.

De facto, o avultado dote de dois milhões de cruzados colocou francas dificuldades à coroa portuguesa, em virtude dos crónicos impedimentos financeiros que atravessava desde a década de 1650. A solução encontrada, numa primeira instância, recaiu no aumento de impostos, facto que resultou no recrudescimento da insatisfação da população, nomeadamente de Lisboa, o que conduziu à convocação de Cortes para Novembro de 1661, posteriormente canceladas, pois temia-se que a reunião inflamasse ainda mais os ânimos¹⁷⁷. No entanto, não restou outra alternativa à Coroa que o recurso ao esforço financeiro da população, recorrendo a vários expedientes: em Julho de 1661, a regente portuguesa comunicou ao presidente e vereadores da câmara de Lisboa que iria dobrar as sizas por um período de dois anos; e meses mais tarde, foi promulgado o decreto régio que autorizava o senado de Lisboa a vender alguns foros¹⁷⁸. Para além disto, no Brasil recorreu-se a um donativo em açúcar e em numerário, sendo adicionados mais sacos de açúcar e especiarias do que houvera sido acordado, tendo a rainha recorrido “a tudo o que tivesse de valor”¹⁷⁹. De um modo geral, pareceu ter havido disponibilidade entre os grandes do Reino e o povo, para aceitar as exigências necessárias ao acordo, o que demonstrava a importância deste. De facto, as negociações eram na altura o tema dominante, existindo uma grande ansiedade para a sua conclusão no seio da corte portuguesa. O cônsul inglês em Lisboa,

¹⁷⁷ Cf. Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI, op. cit.*, pp. 89-91 e 92-93.

¹⁷⁸ Cf. Carta de D. Luísa de Gusmão para o conde de Vale de Reis, presidente, vereadores e procuradores da Câmara de Lisboa, 19.07.1661 e Decreto real de 03.11.1661 (CTCP, II, pp. 284-286 e 287-288, respectivamente).

¹⁷⁹ Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI, op. cit.*, p. 93 Virgínia Rau, *D. Catarina de Bragança, op. cit.*, p. 60.

Thomas Maynard, afirmava mesmo que para o povo português o casamento real era mais importante que todas as possessões do Estado da Índia¹⁸⁰.

Apesar da utilização destes expedientes, não se conseguiu reunir a totalidade do montante acordado. Deste modo, restava interceder junto do conde de Sandwich (embaixador extraordinário da corte britânica), que tinha chegado a Lisboa em Março de 1662 com a missão de receber o dote e de acompanhar a nova rainha ao Reino britânico. O embaixador deparou-se com uma conjuntura delicada dado que, tinha sido estipulado que caso algum dos artigos não fosse consumado antes do embarque da Rainha o tratado seria cancelado. No entanto, para além da praça de Tânger já estar ocupada e Sandwich não ter poderes para a restituir¹⁸¹, os Britânicos não tinham qualquer interesse em cancelar o acordo, tanto pelo avultado dote como pelas vantagens que o tratado lhes dava. Desta forma, o enviado britânico deu continuidade ao enlace, não se mostrando no entanto, nada favorável perante as intenções portuguesas em pagar metade do acordado em letras de crédito, o que fez com que levasse para Londres apenas 700 mil cruzados, juntamente com jóias, açúcar, roupas pessoais da rainha, mobília e especiarias¹⁸². A metade que devia ser entregue, não foi, atingida, tendo sido prometido que a parte em falta seria paga no ano seguinte¹⁸³.

A partir deste momento, a Coroa portuguesa procurou chegar a acordo com o Reino britânico. Aquando da sua terceira embaixada a Londres (1662-1665), o marquês de Sande tentou negociar a entrega da parte do primeiro milhão de cruzados ainda em falta. Esta ficou somente concluída em meados de 1663, conforme aquele informou a corte portuguesa em carta de 3 de Maio de 1663¹⁸⁴. Para o cumprimento da restante parte, foram tentados outros expedientes, como a dedução no dote do pagamento, alimentação e hospedagem dada aos soldados britânicos quando estes estiveram no Reino português a combater o inimigo espanhol¹⁸⁵. A totalidade do pagamento só ficou encerrada em 1684 devido, entre outros factores, às naturais dificuldades financeiras da Coroa e à sua incapacidade em combater a despesa consequente à guerra da Restauração¹⁸⁶.

¹⁸⁰ Cartas do cônsul Thomas Maynard, Lisboa, 1 de Fevereiro, 2 de Março e 30 de Maio de 1661 (NA, PRO, SP89/5, fls. 2, 5-6 e 15-17, respectivamente).

¹⁸¹ Cf. Virgínia Rau, *D. Catarina de Bragança, Rainha de Inglaterra*, op. cit., p. 69.

¹⁸² Cf. Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI*, op. cit., p. 93; T. Bentley Duncan, *Uneasy Allies...*, op. cit., p. 412.

¹⁸³ Cf. Rau, Virgínia, *D. Catarina de Bragança...*, op. cit., p. 70.

¹⁸⁴ Cf. Theresa M. Schedel de Castello Branco, *Vida de Francisco Mello Torres...*, op. cit., pp. 435-438.

¹⁸⁵ Cf. T. Bentley Duncan, *Uneasy Allies...*, op. cit., p. 412.

¹⁸⁶ Cf. Lucy M. E. Shaw, *The Anglo-Portuguese Alliance and the English Merchants in Portugal (1654-1810)*, Manchester, 1998, p. 15.

1.3.4 - Significado e Repercussões

Na altura da conclusão da união matrimonial, Sir William Morrice, secretário de estado britânico, afirmou que aquela não era um simples enlace entre o rei britânico e uma princesa, mas o casamento do Reino Unido com o Reino de Portugal¹⁸⁷. De facto, o matrimónio e o tratado marcaram o reinício do alinhamento com o Reino Unido como prioridade da política externa portuguesa e o consequente fim do isolamento do Reino português no quadro europeu. Este passava a ter doravante, “um apoio externo que não tinha apenas carácter circunstancial”¹⁸⁸, decisivo na resolução do conflito ibérico que grassava havia vinte e um anos. De facto, apesar do tratado ter confirmado os anteriores acordos de 1642 e 1654 e certificado deste modo as vastas garantias recebidas pelos Britânicos, o acordo de 1661 consagrou o auxílio militar britânico (ausente nos tratados prévios), indispensável nesta época na luta contra a monarquia hispânica na Europa e contra as Províncias Unidas na Ásia. Se nesta última os resultados obtidos foram parcos, na primeira a acção britânica foi decisiva, nomeadamente no apoio militar contra as campanhas espanholas entre 1662-65¹⁸⁹ e na mediação do processo de paz, iniciado logo em 1663¹⁹⁰.

Na perspectiva britânica, as principais vantagens do tratado diziam respeito ao aproveitamento da privilegiada posição portuguesa no comércio mundial, procurando por intermédio desta melhorar o trato britânico e alargar os domínios e territórios da sua Coroa. Tais pressupostos iam de encontro aos desejos da influente comunidade mercantil britânica sedada em Lisboa, que viram confirmadas as garantias e privilégios contidos no anterior tratado de 1654. A isto, os britânicos pretendiam pressionar a entrega de Baçaim, assim como aproveitar-se da fraqueza portuguesa face aos ataques Neerlandeses¹⁹¹. Ao mesmo tempo, o clima de incerteza que rodeava os mercadores neerlandeses no trato com o Reino português, dotou os comerciantes britânicos de um ascendente sobre o comércio português a partir do final do século XVII, consolidando uma posição dominante no trato de importantes produtos, como o sal de Setúbal, o açúcar do Brasil, o vinho da Madeira e o

¹⁸⁷ Cf. Carta de William Morrice para Melo de Castro, 9.05.1661, in BL, *Add.* 20:933, fls. 328-329, citada por T. Bentley Duncan, *Uneasy Allies...*, *op. cit.*, p. 400.

¹⁸⁸ Pedro Soares Martinez, *História diplomática de Portugal*, *op. cit.*, pp. 154.

¹⁸⁹ Cf. T. Bentley Duncan, *Uneasy Allies...*, *op. cit.*, pp. 419-420.

¹⁹⁰ Cf. Pedro Soares Martinez, *História diplomática de Portugal...*, *op. cit.*, pp. 154-155.

¹⁹¹ Cf. Historical Manuscripts Commission of Great Britain, *The Manuscripts of J.M. Heathcote, Esq, Conington Castle*, Norwich, Majesty Stationery Office, 1899, pp. 18-20, citado por Glenn J. Ames, *Renascent Empire?...*, *op. cit.*, p. 171.

escravos de Angola¹⁹². Para além destes comerciantes, também a EIC era em teoria beneficiada com o acordo, tendo já em ocasiões anteriores demonstrado o seu interesse em possuir um porto na costa ocidental indiana, de modo a pôr fim à instabilidade do seu estabelecimento em Surate, tendo já sido indicada a praça de Bombaim como uma boa solução para o cumprimento desse objectivo¹⁹³.

1.3.5 - Acção neerlandesa no Além-Mar após o acordo de 1661

Paralelamente ao acordo com o Reino britânico, a embaixada liderada por Henrique de Sousa Tavares, conde de Miranda, em Haia, obteve o acordo com as Províncias Unidas, a 6 de Agosto de 1661. Neste tratado, o Reino português comprometeu-se a pagar a soma de quatro milhões de cruzados em dezasseis anos em troca da renúncia neerlandesa sobre os territórios do Brasil e de África; concedeu aos Neerlandeses as liberdades comerciais que os Britânicos detinham no Além-Mar português; atribuiu benefícios alfandegários para os comerciantes das Províncias Unidas; fixou por mútuo acordo o preço do sal de Setúbal; estipulou que os conflitos entre os dois reinos acabariam na Europa dois meses após a assinatura deste tratado e no Império após a sua publicação, ficando os territórios sob o domínio de quem as possuísse na altura, sendo todas as conquistas posteriores restituídas¹⁹⁴. As concessões feitas pela Coroa portuguesa, se por um lado foram elevadas, por outro apresentaram-se como as necessárias para a manutenção das suas possessões ultramarinas, pondo cobro aos sucessivos ataques neerlandeses.

Apesar deste acordo na Europa e do acordo anglo-português, as investidas neerlandesas mantiveram-se, nomeadamente na Ásia, aproveitando o diferencial de tempo que ia entre a assinatura do tratado na Europa e a sua publicação oficial no Oriente. Deste modo, o acordo apenas foi ratificado a Dezembro de 1662 e publicado oficialmente a 14 de Março do ano seguinte, após terem sido obtidas as pretensões neerlandesas sobre as regiões portuguesas do Malabar. Com isto constatou-se que a recente aliança com os Britânicos

¹⁹² Cf. T. Bentley Duncan, *Uneasy Allies...*, op. cit., pp. 409-410 e 424.

¹⁹³ Cf. Shafaat Ahmad Khan, *Anglo Portuguese Negotiations Relating to Bombay (1660-1667)*, Londres, Humphrey Milford, 1940, pp. 421-31; William Foster, *The English Factories in India 1624-1629*, Oxford, Clarendon Press, 1909, pp. 142-44, 159, 195, 216, 219, 243 e 250, citado por Adriano José Ernesto Couto, *A Cessão de Bombaim à Inglaterra*, tese de licenciatura em ciências históricas e filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1952, p. 26 e ss.; Isau Santos, "A Cedência de Bombaim aos Ingleses", in *Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, CNCDP, 1995, pp. 275-76.

¹⁹⁴ Cf. José Ferreira Borges de Castro, *Collecção dos Tratados...*, op. cit., pp. 16-23.

não proporcionou o desejado e necessário auxílio perante as possessões asiáticas ameaçadas pelos Neerlandeses¹⁹⁵. De facto, estes aproveitaram o hiato de cerca de dezanove meses para encerrarem o ciclo de conquistas no Malabar, tomando aos Portugueses Coullão (Quílon, Dezembro 1661), Cranganor (Kranganur, Janeiro 1662) Cananor (Kannanur, Fevereiro 1662) e Cochim (Fevereiro 1663), tendo bloqueado a cidade de Goa durante este período de forma a impedir o envio de ajuda militar¹⁹⁶. Em simultâneo, os Neerlandeses tomaram igualmente as possessões portuguesas na costa do Ouro, mantendo-se ali activos no comércio aurífero e no tráfico negreiro para a América¹⁹⁷. Esta situação originou os protestos da Coroa portuguesa durante os anos seguintes, pedindo a restituição das praças conquistadas após a ratificação do tratado por Batávia. Estes diferendos só ficaram concluídos em 1669, no tratado de Haia, em que Portugal obteve a pacificação dos seus diferendos com as Províncias Unidas em troca da posse neerlandesa das praças de Cochim e Cananor e o pagamento, em Sal de Setúbal, de 500 mil cruzados¹⁹⁸.

¹⁹⁵ Cf. Glenn J. Ames, *Renascent Empire?...*, *op. cit.*, p. 28.

¹⁹⁶ Cf. *Ibidem*, p. 28; Sanjay Subrahmanyam, "Portugal no Jogo das Lutas Interimperialistas...", *op. cit.*, p. 74; C. R. Boxer, "Portuguese and Dutch Colonial Rivalry, 1641-1661", *op. cit.*, p. 8.

¹⁹⁷ Cf. Sanjay Subrahmanyam, "Portugal no Jogo das Lutas Interimperialistas...", *op. cit.*, p. 74.

¹⁹⁸ Cf. José Ferreira Borges de Castro, *Collecção dos Tratados...*, *op. cit.*, pp. 444-471; Pedro Soares Martinez, *História diplomática de Portugal*, *op. cit.*, p. 148; Sanjay Subrahmanyam, "Portugal no Jogo das Lutas Interimperialistas..." *op. cit.*, p. 74.

Capítulo 2 – A Resistência na Entrega e a Detença da Ilha

Em Junho de 1661, D. Pedro de Lencastre e Luís de Mendonça Furtado (D. Manuel Mascarenhas recusou o cargo) iniciaram o seu mandato como governadores do Estado da Índia, cujas funções desempenharam até Dezembro do ano seguinte, altura em que António de Melo de Castro assumiu o vice-reinado. Aquele governo, terá sido marcado pela discórdia e por disputas internas e pessoais entre os governadores e os fidalgos locais¹⁹⁹, ao qual se adicionaram as acções dos poderes locais e dos Neerlandeses assim como o desmembramento da rede de fortalezas da costa ocidental indiana a sul de Goa, que auxiliava a cidade²⁰⁰. Além disto, em virtude da guerra da Restauração, as atenções da Coroa portuguesa estavam vincadamente focalizadas no Reino, assim como no Brasil, o que esgotava os seus recursos e negligenciava as possessões asiáticas²⁰¹.

No território brasileiro tinha findado havia pouco tempo o conflito com os Neerlandeses, que mantinham a sua presença na costa atlântica africana e americana. Terminado em 1654, aquele confronto significou um grande desgaste e esforço financeiro da Coroa portuguesa. Contudo, em virtude da acção da Junta da Companhia Geral do Comércio, formada em finais de 1662, a actividade comercial regressou de forma progressiva à sua normalidade, contrastante com a realidade vivida na Índia²⁰².

Na região do Coromandel, a presença portuguesa reestruturou-se e procurou adaptar-se às novas condições existentes. Apesar da perda dos portos de Negapatão e S. Tomé de Meliapor, em 1658 e 1662 respectivamente, o comércio privado português conseguiu subsistir na zona em diversos moldes: em S. Tomé, as autoridades locais permitiram que os portugueses formassem um novo estabelecimento oficial em 1687 (que seria conquistado pelos Britânicos em 1749); em Bengala, a cidade de Ugolim surgiu a partir da década de 1660 como um centro de comércio privado português; por fim, constatou-se um franco crescimento da presença portuguesa em Porto Novo, que na década de 1680 se assumia como o porto de maior relevo na costa do Coromandel a sul de Madrasta. Estes são exemplos da manutenção da vitalidade do comércio português

¹⁹⁹ Cf. Glenn J. Ames, *Renascent Empire?...*, op. cit., p. 45.

²⁰⁰ Cf. Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI*, op. cit., p. 156.

²⁰¹ Cf. *Ibidem*, p. 156; Glenn J. Ames, *Renascent Empire?...*, op. cit., pp. 207-208.

²⁰² Cf. Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI*, op. cit., p. 157.

naquelas paragens, se bem que sem a dimensão da centúria quinhentista e com uma maior autonomia em relação a Goa, situação também visível em Macau, cujo comércio manteve uma actividade abrangente, que passou por Manila, Tonquim, Bantão, Batávia, Insulíndia Oriental e arquipélago das Pequenas Sunda. Nestas últimas, a presença portuguesa centrou-se nas ilhas de Timor e Flores, palco de fortes antagonismos com os Neerlandeses²⁰³.

²⁰³ Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português...*, op. cit., pp. 284-296. Veja-se Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dirs.), *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Oriental*, vol. VI, tomos 1 e 2, Maria de Jesus dos Mártires Lopes, Editorial Estampa, Lisboa, 2006; Artur Teodoro de Matos, *Timor Português, 1515-1769: contribuição para a sua história*, Lisboa, Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1974; Jorge Flores, "Macau: Os Eventos Políticos – 1", *Macau e Timor – O Declínio do Império*, vol. II, *História dos Portugueses no Extremo-Oriente* A. H. de Oliveira Marques (dir.), Lisboa, Fundação Oriente, 2001, pp. 71-155; Luís Filipe Thomaz, "Timor: O Protectorado Português", *Macau e Timor...*, op. cit., pp. 495-526.

2.1 - A Província do Norte

Na costa ocidental indiana a realidade da presença portuguesa foi, *grosso modo*, similar às outras áreas asiáticas, jogando-se a sua sobrevivência em virtude das novas conjunturas locais, de antagonismos, alianças e novos poderes. A região territorial na qual se inseria a ilha e porto de Bombaim, a chamada Província do Norte do Estado da Índia, não foi exceção.

Os Portugueses ocupavam desde 1534 um extenso território em torno da cidade de Baçaim, alargado em 1559 com a tomada das terras de Damão, designado no seu conjunto como a Província do Norte, que se situava na costa ocidental da Península Indostânica, cerca de quinhentos quilómetros a Norte de Goa²⁰⁴. Estas terras foram entregues ao Estado da Índia pelo sultanato do Guzerate, num contexto de forte antagonismo entre os dois poderes. De facto, a tensão entre ambos remontava desde os primórdios da presença portuguesa na Índia e intensificou-se na década de 1530 em torno da praça de Diu, sendo Baçaim, inicialmente, o principal palco das incursões militares portuguesas. É nesta conjuntura, de forte pressão portuguesa, adicionada a um conturbado contexto político local em que o sultanato se via envolvido, nomeadamente devido à pressão do reino Mogul de Humayun, que se enquadrou a concessão das terras de Baçaim, num acordo celebrado a 23 de Dezembro de 1534, a bordo do Galeão *São Mateus*. Para além de ser uma zona que se acreditava ser tomada facilmente pelos Portugueses, esta concessão foi encarada, na óptica guzerate, como a maneira de desviar o interesse daqueles sobre Diu²⁰⁵. O Estado da Índia ficou, com este acordo, dotado de uma dimensão territorial significativa.

A Província do Norte era dividida em dois distritos, Baçaim e Damão, sendo no primeiro que se situava a ilha de Bombaim. As terras de Baçaim situavam-se na parte meridional e eram um espaço descontínuo em termos geográficos. Este distrito era composto a Norte por uma faixa costeira plana e alagadiça, entre os rios Vaitarna e Ulhas, situando-se aí os caçabés²⁰⁶ de Baçaim e Agaçaim (Agashi), ou seja, as duas povoações e seu

²⁰⁴ Cf. Dejanirah Couto, “Em Torno da Concessão e da Fortaleza de Baçaim (1529-1546)”, in *Mare Liberum*, nº9, Lisboa, CNCDP, p. 118; Isau Santos, “A cedência de Bombaim...”, *op. cit.* p. 271.

²⁰⁵ Cf. André Teixeira, “Os Primórdios da Presença Portuguesa em Baçaim – 1534-1554: notas sobre a situação financeira e político-militar do primeiro “território” do Estado da Índia”, in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento. Lisboa e Tomar, 4 a 8 de Junho de 2002*, Lisboa, CHAM e CEPCEP, 2004, pp. 337-344.

²⁰⁶ O caçabé era a principal povoação de um distrito, província ou pragana. Cf. Sebastião Rodolfo Dalgado, *Glossário Luso-Asiático*, vol. I, Madras, Nova Deli, Asian Educational Services, 1988, pp. 223-224.

alfoz. Para o interior existiam quatro praganas²⁰⁷, Solgão, Erá, Camão e Anzor, circunscrições plenamente rurais que agrupavam várias aldeias. As praganas de Manorá e da Serra de Asserim, bastante relevantes na defesa do território dos ataques do interior, apenas foram incorporadas em 1556. No centro do distrito encontrava-se a grande e próspera ilha de Salsete, a Leste da qual ficava Taná (Thane), a segunda povoação mais importante da jurisdição. Na terra firme frontal a esta ilha circunscreviam-se mais duas praganas, Cairana e Panchena, nas denominadas terras de Sabaio (Belapur). Finalmente, o extremo sul era composto por pequenas ilhas, claramente demarcadas de Salsete pelo rio de Bandorá (Bandra), como Maim (Mahim), Parella (Parel), Sião (Sion), Varoli, Bombaim²⁰⁸, Mazagão (Mazagaon), Colaba e outras menores, além da península de Caranjá (Uran). Saliente-se, que algumas destas ilhas conheciam já um processo avançado de assoreamento em meados do século XVII, passando-se a seco de umas a outras²⁰⁹, situação que originaria a polémica controvérsia entre Britânicos e Portugueses em torno da extensão do território de Bombaim.

O poder português manteve as circunscrições territoriais, administrativas e militares, assim como o próprio modelo de exploração económica e a ordem social preexistente. As diversas aldeias das praganas, as terras dos caçabés e as rendas destes espaços peri-urbanos ou das alfândegas, foram entregues, poucos anos após a conquista, a indivíduos da pequena nobreza portuguesa, membros da elite goesa ou a aliados locais, no denominado sistema de Prazos. Este consistia no aforamento de aldeias inteiras com o seu alfoz e outras parcelas de terreno, concedidas com a contrapartida de o foreiro residir na fortaleza de Baçaim, produzir e defender a terra aforada e possuir um cavalo e uma espingarda à sua expensa, numa adaptação das *iqtas* muçulmanas²¹⁰. Os Prazos da Índia, assumiram-se como “o pilar fundamental da classe senhorial portuguesa no Oriente, e base do seu poder político, económico e militar”, sendo “a estrutura social de todo o antigo

²⁰⁷ A pragara era uma comarca ou parte de um distrito. Cf. *Ibidem*, p. 177.

²⁰⁸ Vejam-se as primeiras referências a esta ilha nas fontes portuguesas no artigo de P. P. Shirodkar, “Bombay and the Portuguese Impact and Influences with special reference to etymology”, in *Mare Liberum*, nº9, Lisboa, CNCDP, 1995, pp. 291-95.

²⁰⁹ Cf. Paulo Varela Gomes e Walter Rossa, “O primeiro território: Bombaim e os Portugueses”, *op. cit.*, pp. 210-224; A. B. de Bragança Pereira, “Os Portugueses em Baçaim”, in *O Oriente Português*, nº7-9, Bastorá, Comissão Arqueológica da Índia Portuguesa / Typographia Rangel, 1935, pp. 49-50.

²¹⁰ Cf. Alexandre Lobato, “Sobre os Prazos da Índia”, in *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa. Actas*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 461-463; Luís Filipe F. R. Thomaz, “Estrutura Política e Administrativa do Estado da Índia no Século XVI”, in *De Ceuta a Timor*, Lisboa, DIFEL, 1994, pp. 235-37; Vítor Luís Gaspar Rodrigues, “A Organização Militar da «Província do Norte» durante o Século XVI e princípios do Século XVII”, in *Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, CNCDP, pp. 247-265.

regime no Oriente”²¹¹. Forjou-se, assim, a primeira nobreza fundiária do Estado da Índia, com significativo poder económico, responsável pela edificação de uma cidade de grande esplendor arquitectónico e pelo controlo sobre aquele grande território.

A malha de fortalezas e de povoações estabelecida no distrito de Baçaim centrou-se em torno do tecido marítimo de comércio; no entanto, os territórios adjacentes a este possibilitaram a exploração agrícola e a extracção das consequentes rendas agrárias, o que constituiu a principal actividade económica dos portugueses do distrito. A importância desta territorialidade estendeu-se à sua capacidade em fornecer alimentos às armadas e praças do Estado da Índia e madeira teca para a construção naval²¹². Numa outra perspectiva, as terras de Baçaim encontravam-se inseridas na complexa rede do interior indiano, nomeadamente na rota terrestre desenvolvida entre Goa e Surrate e que atravessava as principais povoações do distrito, como Maim, Baçaim, Bombaim, Taná e Bendorá, entre outras. Esta ligação mercantil possibilitou a importação de têxteis crus do Guzerate, Khandesh e Rajputana, que adicionados depois à produção tintureira têxtil local, eram exportados para o mar Vermelho e África Oriental. Do Guzerate recebiam também ferro, anil, tecidos de algodão, alimentos, pimenta e manteiga, enviando teca e outras madeiras destinadas à construção naval, juntamente com arroz, cereais, leguminosas, tâmaras, açúcar, cocos, bambu e marfim. De Goga e Sinde, recebiam arroz *bageri* e outros alimentos; de Patane chegavam cavalos, destinados às forças goesas; do mar Vermelho vinham fazendas preciosas, como tâmaras, açúcar, goma, incenso, café, prata, ouro e patacas; estas últimas, juntamente com o marfim e os escravos, provinham da África Oriental, sendo que todos estes portos recebiam tecidos de algodão como moeda de troca²¹³. Explica-se, assim, a crescente importância futura que esta grande extensão de terras teve, aliando a sua localização geo-estratégica em termos marítimos, com as boas condições comerciais e económicas, inserindo-se e participando no proveitoso e complexo sistema de trocas do Índico.

²¹¹ Alexandre Lobato, “Sobre os Prazos da Índia”, *op. cit.*, p. 466.

²¹² Cf. Luís Frederico Dias Antunes, “Província do Norte” in *O Império Oriental...*, *op. cit.*, vol. VI, tomo 2, pp. 209 e 228.

²¹³ Cf. *Ibidem*, pp. 231-233 e 237.

2.1.1 - As Rivalidades Locais

Os anos entre 1660-1720 foram marcados pela reestruturação do espaço político e económico do Estado da Índia, centrada na parte ocidental do Índico. A estratégia global portuguesa ao longo da Província do Norte passou por jogar com os antagonismos e tensões existentes entre os vários poderes locais, de forma a extrair para si os melhores dividendos. Essa situação ficou patente, por exemplo, no conflito entre Maratas e Mogóis, cuja oposição foi fomentada pelo Estado da Índia com o intuito de desgastar as forças dos últimos e conter a expansão dos primeiros. A isto adicionou-se a acção de outras potências circundantes, como o sultanato de Omã, assim como da nova Companhia Comercial francesa e da VOC, esta última apoiando as movimentações dos poderes locais, com o intuito de impossibilitar os planos portugueses de recuperar a região do Malabar, entretanto perdida²¹⁴.

O expansionismo marítimo omanita, desencadeado a partir da década de 50 e apoiado, nas primeiras três décadas, pelas armas Neerlandesas, foi protagonista de uma série de ataques às possessões do Estado da Índia, em particular no Índico Ocidental e no golfo Pérsico, assumindo-se até 1720 como o mais perigoso inimigo da presença portuguesa naquelas partes. Poucas informações existem sobre as movimentações Omãs na Índia, registando-se apenas alguns ataques: Bombaim (1661), Baçaim (1674), Diu (1668 e 1672) e Salsete (1700). A estratégia portuguesa contra este sultanato centrou-se na acção defensiva, enviando comboios anuais para a defesa da armada proveniente do Guzerate com destino a Goa, situação nem sempre fácil em virtude da presença omanita em Surrate. Contudo, o principal foco deste poder muçulmano foi a costa Suaíli, possuindo, em finais de Seiscentos, os seus principais portos, como Zanzibar, Quíloa, Pate (1688) e Mombaça (1699), esta última conquistada aos Portugueses²¹⁵.

Naquela época expandiu-se, de igual modo, o império Mogol (principal potência indiana até à emergência do poder marata), numa ascensão que anulou, na segunda metade da centúria de Seiscentos, os sultanatos de Bijapur e de Golconda, o que o aproximou

²¹⁴ Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português...*, op. cit., p. 275; Ernestina Carreira, "Aspectos Políticos", op. cit., p. 51; Luís Frederico Dias Antunes, "Província do Norte", op. cit., p. 223.

²¹⁵ Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português...*, op. cit., p. 275; Ernestina Carreira, "Aspectos Políticos", op. cit., pp. 27-31; Luís Frederico Dias Antunes e Manuel Lobato, "Moçambique", in *O Império Oriental*, vol. VI, tomo 2, op. cit., pp. 272-274.

especialmente de Goa e da Província do Norte. O longo reinado do imperador mogol, Aurangzeb (1658-1707), foi coincidente com a reestruturação do Estado da Índia, o que originou a aceitação de Goa da superioridade de Agra como grande poder terrestre, facto que garantiu a segurança das suas fronteiras e o garante da sua sobrevivência. Desta forma, após o ataque mogol em 1663 às terras próximas de Baçaim, os Portugueses celebraram com estes um entendimento, ainda que frágil, que se traduziu em termos práticos, numa ajuda pontual em 1683 contra os Maratas, inimigos comuns²¹⁶.

Com o poderio crescente do império Mogol, desencadearam-se alguns antagonismos entre este e os seus antigos tributários, como os Sawants de Wadi²¹⁷ e o clã Marata de Shivaji Raja, que procuraram manter a sua autonomia numa luta que teve repercussões na vizinha Índia portuguesa.

Unindo politicamente várias tribos, Shivaji fundou, em 1658, o império Marata, que passou a fazer fronteira com a Província do Norte, desde Bombaim até perto de Surrate. Assumiu-se desde então, como a única e verdadeira ameaça à manutenção da presença do Estado da Índia naquela região, sendo protagonista de várias incursões sobre aquela. Neste sentido, em 1667 invadiram a província de Bardês, no seguimento da sua investida sobre a região do Concão e após várias vitórias sobre os Mogóis e o reino de Bijapur. Não obstante o entendimento no final desse ano e em 1670, as hostilidades mantiveram-se, sendo em 1672 e 1673 atacada de novo a província de Bardês e também a de Salsete. Na altura da morte de Shivaji, em 1680, os Maratas dominavam os territórios fronteiriços aos Portugueses, entre Damão e Goa.²¹⁸

O Estado da Índia, encontrando-se no meio das tensões Maratas e Mogóis e apesar da pressão dos últimos, optou de um modo geral por manter-se neutral. Foi assim adoptada uma estratégia prudente e ambígua, de cooperação com ambos os poderes, de modo a não se comprometer de forma danosa com nenhum, sabendo que a perduração das

²¹⁶ Cf. Ernestina Carreira, "Aspectos Políticos", *op. cit.*, pp. 28, 37-38 e 41; Glenn J. Ames, *Renascent Empire?...*, *op. cit.*, pp. 152-153. Veja-se também, Jorge Manuel Flores, *As relações entre o Estado da Índia e o Império Mogol*, dissertação de doutoramento apresentada em 2005 à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado).

²¹⁷ Os Sawants de Wadi dominaram a Norte e a Leste de Goa, tendo chegado a acordo com esta cidade em 1667 e sendo considerados um reino tributário a partir de 1699, após frequentes auxílios dos Portugueses contra a investida mogol. Veja-se Ernestina Carreira, "Aspectos Políticos", *op. cit.*, p. 48.

²¹⁸ Cf. Alexandre Lobato, *Relações Luso-Maratas (1658-1737)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, pp. 19-21 e 24; Luís Frederico Dias Antunes, "Província do Norte", *op. cit.*, pp. 212 e 214-15.

quezílias entre aqueles era benéfica para os seus interesses. Neste sentido, e tendo em atenção a falta de meios humanos, a diplomacia empregue assumiu um papel importante na consumação destes objectivos, na gestão e manutenção da estabilidade necessária para a sobrevivência da Província do Norte, região de difícil defesa, de acesso ao mar apenas numa parte do ano e propensa a constantes ataques vindos do interior indiano²¹⁹.

Às múltiplas rivalidades e tensões com os poderes locais, assim como à acção das companhias de comércio britânicas e neerlandesas, juntou-se a Companhia das Índias Francesa, formada em 1664 cuja actividade manteve-se até 1719, sedeadada em Surrate. A Coroa francesa, que dominava no palco europeu, tinha pouca expressão no comércio asiático, sendo a criação desta Companhia a tentativa de colmatar essa lacuna. Com o intuito de tirar proveito da reestruturação vigente no império português oriental, a diplomacia francesa procurou em Lisboa garantir o livre acesso francês aos portos do Estado da Índia, oferecendo em troca a mediação no processo de pazes que decorria entre a Coroa portuguesa e as Províncias Unidas. O máximo que obtiveram foi a permissão em fazerem escala nos portos portugueses, sem contudo praticarem ali comércio²²⁰. Em 1667 foi celebrado um tratado de aliança defensiva e ofensiva que estipulou a promessa de ajuda diplomática e militar francesa na recuperação de Cochim e Cananor em troca da divisão dos territórios conquistados aos Neerlandeses²²¹. No entanto, este acordo não foi posto em prática, dado que mais tarde, o regente D. Pedro recusou a partilha territorial e os Franceses nunca chegaram a enviar qualquer tipo de auxílio, em virtude do acordo luso-neerlandês de 1669, entretanto celebrado. Perante as insuficiências da sua estratégia, a partir daquele ano passaram a adoptar uma política de força, baseada no poder da sua marinha mercante. Os resultados foram escassos, acabando por ser as conquistas de Pondichéry (a sul de Madrasta) em 1672 e de Chandernagora (sul de Ugolim), em 1674, a sua face mais visível²²². De realçar que uma das premissas desta penetração francesa, foi o fornecimento de um maior apoio às missões da Propaganda Fide a operar no Sueste Asiático, que se opunha à hegemonia exercida pelo Padroado Português do Oriente. Os Franceses

²¹⁹ Cf. Luís Frederico Dias Antunes, “Província do Norte”, *op. cit.*, pp. 214 e 226; Alexandre Lobato, *Relações Luso-Maratas*, *op. cit.*, p. 20.

²²⁰ Cf. Ernestina Carreira, “Aspectos Políticos”, *op. cit.*, pp. 58-59.

²²¹ Veja-se CTCP, I., pp. 339-349.

²²² Cf. Ernestina Carreira, “Aspectos Políticos”, *op. cit.*, pp. 58-59; Glenn J. Ames, *Renascent Empire...*, *op. cit.*, pp. 175-176.

chegaram inclusive a criar uma vice-província jesuíta na China, sintomático da sua estratégia antagónica²²³.

2.1.2 - Bombaim

A ilha de Bombaim²²⁴ foi caracterizada pelo vice-rei D. João de Castro em 1538, como um local coberto de pequenas e esplêndidas matas, com bastante caça e abundância de arroz, não existindo memória de ali ter havido carestia²²⁵. Gerson da Cunha descreveu que nos arrabaldes de Bombaim e Maim existiam hortas de coqueiros, que eram a maior valia e proveito da ilha²²⁶. Mazagão era uma aldeia piscatória (característica que manteve durante o período português), actividade de onde provinha o seu sustento²²⁷. A ilha, na altura da posse portuguesa, possuía duas igrejas (em Bombaim e Maim), uma capela privada (em Mazagão) e um pequeno forte com reduzidas defesas²²⁸. O local era conhecido como a “Ilha da Boa Vida”, nome atribuído por Heitor da Silveira (principal figura da batalha vitoriosa realizada no porto de Bombaim em 1529), que ali passou um bom período de repouso com a sua armada²²⁹. De facto, a sua principal função incidiu no apoio às embarcações, como base naval, porto abastecedor e de repouso para as tripulações, assim como um local de partida para ataques estratégicos²³⁰.

Bombaim manteve-se como um espaço marginal e periférico da Província do Norte, tal como acontecera nos tempos anteriores à presença portuguesa. Por um lado, a sua reduzida dimensão não lhe permitia rendimentos agrícolas avultados, como acontecia com a vizinha ilha de Salsete; por outro lado, a actividade comercial e artesanal estava

²²³ Veja-se João Paulo Oliveira e Costa, “The Padroado and the Catholic Mission in Ásia during the 17th Century”, in *Rivalry and Conflict*, Ernest van Veen e Leonard Blussé (eds.), *Studies in Overseas History*, 7, Leiden, 2005, pp. 71-88; Joseph Thekkedath, *History of Christianity in India, From the Middle of the Sixteenth Century to the End of the Seventeenth Century*, vol. 2, Bangalore, 1988.

²²⁴ O nome de Bombaim ou Mombaim, como era designada pelos habitantes locais da época, tinha a sua origem na deusa Mombadevi, que possuía um templo naquela ilha. Veja-se Mário César Leão, *A Província do Norte do Estado da Índia (1534-1729)*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 75.

²²⁵ Cf. J. Gerson da Cunha, *The Origin of Bombay*, Nova Deli, 1993, p. 78.

²²⁶ Cf. *Ibidem*, p. 199.

²²⁷ Cf. *Ibidem*, p. 203.

²²⁸ Cf. *Ibidem*, p. 199; Mário César Leão, *A Província do Norte...*, *op. cit.*, p. 78.

²²⁹ Cf. J. Gerson da Cunha, *The Origin of Bombay*, *op. cit.*, p. 78.

²³⁰ Cf. Isau Santos, “A cedência de Bombaim...”, *op. cit.*, p. 272.

centrada nos núcleos urbanos de Baçaim e Taná, ou mesmo nas pequenas povoações de Agaçaim, Caranjá ou Maim.

Estas características condicionaram, naturalmente, o crescimento do local, considerado bastante pequeno em 1634, sendo constituído por onze casados portugueses que, juntamente com os negros, compunham uma força de apenas setenta mosqueteiros, a que se adicionava uma fortificação pouco condigna²³¹.

Além disso, a ilha era descrita pelos homens da EIC como um local difícil de habitar, impregnado de várias doenças e com um clima pouco saudável²³², razão pela qual, num dizer contemporâneo, a vida de uma pessoa ali tinha a duração máxima de duas monções²³³, sendo considerada por muitos como um “cemitério de Ingleses”²³⁴. De facto, para além de um clima húmido, a região não tinha condições de salubridade e higiene, o que proporcionava a formação de doenças como a malária, sendo frequente a ocorrência de epidemias de cólera, escorbuto e beribéri²³⁵.

Esta terá sido outra das razões para a escassa população residente na ilha durante o período português. O registo mais antigo sobre uma estimativa dos habitantes pertence a Fryer, que em 1675, afirmou que Bombaim contava com cerca de 70 mil moradores (numa mescla de pessoas de terras vizinhas, a maioria fugitivos e vagabundos), mais de 50 mil que no tempo dos Portugueses. Através destes testemunhos, conclui-se que, em 1665 a ilha não teria mais do que 10 milhares de pessoas,²³⁶ integrando alguns casados portugueses. Refira-se que entre os anos de 1686 e 1696 existiu uma grave praga no ocidente indiano que provocou grandes estragos em Baçaim, Chaul e Taná e que matou grande parte da população de Bombaim, restando em 1691 cerca de oitenta Britânicos e cinco anos depois, apenas vinte e sete²³⁷.

A estratificação social da ilha englobava os topazes ou indo-portugueses, originários de uma descendência mista europeia e asiática que, na sua maioria não era possuidora de

²³¹ Cf. António Bocarro, *O Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, vol. II, pp. 116-17; F. Malabari, *Bombay in the Making*, Londres, T. Fisher Unwin, 1910, p. 93.

²³² Cf. Shafaat Ahmad Khan, *Anglo Portuguese Negotiations...*, op. cit., p. 427.

²³³ Cf. Dick Kooiman, “Bombay: from fishing village to colonial port city (1662-1947), in *Colonial Cities: essays on urbanism in a colonial context*, Ross, Robert J., Telkamp, Gerard J. (eds.), Dordrecht / Lancaster, 1985, p. 209.

²³⁴ Cf. Mário César Leão, *A Província do Norte...*, op. cit., p. 75.

²³⁵ Cf. *Ibidem*, p. 75.

²³⁶ Cf. S.M. Edwardes (compl.), *The Gazetteer of Bombay City and Island*, vol. I, Bombaim, 1909, pp. 150-151. Veja-se John Fryer, *A New Account of the Travels of East India and Persia, being nine years' travels, 1672-1681*, Londres, Hakluyt Society, 1909-15.

²³⁷ Cf. Shafaat Ahmad Khan, *Anglo Portuguese Negotiations...*, op. cit., p. 427.

um estatuto social relevante, sendo que apenas uma pequena percentagem destes poderiam ser terratenentes. Os nativos convertidos ao Cristianismo, detinham um estatuto semelhante aos topazes e representavam um número considerável do total da população. Por fim, existiam os Kunbis, Dheds, Kolis e Bhandaris, sendo que, a partir da década de 1670, verificou-se uma progressiva imigração de Baniás (oriundos de Surrate), Arménios e Brâmanes (provenientes de Salsete), facto que contribuiu para o exponencial aumento da população até às 70 mil almas em 1675, reportadas por Fryer. Posteriormente à cessão da ilha aos Britânicos, um considerável número daqueles alistou-se como soldados, formando o núcleo original do exército de Bombaim²³⁸.

Em termos religiosos, foram os Franciscanos quem estiveram presentes desde o início da concessão do território de Baçaim, tendo edificado por volta de 1547/48 um colégio e uma igreja e atingido, nos dezasseis anos seguintes, a conversão de um elevado número de gentios, assim como construído dozes igrejas ao longo do território de Baçaim (quatro delas em Bombaim até finais de Quinhentos). Em 1549 chegaram àquelas partes os Jesuítas, que fundaram por volta do ano de 1558 a aldeia cristã da Trindade na ilha de Salsete, na mesma altura em que os Dominicanos ali se estabeleceram, procedidos pelos Agostinhos em 1574²³⁹. Em 1674, Fryer descreveu as igrejas portuguesas existentes em Bombaim, indicando a igreja franciscana de Nossa Senhora da Esperança assim como outra em Mazagão. A estas adicionavam-se uma jesuíta em Parel e outra em Maím²⁴⁰.

A nível da estrutura administrativa, a ilha era dividida em sete aldeias: Bombaim, Parela, Vadalá, Sião, Varoli, Mazagão e Maim. Esta última era a maior de todas, sendo no seu caçabé que funcionava o mandovim ou alfândega²⁴¹.

A concessão de terras foi executada por *enfiteuse*, em fatiota para sempre ou por uma ou mais vidas, com a condição daquelas serem cultivadas e desenvolvidas, tendo os rendeiros a obrigação de pagar alguns impostos e servir o Estado da Índia em caso de

²³⁸ Cf. S.M. Edwardes (compl.), *The Gazetteer of Bombay...*, *op. cit.*, pp. 151-152; S.M. Edwardes, *The Rise of Bombay*, Bombaim, 1902, p. 97.

²³⁹ Cf. Lurdes Sales, *A Vida Cristã em Baçaim no Século XVI*, dissertação de mestrado apresentado em 2003 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado), pp. 46-61.

²⁴⁰ Cf. John Fryer, *A New Account of the Travels...* *op. cit.*, p. 68, citado por Pereira, A. B. de Bragança, “Os Portugueses em Baçaim”, *op. cit.*, pp. 113-114.

²⁴¹ Cf. Mário César Leão, *A Província do Norte...*, *op. cit.*, p. 75.

guerra, através de um corpo de homens²⁴², num tipo de administração tipicamente feudal. Os foreiros pagavam como foro entre 4 a 10% do lucro das suas terras e tinham que possuir um ou mais cavalos para a defesa daquelas, numa manutenção da estrutura do sistema de prazos que perdurava desde a presença portuguesa. A posse das fazendas variava, podendo ser por um período de três anos ou por uma ou mais gerações, que eram, contudo, renováveis. No caso das ordens religiosas e alguns senhores proeminentes, a posse do feudo foi permanente²⁴³.

Bombaim foi uma das pequenas circunscrições entregue a nobres portugueses para exploração, como um certo mestre Diogo em 1548, ou o célebre naturalista Garcia da Orta, que recebeu esta ilha provavelmente entre finais de 1554 e meados de 1555²⁴⁴. Ali construiu uma casa senhorial, que mais de um século depois foi herdada por D. Inês de Miranda (viúva de D. Rodrigo de Monsanto, “a *Senhora da Ilha* e a maior proprietária portuguesa de Bombaim”, local onde se processou a entrega aos Britânicos²⁴⁵. No caso de Mazagão, foi atribuída a 3 de Junho de 1637 a Bernardim de Távora (cuja família possuía uma longa ligação à Índia, que remontava desde meados do século XVI), em fatiota para sempre, não podendo este, como era usual, vendê-la, trocá-la ou empreender outra forma de alienação sem o consentimento do vice-rei²⁴⁶. Por outro lado, à época da cessão da ilha, os jesuítas eram os únicos proprietários de Bandorá e das aldeias de Parella, Vadalá e Sião, pertencentes ao caçabé de Maim²⁴⁷.

²⁴² Cf. *Ibidem*, pp. 216-217.

²⁴³ Cf. *Ibidem*, p. 94.

²⁴⁴ Cf. *Ibidem*, p. 100.

²⁴⁵ Cf. *Ibidem*, p. 101; Júlio Gonçalves, *Garcia de Orta e a sua ilha de Bombaim*, sep. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa (Julho-Dezembro)*, Lisboa, Empresa Tipográfica Casa Portuguesa, 1963, pp. 203-12.

²⁴⁶ Cf. J. Gerson da Cunha, *The Origin of Bombay*, *op. cit.*, pp. 221 e 227.

²⁴⁷ *Ibidem*, p. 222.

2.2 - Antecedentes da Expedição

2.2.1. - O Interesse Inicial Britânico sobre Bombaim

A necessidade de possuir um local fortificado que pudesse minimizar e combater os avanços neerlandeses foi uma das principais motivações para o interesse britânico em Bombaim. De facto, a crescente influência dos Neerlandeses na costa ocidental indiana, ameaçando o controlo sobre importantes especiarias como a canela e a pimenta, foi bastante prejudicial aos interesses Britânicos em Surrate, onde possuíam uma feitoria²⁴⁸. Por outro lado, apesar da liberdade religiosa e do pagamento de reduzidas taxas em Surrate, a actuação hostil do governador mogol, incitou o estabelecimento britânico noutras paragens²⁴⁹. As características de Bombaim, como local fortificado e de boa localização estratégica, proporcionava à EIC a manutenção de uma força naval e militar, premissas indispensáveis para o florescimento do comércio britânico naquelas paragens e que permitia a independência sobre os poderes locais²⁵⁰.

Terá sido sobre estes princípios que se verificou o já mencionado ataque a Bombaim em 1626, que não foi, contudo, ocupada pelas forças britânicas. Durante o ano de 1628 foram apresentadas propostas para a sua ocupação²⁵¹, retomadas em 1640, pelo Conselho de Surrate junto dos directores da Companhia em Londres²⁵². Com a subida ao poder de Oliver Cromwell, o comércio ultramarino britânico tomou um novo fôlego, que se consubstanciou no ressurgimento do interesse por um porto seguro e estratégico. Numa petição da EIC a Cromwell em 1654, afirmou-se que, tendo em consideração “a intenção de diligenciar-se um estabelecimento de interesse nacional na Índia”, propunham-se como locais mais convenientes a cidade de Baçaim, com o seu porto de Bombaim e a cidade e costa de Moçambique, com as suas várias fortificações²⁵³. Quatro anos mais tarde, estes intentos eram de novo reforçados, sendo mencionado para além de Bombaim e Baçaim, os

²⁴⁸ Cf. J. Gense., *How Bombay was ceded*, Bombaim, 1940, D. B. Taraporevala Sons & Co. pp. 4-5.

²⁴⁹ Cf. Shafaat Ahmad Khan, *Anglo Portuguese Negotiations...*, op. cit., pp. 423-424.

²⁵⁰ Cf. John Bruce, *Annals of the Honourable East India Company, from their establishment by the charter of Queen Elizabeth, 1600, to the union of the London and English East-India Companies, 1707-08*, vol. 2, 1810, s.l., Black, Parry and Kingsbury, pp. 672-673.

²⁵¹ Cf. NA, PRO, *East Indies*, IV, nº 7, citado por Shafaat Ahmad Khan, *Anglo Portuguese Negotiations...*, op. cit., p. 425-26.

²⁵² Cf. John Bruce, *Annals...*, op. cit., vol. 1, p. 336.

²⁵³ NA, PRO, *East Indies*, VII, 92, citado por Shafaat Ahmad Khan, *Anglo Portuguese Negotiations...*, op. cit., p. 430.

portos de Danda Rajapur, Carapatão ou outro local saudável na costa do Malabar²⁵⁴. Para a sua aquisição, a EIC disponibilizava quatro a seis mil libras, ou no máximo oito mil, caso o local preenchesse todos os requisitos pretendidos²⁵⁵. Esta intenção foi repetida de forma mais específica em 1660, em carta do Conselho de Surrate para a EIC em Londres, mencionando Bombaim e Versová (doze milhas a Norte) como locais dignos de interesse e alertando para a necessidade de um deles ser obtido antes que os Neerlandeses as conquistassem na totalidade²⁵⁶.

Era necessário, no entanto, um conhecimento mais aprofundado do território em que se procuravam estabelecer, razão pela qual foram enviados oficiais britânicos (entre os quais Henry Gary, que teria um papel importante durante a administração britânica de Bombaim) em duas viagens exploratórias por aquela região costeira durante o ano de 1660. Ali confirmaram as boas condições da zona, acrescentando que tinham ordens para procurarem estabelecer-se na ilha de Elefante (perto de Bombaim), sendo que desde o início tinham tentado junto de Goa edificarem ali uma feitoria, o que não lhes tinha sido permitido²⁵⁷.

Apesar de todas as diligências efectuadas pela EIC, foi a Coroa britânica quem ficou com a posse de Bombaim, tendo a Companhia recusado a sua ocupação em 1661, quando lhe foi oferecida por *Lord Clarendon*²⁵⁸, figura importante do governo britânico e um dos signatários do tratado, possivelmente pelos elevados custos da sua fortificação e pela hipotética percepção (em virtude das viagens exploratórias de 1660) de que o estipulado no tratado era referente a uma parcela pequena do desejado.

²⁵⁴ Cf. William Foster, *The English Factories in India 1655-60*, Oxford, Clarendon Press, 1923, p. 151, citado por M. D. David, *History of Bombay: 1661-1708*, Bombaim, Universidade de Bombaim, 1973, pp. 25-26.

²⁵⁵ Cf. J. Gense, *How Bombay was ceded*, *op.cit.*, p. 7.

²⁵⁶ Cf. *Ibidem*, pp. 8-9.

²⁵⁷ Cf. *Ibidem*, pp. 9-10.

²⁵⁸ Cf. M. D. David, *History of Bombay...*, *op. cit.*, pp. 33-34.

2.2.2 - Diligências anteriores à Viagem de Cessão

A 9 de Abril de 1662, o recentemente indigitado vice-rei do Estado da Índia, António de Melo de Castro, recebeu as instruções régias para a entrega de Bombaim, facto considerado de grande importância em virtude do contrato de casamento da infanta. Melo de Castro tinha servido no Alentejo, na guerra contra a monarquia hispânica e era detentor da comenda de Fornelos da Ordem de Cristo e da alcaidaria-mor de Colares. Apontado para o Conselho de Estado, foi designado como governador por carta patente da rainha regente, datada de 11 de Março de 1662, com a permissão para assumir o título de vice-rei quando chegasse a Goa²⁵⁹.

Os directores da EIC defenderam que os navios britânicos designados para a Índia, deviam dirigir-se primeiro a Bombaim, tomando posse daquele lugar, devendo partir em seguida as embarcações régias para Goa e as da Companhia para Surrate. As razões apontadas prendiam-se com a necessidade de repouso e recuperação dos homens e embarcações, de maneira a estarem preparados para um eventual investida neerlandesa. Reforçavam a necessidade de ir primeiro a Bombaim, pois caso se efectivasse o ataque e conquista de Goa pelos Neerlandeses (eram estes mesmos quem davam conta desta possibilidade), os Britânicos seriam informados e, assim, não surpreendidos²⁶⁰. Para além destas preocupações terem vingado junto da corte, a EIC e os comissários da marinha real acordaram que, depois das tropas desembarcarem em Bombaim, três dos navios desta (*Dunkirk*, *Mary Rose* e *Covertine*) ficariam à disposição de *Sir George Oxenden* em Surrate²⁶¹, de forma a receberem ali mercadorias e as despacharem para Londres. Ficou também estipulado que a fragata da EIC (*Leopard*), responsável por trazer o indigitado vice-rei, deveria seguir para Goa após a entrega da ilha²⁶².

Nas instruções régias recebidas, Melo de Castro tinha ordens para pedir, junto dos Britânicos, a procuração do seu monarca, que deveria indicar a pessoa a quem se deveria dar posse da ilha. Era reafirmado que, de acordo com o tratado acordado, os Britânicos

²⁵⁹ Cf. Glenn J. Ames, *Renascent Empire?...*, *op. cit.*, p. 46.

²⁶⁰ Opinião dada pela EIC sobre a ida dos navios reais directamente de Sualli para Bombaim, s.d. (BL, IOR/H/42, fl. 9).

²⁶¹ *Sir George Oxenden* integrava a força expedicionária, pois tinha sido apontado, em finais de 1661, presidente da EIC em Surrate.

²⁶² Cf. John Bruce, *Annals...*, *op. cit.*, p. 124.

tinham o dever de socorrer os interesses do Estado da Índia, devendo o vice-rei pedir assistência quando fosse necessário e retribuí-la quando lhe fosse solicitado²⁶³. Em carta para o monarca britânico, a rainha regente relembra que, na expedição que tomaria posse de Bombaim, deveria seguir um contingente militar com o intuito de auxiliar os Portugueses naquelas paragens²⁶⁴. O vector da defesa da ilha era vincado e posto em relevância, sinal de que esta era a grande preocupação portuguesa e o principal benefício que pretendiam retirar da aliança.

Pela mesma altura, Carlos II concedeu a Sir Abraham Shipman a patente de governador e comandante-chefe da ilha de Bombaim e conquistas que viessem a ser obtidas no continente asiático, nomeando John Hungerford como segundo comandante²⁶⁵. Em simultâneo, escreveu ao indigitado vice-rei português, dando-lhe conta que havia nomeado Shipman como governador e que era a este que a possessão devia ser entregue²⁶⁶. Nas instruções régias, o monarca britânico delineava a conduta do seu oficial com o poder português e na administração do território. Aquele era incumbido de fornecer ajuda e protecção aos súbditos da Coroa portuguesa e manter a boa correspondência com o seu vice-rei e demais oficiais. Por outro lado, era instruído para administrar o juramento de fidelidade, construir fortificações na ilha e encorajar os habitantes a manterem-se sob o seu poder, gozando de total liberdade religiosa. Num plano mais ambicioso, pretendia que se atraíssem Britânicos e estrangeiros para ali comerciar, assim como informar-se da situação geral das Índias Ocidentais²⁶⁷.

Ainda antes destas movimentações preparatórias, em Setembro de 1661, Carlos II escreveu a Richard Fanshaw, embaixador britânico em Lisboa, onde resumiu o que pretendia alcançar na Ásia com o acordo celebrado com os Portugueses, embora aquele fosse já amplamente benéfico para os interesses da monarquia britânica. O monarca afirmava que esperava tirar proveito do desenvolvido comércio marítimo português, de forma a melhorar o trato britânico e alargar os seus domínios e territórios, devendo o embaixador, por isso, promover a comunidade mercantil britânica ali instalada. Para além

²⁶³ Cf. Carta régia para António de Melo de Castro, Lisboa, 09.04.1662 (HAG, MR, 28A, fl. 175 e 28B, fl. 508).

²⁶⁴ HAG, MR, 28A, fl. 169, citado por Glenn, J. Ames, *Renascent Empire?...*, op. cit., p. 170.

²⁶⁵ Cf. Instruções régias para Sir Abraham Shipman, Londres, 24.03.1662 (BL, OR/H/48, fls. 3-5), traduzidas para português pelo padre João Gregório, S.J. (HAG, MR, 28B, fl. 480).

²⁶⁶ Cf. Carta de Carlos II para António de Melo de Castro, Londres, 25.03.1662 (HAG, MR, 28B, fl. 472).

²⁶⁷ Cf. Instruções régias para Sir Abraham Shipman, Londres, 24.03.1662 (BL, IOR/H/48, fls. 3-5), traduzidas para português pelo padre João Gregório, S.J. (HAG, MR, 28B, fl. 480).

de instar pela rápida preparação da expedição de entrega, que deveria estar pronta para partir em Novembro, pretendia que o diplomata procurasse alargar a concessão a Baçaim, situação que o marquês de Sande, embaixador em Londres, achava possível, embora não tivesse poder para o fazer. Carlos II recomendava também a Fanshaw que se informasse sobre a situação dos Portugueses no Oriente, assim como da ameaça neerlandesa àqueles, procurando perceber como este antagonismo poderia favorecer o estabelecimento de novas feitorias britânicas na Província do Norte ou até mesmo a posse de Goa. Num vector mais europeísta, pretendia ser documentado acerca do que se passava na corte portuguesa, em particular as facções estabelecidas e inclinações pró-espanholas, devendo o embaixador aproximar-se das figuras mais proeminentes e assegurar-lhes o apoio britânico²⁶⁸.

²⁶⁸ Cf. Carta de Carlos II para Richard Fanshaw, Londres, 02.09.1661 (*Report on the Manuscripts...*, *op. cit.*, pp. 18-20)

2.3 - A Recusa da Cessão

A expedição partiu a 16 de Abril de 1662 e era composta por cinco embarcações da armada real britânica (num total aproximado de 400 homens), comandadas por James Ley, 3º conde de Marlborough, tendo sido acordado com a EIC a partilha das responsabilidades pelos custos da esquadra, em virtude do estado problemático do tesouro real britânico²⁶⁹.

No decorrer da viagem, alguns navios separaram-se por contingências marítimas, razão pela qual a sua chegada a Bombaim não foi simultânea. A 11 de Agosto, algumas embarcações desembarcaram em Anjouan, nas ilhas Comores, ainda a meio do percurso. Neste local, Melo de Castro aproveitou a presença da força britânica para exigir a rendição de quarenta e dois nativos, que reivindicava como súbditos portugueses, num quadro de antigas contendas com os locais. O soberano local pediu a propósito um recibo de quitação ao oficial português, no que foi corroborado por Marlborough, algo que Melo de Castro recusou dar. Neste seguimento, o oficial britânico recusou transportar nas suas embarcações os referidos nativos, isto depois de estes já se encontrarem nos navios por ordem do designado vice-rei²⁷⁰. Esta crispação terá ofendido Melo de Castro, que já se encontraria desagradado com a falta de consideração e tratamento que tinha recebido por Richard Minors, capitão do navio que o transportava. O indigitado vice-rei, optou, contudo, por manter relações cordiais com os Britânicos durante o resto da viagem²⁷¹.

²⁶⁹ Cf. William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, op. cit., pp. 128-129; S.M. Edwardes (compl.), *The Gazetteer of Bombay...*, op. cit., p. 47.

²⁷⁰ O capitão britânico Brown afirmou que perante o pedido de um documento que justificasse aquela apreensão, Melo de Castro delegou a incumbência ao vedor da fazenda, que apresentou um papel banal e sem a assinatura do indigitado vice-rei. Não achando que aquele documento fosse suficiente, Marlborough exigiu que Melo de Castro apresentasse um comprovativo satisfatório, assinado por si, o que este rejeitou, tendo os gentios sido libertados. Veja-se, carta do capitão Brown para Surrate, 30.09.1662, (William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, op. cit., p. 133).

²⁷¹ Cf. William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, op. cit., pp. 129-130; “Diário de notícias da viagem, e do mais que sucedeu com os ingleses, dada ao governador António de Mello e Castro”, Dezembro de 1662 (CTCP, III, pp. 3-17).

2.3.1 - Razões imediatas

Parte da força expedicionária chegou a Bombaim a 28 de Setembro de 1662. Entre os atrasados contava-se Shipman, a quem deveria ser entregue a ilha. Marlborough tinha, contudo, pressa em dirigir-se para Surrate e pediu, por isso, que a posse fosse entregue a John Hungerford, segundo comandante da expedição, o que foi recusado por Melo de Castro²⁷².

O oficial português escreveu nos dias seguintes para os governadores em Goa, apresentando as suas razões para não entregar a ilha. Afirmou que os Britânicos o tinham pressionado para proceder à entrega de imediato, tendo-se desculpado que ainda não tinha tomado posse do governo (o que apenas viria a acontecer a 14 de Dezembro, dois dias após ter chegado a Goa). Justificou a sua escusa pela falta da prometida armada de socorro contra os Neerlandeses, não cumprindo os Britânicos o estipulado. Acrescentou que a ilha possuía uma defesa insuficiente, podendo ser ocupada facilmente pelos Britânicos, visto que os próprios fidalgos locais não eram de confiar. Com estes argumentos remeteu a análise para o Conselho de Estado (enviando em anexo a missiva régia de 9 de Abril de 1662 e o tratado de paz do ano anterior), pedindo-lhes que averiguassem se haveria alguma forma de reter a ilha enquanto o monarca português era avisado²⁷³. A estes argumentos, acrescentou logo no dia seguinte que, após ter fechado a correspondência do dia anterior, tinha tido a confirmação que os Britânicos já vinham de Londres com a pretensão de incluir à sua concessão as ilhas de Baragão e de Salsete. Adicionou que, como conhecedor do povo britânico, os oficiais londrinos preparavam-se para romper com Portugal, razão pela qual preparava de forma secreta a sua defesa, com homens e munições, desculpando-se com o perigo dos Mogóis. Neste sentido, pedia auxílio a Goa, visto que os seus meios eram escassos, assim como reafirmava a necessidade de uma resposta breve em virtude das embarcações britânicas que hipoteticamente viriam de Surrate²⁷⁴.

Aos oficiais britânicos, Melo de Castro apresentou ainda mais desculpas, como o facto de não poder deslocar-se até Goa por ter ordens régias para visitar as praças do Norte, que não podia entregar a ilha enquanto a monção não tivesse passado e que apenas

²⁷² Cf. William Foster, *The English Factories in India 1655-60*, op. cit., pp. 130-131.

²⁷³ Cf. Carta de António de Melo de Castro para os governadores de Goa, Bombaim, 01.10.1662 (HAG, MR, 28B, fls. 511-511v).

²⁷⁴ Cf. Carta de António de Melo de Castro para os governadores de Goa, Bombaim, 02.10.1662 (HAG, MR, 28B, fl. 521).

deveria entregar Bombaim mediante a apresentação da documentação necessária²⁷⁵. Perante a intransigência do indigitado vice-rei, Marlborough comunicou a Oxenden que iria a Goa resolver este diferendo²⁷⁶.

Das justificações proferidas pelo oficial português, é dado a entender que este estaria ofendido pelos acontecimentos ocorridos durante a viagem, não só pela forma como decorreu o atribulado episódio de Anjouan, como também pela constatação da fraqueza dos meios disponibilizados pelos Britânicos. O indigitado vice-rei procurou então retardar a entrega, apresentando variadas desculpas aos oficiais britânicos, algumas das quais insuficientes e fúteis. Na correspondência com Goa, focalizou a sua argumentação em pontos concretos, nomeadamente a defesa e socorro daquelas partes, com o intuito de convencer os governadores dos seus propósitos, não se coibindo de dramatizar com uma hipotética investida britânica de Surrate.

2.3.2 - Argumentação da Recusa

Entre 6 e 7 de Outubro chegou finalmente a Bombaim Sir Abraham Shipman, que apresentou de imediato ao designado vice-rei a carta de Carlos II, juntamente com a sua procuração²⁷⁷. Todavia, Melo de Castro manteve a sua irredutibilidade, evocando as várias incorrecções formais que a carta e a procuração continham, numa posição que demonstrava claramente que iria procurar conservar a posse da ilha a todo o custo. Desta forma, tentou vincar a sua posição e os seus argumentos junto de Goa, enviando novas e sucessivas missivas. Estas foram remetidas por almadia, com a intenção de chegarem primeiro que Marlborough (que entretanto se deslocara a Goa), sendo que o seu tom de urgência era elucidativo do temor que tinha caso os interesses britânicos vingassem.

Desta forma, o oficial português redigiu e enviou uma anotação à carta régia de 9 de Abril de 1662 (onde eram dadas as ordens de entrega), onde apontou os motivos porque não tinha entregue a ilha. Os erros e defeitos formais foram a grande questão apontada.

²⁷⁵ Cf. Cartas do capitão Brown e de Gerlad Aungier para Surrate, 30.09.1662 e 06.10.1662 (William Foster, *The English Factories in India 1655-60*, op. cit., pp. 133-134).

²⁷⁶ Cf. Carta de Marlborough para Sir George Oxenden, 06.10.1662 (William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, op. cit., p. 132).

²⁷⁷ Cf. William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, op. cit., p. 135.

Por um lado realçou a inexistência de uma procuração régia, onde fosse designado pelo monarca britânico quem deveria receber a ilha. Por outro lado, a patente real não estava assinada por Carlos II, sendo que a carta régia que Shipman apresentou levantava “dúvidas e defeitos”, não só a si como a dois escrivães e mais vinte fidalgos que a analisaram. Neste particular, especificou que a carta era datada de 4 de Abril de 1662, dirigida a si como vice-rei da Índia, sendo que a sua patente de nomeação para o cargo foi apenas a 11 de Abril daquele ano. A isto adicionou que o selo ainda se encontrava fresco, pelo que considerava que a carta tinha sido forjada já na Índia. Além disto, esta não estava assinada pelo secretário, “sem a qual (...) nenhum negócio se despacha em Portugal”. A este argumento formal e estruturante da sua defesa, reafirmou a falta de auxílio britânico durante a viagem e o facto de aqueles não se apresentarem com uma armada, como tinha sido estipulado. Acusou as movimentações efectuadas pelos Britânicos, que teriam indagado acerca das fortificações que Baçaim possuía e a possibilidade de se tomar aquela praça. Acrescentou que aqueles traziam nas suas cartas o direito de ocupar “todas estas ilhas desde a ponta de Baçaim por todo o Salcete até à ilha do Elefante feitas uma só ilha”, afirmando que isto era o que se havia acordado. Sublinhou, de igual modo, que os vazadares tinham-lhe feito queixa da acção britânica, oferecendo dádivas aos gentios como forma de os atrair para ali. Neste encadeamento, considerava os Britânicos como inimigos, pedindo aos governadores que informassem Lisboa do sucedido, pois enquanto a situação fosse discutida na Europa, não haveria perigo de guerra na Índia, dado que acreditava que os Britânicos não iriam romper com os Portugueses²⁷⁸.

Entre 16 e 18 de Outubro, enviou mais quatro missivas para Goa. Pedia em todas elas que fossem negadas as intenções dos Britânicos, que iam a Goa fazer pressão junto do governo do Estado da Índia. Propunha aos governadores que se desculpassem com a falta da procuração e com a falta de membros para se reunir o Conselho. Sugeria também que evocassem a ausência do vice-rei, sem o qual nada poderiam decidir, pois era ele quem deveria presidir ao Conselho, assim como trazer as ordens régias, acrescentando que estas (que eram suposto serem enviadas) demoravam a chegar a Goa devido à ameaça do Shivagi ou do Hidalcão. Melo de Castro reafirmava que os Britânicos não iriam auxiliar os Portugueses, conclusão a que tinha chegado por intermédio das informações que lhe tinham sido fornecidas, assim como pela sua experiência e entendimento das respostas

²⁷⁸ Cf. Carta de António de Melo de Castro aos governadores, de meados de Outubro de 1662, remetendo a carta régia de 09/04/1662 (HAG, MR, 28B, fls. 508-09).

britânicas²⁷⁹. Desta forma, considerava “ignorância sem desculpa” entregar Bombaim. Propunha por isso uma união entre si e os governadores para delongar-se a entrega, pedindo para isso a reunião do Conselho de Estado²⁸⁰.

O designado vice-rei justificou também a sua recusa perante Shipman, focando apenas as questões formais relativas à procuração e patente régias. Para além dos argumentos acima referidos, o oficial português mostrou estranheza que as cartas britânicas na Índia não estivessem redigidas nos mesmos moldes que as de Lisboa e Tânger, já que a entrega de Bombaim deveria ser efectuada da mesma forma que a cidade marroquina. Acrescentou que tinha procurado agradar o mais possível aos Britânicos, que rejeitaram, contudo, a sua hospitalidade, pelo que decidira mudar de atitude. Em relação ao pedido daqueles de serem pagas as despesas da armada, afirmou que tal não fazia sentido, pois a culpa da ilha não ter sido entregue a tempo era exclusivamente da responsabilidade britânica. Ficava, portanto, à espera de uma nova procuração, com a assinatura do monarca britânico, prometendo guardar Bombaim até à sua chegada. Por fim, informava que perante as dúvidas formais colocadas, tinha recorrido ao Conselho de Estado, para o qual remetia a decisão final sobre a validade dos documentos, afirmando que aceitaria a sua decisão²⁸¹.

Como forma de avaliar as razões evocadas pelo designado vice-rei, os governadores reuniram o Conselho e ordenaram que se traduzisse a patente de Shipman e a carta de Carlos II para Melo de Castro (de 4 de Abril de 1662), de que se suspeitava ser falsa²⁸². Entre os dias 24 e 27 de Outubro os nove conselheiros²⁸³ deram os seus pareceres. Todos foram da opinião que os papéis apresentados pelos Britânicos eram suficientes, pelo que aconselhavam a proceder à entrega de Bombaim; apenas um conselheiro, D. Francisco de Castelo Branco, foi da opinião que devia ter-se cuidado com a autenticidade dos referidos

²⁷⁹ Ames é da opinião que, em virtude das dificuldades financeiras que a EIC e a Coroa britânica passavam, Carlos II já teria decidido não apoiar militarmente os Portugueses na Ásia. Cf., Glenn J. Ames, “The Estado da Índia 1663-1677, Priorities and strategies in Europe and the East”, in *Stvdia*, 49, Lisboa, 1990, p. 287.

²⁸⁰ Cf. Cartas de António de Melo de Castro para os governadores de Goa, Bombaim, 16.10.1662, 17.10.1662, 18.10.1668 e de novo, 18.10.1662 (AHU, Índia, cx. 44, doc. 128; HAG, MR, 28B, fls. 502 e 517).

²⁸¹ Cf. Cartas de António de Melo de Castro para Sir Abraham Shipman, Bombaim, 13 e 17.10.1662 (HAG, MR, 28B, 519 e 510 e HAG, MR, 28B, fls. 506-507v).

²⁸² Cf. Tradução da patente de Sir Abraham Shipman pelo jesuíta João Gregório, 24.10.1662, e da carta do rei britânico a António de Melo de Castro, pelo jesuíta Manuel Barreto, 04.04.1662 (HAG, MR, 28B, fls. 480 e 472).

²⁸³ Os nove conselheiros de Estado eram Paulo Castelino de Freitas (inquisidor), Francisco de Melo e Castro, António de Sousa Coutinho, Gil Eanes de Noronha, D. Francisco de Castel Branco, Lopo Barriga, D. Francisco de Sousa, Martim Velho Barreto (vedor geral da Fazenda) e Luís de Mendonça.

documentos, aconselhando que se esperasse pela chegada de novos²⁸⁴. Neste seguimento, os governadores enviaram rapidamente os pareceres a Melo de Castro, sublinhando que a eles não competia votar sobre este assunto, visto que era o indigitado vice-rei quem trazia as ordens régias²⁸⁵. Era notória a concordância daqueles com o parecer do Conselho de Estado, não pretendendo, no entanto, comprometerem-se com a decisão tomada. Os argumentos de Melo de Castro não tiveram, deste modo, eco em Goa, que os considerava como secundários perante o interesse geral do Estado da Índia, bastante necessitado do apoio britânico face a ameaça neerlandesa.

2.3.3 - Reacção Britânica

Marlborough enviou uma carta para os governadores caracterizando as desculpas de Melo de Castro como insuficientes e frívolas e relatando que este o tinha mal tratado. Pediu também a reparação das despesas da armada, realçando que iria informar o monarca britânico do que se havia passado²⁸⁶. O conde britânico informou também Surrate que tinha procurado desembarcar os soldados, que se encontravam muito necessitados de mantimentos, o que foi recusado por Melo de Castro, que não permitiu que estes o fizessem armados²⁸⁷. As tropas britânicas ficaram, deste modo, estacionadas ao largo da ilha, numa medida que se pode considerar preventiva (com o desembarque armado dos soldados, os britânicos poderiam de forma mais fácil forçar a entrega) e retaliadora (em virtude das situações ocorridas na viagem) por parte do indigitado vice-rei²⁸⁸. Perante esta recusa, Marlborough propôs que Melo de Castro encontrasse um sítio onde as tropas britânicas pudessem descansar e exercitar-se, o que não recebeu o assentimento do oficial

²⁸⁴ Cf. Pareceres dos conselheiros de Estado, dados entre 24.10.1662 e 27/10/1662 (HAG, MR, 28B, fls. 483-97), ao qual se acrescentou dias depois o de Luís de Mendonça (HAG, MR, 31/32, fl. 194).

²⁸⁵ Cf. Carta dos governadores do Estado da Índia a António de Melo de Castro, Goa, 27.10.1662 (HAG, MR, 28B, fl. 482).

²⁸⁶ Cf. Carta de Marlborough para os governadores do Estado da Índia, 07.10.1662 (HAG, MR, 28B, fl. 476).

²⁸⁷ Cf. Carta de Marlborough para Surrate, 06.10.1662 (William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, *op. cit.*, p. 132).

²⁸⁸ Cf. J. Gense, *How Bombay was ceded*, *op. cit.*, pp. 38 e 51-52. Henry Gary (oficial britânico) reportou para Londres que, em conversa com alguns fidalgos, ficou com a opinião que Melo de Castro se opunha aos Britânicos (nomeadamente aos que o haviam trazido para aquelas partes) pelo facto destes terem-no, alegadamente, tratado mal e pretendido matar. Embora Gary não acreditasse nestes relatos, afirmou que havia tomado conhecimento de que alguns membros tinham, de facto, comportado-se de forma imprópria com o oficial português. Veja-se, cartas de Henry Gary para Londres, 10 e 22.01.1663 (William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, *op. cit.*, pp. 141-143 e 143-144).

português²⁸⁹. Nestas circunstâncias, Shipman e Marlborough decidiram deixar Bombaim, pois a sua presença tornar-se-ia humilhante e despropositada, sendo que o segundo decidiu voltar para o Reino no início de Janeiro de 1663, nas embarcações reais²⁹⁰.

Shipman rumou a Goa em Dezembro de 1662, com o intuito de obter uma resposta mais satisfatória dos governadores, facto que na opinião dos oficiais da EIC em Surrate seria uma perda de tempo, pois aqueles e Melo de Castro estariam em sintonia²⁹¹. Os oficiais da Companhia relataram uma semana mais tarde que, perante a decisão do Conselho de Estado, Shipman tinha-se deslocado novamente para Bombaim, persuadido de que o vice-rei Melo de Castro (que entretanto tinha assumido o seu cargo a 14 de Dezembro) actuaria de acordo com a opinião dos seus conselheiros²⁹². Pouco depois, contudo, o indigitado governador britânico veiculava a opinião oposta, aconselhando o secretário de Estado em Londres a instar para que novas ordens fossem dadas em Portugal, pois estava convicto que o vice-rei (que classificava como grande inimigo da Coroa britânica), não entregaria a ilha. Acrescentou que, caso Carlos II pretendesse forçar a entrega, deveria enviar mais de mil homens para se juntarem aos efectivos britânicos ali estantes, tomando não apenas Bombaim como também Salsete e outras ilhas vizinhas²⁹³.

Perante nova rejeição e impossibilidade de desembarcar as suas tropas em Bombaim, a armada britânica procurou assistência e repouso em Suaili, em Surrate. Contudo, o governador mogol daquele porto opôs-se a esta presença, ameaçando encerrar a feitoria britânica ali edificada²⁹⁴. Com esta recusa, a que se terão somado outras, nos arquipélagos da Reunião e Maurícias, foi equacionada a ilha de Angediva (a sueste de Goa). Apesar da oposição inicial de Shipman, este acabou por ceder aos argumentos de Marlborough, acedendo deslocar-se para lá²⁹⁵. Num primeiro momento, o governador de Carvar opôs-se ao desembarque britânico, situação que conduziu Marlborough a acompanhar Shipman com uma força militar²⁹⁶. Este era da opinião que a Companhia

²⁸⁹ Cf. Carta de Marlborough para Surrate, 06.10.1662 (William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, op. cit., p. 132).

²⁹⁰ Cf. S.M. Edwardes (compl.), *The Gazetteer of Bombay...*, op. cit., p. 50; John Bruce, *Annals...*, op. cit., p. 134.

²⁹¹ Cf. Carta do Presidente e Conselho de Surrate para os directores da EIC, Surrate, 10.12.1662 (William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, op. cit., pp. 137-138).

²⁹² Cf. Carta do Presidente e Conselho de Surrate para os directores da EIC, Surrate, 18.12.1662 (*Ibidem*, p. 139).

²⁹³ Cf. Carta de Sir Abraham Shipman para Londres, 20.01.1663 (*Ibidem*, p. 216).

²⁹⁴ Cf. Alexander Hamilton, *A New Account of the East Indies*, vol. I, Londres, 1930, p. 106, citado por J. Gense, *How Bombay was ceded*, op. cit., pp. 38, 51-52 e 69.

²⁹⁵ Cf. J. Gense, *How Bombay was ceded*, op. cit., pp. 38, 51-52 e 70.

²⁹⁶ *Ibidem*, pp. 38, 51-52 e 71-73.

podia ter feito um maior esforço para garantir a entrada dos seus homens em Surrate e, por isso, responsabilizava-a pelo que pudesse acontecer à sua tripulação²⁹⁷.

De acordo com alguns testemunhos britânicos, os próprios habitantes de Bombaim mostravam-se descontentes com todo este impasse. Um brâmane, em representação de alguns moradores locais e de povoações vizinhas, disponibilizou, alegadamente, o seu apoio militar para Shipman tomar posse de Bombaim, afirmando que eram oprimidos pelo poder português. Situação semelhante era reportada por *Sir George Oxenden*, que afirmou que alguns habitantes haviam-se colocado à disposição de Shipman para tomarem a ilha, ressentidos pela tirania dos jesuítas, em especial o facto destes tomarem a tutela dos órfãos de pais gentios para os educarem nos seus colégios, nunca regressando à sua família. Estes factos foram também sustentados pelo indigitado governador britânico, que referiu que os portugueses que ali habitavam estavam descontentes com o seu monarca, pois não recebiam qualquer protecção e, por conseguinte, recusavam obedecer-lhe²⁹⁸.

2.3.4 - Justificações do vice-rei para a Europa

António de Melo de Castro teve que, naturalmente, reportar e justificar ao monarca português a sua conduta naqueles atribulados primeiros meses na Índia. Desta forma escreveu para Lisboa por terra e mar, em finais de 1662 e inícios do ano seguinte, relatando os motivos que o levaram a não proceder à entrega de Bombaim, escudando-se a cada ponto com as ordens régias que havia recebido. Descreveu os acontecimentos da viagem, queixando-se do tratamento recebido pelo capitão britânico do navio em que foi transportado, assim como do próprio Marlborough e apontou o episódio de Anjouan como uma falha ao capitulado no tratado de paz. Tinha ficado evidente, na sua opinião, que os Britânicos não demonstravam intenção de socorrer os Portugueses e que era sua obrigação de arbitrar a relação entre estes e os Neerlandeses, devendo estar preparados militarmente para uma situação de conflito e não apenas com três embarcações. Apontou,

²⁹⁷ Cf. Carta de Sir Abraham Shipman para o Presidente e Conselho da EIC em Surrate, 26.01.1663 (J. Gense, *How Bombay was ceded*, pp. 38, 51-52 e 70).

²⁹⁸ Cf. Cartas de Sir Abraham Shipman, de Henry Gary e de Sir George Oxenden para Londres, 20 e 22.01.1663 e 16.03.1665, respectivamente (William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, *op. cit.*, pp. 143-144 e 216).

de igual modo, a falta de procuração de Shipman, que lhe tinha apresentado somente uma carta em latim e uma patente em inglês, com defeitos que lhe causaram dúvidas sobre a sua autenticidade. Por fim e notando-se que tinha adquirido naqueles três meses a percepção das potencialidades da ilha, realçou para Lisboa as qualidades do porto de Bombaim, afirmando que este quase superava o de Lisboa. Acrescentou que a localização da ilha era fundamental no caso de Goa estar impedida e que a perda daquela representava um grande dano comercial, dado que os Britânicos tomariam todo o trato e obrigariam a que ali se pagassem taxas, situação que ameaçaria a presença portuguesa na Província do Norte. Neste seguimento, acrescentava que a ilha tornar-se-ia, certamente, “um coito de delinquentes, a um tiro de espingarda da ilha de Salsete”, o que piorava a já problemática vizinhança com os mouros. Questionava o que sucederia se os Britânicos estivessem em guerra com os Portugueses, ficando aquelas ilhas, “que são o graneiro da Índia”, apertadas entre Britânicos e Mogóis, numa ameaça simultaneamente terrestre e marítima. Adicionou, por fim, o seu receio religioso, pois temia que os católicos ficassem desprotegidos pelo novo poder, o que abriria fissuras na cristandade local²⁹⁹.

De forma a assegurar uma rápida chegada a Lisboa das suas justificações, o vice-rei enviou a sua argumentação simultaneamente por mar e por terra, incumbindo o padre jesuíta Manuel Godinho de transportar a sua carta por esta última via³⁰⁰. Melo de Castro justificou esta forma de comunicação alegando questões de segurança, sendo fulcral que as suas cartas chegassem ao Reino pela importância do seu conteúdo. Além das razões já apontadas, relatou a decisão do Conselho de Estado, que classificou como contrária às ordens régias. Afirmou que tinha pedido auxílio aos Britânicos no socorro a Cochim, dando em contrapartida a ilha de Bombaim, o que foi negado por aqueles, pois afirmaram que, como a ilha não lhes tinha sido entregue, não tinham obrigação de socorrer os Portugueses. Acrescentou, por fim, as intenções britânicas sobre o território e o quão más elas seriam para o Estado da Índia, nomeadamente a perda da fé e a ocupação de outros territórios (como Baragão e Salsete), que os Britânicos reclamavam para si. Estes afirmavam que haviam sido enganados, pois o seu monarca não se contentaria com o pouco que era Bombaim, andando, por isso, a informarem-se sobre o território circundante. Finalizava que, o poder britânico, poderia potencializar a fuga dos

²⁹⁹ Cf. Cartas de António de Melo de Castro para o rei português, Goa, 28.12.1662 e 04.01.1663 (AHU, Índia, cx. 44, doc. 128 e 142; HAG, MR, 28A, 176).

³⁰⁰ O religioso português elaborou um roteiro descritivo daquela viagem: *Relação do novo caminho que fez por terra e mar, vindo da Índia para Portugal no anno de 1663 o Padre Manuel Godinho*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944. Veja-se também, John Correia Afonso, *Intrepid Itinerant. Manuel Godinho and his Journey from India to Portugal in 1663*, Bombaim, Oxford University Press, 1990.

Portugueses, mouros e gentios para a sua jurisdição, procurando os últimos, liberdade religiosa e os primeiros a libertação do jugo eclesiástico³⁰¹.

Melo de Castro focalizava para Lisboa uma argumentação mais estratégica e política, talvez antevendo que as suas justificações formais não colheriam apoio junto da corte. Apesar de fazer referência a estas últimas, incidiu especialmente em razões de ordem económica e comercial, realçando a importância da ilha e as repercussões que a sua perda significava, posição para a qual teria contribuído uma hipotética pressão local, mas que demonstrava uma visão reflexiva e global sobre o Estado da Índia, que verificar-se-ia ser acertada.

O vice-rei escreveu também ao monarca britânico, queixando-se do tratamento recebido por Marlborough e explicando as razões da sua recusa, tendo focalizado a sua justificação na ausência de uma procuração formal e de auxílio militar. Relembrou ainda que havia servido a causa real britânica, junto com o príncipe Robert, “mesmo quando os seus súbditos estavam revoltados contra si”³⁰².

³⁰¹ Cf. Carta de António de Melo de Castro para o rei português, Goa, 31.12.1662 (BL, *Add.*, 20.844, fls. 83v-87v).

³⁰² William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, *op. cit.*, pp. 136-137; J. Gense, *How Bombay was ceded*, *op. cit.*, pp. 54-55.

2.4 - Questões Locais Adjacentes à Detenção

2.4.1 - A Questão Territorial

Em conjunto com a recusa da entrega da ilha e do desembarque dos soldados britânicos, somou-se mais um foco de tensão, em torno da dimensão do território e, por conseguinte, o hipotético engano deliberado da Coroa portuguesa aquando da formulação do tratado.

Em Londres pareceu claro que os responsáveis britânicos possuíam um profundo desconhecimento da região que obtinham. *Lord Clarendon*, afirmou que a Coroa Britânica adquiriu a ilha de Bombaim “com as cidades e castelos lá existentes, os quais ficam a pouca distância do Brasil”³⁰³. Para além disso, nas instruções régias a Shipman, era referida a ilha com “toda a artilharia e munições” assim como as “cidades e fortalezas” do local³⁰⁴. Naturalmente que esta ignorância não seria tão acentuada em todos os Britânicos envolvidos no processo negocial, sendo de crer que alguns tinham um conhecimento mínimo do que estavam a obter. Contudo, estes exemplos são demonstrativos da aparente vantagem portuguesa nas negociações, mais conhecedora da morfologia do território. Desta forma, terá sido entendido em Londres que a concessão compreendia não apenas a ilha de Bombaim, mas também a de Salsete e ilhas anexas àquela, crença que provinha de um mapa da região, que havia sido apresentado a Carlos II durante as negociações³⁰⁵. Desta forma explica-se o desejo demonstrado pelo monarca britânico ao seu embaixador em Lisboa, para que este procurasse alargar a concessão a Baçaim, adjacente à ilha de Salsete³⁰⁶.

Pressupõe-se que, durante as negociações, terá sido apresentado aos britânicos um mapa do local; no entanto, este desapareceu pouco tempo depois, sendo procurado, em vão, nos anos seguintes, como material essencial para resolver as disputas entretanto levantadas entre os dois poderes³⁰⁷. Esta ausência do mapa, levantava assim mais suspeitas sobre a seriedade da acção portuguesa durante as negociações. Em contraste com o desconhecimento em Londres, a EIC em Surrate possuía informações mais aprofundadas

³⁰³ Cf. J.W. Clayton, *Personal Memoirs of Charles II*, vol. II, Londres, 1859, p. 189, citado por J. Gense, *How Bombay was ceded...* op. cit., p. 14; F. Malabari, *Bombay in the Making*, op. cit., p. 92; Edgar Prestage, *As Relações Diplomáticas de Portugal...*, op. cit., p. 173.

³⁰⁴ Cf. J. Gense, *How Bombay was ceded*, op. cit., p. 37.

³⁰⁵ Cf. William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, op. cit., p. 123.

³⁰⁶ Cf. Carta de Carlos II para Richard Fanshawe, Londres, 02.09.1661 (*Report on the Manuscripts...* op. cit. pp. 18-20).

³⁰⁷ Cf. J. Gense, *How Bombay was ceded*, op. cit., pp. 18-19.

sobre as características do território, em função das viagens exploratórias que alguns dos seus oficiais realizaram em 1660. Segundo J. Gense, o erro britânico relativamente ao 11º artigo foi o facto de não terem consultado os feitores de Surrate, possuidores de um conhecimento mais válido sobre o local, nomeadamente que era composto por ilhas³⁰⁸.

Por estas razões, os oficiais britânicos depararam-se com um território diferente do que esperavam, nomeadamente a sua reduzida dimensão e escassez de meios, conforme atestam os seus vários testemunhos. O capitão Brown, pouco tempo depois da chegada a Bombaim, em Setembro de 1662, iniciou a sua exploração e, apercebendo-se que o espaço, “de forma enganosa”, não correspondia ao que tinha sido representado ao monarca. De facto, a ilha era de reduzidas dimensões, pois possuía no total apenas nove milhas de comprimento e vinte e duas de perímetro, sendo que o demais espaço era constituído por duas ilhas grandes e distintas, Taná e Salsete, separadas de Bombaim por um pequeno canal³⁰⁹. Este último ponto foi também salientado por Gerald Aungier, que afirmou o facto da ilha apenas corresponder a um quinto daquilo que fora prometido, pois tinha sido apresentado ao monarca um território englobando apenas uma ilha, composta pelos territórios de Bombaim, Taná e Salsete³¹⁰.

À exiguidade do território adicionaram-se os testemunhos em relação à sua pobreza, afirmando-se que, a ilha isolada e sem os territórios contíguos, era um local insignificante, árido e deserto, “cujas pessoas eram as mais pobres e necessitadas do que qualquer uma do Norte”³¹¹. Acrescentava-se que aquela, de um ponto de vista comercial, não produziria um grande incremento mercantil, assim como não adicionaria muito em termos políticos e navais, comprometendo o desígnio das duas Coroas em combater a superioridade Neerlandesa³¹². Pelo contrário, o território abrangido por Bombaim e as ilhas vizinhas até ao extremo norte de Salsete, seria uma área bastante proveitosa, com a sua produção de milho, açúcar, arroz, cocos, sal e outras manufacturas. Salientavam, no

³⁰⁸ Cf. *Ibidem*, p. 15.

³⁰⁹ Cf. Carta do Capitão Brown para Surrate, 30.09.1662 (William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, op. cit., p. 133). Refira-se que, apesar das forças britânicas terem sido, no geral, impedidas de desembarcar, a alguns dos seus oficiais tal foi permitido.

³¹⁰ Cf. Carta de Gerald Aungier para Surrate, 06.10.1662 (*Ibidem*, p. 134) e diário de Samuel Pepys, de 25.03.1663, citado por J. M. Campbell, J.M. (compl.), *Gazetter of Bombay Presidency – Materials towards a statistical account of the town and island of Bombay*, vol.I, Bombay, 1893, p. 11.

³¹¹ Cf. Carta de Marlborough para Sir George Oxenden, 18.10.1662 (publicada por S.M. Edwardes (compl.), *The Gazetteer of Bombay...*, op. cit. p. 50). Cf. M. D. David, *Bombay, the City of Dreams...* (a history of the first city in India), Bombaim, Himalaya Publishing House, 1995, p. 25; Philip Anderson, *The English in Western India: being the Early History of the Factory of Surat, of Bombay, and the subordinate factories on the West Coast*, Bombaim, 1854, pp. 53-54.

³¹² Cf. John Bruce, *Annals...*, op. cit, pp. 136-137.

entanto, a boa localização do porto de Bombaim, classificado como dos mais nobres e com maior potencial para produzir consideráveis rendimentos alfandegários, sendo que no geral, a ilha tinha o necessário para tornar-se um local de proveito comercial que em dois ou três anos anularia o porto de Surrate, “que vivia sob a tirania do governador mogol”³¹³.

2.4.2 - A Pressão Local

De acordo com Melo de Castro, a notícia da entrega de Bombaim já era ali conhecida antes da sua chegada. Os padres jesuítas, detentores de fortes interesses ali e catalogados como os senhores de Bombaim e Salsete³¹⁴, afirmaram ao oficial português, entre outras razões que, o Reino “não podia dar o alheio, e todas aquelas terras eram próprias dos moradores e tão isentas que nunca admitirão capitão nem presídio como outras praças”³¹⁵. Esta é uma afirmação sintomática e demonstrativa do temor que os foreiros (como o eram os jesuítas e vários fidalgos) tinham que o novo governo britânico interferisse nos seus vastos direitos e poderes, tendo procurado, por conseguinte, evitar a entrega da ilha. Tal facto é relatado por Henry Gary, que afirmou que os jesuítas de Banderá e os fidalgos de Baçaim tinham pressionado o indigitado vice-rei para não proceder à entrega, pois temiam que os Britânicos se assenhoreassem das suas fazendas. Acrescentou que os jesuítas teriam mesmo subornado Melo de Castro com 40 mil xerafins³¹⁶. Neste sentido, era também imputada aos religiosos e aos fidalgos locais a culpa pela recusa na entrega da ilha aos Britânicos³¹⁷.

A visão dos protagonistas britânicos não seria, contudo, a mais acertada. É crível e natural que, perante os interesses estabelecidos, tenham existido pressões sobre Melo de Castro. Todavia e, como já vimos, este já terá chegado com a intenção de não entregar a

³¹³ Cartas de Henry Gary e de Sir Abraham Shipman para Londres, 10 e 22.01.1663 e 20.01.1663 respectivamente (William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, op. cit., pp. 141-144 e 216).

³¹⁴ Cf. Cartas do Conselho de Surrate para a EIC em Londres, Surrate, 18.12.1662 e de Shipman para a corte, 20.01.1663 (*Ibidem*, pp. 139 e 216).

³¹⁵ Arquivo, da Casa Cadaval, *Livro de Cartas que escreveram ao Ilustríssimo Senhor Francisco de Melo Marquês de Sande, Conde da Ponte dos Conselhos de Estado e Guerra de SM. Seus Ministros e Secretários de Estado, sendo, Embax. Extr.º em Inglaterra e França em os anos de 662 a 665*, fl. 143, citado por Theresa M. Schedel de Castello Branco, *Vida de Francisco Mello Torres...*, op. cit., pp. 478-479.

³¹⁶ Cf. Cartas de Henry Gary para Londres, 10 e 22.01.1663 (William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, op. cit., pp. 141-144).

³¹⁷ Cf. Gillian Tindall, *City of gold: the biography of Bombay*, Londres, 1982, p. 50; M. D. David, *History of Bombay...*, op. cit., pp. 41-43.

ilha, tanto pelo tratamento recebido na viagem como, sobretudo, pela falta de auxílio militar britânico conferido, que entendia que se iria manter. Esta posição solidificou-se, de igual modo, à medida que tomou conhecimento das intenções territoriais dos aliados europeus, juntamente com o potencial estratégico e económico que aquela possessão encerrava. Para além disso, a presença jesuíta em Bombaim era relativa. Na realidade, os Franciscanos eram os principais responsáveis pela conversão de gentios³¹⁸, sendo que os Jesuítas eram efectivamente poderosos em Salsete, mas em Bombaim, possuíam um domínio mais diminuto³¹⁹, o que não invalidava a sua força como grupo de pressão, mas que questiona a sua caracterização como “senhores da ilha”³²⁰.

Refira-se que, de acordo com testemunhos britânicos, grassava a nível local uma crescente oposição ao governo de Melo de Castro, que era acusado por fidalgos, gentios e população no geral, de lhes extorquir dinheiro, tendo alguns moradores procurado segurança junto dos britânicos demonstrando, de igual modo, apoio numa eventual investida sobre o poder português em Bombaim³²¹. Num plano mais lato, em meados de 1664, o cônsul britânico em Lisboa reportava para Londres que Melo de Castro temia que chegassem a qualquer momento ordens do Reino para o prender por desobediência, hiperbolizando que todos os Portugueses o caracterizavam como um dos maiores tiranos que havia existido e que a sua principal prática consistia em roubar tudo o que conseguisse³²².

³¹⁸ Cf. Ernest R. Hull, *Bombay- Mission History and the Padroado Question*, vol. I. Bombaim, 1927, pp. 17-18.

³¹⁹ Cf. J. Gense, *How Bombay was ceded*, op. cit., pp. 58-60.

³²⁰ De facto a Companhia de Jesus, presente no distrito de Baçaim desde o final da década de 1540, havia adquirido um elevado número de possessões territoriais na ilha de Baçaim, Salsete e Taná. Os Jesuítas não eram “senhores de Bombaim” em termos materiais, mas eram-no das duas últimas, o que pressupõe uma atenção alargada naquela ilha de forma a defender os seus interesse na região. Acerca das possessões jesuítas no distrito de Baçaim, veja-se, André Teixeira e Silvana Pires, “O Tombo de Baçaim de 1727-1730”, in *Anais de História de Além-Mar*, vol. VIII, Lisboa, 2008, pp. 325-363.

³²¹ Cf. Cartas de oficiais britânicos para Surrate, de 4 ou 5.02.1664 e 28.04.1664 (William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, Oxford, Clarendon Press, 1923, p. 334) e carta de Sir George Oxenden para Lord Arlington, de 06.03.1664 (NA, PRO, CO77, nº 93).

³²² Cf. Royal Commission on Historical Manuscripts, *Report on the Manuscripts of Allan George Finch*, vol. I, Londres, H.M.S.O., 1913. p. 306.

2.5 - As (In)decisões do Conselho de Estado

2.5.1 - O Segundo Conselho

Em finais de Janeiro de 1663, Melo de Castro procurou de novo a cumplicidade do Conselho de Estado, remetendo por isso alguns documentos que tinha enviado aos governadores e que pensava que os conselheiros não tinham tido acesso aquando da primeira reunião. Voltava assim a insistir na manutenção da ilha, procurando reverter a opinião veiculada pelo Conselho em Outubro. Pretendia, de igual modo, que os conselheiros se pronunciassem acerca da importância geral de Bombaim e referia, numa atitude pressionante, que iria enviar a consulta para Lisboa de forma a responsabilizá-los pelas suas posições³²³.

A opinião geral dos conselheiros³²⁴ foi oposta à anterior, defendendo agora a manutenção da ilha enquanto se esperava por novas ordens régias. Justificavam esta decisão pelo facto de no anterior Conselho não terem tido acesso, alegadamente, a todos os documentos agora apresentados. Com a análise de todos os dados do processo, concordavam agora, que a documentação britânica era insuficiente e contrária às ordens régias e que estes não tinham cumprido as obrigações estipuladas no tratado, nomeadamente a falta de uma armada e do auxílio requerido para o Malabar. Evocavam também que não tinha ficado esclarecido o território a entregar, enumerando as consequências danosas que adviriam caso a ilha fosse ocupada pelos Britânicos, repetindo os argumentos expostos pelo vice-rei: Bombaim seria um local de refúgio para todos os foragidos e criminosos; a ilha de Salsete corria o risco de ser conquistada; e a fé católica incorria em grande risco, ficando os moradores sujeitos à influência do “herege” norte-europeu. Acrescentavam que, sendo o porto de Bombaim o mais capaz e navegável durante todo o ano, seria de presumir que os Britânicos tomassem a partir dele, todo o comércio daquelas terras. Tal facto, teria repercussões danosas para as fortalezas do Norte, vizinhas de Bombaim, nomeadamente a quebra da alfândega de Diu e das rendas de Baçaim e Chaul, com consequências graves para as finanças de Goa. Adicionavam que a perda da

³²³ Cf. AHU, *Índia*, cx. 44, doc. 128.

³²⁴ Os conselheiros eram agora apenas oito. Mantinham-se da anterior reunião, Paulo Castelino de Freitas, Francisco de Melo e Castro, António de Sousa Coutinho, Gil Eanes de Noronha, D. Francisco de Castel Branco e Lopo Barriga, aos quais se juntaram Luís Mendes de Vasconcelos e António de Melo e Castro (provável parente do vice-rei). António de Melo de Castro, foi a única voz dissonante, alegando não poder pronunciar-se em virtude de não ter estado presente no primeiro Conselho.

ilha acarretaria sérios riscos para as praças de Chaul, Baçaim e Damão, “praças tão abertas por terra, e que o de que se sustenta são os seus contornos, que dominados doutro senhorio, e cercados por mar, não lhes resta outro nenhum modo de se poderes conservar que entregarem-se à mercê de quem intentar as suas invasões”³²⁵.

De toda a argumentação proferida, destaca-se a consciência, já anteriormente demonstrada pelo vice-rei, da importância geo-estratégica de Bombaim num território predominantemente insular como era o distrito de Baçaim, no qual a comunicação era realizada, de forma predominante, por via fluvial e marítima, sendo que aquela ilha situava-se na foz do principal rio da região. Para além disso, sem a ligação naval, todo o território ficava à mercê dos ataques oriundos do interior indiano desencadeados pelas forças muçulmanas. Era pois uma visão abrangente e englobante sobre todo o Índico Ocidental, assim como acertada e premonitória da perda futura do território de Baçaim em 1739 pela acção marata.

Desta forma, cerca de três meses depois do último Conselho de Estado, os conselheiros em Goa inverteram por completo a sua opinião. As razões subjacentes a esta mudança de posição são difusas e meramente especulativas. A justificação de falta de documentos no primeiro Conselho parece-nos ser de pouca importância, o que pressupõe a existência de outras motivações. Uma delas terá sido, certamente, a falta de apoio naval britânico no cerco neerlandês a Cochim. Esta investida não surtiu efeito, tendo a praça sido defendida, com sucesso, pelos homens de Inácio de Sarmiento de Carvalho. Todavia, Goa ter-se-á apercebido que os Britânicos, tal como Melo de Castro havia sublinhado, iriam manter a sua indisponibilidade a qualquer tipo de auxílio. Perante isto, invertiam-se os pressupostos que legitimavam a entrega de Bombaim, tida como fulcral para se garantir o apoio britânico na defesa dos interesses do Estado da Índia.

³²⁵ Pareceres dos conselheiros de Estado, emitidos entre 28.01.1663 e 04.02.1663 (HAG, MR, 28B, fls. 526-39).

2.5.2 - O Terceiro Conselho

Cerca de um mês depois, o Conselho de Estado reuniu-se de novo. Em causa estava uma nova carta do vice-rei, advertindo que a perda de Cochim para os Neerlandeses, entretanto ocorrida, era bastante prejudicial para os interesses do Estado da Índia, nomeadamente no seu posicionamento na costa ocidental indiana. Melo de Castro acrescentou a sua crença que os dois poderes norte-europeus possuíam um acordo encoberto sobre Bombaim, que sendo efectivado seria assaz nefasto para os Portugueses, pois caso os Neerlandeses ocupassem a ilha poderiam entregá-la aos Britânicos. O Estado da Índia ficaria, adicionou, numa situação vulnerável, pois para além de perder Bombaim, iniciava um conflito com os Britânicos³²⁶.

Os conselheiros³²⁷ pronunciaram-se entre 13 e 15 de Fevereiro, emitindo o seu parecer em Conselho de Estado no início do mês seguinte. Afirmaram que as ameaças expostas pelo vice-rei tinham fundamento e que era efectivamente preferível entregar a ilha aos Britânicos do que perdê-la para os Neerlandeses, sendo as defesas da ilha bastante escassas (referindo-se ao ataque omanita de 1661) e prevendo-se a demora da chegada das ordens de Lisboa³²⁸. Temia-se, de facto, o avanço neerlandês, bastante respeitado naquelas paragens e considerados como os “senhores absolutos” das águas asiáticas³²⁹.

De salientar que, à parte desta questão, Melo de Castro seria responsabilizado pela perda de Cochim, tendo sido acusado de ter providenciado pouco auxílio para a defesa da praça³³⁰ e de ter permanecido no Norte sabendo do aperto em que se encontrava a possessão portuguesa³³¹.

Nesta última decisão foi clara a gravidade da perda de Cochim e a ausência do auxílio britânico, facto que sustentava os pressupostos da anterior decisão do Conselho. Alguns oficiais britânicos confirmaram este mesmo facto, salientando que a perda de Cochim originou uma crescente pressão para se efectuar a entrega, tendo havido alguns fidalgos a ameaçarem rebelar-se contra a autoridade do vice-rei. Sublinhavam também que

³²⁶ Cf. Carta de António de Melo de Castro para os conselheiros em Goa, 11.02.1663 (ACE, IV, doc. 34).

³²⁷ Os conselheiros eram agora apenas sete, tendo saído entretanto Paulo Castelino de Freitas.

³²⁸ Cf. Parecer do Conselho de Estado, Goa, 03.03.1663 (ACE, IV, doc. 34).

³²⁹ Cf. Carta dos governadores de Goa para o Conselho Ultramarino, Goa, 29.03.1662 (AHU, Codex 211, fls. 340-340v), citado por Glenn J. Ames, *Renascent Empire?...*, op. cit., p. 175.

³³⁰ Cf. Parecer do Conselho Ultramarino, Lisboa, 17.12.1664 (AHU, Índia, cx46, doc. 126).

³³¹ Cf. Carta de Martim Velho Barreto, vedor-geral da Fazenda, para o rei português, Goa, 12.05.1663 (AHU, Índia, cx. 45, doc. 205).

a perda de Cananor, pouco tempo depois de Cochim, iria recrudescer as ditas pressões, havendo desta forma uma confiança, partilhada por *Sir Abraham Shipman* e *Henry Gary*, de que, finalmente, se procederia à concessão de Bombaim³³².

No entanto, tendo chegado a Goa a notícia do acordo de pazes luso-neerlandês de 1662, a posição do vice-rei (que seria coincidente com a do último Conselho) voltou a endurecer, recusando de novo proceder à entrega³³³. Depreende-se, deste modo, que a questão da segurança efectiva das possessões portuguesas (mais do que os acontecimentos durante a viagem do vice-rei e os erros processuais) foi a principal preocupação e pressuposto para recusar a entrega de Bombaim. Note-se também, a clara inexistência de um poder militar da Coroa britânica na Ásia que pudesse pressionar de forma eficaz o Estado da Índia nos seus propósitos, razão por que os Portugueses puderam manter a sua intransigência, ultrapassada que parecia estar a ameaça neerlandesa.

Contudo, durante os meses seguintes foi notório, para diversos oficiais britânicos, que a questão não era unânime e pacífica entre os Portugueses, sendo certo que existiram divergências em Goa. Este antagonismo e incerteza confundiram de igual modo os Britânicos, não sabendo qual seria a posição a assumir pelo Estado da Índia³³⁴. Perante toda esta conjuntura, *Henry Gary* escreveu para um parente, convicto que Bombaim nunca seria britânica a menos que tomada à força³³⁵.

³³² Cf. Cartas de Robert Master e outros oficiais britânicos para Surrate, 09.03.1663, de *Henry Gary* para Marlborough, 17.03.1663 e de *Sir Abraham Shipman* para António de Melo de Castro, 07.03.1663 (William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, op. cit., pp. 221 e 229 e NA, PRO, CO77, 9, nº4, respectivamente).

³³³ Cf. William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, op. cit., p. 224.

³³⁴ Cf. Cartas do presidente e conselho de Surrate para os directores da EIC e de *Henry Gary* para Marlborough, 14.11.1663 e 03.12.1663 respectivamente (BL, IOR/H/48, fls. 102-114 e William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, op. cit., p. 226).

³³⁵ Cf. Carta de *Henry Gary* para um parente em Londres, 23.08.1663 (William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, op. cit., p. 220).

2.6 - A Posição de Londres

2.6.1 - Realidade Interna Britânica

Os primeiros anos da restaurada monarquia britânica foram marcados por medidas de teor financeiro e religioso. Neste último domínio, procurou-se numa primeira instância uma pacificação geral, sendo promovida uma liberdade religiosa generalizada. No entanto, em meados de 1661 foi eleito o novo Parlamento, designado por *Cavalier Parliament*³³⁶, formado por poucos presbiteranos, o que significou o abandono de uma política religiosa moderada. A acção do grupo parlamentar consubstanciou-se numa série de medidas, designadas por *Clarendon Code* (dado que *Lord Clarendon* era uma dos seus principais artífices), que ditaram a perseguição aos dissidentes puritanos. Estas promulgações eram promovidas pela maioria anglicana do Parlamento assim como pelo Conselho Privado do rei, que temiam que os dissidentes pusessem em perigo a restaurada monarquia. Carlos II procurou contrariar esta política e promulgou em Dezembro de 1662 a primeira Declaração de Indulgência que foi, contudo, revogada pelo Parlamento³³⁷.

Para além do conturbado clima religioso, a monarquia britânica experimentava uma delicada situação financeira, com dívidas a rondar os três milhões de libras. Tornava-se urgente o pagamento ao exército de forma a desmantelá-lo em seguida, o que foi realizado. No entanto e apesar da cobrança de novos impostos, a monarquia manteve-se num estado de dívida constante, razão que a tornou vulnerável perante a Coroa francesa. Carlos II encarou o apoio financeiro e militar francês como uma forma de se manter independente do Parlamento. Por detrás deste auxílio, Luís XIV almejava inserir-se na política externa britânica, submetendo-a aos seus interesses³³⁸.

Uma das faces visíveis dessa inferioridade externa terá sido a venda de Dunquerque à França em Maio de 1662, numa afronta ao orgulho nacional, dado que aquela cidade tinha sido uma grande vitória de Cromwell. No entanto, a estratégia britânica estava concentrada, quase em exclusivo, no conflito com as Províncias Unidas, cujas tensões crescentes não cessaram após o acordo anglo-neerlandês de 1662.

³³⁶ Esta designação caracterizava o Parlamento como partidário da monarquia e da Igreja inglesa.

³³⁷ Cf. Maurice Ashley, *England in the Seventeenth Century*, op. cit., pp. 133-135.

³³⁸ Cf. *Ibidem*, p. 132; E.L. Woodward, *A History of England*, op. cit., pp. 116-117.

2.6.2 - Ordens ao Embaixador

A primeira informação de que Bombaim não tinha sido entregue chegou a Londres a 21 de Maio de 1663, tendo Carlos II e Clarendon adoptado uma posição dura no consequente contacto com Lisboa³³⁹. De facto, alguns dias depois, foi enviada uma missiva para Richard Fanshaw, embaixador em Lisboa, a reportar a grande insatisfação do monarca britânico, afirmando que a deposição do vice-rei (cujas desculpas classificava de ridículas e infantis) e o pagamento das despesas da armada não eram o suficiente para eliminar tamanha afronta. Era realçada a reduzida dimensão da ilha e exigia-se a sua rápida entrega assim como a cessão de Baçaim. Acrescentava-se que se os Portugueses não se retratassem, a aliança terminaria, podendo os Britânicos aliar-se aos Neerlandeses. Este entendimento não seria, contudo, muito provável em virtude das constantes inimizades entre os dois poderes. Possivelmente por isso, o monarca não deixou de salientar que, por ora, iria agir sem precipitação e aguardar que o rei português reparasse aquele dano³⁴⁰.

2.6.3 - Pressão sobre Lisboa

A acção do governo britânico incidiu, de igual modo, sobre o embaixador português em Londres, Francisco Ferreira Rebelo, pressionado para que o vice-rei fosse castigado, fosse paga a armada (calculada em 100 mil libras) e se procedesse à entrega imediata de Bombaim como declarada ao monarca nos mapas, ou seja, incluindo Salsete e Taná³⁴¹. Ao descontentamento pela recusa da entrega de Bombaim, somava-se a constatação da pequenez do território doado, verificada pelos oficiais britânicos no local e, portanto, o possível logro dos Portugueses aquando das negociações. O cônsul Thomas Maynard também pressionou Lisboa, apresentando variadas queixas dos mercadores

³³⁹ Cf. William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, op. cit., p. 226; Glenn J. Ames, *Renascent Empire?...*, op. cit., p. 171.

³⁴⁰ Cf. Cartas de Sir Henry Bennet e do conde de Clarendon para Richard Fanshaw, 03 e 05.06.1663 (*Report on the Manuscripts...*, op. cit., pp. 87-90).

³⁴¹ Cf. Memorial apresentado pelo comandante do rei da Grã-Bretanha, Henry Bennet, ao embaixador português residente naquela Corte, D. Francisco Ferreira Rebelo, Londres, 25.06.1663 (BL, IOR/H/48, fls. 96-98).

britânicos estabelecidos no reino português, que culpavam os Portugueses de não cumprirem o estabelecido no acordo³⁴².

A pressão manteve-se ao longo de 1663 e D. Francisco de Melo, agora embaixador em Londres, noticiou ao monarca português que estava a ser tratado de forma áspera, pedindo a D. Afonso VI que demonstrasse de forma vinculada a sua vontade em entregar Bombaim, dado que os Britânicos classificaram como escassas as justificações apresentadas por Lisboa³⁴³. Shafaat Ahmad Kahn afirma que a aliança portuguesa era na época bastante impopular junto dos Britânicos e existia uma opinião consensual de que estes haviam sido enganados pelos Portugueses³⁴⁴.

Apesar deste discurso agressivo e das pressões exercidas junto dos representantes britânicos em Lisboa, nenhuma medida concreta foi tomada, optando-se apenas pela via do diálogo, sintomático de que a situação era melindrosa para Londres, que não pretendia romper um acordo tão favorável aos seus interesses. De facto, Carlos II, em finais de 1663, acabou por aceder a uma das exigências do vice-rei e outorgou uma comissão para que *Sir Abraham Shipman* recebesse a ilha de Bombaim, como seu comissário, deputado e procurador (de forma a ser suprida a falha processual evocada pelo vice-rei) não salvaguardando, no entanto, a sua sucessão, facto que iria desencadear novos problemas³⁴⁵.

Fanshaw intercedeu junto da corte portuguesa, de acordo com as instruções provenientes de Londres, mas não de forma agressiva e autoritária como seria de esperar tendo em conta o tom das cartas régias britânicas. Para este facto contribuiu, de igual forma, a cumplicidade existente entre o embaixador britânico e o conde de Castelo-Melhor, secretário de estado português e homem forte do reino. Este último pediu a Fanshaw uma avaliação sobre a melhor forma de contornar o lamentável sucedido, a que este respondeu que a solução residia no castigo do vice-rei, a entrega de Baçaim, o pagamento das tropas

³⁴² Cf. Carta do cônsul Thomas Maynard para Lisboa, 08.06.1664 (NA, SP89/6, fls. 242-45).

³⁴³ Cf. Carta do marquês de Sande ao embaixador britânico, Londres, 16.12.1663 (BL, *Add.* 20.844, fls. 87v-89).

³⁴⁴ Cf. Shafaat Ahmad Khan, *Anglo Portuguese Negotiations...*, *op. cit.*, p.454.

³⁴⁵ Cf. William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, *op. cit.*, p. 227, citando o documento original de 23.11.1663, publicado em português no *Suplemento à Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre Portugal e as mais Potências desde 1640*, Júlio Firmino Judice Biker (ed.), Lisboa, Imprensa Nacional, tomo IX, 1872, pp. 253-255 e em latim na CTCP, III, pp. 26-27, do original no HAG, *Livro Verde* 1, fl. 270v.

britânicas presentes em solo português e a regulação do comércio naval³⁴⁶. Castelo Melhor procurou solucionar a questão de Bombaim e empatou as outras reivindicações³⁴⁷.

2.6.4 - Manutenção do Apoio Militar

Os problemas da Índia repercutiram-se no auxílio britânico ao reino português na guerra contra a monarquia hispânica, pois após terem chegado as notícias da retenção da ilha, foram colocados entraves ao envio de soldados. Essa situação era reportada por D. Francisco de Melo, afirmando que sobre os socorros de soldados britânicos “os impele o negócio de Bombaim”³⁴⁸. Também o marquês de Sande procurou, em finais de 1663, obter o auxílio militar britânico de forma a suprir as baixas sofridas pelos terços do seu velho aliado na batalha do Ameixial. O embaixador português sublinhou que, se os Britânicos não romperam, no geral, com o reino português, seria certo, ou ao menos muito provável, que o fariam na Índia³⁴⁹. O assunto foi, contudo, desbloqueado em meados de Fevereiro de 1664, sendo enviados mil homens armados para o reino português³⁵⁰.

Nesta fase, a resolução deste assunto fez-se apenas mediante a apresentação das cartas enviadas pelo monarca português para Melo de Castro, a ordenar a rápida entrega da ilha. As medidas dos Britânicos, conciliadoras e de auxílio, contrastavam com o tom agressivo adoptado na sua correspondência com Lisboa. Por um lado, era claro que não interessava à Coroa britânica romper a aliança e o tratado, que os dotava de maiores argumentos no Além-Mar assim como se enquadrava de grande utilidade no quadro instável da política europeia. Por outro lado, demonstrava que os Britânicos acreditavam que o reino português não tinha outro caminho senão cumprir o acordado, pois disso dependia a sua autonomia.

³⁴⁶ Cf. Cartas de Castelo Melhor para Richard Fanshaw e resposta deste, Lisboa, 20 e 26.06.1663 respectivamente (*Report on the Manuscripts...*, *op. cit.*, pp. 113 e 116).

³⁴⁷ Cf. Carta de Castelo Melhor para Richard Fanshaw, Lisboa, 30.06.1663 (*Ibidem*, p. 121).

³⁴⁸ Cartas de D. Francisco de Melo para Castelo-Melhor, Paris, 10.12.1663 e 25.01.1664 (BL, *Add.*, 38.038).

³⁴⁹ *Arquivo dos Condes da Ponte*, “Cartas que o Excelentíssimo S^or Franc^o de Melo Marquês de Sande e Conde da Ponte dos Cons^os do Estado e Guerra de ElRey D. Afonso VI Escreveu a S. Mag. e ministros sendo seu Embaixador Extraordinário a Carlos 2 Rey da Grã-Bretanha em os anos de 661 até 662”, fls. 2-350v, citado por Theresa M. Schedel de Castello Branco, *Vida de Francisco Mello Torres...*, *op. cit.*, pp. 479-480.

³⁵⁰ Cf. Carta de D. Francisco de Melo para Castelo-Melhor, Paris, 17.02.1664 (BL, *Add.*, 38.038).

2.7 - A Postura de Lisboa

2.7.1 - A Conjuntura Endógena

Em paralelo com a situação que se experimentava na Índia, desencadeou-se no reino português um período de turbulência política, marcado pelo antagonismo e luta entre facções, que condicionaram a condução dos destinos da Coroa em grande parte da década de 1660. A corte e os aparelhos de estado encontravam-se fragmentados por rivalidades e inimizades, assim como divididos entre partidários do rei (como o conde de Castelo-Melhor) e os da regência de D. Luísa (como o duque do Cadaval e outras importantes figuras da fidalguia)³⁵¹.

A regente procurou prolongar o máximo que pôde o seu governo, situação que não podia perdurar por muito mais tempo, face à maioridade de D. Afonso e à pressão desencadeada pelos seus partidários. Ao longo de 1661 e primeira metade do ano seguinte, foi largamente equacionada a convocação de Cortes, com o intuito de fazer jurar D. Pedro como príncipe herdeiro do Reino, como forma de se precaver a sucessão do trono face às notícias que davam conta da incapacidade sexual de D. Afonso e, por conseguinte, de gerar sucessão. D. Luísa de Gusmão, ao longo deste período, deu conta do seu cansaço e desejo de abandonar o poder após o juramento de D. Pedro em cortes. Contudo, tendo esta vontade sido tornada pública, a regente foi acusada de tentar afastar D. Afonso do trono em detrimento de D. Pedro, facto que fez eclodir tumultos no Reino³⁵².

De facto, o antagonismo entre os defensores da subida ao trono de D. Afonso e os partidários de um governo encabeçado por D. Pedro foi crescente. Os acontecimentos de finais de 1661 e primeira metade de 1662 precipitaram esta oposição. Algumas figuras muito próximas de D. Afonso e consideradas influências negativas no seu comportamento, são afastadas da corte, numa acção concertada pelos principais membros da nobreza, clero, tribunais e Conselho de Estado, com o objectivo claro de impor ao monarca um modo de actuação que fosse condigno da sua condição. Em simultâneo, foi decidido em Abril de 1662, criar-se a Casa do Infantado para D. Pedro, que garantia a sua autonomia em relação à Casa do rei e criava um contra-poder àquela, numa medida que dava a entender que a regente preparava o infante para o governo. Para além disso, os constantes revezes

³⁵¹ Cf. Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI, op. cit.*, pp. 103-106.

³⁵² Cf. *Ibidem*, pp. 99-102.

militares na guerra restauradora contra a monarquia hispânica³⁵³ e a persistência da acção neerlandesa no Além-Mar, que exigiam um avultado esforço económico que depauperava a economia, também contribuíram para o avolumar da oposição interna à regência³⁵⁴.

Neste seguimento foi empreendido o golpe palaciano de 22 de Junho de 1662, no designado golpe de Alcântara, protagonizado por um grupo de jovens nobres, encabeçados pelo conde de Castelo-Melhor e que colocou D. Afonso VI no poder do Reino, se bem que subjugado pelas directrizes impostas por aquela fidalguia. A tomada do poder por D. Afonso VI significou, naturalmente, o afastamento de alguns membros, ligados ao governo da regência (como o duque do Cadaval e o conde de Soure por exemplo, assim como da própria rainha), assistindo-se, paralelamente, à introdução e posterior ascendente do conde de Castelo-Melhor no governo do Reino (como escrivão da puridade entre outros cargos). Luís Vasconcelos e Sousa assumiu-se como uma figura de influência crescente no seio do governo, subalternizando sob a sua esfera todas as jurisdições do Estado, numa estratégia de controlo sobre a total administração da Coroa³⁵⁵.

2.7.2 - A Estratégia Exógena

Embora nos anos subsequentes tenha sido celebrado um acordo com o reino francês e o próprio monarca português tenha casado com uma princesa daquela Coroa, a forte ligação britânica perdurou, consubstanciado no auxílio militar na guerra da Restauração, para onde foi enviado o conde de Insiquim, como mestre-de-campo general do exército, assim como 2400 soldados e 400 cavalos. Este apoio não deixou, no entanto, de ter a oposição de alguns elementos da corte portuguesa, partidários de uma aproximação à França³⁵⁶, sintomático de que, as orientações externas da Coroa eram alvo de discórdia e novos focos de antagonismo.

³⁵³ Os confrontos da guerra restauradora desde a regência de D. Luísa traduziram-se na supremacia espanhola, consubstanciada na conquista de Olivença em Abril de 1657 e, no ano seguinte, na tomada da cidade de Elvas e no impedimento do cerco português sobre Badajoz. Refira-se que em meados de Janeiro 1659, na Batalha das Linhas de Elvas, foi obtida a primeira grande vitória da Restauração, com a reconquista daquela praça, contudo, a pressão e a preponderância espanhola mantinha-se, impondo a sua pressão em vários pontos da fronteira. Veja-se Vitorino Magalhães Godinho, “Restauração”, in Dicionário de História de Portugal, vol. III, Joel Serrão (dir.), Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1968, pp. 609-627.

³⁵⁴ Cf. *Ibidem*, pp. 103-110.

³⁵⁵ Cf. *Ibidem*, pp. 118-119 e 135-140; Glenn J. Ames, *Renascent Empire...*, *op. cit.*, p. 31.

³⁵⁶ Cf. Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI*, *op. cit.*, p. 109.

Em 1662, a situação política portuguesa no plano internacional atravessava francas dificuldades. A guerra com a monarquia hispânica subsistia, sendo naquele momento mais problemática face ao destacamento do prestigiado D. Juan de Áustria como capitão-geral da Conquista de Portugal. Em simultâneo, persistiam os ataques neerlandeses no Além-Mar português, tardando a ser efectivado o acordo de 1661. A isto adicionavam-se os problemas económicos e financeiros do Reino, em que o esforço de guerra muito contribuía, assim como o próprio comportamento do monarca, sobre o qual se levantavam desconfianças em relação à sua capacidade mental e física³⁵⁷.

Os Britânicos adoptaram na Europa uma posição dúbia relativamente à Coroa portuguesa. De facto, apesar de a apoiarem com homens e artilharia, mantinham em paralelo contactos com os espanhóis, assegurando-lhes que, numa questão de tempo, lhes entregariam a capital portuguesa. Para além disso, a posição de alguns Britânicos tendia para a inclusão de Portugal na segunda guerra anglo-neerlandesa, que se desenrolou entre 1665-67. Neste contexto, era compreensível que o reino português nunca tivesse descurado o apoio francês, mesmo após o tratado luso-britânico de 1661. Assim, durante o ano de 1665, procuraram unir as duas Coroas, por intermédio dos casamentos de D. Afonso VI e D. Pedro, com *mademoiselles* de Nemours e de Bouillon respectivamente³⁵⁸.

No plano da resistência militar, foi contemporânea da subida ao poder do conde de Castelo-Melhor, a sucessão de vitórias decisivas contra o inimigo espanhol, que afirmaram por completo a capacidade defensiva portuguesa e o sucesso da Restauração. De facto, a partir de 1663 sucederam-se importantes vitórias no conflito ibérico (cuja continuidade era do interesse francês) como a Batalha do Ameixial em Junho desse ano e dos Montes Claros dois anos depois, numa crescente superioridade cujo desenlace precipitou o início das negociações de paz entre os dois reinos³⁵⁹.

³⁵⁷ Cf. *Ibidem*, pp. 141-142.

³⁵⁸ Cf. *Ibidem*, p. 153.

³⁵⁹ Cf. *Ibidem*, pp. 145-151; Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa...*, *op. cit.*, p. 193.

2.7.3 - A Resposta do Rei

A 16 de Agosto de 1663, o rei português escreveu a António de Melo de Castro, pouco tempo depois de ter recebido a notícia, via Londres, da recusa do seu oficial em entregar Bombaim. D. Afonso VI afirmou que estranhava bastante tal procedimento, pelo que ordenou, tanto para o bem do Reino como do Estado da Índia, assim como das relações com o rei britânico, que a entrega se fizesse “sem contradição alguma, pois a matéria o não admite”, ameaçando que mandaria proceder contra quem o impedisse “com a demonstração que o caso pede”³⁶⁰. O secretário de estado britânico, enviou aquelas ordens poucos dias depois para Shipman, instruindo o oficial britânico para as apresentar a Melo de Castro e exigir que fossem cumpridas. Foi ainda mais longe, conferindo a Shipman o poder para, caso o adiamento da entrega subsistisse, “tomar aquilo que estava acordado e exigir a entrega do resto”³⁶¹.

Em Outubro chegou a Lisboa a carta enviada por terra pelo vice-rei, com as justificações oficiais deste, as quais o cônsul britânico pretendeu investigar, lançando a suspeita de que as desculpas evocadas poderiam ter sido forjadas na corte³⁶².

Perante a argumentação exposta pelo vice-rei e, possivelmente, por encontrar nela alguns fundamentos, o soberano ordenou que fosse avaliada a conduta do seu oficial, concluída cerca de dois meses depois, no parecer do visconde D. Diogo de Lima. Este afirmou de forma taxativa que não existia outra interpretação possível do artigo 11º do tratado de paz que não a entrega de Bombaim aos Britânicos. Por outro lado, era da opinião que as razões apontadas por Melo de Castro não justificavam a retenção da ilha, com excepção da questão religiosa, área que afirmou ser incompetente para julgar. Acrescentou que a obrigação de auxílio militar britânico derivava da entrega de Bombaim, pelo que na falta desta, acabava o dever para qualquer tipo de apoio. Constatou que, se ao rei português e aos seus ministros parecera proveitosa a paz e a aliança com o reino britânico, tinham pois que a cumprir de forma integral. Sublinhou que teria sido melhor “ficar com Bombaim, mas arriscar por Bombaim a Portugal que sem Portugal não seria nem será boa mercancia”, pois seria certa a guerra com o reino britânico e consequente derrota portuguesa. Finalizou afirmando que, não tendo o vice-rei da Índia feito aquela

³⁶⁰ Carta régia para António de Melo de Castro, Lisboa, 16.08.1663 (HAG, MR, 31/32, fl. 196; *Suplemento à Collecção dos Tratados...*, op. cit., p. 245).

³⁶¹ Instruções de Arlington (principal secretário de Carlos II) para Sir Abraham Shipman, Londres, 10.11.1663, (NA, PRO, CO77, 9, nº 17).

³⁶² Cf. Carta de Thomas Maynard para Londres, Lisboa, 15.11.1663 (NA, PRO, SP89/6, fls. 185-86).

entrega, seria mais acertado enviar outro oficial para a fazer, pois seria grande o escândalo caso a ordem régia não fosse de novo cumprida, ficando então os Britânicos com a opinião “que as ordens que de cá se mandam são simuladas”. O visconde não deixou, contudo, de alertar que a fórmula de concessão da ilha, “com suas pertenças”, suscitava largas dúvidas aos Britânicos em relação ao território que fora efectivamente concedido, razão pela qual aconselhava ao esclarecimento dessa situação³⁶³.

Embora fosse reconhecido o valor estratégico da ilha, era afirmado que esta não justificava o rompimento e a quebra de palavra, tendo em conta a falta de razão e, sobretudo, colocar em perigo a integridade do Reino. Desta forma, eram esvaziadas as justificações e a argumentação de Melo de Castro, que via o seu espaço de manobra francamente reduzido.

Com base neste parecer, no início de 1664, D. Afonso VI escreveu de novo para Melo de Castro. Condenou a retenção de Bombaim, afirmando que as capitulações e o desejo de agradar ao rei britânico tinham de ser cumpridos, ordenando que executasse a entrega com a maior brevidade. Advertiu que “este negócio não admite réplicas nem dilação” e avisou que estranharia muito se tal não fosse executado. Procurando serenar a oposição dos moradores (como era relatado na missiva do vice-rei), o monarca português realçou que aqueles tinham interpretado o artigo de capitulação de forma errónea, sublinhando que ficou estabelecido que manter-se-iam as fazendas e a Religião Católica tal como no tempo português. Sublinhou ainda que as forças do rei britânico iriam ajudar o Estado da Índia, principal motivo por que tinha decidido entregar a ilha, pelo que os seus moradores deveriam entender esta cessão como benéfica para todos os Portugueses na Ásia³⁶⁴.

D. Afonso VI justificou-se, em simultâneo, ao seu congénere britânico, informando-o da grande urgência com que mandara que este assunto se resolvesse e

³⁶³ Cf. Parecer do visconde D. Diogo de Lima sobre Bombaim, Lisboa, 14/12/1663 (BL, *Add.*, 20.844, fls. 90-91v).

³⁶⁴ Cf. Carta régia para António de Melo de Castro, Lisboa, 08.02.1664 (HAG, MR, 30,15). Por carta do embaixador D. Francisco de Melo de meados de 1666, ficamos a saber que o rei português terá aventado junto do enviado britânico, Sir Robert Southwell, a possibilidade de Melo de Castro ser substituído do seu posto de vice-rei. Esta medida teria o objectivo de dar cumprimento às ordens de entrega, muito embora nessa data já houvesse a notícia que tinham partido de Goa dois ministros para a fazer. Veja-se a carta de D. Francisco de Melo a D. Afonso VI, Londres, 04.04.1666 (BL, *Add.*, 38.038, fl. 112).

enviando uma cópia das cartas que mandara para Melo de Castro, desculpando-se pela moléstia que a demora na entrega causara³⁶⁵.

³⁶⁵ Cartas de D. Afonso VI para Carlos II, Salvaterra e Lisboa, 10/02/1664 e 12/07/1664 (NA, PRO, SP 89/6, fls. 211 e 257).

2.8 - O Deslaçar do Impasse

2.8.1 - Chegada das Ordens Reais a Goa

As ordens régias enviadas por D. Afonso VI chegaram a Goa a 22 de Outubro de 1664, de acordo com o testemunho posterior do oficial britânico Randolph Taylor³⁶⁶. O vice-rei procurou, no entanto, adiar de novo a entrega, defendendo-se com novo subterfúgio formal. Desta forma, pouco depois de ter recebido as instruções régias, escreveu para a Relação de Goa, informando que não sabia a quem entregar a ilha, pois Sir Abraham Shipman – a quem a procuração do rei britânico encarregava de receber a ilha, – tinha entretanto morrido. Assim e sendo aquela uma matéria jurídica, remeteu a sua decisão para a Relação³⁶⁷.

Shipman tinha, de facto, falecido a 16 de Abril de 1664 em Angediva, onde a força britânica, com todo este impasse na Índia, definhava havia largos meses. Numa carta de Surrate para os directores da EIC em Londres de meados de Abril, era descrito o estado geral de insatisfação dos soldados presentes naquela ilha, devido à falta de condições existentes, facto que era, contudo, considerado inverosímil em Surrate³⁶⁸. Shipman reportava para Londres, poucos meses depois, as dificuldades por que passavam, caracterizando Angediva como um local pestilento e afirmando que da força inicial de 450 homens restavam apenas 150. Acreditava que o Inverno que se aproximava originaria novas perdas e agravaria as dificuldades para se manterem ali, pedindo o envio de mais homens³⁶⁹. De acordo com Oxenden, as mortes sentiram-se bastante no primeiro ano de estadia naquele local, sendo que no segundo se registaram apenas cinco³⁷⁰. As dificuldades pelas quais passava a força britânica eram visíveis, sendo que para além do clima difícil, somou-se o antagonismo gerado entre Shipman e o governador de Carvar, soberano da ilha, assim com entre aquele e o oficial Richard Minors. O governador indiano fez várias imposições que não foram satisfeitas pelo oficial britânico, razão pela qual lhes foi recusada

³⁶⁶ Cf. William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, op. cit., p. 335.

³⁶⁷ Cf. Carta do vice-rei à Relação de Goa sobre a entrega de Bombaim, 03.11.1664 (CTCP, III, pp. 30-31).

³⁶⁸ Cf. Carta do presidente e Conselho de Surrate para os directores da EIC, Surrate, 16.04.1663 (William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, op. cit., pp. 222-224).

³⁶⁹ Cf. Carta de Sir Abraham Shipman para Londres, Angediva, 28.11.1663 (*ibidem*, p. 227; *Suplemento à Collecção dos Tratados...*, op. cit., pp. 224-225).

³⁷⁰ Cf. Carta de Sir George Oxenden para o rei britânico, Surrate, 12.03.1665 (J. Gense, *How Bombay was ceded*, op. cit., p. 77).

a assistência e a amizade esperada³⁷¹. Estes desentendimentos apenas terminaram vários meses depois, conforme ficou ressaltado numa carta de Robert Master em Abril de 1664³⁷².

Gravemente doente, *Sir Abraham Shipman* assinou uma comissão na véspera da sua morte, na qual apontava como sucessor o seu secretário Humphrey Cook. Este escreveu a Surrate a 6 de Setembro de 1664, dando conta da sucessão no poder e esperando ordens para se transferir para Bombaim³⁷³.

Solicitada por Melo de Castro, a Relação de Goa reuniu-se e, com base nas cartas régias de 9 de Abril de 1662 e 16 de Agosto de 1663 e na comissão do rei britânico de 23 de Novembro de 1663, decidiu que para se resolverem as dúvidas, dever-se-ia traduzir o testamento de Shipman, o qual poderia fazer referência a um sucessor³⁷⁴. Uma semana mais tarde e após a tradução, a Relação determinou que Humphrey Cook era o homem designado como sucessor de Shipman e, desta forma, com o poder para receber a ilha de Bombaim. O vice-rei ainda remeteu a questão para os fidalgos de Goa, procurando alcançar a sua cumplicidade. Estes pronunciaram-se entre 13 e 30 de Novembro de 1664, opinando de forma unânime que a entrega já deveria ter sido efectuada aquando da recepção da segunda carta régia, de 16 de Agosto de 1663, onde o monarca português se mostrava assaz desagradado. Acrescentavam que, na questão presente, a ilha deveria ser recebida pela pessoa designada por Shipman. Um dos fidalgos, António de Sousa Coutinho, criticou de forma áspera a retenção da ilha, lamentando que no futuro “se ficará conhecendo que o Sereníssimo rei da Grã Bretanha soube bem pedir e nós não soubemos especificar o que se haveria de dar e desta falta se podem temer novidades bem prejudiciais”³⁷⁵.

³⁷¹ Cf. William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, op. cit., p. 227.

³⁷² Cf. Carta de Robert Master para Sir George Oxenden, 18.04.1664 (J. Gense, *How Bombay was ceded*, op. cit., p. 75). Cf. *Ibidem*, pp. 76-77.

³⁷³ Estas informações apenas chegaram ao Reino britânico em Julho do ano seguinte, por intermédio de uma carta de Surrate de Dezembro de 1664, acrescentando que Cooke se encontrava na ilha de Angediva com 130 homens. Veja-se, William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, op. cit., pp. 332-335.

³⁷⁴ Cf. Carta da Relação para António de Melo de Castro, Goa, 04/11/1664 (HAG, MR, 31/32, fl. 204).

³⁷⁵ Pareceres de António de Sousa Coutinho, Francisco de Melo de Castro, Inácio Sarmento de Carvalho, D. Francisco de Lima, D. Álvaro de Ataíde, Manuel de Saldanha e do vedor Luís Mendes de Vasconcelos, Goa, 13.11.1664 a 30.11.1664 (HAG, MR, 31/32, fls. 182-95). Veja-se Glenn J. Ames, *Renascent Empire? ...*, op. cit., pp. 171-72.

2.8.2 - Preparativos para a Viagem de Entrega

Decidida a entrega, é de realçar que não houve da parte britânica uma convergência sobre a oportunidade de tomar posse da ilha, existindo um claro desfasamento de posições entre os comandantes da esquadra real britânica, estacionados em Angediva, e os oficiais da EIC em Surrate, situação que já remontava desde a estadia de Shipman naquela ilha.

A 9 de Novembro de 1664, Cook escreveu para Surrate a pedir a assistência necessária para se dirigir de Angediva a Bombaim. Os responsáveis da Companhia responderam que, perante as notícias de uma eminente ou mesmo efectiva guerra entre o reino britânico e as Províncias Unidas, consideravam perigoso a tomada de posse de Bombaim, no sentido em que, existiam francas probabilidades dos Neerlandeses a atacarem após a mudança de poder. Aconselhavam, deste modo, que se aguardasse algum tempo. Apesar desta resposta, Oxenden nomeou Henry Gary para ir a Goa procurar meios para o transporte da força britânica³⁷⁶, num sinal claro do pouco interesse da Companhia em cooperar com as forças régias. Esta última situação ficou vincada quando alguns oficiais da EIC, que viajavam de Carvar para Surrate, recusaram transportar Cook e os seus homens, desculpando-se com alegadas ordens, dadas pelo presidente de Surrate, que deveriam cumprir³⁷⁷. Henry Gary, entretanto em Goa, conseguiu obter os meios de transporte necessários, tendo Melo de Castro concedido seis embarcações, às quais o oficial britânico juntou mais três por contrato³⁷⁸.

Com a frota disponível, Cook partiu rapidamente para Goa, onde chegou a 15 de Dezembro de 1664. No dia 26 do mesmo mês, foi informado pelo vice-rei que iria ser nomeada, no dia seguinte, a pessoa encarregue de entregar a ilha³⁷⁹. De facto, nos primeiros dias de Janeiro foram efectuadas as diligências necessárias, como a preparação da armada e o seu pagamento. Foram designados, de igual forma, o vedor da fazenda geral, Luís Mendes de Vasconcelos e o chanceler de Estado, o Dr. Sebastião Álvares Migos, com a incumbência de entregar a ilha a Cook, sendo-lhes dado o poder de substituir o vice-rei, caso algum acontecimento assim o requeresse³⁸⁰.

³⁷⁶ Cf. Carta de Humphrey Cooke para Sir George Oxenden e resposta deste, 09.11.1664 e 03.12.1664 respectivamente (William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, op. cit., pp. 336-337).

³⁷⁷ Cf. Carta de Robert Bowen, James Barker e Charles Hijinson para Humphrey Cooke, 28.11.1664 (BL, IOR/H/48, fls.122-123).

³⁷⁸ Cf. William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, op. cit., pp. 337-338.

³⁷⁹ Cf. "Auto de Entrega da Ilha de Bombaim feito em 18 de Fevereiro de 1665, na conformidade do artigo IX do tratado de 23 de Junho de 1661, entre Portugal e Inglaterra", 18.02.1665 (CTCP, III, p. 55).

³⁸⁰ Cf. *Ibidem*, pp. 35 e 57.

Embora a entrega estivesse praticamente concluída, a EIC em Surrate continuou a opinar para os directores de Londres, que os Britânicos deveriam retardar momentaneamente a posse de Bombaim, aguardando alguma paz entre eles e os Neerlandeses, pois o porto era “uma estrada ou baía aberta, que de forma nenhuma poderia atacar qualquer inimigo ou defender-se”. Afirmavam, contudo, que os oficiais régios estavam impacientes e tinham decidido tomar a ilha, apesar de serem apenas 130 homens e apenas um oficial de campo. Acrescentavam que os Neerlandeses tinham os olhos naquela ilha e que, como os Britânicos eram fracos, novos na região e com falta de meios de defesa, a que se juntava a má vizinhança dos jesuítas e acção dos nativos, a sua presença em Bombaim seria efêmera caso não houvesse o auxílio de navios, homens e dinheiro. Sublinhavam, porém, que seria bastante proveitoso terem um estabelecimento no Mar Árábico sob o “nosso próprio governo” e independente dos muçulmanos³⁸¹.

Apesar de todos estes procedimentos e da inevitável entrega da ilha, Melo de Castro não deixou de sublinhar para Lisboa as consequências nefastas que a perda da Bombaim traria para o Estado da Índia, reforçando que só entregou aquela pela “obediência que devo como vassalo (...) porque antevejo os grandes trabalhos que desta vizinhança hão-de nascer aos Portugueses e que se acabou a Índia no mesmo dia em que a nação inglesa fizer assento em Bombaim”. Salientava, todavia, que toda a sua conduta se pautara sempre pelo serviço régio, pelo que esperava o reconhecimento da sua acção.³⁸² Eram palavras dramáticas e exageradas mas que, deixavam antever os antagonismos e tensões futuras que eclodiriam entre ambos os poderes nos anos vindouros.

³⁸¹ Carta do presidente e conselho de Surrate para Londres, Surrate, 12.01.1665 (William Foster, *The English Factories in India 1661-64, op. cit.*, pp. 340-341).

³⁸² Carta de António de Melo de Castro para o rei português, Goa, 05.01.1665 (CTCP, III, pp. 32-33).

Capítulo 3 - As Implicações Decorrentes do Governo Britânico em Bombaim

3.1 - O Auto de Entrega

Perante a inevitabilidade da entrega de Bombaim, António de Melo de Castro procurou condicionar o mais possível o poder britânico, impondo um auto de entrega a 18 de Fevereiro de 1665, de forma a limitar a concessão. Perante a presença de várias figuras do aparelho administrativo do Estado da Índia³⁸³, foram promulgadas várias estipulações, incidindo sobre os direitos comerciais e de navegação, religiosos e agrários. Desta forma, foi concedida aos Britânicos a liberdade de entrada e saída do porto de Bandorá e dos outros portos da ilha de Salsete (cap. 2), juntamente com a liberdade de pesca na baía de Bombaim, sem a cobrança recíproca de qualquer tributo (cap. 7). Foi estipulado o livre comércio e navegação da coroa portuguesa na dita baía, assim como o impedimento britânico em impor tributos alfandegários, permanecendo “a passagem e trato livre, assim para as nossas terras como para as demais partes, como até agora se fazia”³⁸⁴ (caps. 1 e 5). Num outro sentido, foi consagrada a liberdade religiosa sobre os habitantes católicos da ilha e o respeito pelas actividades praticadas por estes e pelos eclesiásticos, sendo proibido que os britânicos ocupassem as igrejas e as utilizassem para qualquer fim (caps. 4 e 12). Foi de igual modo acertada a conservação do valor dos foros sobre os moradores da ilha, mantendo os seus possuidores os direitos que detinham sob a Coroa portuguesa, “sem poderem ser privados delas, senão nos casos que as Leis de Portugal dispõem, e sucederão nelas seus filhos, e descendentes com o mesmo direito”³⁸⁵ (caps. 11 e 13). Por fim, foi sancionada a proibição de acolher e defender homiziados das possessões portuguesas e respectiva obrigação destes serem capturados caso entrassem na jurisdição britânica. Acrescentava-se que, àqueles fugidos, não seria consentida a conversão para a Igreja

³⁸³ Estavam presentes como testemunhas do lado português, para além dos feitores, João Mendes de Meneses, D. Luís Henriques Nicolau Galvão (vereadores da cidade de Baçaim), Manuel da Silva (juiz ordinário), António da Costa Raposo (advogado), Sebastião Rodrigues da Silva (clérigo da Câmara), Vicente Rebelo de Almeida (presidente da cidade), Amaro de Azevedo (juiz). Veja-se J. M. Campbell, (compl.), *Gazetter of Bombay Presidency...*, *op. cit.*, p. 21.

³⁸⁴ *Ibidem*, *op. cit.*, p. 43.

³⁸⁵ *Ibidem*, *op. cit.*, p. 47.

britânica como forma de evitarem a sua restituição, o mesmo se passando em situações inversas (caps. 3 e 9)³⁸⁶.

Ficava demonstrado, de uma forma clara, as pretensões efectivas de António de Melo de Castro, que incidiram, por um lado, na tentativa de manter a estrutura social e fundiária da ilha, enraizada havia mais de um século e que constituía a base da presença portuguesa na Província do Norte. Por outro lado, procurava condicionar a preponderância geo-estratégica que a localização do porto de Bombaim conferia aos Britânicos e, em paralelo, zelar pela manutenção do comércio português naquela região. De acrescentar, por fim, a protecção conferida ao culto católico diante do perigo que poderia advir do novo poder protestante.

A aceitação britânica deste acordo, com claros contornos limitativos para o seu poder, é explicada pela situação de inferioridade que Cook e a sua tripulação experimentavam. De facto, as forças britânicas, após terem abandonado a ilha de Anjediva, encontravam-se em Goa em embarcações precárias, não pretendendo regressar àquela ilha que, nos últimos meses, tinha sido responsável por centenas de mortes. Além disto, aspiravam tomar posse imediata de Bombaim, de modo a evitar mais delongas e atrasos. Desta forma, os britânicos estavam dependentes da vontade do vice-rei, razão pela qual Cook aceitou ao acordo “imposto”, com todas as suas restrições, que procurou inverter nos tempos subsequentes³⁸⁷, comunicando pouco depois para Londres que, tendo a posse efectiva da possessão, iria observar os artigos da concessão “da forma mais conveniente”³⁸⁸. De salientar que, alguns oficiais britânicos queixaram-se para Surrate, mesmo antes do auto de entrega, classificando-o como “demasiado ridículo para ser mantido (se o era de alguma forma válido)”, dado que o próprio vice-rei já tinha violado um dos seus artigos ao acolher em Goa alguns britânicos que haviam desertado³⁸⁹. Efectivamente, os problemas entre Britânicos e Portugueses subsistiram após a entrega da ilha, pois o novo poder procurou, dali em diante, subverter as estipulações acordadas, nomeadamente nas questões religiosas, e na tributação alfandegária e de posse de fazendas e respectivas rendas.

³⁸⁶ Cf. “Auto de Entrega da Ilha de Bombaim feito em 18 de Fevereiro de 1665, na conformidade do artigo IX do tratado de 23 de Junho de 1661, entre Portugal e Inglaterra”, 18.02.1665 (CTCP, III, pp. 32-63).

³⁸⁷ Cf. Carta de Humphrey Cook para Lord Arlington, Bombaim, 13.03.1665, (William Foster, *The English Factories in India 1665-67*, Oxford, Clarendon Press, 1925, pp. 37-38). Veja-se também, S. M. Edwardes (compl.), *The Gazetteer of Bombay...*, op. cit., p. 52.

³⁸⁸ Carta de Humphrey Cook para Lord Arlington, Bombaim, 13.03.1665, (William Foster, *The English Factories in India 1665-67* op. cit., pp. 37-38).

³⁸⁹ Cf. Carta de Taylor e Petit para Surate, Goa, 17.01.1665 (*Ibidem*, p. 39).

3.2 - Medidas de Dinamização e o Choque com os Portugueses, 1665-66

A posse efectiva de Bombaim pelos Britânicos e a sua consequente presença de forma contínua e sustentada, permitiu àqueles uma visão mais objectiva e aprofundada da ilha, assim como das suas potencialidades e carências. Neste sentido, o governo de Cook, nos primeiros meses, procurou fazer uma avaliação rigorosa da situação em que os Portugueses tinham deixado a ilha, indagando sobre as suas reais valias. Bombaim e o seu porto foram descritos nos primeiros tempos, tanto por Oxenden como por Cook, como um local saudável e bem localizado para o comércio de toda a Ásia, sendo um ponto de afluência de vários mercadores, características que tornariam aquele local como a “escala da Índia”, de onde se retirariam os mesmos proveitos que os rivais Neerlandeses obtinham de Batávia.

O governador britânico salientava, no entanto, que embora a ilha produzisse largas quantidades de arroz e cocos, não possuía muitas das restantes provisões necessárias, o que condicionava a ocupação efectiva de homens proeminentes e grandes mercadores, razão pela qual a sua receita anual era de cerca de mil libras. Acrescentava que, em termos patrimoniais, o seu poder estava restringido em duas construções (reclamadas por D. Inês de Miranda, dona de grande parte da ilha), algumas terras, rendas e foros. Estes rendimentos agrários provinham da anterior posse portuguesa (sendo que o poder real não possuía ali casas, fortes, munições e terras), rendendo cerca de 700 libras anuais, considerado notoriamente pouco. Afirmava que a ilha, de acordo com um relatório apresentado pelos padres locais, possuía 20 mil pessoas (na maioria bastante pobres), existindo cinco igrejas, nove vilas e aldeias. Cook realçava a oposição dos jesuítas, que procuravam pôr os moradores contra a presença do novo poder, pois este representava o término da forte autoridade exercida pelos religiosos naquele local. Oxenden acrescentava que os moradores locais, tendo sido subjugados pelos Portugueses, tornar-se-iam facilmente obedientes aos Britânicos, em virtude do tratamento civilizado que passariam a receber³⁹⁰. Também *Sir* Gervase Lucas, que em finais de 1666 assumiu o cargo de governador, descreveu Bombaim como o “mais nobre porto e uma ilha muito fértil”³⁹¹,

³⁹⁰ Cf. Cartas de Humphrey Cook e de *Sir* George Oxenden para *Lord* Arlinto, 13 e 16.03.1665, respectivamente (William Foster, *The English Factories in India 1665-67*, *op. cit.*, pp. 42-47). M. D. David, *Bombay, the City of Dreams...*, *op. cit.*, p. 23.

³⁹¹ Carta de *Sir* Gervase Lucas para Carlos II, Bombaim, 02.12.1666 (BL, IOR/H/48, fls. 270-271).

acrescentando que as suas mais-valias não tinham sido aproveitadas pelos antigos oficiais portugueses, não sabendo estes o valor real do que tinham dado aos Britânicos³⁹².

Eram assim reconhecidas as qualidades económicas, comerciais e estratégicas que a ilha proporcionava ao poder britânico. Contudo, para o aproveitamento daquelas, era necessário adequar e modificar as capitulações do auto de entrega, assim como introduzir variadas medidas que imprimissem um vínculo de maior desenvolvimento e sustentabilidade³⁹³.

3.2.1 - Territorialidade

A questão do território, que havia sido motivo de ampla discórdia nos últimos quatro anos, não foi deixada de parte. De facto, embora no auto de entrega não tenha sido incluída nenhuma cláusula de índole territorial, perdurou o antagonismo e tensão entre os dois poderes europeus relativamente a este ponto. Neste sentido, e tendo Cook requerido que lhe fossem dadas a posse das aldeias de Mazagão, Parela, Varoli, Maim, Sião, Daravi e Vadalá, juntamente com os seus anexos, os Portugueses responderam-lhe que as suas instruções de entrega cingiam-se “ao porto e ilha de Bombaim que era coisa sabida, que o mar a cerca”³⁹⁴. Desta forma, aproveitando de novo a morfologia do terreno, os Portugueses restringiram a área a ceder, à semelhança do que possivelmente haviam feito nas negociações em Londres para o tratado de 1661, onde é muito provável que tenham feito crer aos Britânicos que Bombaim incluía a ilha de Salsete. Neste caso concreto, a questão era mais específica e hábil, sendo “recuperada” a situação geográfica do território aquando da chegada dos Portugueses àquela região, ou seja, havia mais de século e meio, altura em que todas as aldeias acima enunciadas eram ilhas autónomas. Contudo, em meados do século XVII, a situação morfológica era bastante diferente, estando quase todas aquelas ilhas unidas, relatando-se apenas a existência de um pequeno curso de água onde “não se tomava nenhum barco para passar de uma a outra e sempre se podia passar a pé”

³⁹² Cf. Carta de *Sir Gervase Lucas* para *Lord Arlington*, Bombaim, 31.03.1667 (BL, IOR/H/48, fls. 299-302).

³⁹³ Em finais de 1665, Henry Gary reportou para *Lord Arlington* os rendimentos que Bombaim possuía antes da transferência para os Britânicos. A ilha contabilizava então 11.920 xerafins, ou 1.198 libras. Carta de Henry Gary para *Lord Arlington*, Bombaim, 26.12.1666, (William Foster, *The English Factories in India 1665-67, op. cit.*, pp. 72-73).

³⁹⁴ Carta do chanceler da Relação de Goa Sebastião Álvares Migos para D. Afonso VI, Bombaim, 28.02.1665 (CTCP, III, pp. 73-75).

³⁹⁵. Este pequeno fio de água separava as aldeias de Maim, Sião e Vadalá das de Mazagão, Parella, Varoli e Bombaim, razão pela qual os Portugueses apenas cederam o segundo conjunto de aldeias, situação aceite de forma temporária pelos britânicos, que rapidamente procuraram tomar posse das restantes povoações.

De facto, a política de Cook desde cedo passou pela ocupação das terras adjacentes a Bombaim que não tinham sido referidas no auto de entrega, com o intuito de aumentar o seu território e obter mais lucros através das rendas recolhidas³⁹⁶. A aldeia de Maim foi ocupada passado um mês³⁹⁷, tendo-se seguido as aldeias de Sião e Vadalá, pretendendo, de igual modo, ocupar a ilha das Patacas³⁹⁸. Contudo, tal facto não significou um aumento expressivo dos proveitos, sendo os réditos obtidos bastante diminutos, devido às concessões feitas aos anteriores senhores. A alfândega de Maim era um exemplo sintomático, tendo sido concessionada aos jesuítas por um montante bastante inferior ao seu real valor. Nesta conjuntura, os Britânicos teriam que alterar as antigas patentes de forma a poderem retirar um maior proveito das suas terras, situação que agudizou ainda mais o antagonismo vigente³⁹⁹.

Num primeiro momento, os oficiais britânicos procuraram aferir a realidade da situação que imperava, em termos agrários e tributários, facto que não se afigurou fácil ante a pouca disponibilidade de cooperação por parte dos portugueses que tinham propriedades naquela ilha⁴⁰⁰. Os principais foreiros, para além de imporem a sua resistência junto do poder britânico em Bombaim, procuraram fazer pressão junto de Londres e de Lisboa. Neste sentido, o jesuíta António Barbosa, vigário de Parella, procurou junto de Cook manter os direitos que a Companhia possuía sobre as rendas de Maim, o que foi negado pelo governador britânico, que defendia o fim de todas as mercês dadas pelo rei português⁴⁰¹; outros jesuítas e foreiros (como Francisco Murzello Coutinho, senhor da aldeia de Mazagão e Bernardim de Távora, detentor do mandovim de Maim) escreveram para amigos no reino britânico, pedindo-lhes que intervissem junto de Carlos II para que

³⁹⁵ Carta de Humphrey Cook para Lord Arlington, Bombaim, 02/01/1666, (William Foster, *The English Factories in India 1665-67*, op. cit., p. 65).

³⁹⁶ Cf. S. M. Edwardes, *The Rise of Bombay*, op. cit, p. 104; Idem, *The Gazetteer of Bombay...*, op. cit., pp. 54-55.

³⁹⁷ Cf. William Foster, *The English Factories in India 1665-67*, op. cit., pp. 43-44.

³⁹⁸ Cf. Adenda à carta de Humphrey Cook para Lord Arlington, 02.01.1666 (*Ibidem*, pp. 68-69).

³⁹⁹ Cf. Carta de Humphrey Cook para Lord Arlington, Bombaim, 13.03.1665 (*Ibidem*, pp. 44-47).

⁴⁰⁰ Cf. Adenda de 25.03.1665 à carta de Humphrey Cook para Lord Arlington de 13.03.1665 (NA, PRO, CO77, 9, nº 75).

⁴⁰¹ Cf. Adenda de 25.03.1665 à carta de Humphrey Cook para Lord Arlington de 13.03.1665 (NA, PRO, CO77, 9, nº 75).

este confirmasse as suas antigas patentes e direitos e as mantivesse para os seus descendentes, tal como tinha sido sucessivamente confirmado pelos anteriores reis portugueses⁴⁰²; por fim, D. Inês de Miranda, ainda antes da posse efectiva dos Britânicos, enviou uma petição para Lisboa, pedindo a confirmação do título de aforamento da ilha e cassabé de Bombaim e seus anexos, o que foi concedido pelo monarca português.⁴⁰³ Este facto não impediu, no entanto, o confisco britânico daqueles direitos, como será referido adiante.

Procurava-se assim, resistir à desestruturação de um sistema de exploração fundiário enraizado desde o início da presença portuguesa, que remontava a épocas anteriores e que tinha sido responsável pela emergência desta elite local, constituída tanto por foreiros religiosos como por fidalgos, que tinham sempre pago rendas baixas, em virtude da fraqueza endémica da administração estatal e que se viam agora ameaçados nos seus privilégios.

À resistência dos foreiros adicionavam-se os protestos de Goa. O capitão geral das fortalezas do Norte, Inácio Sarmento de Carvalho, para além da ocupação de Maim, indevida no seu entender, queixava-se acerca de erros na posse e demarcação de algumas aldeias (com prejuízo para a Coroa portuguesa) e da cobrança por inteiro de rendas, ou seja, não apenas os foros como fora estipulado, mas também “as estacas do rio, os proveitos das Tavernas e o lucro das coitas”⁴⁰⁴. O próprio vice-rei protestou junto de Cook, sem efeito, exigindo a entrega de Maim e das rendas entretanto usufruídas⁴⁰⁵. O governador britânico afirmou que apenas recolhia os tributos que eram pertença da sua coroa, frisando a sua jurisdição para a aplicação de outros tributos, assim como a legitimidade sobre a posse de Maim, como zona consagrada na doação da ilha⁴⁰⁶.

O passar dos meses permitiu uma progressiva aferição dos privilégios instituídos e uma melhor avaliação dos prejuízos daí advindos e consequentes medidas para os minorar. No final de 1665, o oficial britânico Henry Gary reportava para Londres que muitos jesuítas pagavam uma renda bastante baixa pelo cassabé de Maim, em virtude dos

⁴⁰² Cf. Adenda de 29.03.1665 à carta de Humphrey Cook para *Lord Arlington* de 13.03.1665 (William Foster, *The English Factories in India 1665-67, op. cit.*, p. 50); Cartas de Francisco Murzello Coutinho e Bernardim de Távora para Carlos II, 24 e 28.03.1665 respectivamente (NA, PRO, SP89/7, fls. 35-36).

⁴⁰³ Cf. Parecer do Conselho Ultramarino sobre uma petição de Dona Inês de Miranda, 03.05.1665 (AHU, Índia, cx. 47, doc. 170).

⁴⁰⁴ Carta e Protesto de Inácio Sarmento de Carvalho a Humphrey Cook, 17 e 26.05.1665 (CTCP, III, pp. 78-81 e 81-84 respectivamente).

⁴⁰⁵ Cf. Respostas do vice-rei aos protestos de Humphrey Cook, Outubro e 06.11.1665, Goa (*Ibidem*, pp. 89-92 e 92-93 respectivamente).

⁴⁰⁶ Cf. Contra protesto do governador de Bombaim a Inácio de Sarmento Carvalho, 27.05.1665 (*Ibidem*, pp. 84-87).

privilégios concedidos pelo monarca português. Informava que muitos daqueles possuíam terra sem qualquer direito, pois antes tinham pertencido a templos e mesquitas e que, por isso, deviam passar a ser da pertença britânica. Acrescentava que, na sequência da análise da patente de Bernardim de Távora, fora decidido que este não tinha direito à pesca na baía de Mazagão, privilégio que lhe fora por isso retirado, tendo sido ordenado aos pescadores locais que pagassem dali em diante as suas rendas aos oficiais britânicos. Outros impostos foram confiscados, como a renda da arraca e diversos licores⁴⁰⁷. Também a grande casa da ilha de Bombaim (onde se tinha feito a entrega da ilha) passou a estar na posse britânica, tendo D. Inês de Miranda, anterior proprietária, recusado receber o dinheiro correspondente ao seu valor, reclamando o direito de posse daquela estrutura⁴⁰⁸. Estas medidas, para além de serem baseadas na convicção do direito britânico sobre aqueles direitos e fazendas, podem ser explicadas pelas dificuldades económicas que o governo de Bombaim experimentava, fruto das escassas receitas agrárias e da falta de apoio da EIC. Foi entendido, assim, que só um corte com os anteriores privilégios, esboçado no caso de Bernardim de Távora e D. Inês de Miranda, poderia incrementar os proveitos da ilha.

Quanto à questão de Maim, foi afirmado para Londres que, as queixas portuguesas de que aquela era uma ilha distinta de Bombaim, não tinham sentido, dado que podia passar-se a pé de uma a outra. Opinava-se também, que os Portugueses não queriam que Maim ficasse sob o poder britânico, pois esta era considerada como a melhor parte de Bombaim⁴⁰⁹. De facto, Melo de Castro encarava a posse daquele território como fulcral, pois caso contrário, “não tem Vossa Majestade razão com que defenda as outras ilhas do Norte, porque tão bem de Bombaim se passa de maré vazia a Salsete e de Salsete a Baragão, de modo que de uma às outras tem o mesmo trânsito; e é necessário defender Maim por não perder todo o Norte”⁴¹⁰. O vice-rei comparava, no entanto, situações diferentes, pois os cursos de água referidos tinham leitos bastante desiguais, razão pela qual os protestos sobre esta situação acabaram por cessar.

⁴⁰⁷ Cf. Carta de Henry Gary para Lord Arlington, Bombaim, 26.12.1665 (William Foster, *The English Factories in India 1665-67*, op. cit., pp. 69-72).

⁴⁰⁸ Cf. Adenda à carta de Humphrey Cook para Lord Arlington, 02.01.1666 (*Ibidem*, pp. 68-69).

⁴⁰⁹ Cf. Carta de Humphrey Cook para Lord Arlington, 02.01.1666 (*Ibidem*, pp. 65-68).

⁴¹⁰ Cf. Carta do vice-rei ao rei dando-lhe conta do que os ingleses têm feito após a posse de Bombaim, Bombaim, 05.01.1666 (CTCP, III, pp. 94-95).

3.2.2 - Comércio

As oposições em torno das terras acoplavam consigo, de certa forma, a questão das taxas alfandegárias cobradas, no sentido em que a posse territorial significava o controlo daquelas. O choque entre Portugueses e Britânicos neste domínio incidiu na cobrança de impostos na alfândega de Taná, efectuada pelos oficiais do Estado da Índia, prática fortemente contestada pelos súbditos de Carlos II. Os Britânicos desde logo salientaram a necessidade de terem acesso ao interior do território indiano sem pagarem taxas naquela povoação, de forma a proporcionar o desenvolvimento mercantil de Bombaim. Esta situação, contudo, não se verificou, tendo os Portugueses, apoiando-se no auto de entrega, cobrado tributos sobre as mercadorias britânicas que passavam na alfândega de Taná. Perante esta situação, Henry Gary chegou a sugerir o impedimento da navegação portuguesa na baía de Bombaim, justificando também esta medida com o facto de muitos pontos da concessão de 1665 não estarem de acordo com o 11º artigo do tratado de 1661. Acrescentava que uma alternativa possível seria a passagem pelo território marata salientando, no entanto, que a destruição daquele reino muçulmano pelos Mogóis seria benéfica para os interesses britânicos, pois tornaria o território de Bombaim mais florescente⁴¹¹.

Numa outra perspectiva comercial, os Britânicos focalizaram-se na atracção do máximo número de mercadores asiáticos, nomeadamente do Guzerate, intenção que chocava com os interesses portugueses, que acusaram Henry Gary de aliciar com dinheiro, tecelões de Chaul para se radicarem em Bombaim⁴¹². A estratégia britânica, todavia, redundou em fracasso nestes primeiros tempos de governo, tendo sido relatado para Londres, em princípios de 1666, que nenhum mercador ou gentio de qualidade se tinha estabelecido na ilha. Acrescentava-se que tal apenas seria possível quando os navios da Companhia se dirigissem para Bombaim e a feitoria de Surrate fosse para ali transferida, aumentando consequentemente a actividade comercial daquela ilha⁴¹³.

⁴¹¹ Cf. Cartas de Henry Gary e de Humphrey Cook para Lord Arlington, 26.02.1665, 23.03.1665 e 11.04.1665 (William Foster, *The English Factories in India 1665-67*, op. cit., pp. 51, 44-47 e 52-54, respectivamente).

⁴¹² Cf. Carta de Inácio Sarmento de Carvalho a Humphrey Cook, 17.05.1665 (CTCP, III, pp. 78-81).

⁴¹³ Cf. Cartas de Henry Gary e Humphrey Cook para Lord Arlington, 26.12.1665 e 02.01.1666 (William Foster, *The English Factories in India 1665-67*, op. cit., pp. 69-72 e 65-69, respectivamente).

3.2.3 - Religião

As diferentes interpretações da fé cristã e a consequente visão dispar da sua prática e aplicação estratégica nos territórios ultramarinos foram outro factor de antagonismo entre ambos os poderes europeus. A abordagem anglicana dos Britânicos era menos rígida e mais indulgente, premissas que aplicaram no território de Bombaim, tendo sido adoptada uma política de liberdade religiosa, conforme foi comunicado para Londres no início de 1666⁴¹⁴. A necessidade de uma estratégia religiosa tolerante foi logo vencida nos primeiros dias de governo britânico, afirmando-se que a permissão de se edificarem estruturas pagãs e gentias (como pagodes e mesquitas) e consequente exercício público da fé, tornaria o porto opulento, no sentido em que os moradores ficavam mais predispostos a permanecer na ilha, outros nativos eram para ali atraídos e, por fim, as receitas aumentariam pelos tributos dos peregrinos nos templos⁴¹⁵. Estas medidas, que iam no seguimento das ordens régias dadas a Shipman⁴¹⁶, provocaram a resistência natural dos religiosos portugueses, nomeadamente dos jesuítas.

Um dos principais focos de tensão foi o juramento de fidelidade exigido por Cook a todos os moradores de Bombaim⁴¹⁷. Se para os Britânicos tal acto foi encarado como uma acção de autonomia política, para os Portugueses representou uma exigência de conversão religiosa, sendo que “contavam com a dita comunidade [católica] para manter uma certa forma de controlo do Estado sobre o território”⁴¹⁸. Inácio de Sarmiento de Carvalho protestou esta mesma situação junto de Cook, acusando-o de directa ou indirectamente ter pressionado os moradores de Bombaim a mudarem as suas crenças, ao que o governador britânico terá respondido que aquela ilha era sua e, por isso, actuava como se estivesse no Reino britânico⁴¹⁹. Cook acrescentou, de igual modo, que os jesuítas faziam tudo para dificultar a presença britânica, denunciando também a prática da conversão forçada aos órfãos gentios e mouros⁴²⁰.

⁴¹⁴ Cf. Carta de Humphrey Cook para Lord Arlington, Bombaim, 02.01.1666 (*Ibidem*, pp. 65-69).

⁴¹⁵ Cf. Cartas de Humphrey Cook e de Henry Gary para Lord Arlington, a do primeiro de 13.03.1665 e as do segundo de 26.02.1665 e 04.03.1665 (*Ibidem*, pp. 44-47, 51 e 52-54, respectivamente).

⁴¹⁶ Cf. Instruções régias para Sir Abraham Shipman, Londres, 24.03.1662 (BL, IOR/H/48, fls. 3-5), traduzidas para português pelo padre jesuíta João Gregório (HAG, MR, 28B, fl. 480).

⁴¹⁷ Cf. “Pregão que mandou lançar o Governador da ilha de Bombaim para que todos os moradores se vão apresentar armados na fortaleza”, 13.05.1665 (CTCP, III, p. 77).

⁴¹⁸ Ernestina Carreira, “Aspectos Políticos” ..., *op. cit.*, p. 53.

⁴¹⁹ Cf. Protesto de Inácio Sarmiento de Carvalho a Humphrey Cook, 25.05.1665 (CTCP, III, pp. 81-84).

⁴²⁰ Cf. Carta de Humphrey Cook para Lord Arlington, Bombaim, 13.03.1665 (William Foster, *The English Factories in India 1665-67*, *op. cit.*, pp. 44-47).

Várias outras situações ocorreram, sendo alvo de constantes protestos, tanto do vice-rei como do capitão geral das fortalezas do Norte. Enumeram-se o apresamento de um franciscano⁴²¹; a proibição da jurisdição dos eclesiásticos sobre os gentios, confinando aquela à população católica⁴²²; a sonegação de fazendas aos moradores católicos⁴²³; o abrigo dado a pessoas que passavam para Bombaim sobre o pretexto da conversão (refúgio que se estendia também a homiziados). A autoria destas acções era atribuída a Henry Gary, apelidado de “terrível herético” e “grande inimigo da nação portuguesa”⁴²⁴. Todas estas acções britânicas esbatiam, naturalmente, nos termos acordados no acto de doação.

Num documento de 1666, o comissário geral franciscano, Frei das Neves, descreveu o estado em que se encontrava o catolicismo em Bombaim, tendo apontado as principais questões com que os religiosos portugueses se depararam nos primeiros meses de governo britânico. Reportou que a acção deste poder tinha reduzido o papel dos religiosos a meros missionários, diminuídos na sua jurisdição e despidos de autoridade judicial. Acrescentou que proliferavam as cerimónias religiosas e os ritos públicos gentios e muçulmanos, afirmando que esta conjuntura de liberdade também era aproveitada pelos portugueses para actuarem contra o Santo Ofício. Referiu que chegaram do Reino britânico alguns religiosos e pregadores, com o intuito de pregar a crença anglicana, demonstrando também o risco que advinha dos casamentos entre britânicos e gentios convertidos. Sublinhou a perseguição e prisão a alguns religiosos, atestando a dificuldade na conservação da Fé Católica perante esta estratégia britânica e a fraqueza e inconstância dos gentios⁴²⁵.

⁴²¹ Cf. Carta de Inácio Sarmento de Carvalho a Humphrey Cook, 17.05.1665 (CTCP, III, pp. 78-81).

⁴²² Cf. Protesto de Inácio Sarmento de Carvalho a Humphrey Cook, 25.05.1665 (*Ibidem*, pp. 81-84).

⁴²³ Cf. Resposta do vice-rei ao protesto de Humphrey Cook, Outubro de 1665 (*Ibidem*, pp. 89-92).

⁴²⁴ Carta do vice-rei ao rei, 05.01.1666 (*Ibidem*, pp. 94-95); HAG, MR, 35, fl. 51, citado por Glenn J. Ames, *Renascent Empire?...*, *op. cit.*, p. 173.

⁴²⁵ Cf. "Manifesto que frei das Neves, Comissário Geral dos religiosos de São Francisco na Índia Oriental, oferece à Sereníssima Majestade d'el rei nosso Senhor D. Afonso, o sexto de Portugal", (ACE, IV, doc. 105, pp. 244-252, em nota de rodapé).

3.2.4 - Defesa e Administração do Espaço

As insuficiências defensivas da ilha, já notadas pelos Britânicos mesmo antes da sua posse, foram um factor de forte e constante preocupação, razão pela qual as questões relacionadas com a guarnição e as fortificações de Bombaim foram uma temática recorrente na correspondência entre oficiais britânicos e destes para Londres. De facto, Cook escreveu para Surrate pedindo dinheiro para fortificar a ilha uma semana antes de tomar posse do governo, sendo que o seu pedido foi recusado por Oxenden, que achava aqueles gastos desnecessários, remetendo o assunto para o Londres⁴²⁶. Um mês mais tarde, Cook reportou para Londres as suas preocupações, realçando a falta de estruturas defensivas e informando a construção de uma plataforma de segurança, dois ou três pequenos fortes e uma muralha na cidade. Sublinhava que, as medidas de carácter defensivo iriam custar dinheiro, mas que eram, no entanto, incontornáveis e iriam compensar no futuro⁴²⁷. A opinião de Oxenden parece ter mudado, pois escreveu na mesma altura para Londres, a pedir um reforço militar para Bombaim, reiterando a falta de homens experientes, onde incluía o próprio governador⁴²⁸, opinião que pressupunha alguma cristação entre os dois britânicos. Os pedidos de fundos e homens e consequente recusa, mantiveram-se ao longo de 1665, em especial no último quartel do ano, face ao temor de um ataque neerlandês⁴²⁹. Neste contexto, chegou a ser indagada a possibilidade de pedir-se ajuda aos reinos vizinhos⁴³⁰.

Em finais do ano, foi reportado para Londres que a guarnição era composta por 120 elementos, número diminuto devido à nociva e pestilenta monção que reduzira o já baixo número de soldados. Acrescentava-se o fim das obras de fortificação, nomeadamente na parte junto do mar, reforçando-se a necessidade de ser erigido um bom forte, dotado de uma guarnição permanente, com a missão de defender a ilha e o porto⁴³¹.

O funcionamento eficaz de um território pressupõe a existência de uma matriz administrativa que o suporte. O território de Bombaim, devido ao seu papel de menor

⁴²⁶ Cf. Carta de Humphrey Cooke para Sir George Oxenden, Bombaim, 12.02.1665 (William Foster, *The English Factories in India 1665-67, op. cit.*, pp. 41-42).

⁴²⁷ Cf. Carta de Humphrey Cook para Lord Arlington, Bombaim, 13.03.1665 (*Ibidem*, pp. 44-47).

⁴²⁸ Cf. Carta de Sir George Oxenden para Lord Arlington, Surrate, 13.03.1665 (*Ibidem*, pp. 42-43).

⁴²⁹ Cf. Cartas de Humphrey Cook para Sir George Oxenden, 30.09 e 05.11.1665 e resposta deste, 12.10 e 18.11.1665 (*Ibidem*, pp. 58-60).

⁴³⁰ Cf. Carta de Sir George Oxenden para Lord Arlington, 06.04.1666 (*Ibidem*, p. 192).

⁴³¹ Cf. Cartas de Henry Gary e de Humphrey Cooke para Lord Arlington, 26.12.1665 e 02.01.1666 (*Ibidem*, pp. 69-72 e 65-69, respectivamente).

importância no seio do distrito de Baçaim, era desprovido de importantes estruturas de administração, o que forçou o investimento britânico neste sentido. Cook, logo nos primeiros dias, nomeou um juiz (dado que a ilha era administrada a partir de Taná e Baçaim), um tanadar e dois oficiais para os órfãos, tendo construído uma prisão. Nomeou, de igual modo, dois oficiais de alfândega para Maim e Bombaim, tendo a pretensão de edificar uma casa de contas naqueles dois locais⁴³². Além disso, viu-se forçado a estabelecer a lei civil, como forma de evitar confusões entre britânicos, portugueses e gentios, situação que foi do agrado de todas as partes. Desta forma, aquela lei governava os portugueses e os gentios e muçulmanos, ao passo que para os britânicos imperava a lei marcial⁴³³.

De realçar, por fim, a celeuma gerada em torno das rendas agrárias recolhidas durante o período de impasse português na entrega da ilha. Os britânicos reclamavam para si, os foros, direitos e rendas entre Setembro de 1662 e Fevereiro de 1665⁴³⁴, intenções recusadas pelo vice-rei. Melo de Castro afirmou que nada tinha a pagar, dado que durante o período sobre o qual a reclamação britânica incidiu, os gastos com a despesa ultrapassaram a receita, em virtude das despesas empreendidas no reforço defensivo do território. Acrescentava, com algum desprazo, que sendo a ilha de posse britânica, aquelas despesas deveriam ser suportadas pela Coroa britânica, razão pela qual o Estado da Índia se apresentava como credor nesta situação⁴³⁵.

⁴³² Cf. Carta de Humphrey Cook para Lord Arlington, Bombaim, 13.03.1665 (*Ibidem*, pp. 44-47).

⁴³³ Cf. Carta de Humphrey Cook para Lord Arlington, 02.01.1666, (NA, PRO, CO 77, 9, nº 142). Veja-se também, C. Fawcett, *The First Century of British Justice in India*, Oxford, 1934, p. 3.

⁴³⁴ Cf. Protesto e reclamação do governador de Bombaim ao vice-rei português, 01.09.1665, Bombaim (CTCP, III, pp. 88-89).

⁴³⁵ Cf. Resposta do vice-rei ao protesto de Humphrey Cook, Outubro de 1665, (*Ibidem*, pp. 89-92).

3.3 - Persistência dos Antagonismos, 1666-68

3.3.1 - Apontamento do Novo Governador

Apesar da série de medidas empreendidas no primeiro ano de governo, a situação económica de Bombaim manteve-se precária, a que se adicionavam alguns problemas com a guarnição e as poucas perspectivas no afluxo de mercadores, o que teve repercussões no diminuto crescimento comercial. Em finais de 1665, os directores da EIC reportaram para a corte britânica que a ilha de Bombaim encontrava-se “desgovernada”, aconselhando a que fossem investidos esforços na colonização do local⁴³⁶. A esta conjuntura desfavorável, acrescentava-se a oposição interna ao governo de Cook, traduzida na apresentação de uma lista de queixas contra o governador britânico apresentada por alguns oficiais e na pressão destes sobre Surrate e Londres, sendo que Henry Gary e vários feitores pediam a nomeação de um novo governador, alguém que deveria ser “mais honesto” de forma a salvaguardar os interesses britânicos na zona⁴³⁷. O próprio Cook, por todas as dificuldades por que passava a ilha, pediu para resignar ao posto que ocupava, possivelmente com o intuito de obter o apoio régio face às inúmeras críticas a que era sujeito.

Na capital britânica, sabendo-se em Julho de 1665 da morte de Shipman (ocorrida havia mais de um ano), começou a preparar-se a nomeação de um novo governador, não sendo colocada a hipótese de Cook continuar no governo, muito provavelmente devido às queixas que chegavam da Índia. Mesmo assim, o processo de sucessão arrastou-se durante largos meses, pois só em finais de Março de 1666 partiu para Bombaim a embarcação régia que levava o novo governador, *Sir* Gervase Lucas, que ali chegou a 15 de Novembro, tendo Henry Gary passado a ocupar o posto de vice-governador⁴³⁸.

As instruções régias com que Lucas ia munido, incidiam sobretudo na defesa e no relacionamento tanto com a EIC, como com o Estado da Índia. Desta forma, foi-lhe regulamentada toda a relação com a Companhia, assim como ordenado o recrutamento do maior número de britânicos, quer estantes nos vários portos e feitorias asiáticas, quer ao

⁴³⁶ Cf. William Foster, *The English Factories in India 1665-67*, op. cit., pp. 63-65.

⁴³⁷ Cf. “Lista de queixas apresentadas por Gary, Stevens e Ball contra Humphrey Cooke”, 26.12.1665 e carta do primeiro para Surrate, 08.04.1665 (*Ibidem*, pp. 73-76 e 186-189).

⁴³⁸ Cf. *Ibidem*, pp. 189 e 193-94; cf. F. Malabari, *Bombay in the Making*, op. cit., p. 104. Gervase Lucas era um conhecido protagonista da guerra civil britânica, na qual apoiou a causa realista e onde desempenhou um importante papel no auxílio à fuga de Carlos I do campo de Naseby, uma das mais importantes batalhas da guerra e fulcral no desenrolar do conflito. Veja-se J. Gerson da Cunha, *The Origin of Bombay*, op. cit., p. 269.

serviço de outros poderes europeus, inclusive das Províncias Unidas. Deveriam, de igual modo, ser encetados esforços para fortificar o porto e a ilha, assim como manter a máxima vigilância face aos potenciais inimigos. Neste sentido, Lucas tinha a incumbência de manter um bom relacionamento com o poder português, requerer o seu apoio em caso de necessidade e conservar o bom trato junto das elites portuguesas e das regiões adjacentes, enquanto se inteirava das suas particularidades, devendo aplicar, de forma pacífica, as ordens régias e zelar pelo incremento do comércio⁴³⁹.

3.3.2 - Preponderância da *East India Company*

A preparação da expedição de Lucas foi indicativa da falta de disponibilidade da Coroa britânica para investir na sua primeira presença territorial na Ásia. Se no início, foi demonstrada a intenção em enviar uma expedição autónoma, esse propósito não foi levado adiante, sendo atribuída à EIC a responsabilidade de a realizar, com a justificação de que não seria possível à Coroa organizar uma expedição, juntamente com o reforço de homens e bens, em tempo útil. A Companhia ficou, de igual modo, encarregue de conceder 1500 libras a Lucas para a gestão do território⁴⁴⁰. Londres recuava assim no investimento em Bombaim, naquele que seria o seu segundo fôlego sobre a ilha, delegando na EIC algumas responsabilidades sobre o espaço, como eventuais necessidades de transporte e dinheiro, explicitamente por não ter a certeza da manutenção da ilha na sua posse⁴⁴¹, num prenúncio do que sucederia dois anos depois.

Desde o início do seu reinado que Carlos II adoptou uma política de favorecimento dos interesses da EIC, tendo desenvolvido esforços para a proteger dos seus opositores, tanto internos como externos. Neste sentido, concedeu um grande apoio régio à Companhia, garantindo-lhe vastos privilégios comerciais e transformando o seu poder ultramarino numa autoridade quase estatal, com direito a cunhar moeda, a comandar as tropas e fortalezas, a formar alianças, a fazer guerra e paz, a punir comerciantes ilegais, a

⁴³⁹ Cf. Instruções régias a *Sir* Gervase Lucas (BL, IOR/H/48, fls. 197-200).

⁴⁴⁰ Cf. Cartas dos directores da EIC para o presidente e conselho de Surrate, Londres, 03 e 10.04.1666 (BL, IOR/H/48, fls. 210-212).

⁴⁴¹ Cf. Parecer dos ministros do rei britânico Albemarle, Arlington e William Coventry, Londres, 05.04.1666 (BL, IOR/H/48, fls. 204-205).

impor a sua jurisdição sobre os súbditos, entre outras⁴⁴². Em troca deste forte apoio, o monarca terá granjeado empréstimos financeiros para a Coroa, assim como uma intervenção mais próxima em alguns assuntos internos da EIC, numa estratégia de mútuo entendimento⁴⁴³.

Em 1662, a Companhia britânica passou a adoptar uma estratégia de cariz economicista, centrada no comércio entre as suas possessões no Índico e Londres em desprimor de uma política comercial de porto em porto. Em consequência disto, a EIC reduziu o número das suas feitorias⁴⁴⁴, passando a actividade mercantil a ser desempenhada de forma privada, por mercadores britânicos, legalizando desta forma a situação vigente, que era contrária aos interesses da Companhia⁴⁴⁵.

Em virtude de todos estes vectores e das conjunturas asiáticas locais (como as tensões com os Maratas e Mogóis), a presença britânica reposicionou-se ao longo da segunda metade de Seiscentos, um pouco à semelhança do que acontecia no Estado da Índia. Às possessões outrora mais rentáveis, como Surrate e a Índia Ocidental, cresceu nesta época a importância de Madrasta e da região de Bengala, a última centrada no comércio de Calcutá (onde acabaram por se estabelecer em 1696) e a primeira impulsionada pela atracção de mercadores sob a protecção britânica (aproveitando a turbulência política provocada pelos Mogóis, que destabilizavam a Norte o comércio em Masulipatão)⁴⁴⁶.

De salientar que, embora se verificasse esta centralização dos interesses britânicos na região do Índico, a atenção sobre o sudeste asiático não esmoreceu, sendo constatada pela presença em Samatra, Amoy (China) e Cantão⁴⁴⁷, esta última compensando a quebra

⁴⁴² Cf. M. D. David, *History of Bombay...*, *op. cit.*, pp. 68-69.

⁴⁴³ Cf. J. Keay, *The Honourable Company: a history of the english East India Company*, Londres, 1991, p. 131; W. W. Hunter, *A History of British India*, Londres, vol. 2., 1900, pp. 183-184.

⁴⁴⁴ As suas feitorias eram no início do século XVIII as de Bandar Abbas ou Comorão e Baçorá (no Golfo Pérsico), Bombaim, Madrasta e Calcutá (na Índia) e Java (na Insulíndia).

⁴⁴⁵ Cf. George Clark (ed.), *The Later Stuarts...*, *op. cit.*, p. 344; P. J. Marshall, "The English in Asia to 1700", *op. cit.*, pp. 279-280.

⁴⁴⁶ Cf. Bill Nasson, *Britannias's Empire...*, *op. cit.*, p. 60; P. J. Marshall, "The English in Asia to 1700", *op. cit.*, p. 278.

⁴⁴⁷ Cantão tornar-se-ia, no século XVIII, o único ponto de acesso ao gigante chinês, sendo que os britânicos eram para ali atraídos pela seda, porcelana e chá, este último o grande produto importado a partir da centúria de Setecentos. Veja-se Susana Munch Miranda, "Os Circuitos Económicos", *Macau e Timor – O Declínio do Império*, vol. II, *História dos Portugueses no Extremo-Oriente*, A. H. de Oliveira Marques (dir.), Fundação Oriente, 2001, pp. 261-283.

no comércio com o Japão após o encerramento das feitorias ligadas a este, como a do Sião (1684), de Taiwan (1685) e de Tonquim (1697)⁴⁴⁸.

Em meados de Seiscentos, o Reino britânico mantinha o seu antagonismo externo com as Províncias Unidas, culminando em nova guerra entre Março de 1665 e o Verão de 1667, na continuidade das rivalidades marítimas e mercantis entre os dois países. O conflito terminou no seguimento de uma incursão súbita neerlandesa pelo estuário do rio Tamisa, numa fase em que se negociava a paz, investida que se revelou decisiva para a conclusão daquela em Julho de 1667, no denominado Tratado de Breda⁴⁴⁹. Ao mesmo tempo, recrudesciam as tensões internas, sucedendo-se vários tumultos e motins ao longo do território britânico no Inverno de 1666-67. Ligado àqueles estava o elevado desemprego e a alta cobrança fiscal, a que se adicionaram as consequências financeiras e comerciais provocadas pelo grande fogo de Setembro de 1666 (que destruiu grande parte de Londres), pela Grande Peste entre a Primavera de 1665 e finais de 1666 (responsável pela morte de cerca de sessenta e oito mil pessoas) e pelas hostilidades em curso contra os Neerlandeses que, apesar do tratado de 1667, apenas cessaram em definitivo em 1674⁴⁵⁰.

⁴⁴⁸ Cf. P. J. Marshall, "The English in Asia to 1700", *op. cit.*, p. 277-281; Bill Nasson, *Britannias's Empire...*, *op. cit.*, p. 57; D. K. Basset, "Early English Trade...", *op. cit.*, p. 106.

⁴⁴⁹ Cf. Maurice Ashley, *England in the Seventeenth Century*, *op. cit.*, pp. 136-137; George Clark (ed.), *The Later Stuarts...*, *op. cit.*, pp. 62-64 e 67-68. O Tratado de Breda de 31 de Julho de 1667 foi um multi acordo celebrado entre os países em conflito, como a França, a Dinamarca, o Reino Unido e as Províncias Unidas. No ajuste entre estes dois últimos, foi consagrada a posse britânica sobre Nova Amesterdão (posteriormente denominada de Nova Iorque) e a renúncia das suas pretensões sobre os portos neerlandeses nas Índias Orientais.

⁴⁵⁰ Cf. Maurice Ashley, *England in the Seventeenth Century*, *op. cit.*, p. 136; George Clark (ed.), *The Later Stuarts...*, *op. cit.*, pp. 66-67; E.L. Woodward, *A History of England*, *op. cit.*, pp. 116-117. Refira-se que durante o confronto com as Províncias Unidas, o Reino britânico teve o apoio financeiro de Luis XIV.

3.3.3 - Oposição Incisiva ao Sistema Fundiário Português

Pouco depois da chegada de Lucas a Bombaim, Henry Gary reportou para Londres que a boa governação do novo governador já se fazia sentir, imprimindo novas reformas que tinham posto término à situação negativa que grassava no território britânico⁴⁵¹. De facto, *Sir* Gervase Lucas incrementou a política dinamizadora sobre o comércio, a defesa e a exploração fundiária aplicada pelo anterior governador, o que significou a manutenção dos conflitos com os religiosos e os foreiros portugueses.

Mais do que havia feito Cook, Lucas empreendeu um corte com a estrutura social e fundiária, existente em Bombaim desde os tempos do domínio português. No seu curto governo de cerca de sete meses a sua política incidiu, sobretudo, no aumento das receitas da ilha, com o intuito de a tornar auto-sustentável. Para isso, procedeu ao escrutínio dos títulos de propriedade existentes e confiscou aqueles que não tinham provas escritas de posse, num exame que, de acordo com o próprio governador, não se afigurou fácil⁴⁵². Neste seguimento, arrestou as terras que os jesuítas de Bandorá detinham em Bombaim, assim como de outros foreiros, acção contestada por Goa e, inclusive, pelo Conselho de Surrate. Além disso, reduziu os poderes judiciais dos grandes proprietários sobre os moradores gentios, decisão que os colocou ao lado da política de confiscos empreendida, que resultou na transferência da maior parte das terras para o governo britânico⁴⁵³.

Com um melhor conhecimento da realidade agrária e fundiária de Bombaim, os Britânicos verificavam que, ante a inexistência de uma administração portuguesa na ilha, os verdadeiros senhores desta eram os jesuítas de Salsete (donos de Maim), Bernardim de Távora (senhor de Mazagão) e D. Inês de Miranda (detentora de grande parte de Bombaim), que exerciam o seu poder de forma discricionária sobre os moradores e ofereciam, naturalmente, franca resistência à acção britânica. De facto, os governadores do Estado da Índia tinham, ao longo dos anos, permitido a delapidação do património régio naquele território, beneficiando aqueles poderosos foreiros, pelo que Lucas se aplicou na sua recuperação.

Esta situação era reconhecida pelo próprio poder português. António de Melo de Castro afirmou para Lisboa em inícios de 1666, que o poder régio na Índia era fictício, pois

⁴⁵¹ Cf. Carta de Henry Gary para *Lord* Arlington, Bombaim, 10.12.1666 (William Foster, *The English Factories in India 1665-67*, op. cit., pp. 73-76 e 198-199).

⁴⁵² Cf. *Ibidem*, pp. 287-288. Cartas de Henry Gary e *Sir* Gervase Lucas para *Lord* Arlington, Bombaim, 13 e 31.03.1666 (*Ibidem*, p. 293 e em BL, IOR/H/48, fls. 299-302, respectivamente).

⁴⁵³ Cf. William Foster, *The English Factories in India 1665-67*, op. cit., pp. 287-288.

na prática, “muito pouca gente pagava díizimos, e menos os direitos da meia anata e chancelaria”. Acrescentava de forma mais específica que, no Norte, os fidalgos iam adquirindo várias aldeias com a complacência dos anteriores vice-reis, facto que contribuiu para, a título exemplificativo, “estar hoje D. Rodrigo de Castro senhor de vinte e uma ou vinte e duas aldeias, Gaspar Paim de Melo de dezoito ou dezanove, e outros com dez e doze, e por esta razão tão poderosos que não se atreve a justiça de V. Majestade a acudir a seus excessos...”⁴⁵⁴.

Em Março de 1667, Henry Gary relatava para Londres o aumento das receitas⁴⁵⁵, proveniente da posse de novas terras, fruto do confisco de hortas aos jesuítas (140, num valor de 17.500 xerafins), a vários moradores (52, de três mil xerafins) e a Bernardim de Távora (seis, de cerca de 5.200 xerafins). Naquele ano, foram também aprestadas fazendas a D. Inês de Miranda (que lhe rendiam cerca de nove mil xerafins anuais em rendas) e à Companhia de Jesus (num valor anual de 25.100 xerafins)⁴⁵⁶. Alguns destes, assim como o capitão geral da Armada Norte, D. Jerónimo Manuel, exigiram a restituição das terras confiscadas, pedidos que, no entanto não foram atendidos⁴⁵⁷. As queixas passaram também por Goa, tendo sido levada a Conselho de Estado. Este ordenou a D. Jerónimo Manuel (que se encontrava no Norte com quatro fragatas) para requerer junto de Lucas o cumprimento das capitulações da entrega da ilha; em caso de resposta negativa, tinha instruções para pressionar a restituição das usurpações realizadas aos moradores, sendo ressalvado que só fosse usada a força em última opção⁴⁵⁸. Lucas já tinha reportado para Londres que esperava que chegassem à capital britânica os protestos dos mais proeminentes foreiros da ilha, tendo pedido que aqueles lhes fossem reencaminhados e esperando que tal facto não interferisse na sua estratégia de aumento das receitas régias da ilha.

⁴⁵⁴ Carta de António de Melo de Castro para D. Afonso VI, Goa, 07.01.1666, citada por Isaú Santos, “A cedência de Bombaim...”, *op. cit.*, p. 274.

⁴⁵⁵ Por esta altura os dividendos do território ascendiam a 75 mil xerafins, ou 6.490 libras, valores manifestamente superiores aos 11.920 xerafins aquando da entrega da ilha dois anos antes, sinal de que a estratégia de Lucas estava a resultar. De facto, tanto Gary como Oxenden foram unânimes no elogio à administração do governador, que se traduziu principalmente no aumento exponencial das receitas da ilha. Veja-se, William Foster, *The English Factories in India 1965-67*, *op. cit.*, pp. 301-308 e Carta de 22.12.1667 (BL, IOR/H/48, fls. 350-368).

⁴⁵⁶ Cf. “Lista das fazendas que os ingleses repetidamente confiscaram...” e “O que tomado os ingleses usurpado sem causa...”, BNL, cód. 10.703, 5v-32v), citado por Glenn J. Ames, *Renascent Empire?...*, *op. cit.*, p. 173.

⁴⁵⁷ Cf. William Foster, *The English Factories in India 1965-67*, *op. cit.*, pp. 301-308. Cartas de Henry Gary para o duque de York e de Albermale e para os Lord Clarendon e Arlington, Bombaim, 22.12.1667 (BL, IOR/H/48, fls. 350-368).

⁴⁵⁸ Cf. Assento do Conselho de Estado, Panelim, 27.04.1667 (ACE, IV, doc 72, fls. 180-184).

A política de apresto de rendas e fazendas era justificada pela observância estrita do artigo 11º do tratado de 1661, o qual estipulava que tudo seria dado ao rei britânico, devendo apenas manter-se a liberdade do culto católico⁴⁵⁹. Lucas, desta forma, isentava-se totalmente do auto de entrega imposto por António de Melo de Castro ao seu antecessor, admitindo apenas o estabelecimento de uma comissão para discernir querelas relativamente a questões de fé que, como se viu, faziam-se sentir desde o início e manter-se-iam nos tempos vindouros. De facto, de acordo com um relatório de 1668, os Britânicos teriam ocupado as igrejas de Bombaim, nomeadamente as de S. Bernardino, S. Miguel e Salvação e destruído as imagens dos altares⁴⁶⁰. Os súbditos de Carlos II terão ido mais longe, ao ordenarem que apenas os protestantes poderiam ter acesso à fortaleza do castelo⁴⁶¹. No sentido inverso, foi referido para Londres que os Jesuítas eram os principais detractores dos direitos do monarca britânico, actuando junto dos moradores com o intuito de enfraquecer a sua sujeição à nova autoridade. Acrescentava-se ainda, que a ilha era procurada por muitos homiziados vizinhos, devido à política de intolerância religiosa ali praticada pelos Portugueses⁴⁶².

⁴⁵⁹ Cf. William Foster, *The English Factories in India 1665-67*, op. cit., pp. 290-292.

⁴⁶⁰ Cf. Miscellany of Western India, p.3 e 329, citada por Ernest R. Hull, *Bombay Mission...*, op.cit., p. 22.

⁴⁶¹ Cf. *Missing Papers – State Papers not available in Bombaim, 1661-1670*, vol. III, citado por J. Gense, *How Bombay was ceded*, op. cit., p. 23.

⁴⁶² Cf. Cartas de Henry Gary para o duque de York e de Albermale e para os Lord Clarendon e Arlington, Bombaim, 22.12.1667 (BL, IOR/H/48, fls. 350-368).

3.3.4 - Restrições à Circulação Britânica

A necessidade de incrementar as receitas da ilha não se cingiu ao arresto de terras e consequente combate ao sistema fundiário instituído no território. Desta forma, incrementou-se a política de fomento comercial e de combate à cobrança de taxas de circulação pelos Portugueses.

Foi assim realçada a necessidade de se realizar uma maior aproximação aos baneanes⁴⁶³ e de se pressionar Lisboa para que fosse concedida a liberdade de circulação nos estreitos portugueses, nomeadamente na alfândega de Taná, onde eram cobradas taxas elevadas (entre 10 a 12%), facto que afastava os mercadores e tinha naturais repercussões nas receitas da ilha⁴⁶⁴. Henry Gary, em simultâneo, procurou interceder junto de Goa, pedindo que fosse concedida a livre passagem das embarcações britânicas não só em Taná como também em Caranjá, provisão que se estenderia aos Portugueses na baía de Bombaim. Estas pretensões foram, contudo, negadas, tendo o vice-rei justificado que não tinha poder para conceder isenções de direitos régios. Acrescentava que, se tal fosse concedido, “ficaria ao inglês o útil todo daquelas fortalezas do Norte”, sublinhando a necessidade de se fortificar outros locais, como o porto de Turumbá e a ilha de Elefante, de forma a prevenir o domínio britânico sobre aquelas⁴⁶⁵. Os Britânicos, procurando reagir ao que consideravam ser uma espoliação, passaram a cobrar taxas em Maim sobre as embarcações portuguesas⁴⁶⁶. A cobrança dos tributos era apontada como uma das razões para o menor desempenho do novo estabelecimento britânico. Se Bombaim era a porta de saída deste complexo fluvial no sul da Província do Norte do Estado da Índia, Taná era a chave para as ligações ao território indiano, pois a sua localização na extremidade noroeste do porto de Bombaim, enquadrava-a no seguimento natural da linha de comunicação com o interior do continente.

⁴⁶³ Cf. Sobre a acção dos baneanes nesta época, veja-se Luís Frederico Antunes, “A Crise do Estado da Índia no Final do século XVII e a Criação das Companhias de Comércio das Índias Orientais e dos Baneanes de Diu”, in *Mare Liberum* nº 9, Lisboa, 1995, pp. 19-29.

⁴⁶⁴ Cf. William Foster, *The English Factories in India 1665-67 op. cit.*, pp. 291-292 e 301-308; Cartas de Henry Gary para o duque de York e de Albermale e para os Lord Clarendon e Arlington, Bombaim, 22.12.1667 (BL, IOR/H/48, fls. 350-368); Carta de Henry Gary para Lord Arlington, Bombaim, 01.04.1668 (William Foster, *The English Factories in India 1668-69*, Oxford, Clarendon Press, pp. 48-49).

⁴⁶⁵ Cf. Assento do Conselho de Estado sobre uma petição do governador Henrique Gary, Goa (ACE, IV, doc 75, pp. 187-190).

⁴⁶⁶ Cf. “Papel em que se acha resumido tudo o que está provado na inquirição feita em Baçaim pelo ouvidor Francisco Monteiro, sobre os excessos cometidos pelos Ingleses de Bombaim”, Outubro 1678 (CTCP, III, pp. 152-157).

3.3.5 - Constante Reforço Defensivo

Sir Gervase Lucas, quando foi apontado como governador reflectiu, ainda em Londres e com base na documentação enviada, sobre a situação defensiva do território de Bombaim. Apontou a escassez de militares ali presentes, apenas 119, forças consideradas insuficientes para uma defesa eficaz da ilha, afirmando que o número ideal de homens seria de quatrocentos, ou seja, a mesma quantidade enviada na primeira expedição. Apontou, de igual modo, a necessidade de vistoriar primeiro o local, de forma a proceder-se à necessária reparação da velha fortificação, ou mesmo erigir outra onde fosse necessário⁴⁶⁷. No entanto, estas pretensões de Lucas esbarraram na rígida política económica da Coroa britânica, que afirmava não ter a certeza da manutenção da ilha e, por isso, ser despropositado o aumento das despesas para além do estritamente necessário. Mesmo assim, foram enviadas armas e pediu-se um crédito de 1.500 libras à EIC⁴⁶⁸.

Apesar de terem sido efectuados novos pedidos de dinheiro, assim como o envio de navios de guerra e de comércio⁴⁶⁹, as acções de fortificação avançaram ao longo de 1667-68, juntamente com o reforço da força militar estante na ilha. Henry Gary, já no cargo de governador após a morte de Lucas a 31 de Maio de 1667⁴⁷⁰, reportava para Londres com regularidade, os esforços e progressos empreendidos na fortificação do local⁴⁷¹, assim como a evolução do contingente de homens. Como foi referido atrás, este era em inícios de 1666 composto por 119 soldados, sendo que em finais de 1667 atingia os 285 homens (93 britânicos, sendo os restantes portugueses, franceses e soldados do Decão). A preocupação defensiva foi uma constante, tendo passado também pela inclusão de topazes na força militar e na colocação de seis bergantis para protecção de ataques oriundos do Malabar⁴⁷². De salientar que, numa das missivas enviadas para Londres em finais de 1667, Gary sublinhou o seu descontentamento por não ter recebido qualquer carta da corte desde a

⁴⁶⁷ Cf. Observações de *Sir* Gervase Lucas, a partir dos papéis referentes a Bombaim que lhe haviam sido entregues por *Lord* Arlington, Londres, 28.01.1666 (BL, IOR/H/48, fls. 201-203).

⁴⁶⁸ Cf. William Foster, *The English Factories in India 1665-67*, op. cit., pp. 190-191; Parecer de Albemarle, Arlington e William Coventry sobre os papéis referentes a Bombaim e parecer que sobre eles dera *Sir* Gervase Lucas, Londres, 05.04.1666 (BL, IOR/H/48, fls. 204-205).

⁴⁶⁹ Cf. Carta de *Sir* Gervase Lucas para a corte, Bombaim, 12.03.1667 (NA, PRO, CO77, 7, fl. 273), citado por Shafaat Ahmad Khan, *Anglo Portuguese Negotiations...*, op. cit., pp. 486-489; Carta de *Sir* Gervase Lucas a *Lord* Arlington, Bombaim, 31.03.1667 (BL, IOR/H/48, fls. 299-302).

⁴⁷⁰ Cf. Carta de *Sir* George Oxenden para Carlos II, Bombaim, 04.07.1667 (William Foster, *The English Factories in India 1665-67*, op. cit., pp. 295-296).

⁴⁷¹ Cf. Cartas de Henry Gary para *Lord* Arlington, Bombaim, Março de 1667 e 20.10.1668 (*Ibidem*, op. cit., pp. 301-308 e William Foster, *The English Factories in India 1668-69*, op. cit., pp. 51-53).

⁴⁷² Cf. Cartas de Henry Gary para Carlos II e *Lord* Arlington, 22.12.1667 e 01.04.1668 (William Foster, *The English Factories in India 1665-67*, op. cit., pp. 298 e William Foster, *The English Factories in India 1668-69*, op. cit., pp. 48-49).

chegada de Lucas⁴⁷³, ou seja, desde Novembro do ano anterior, em mais um dado indicador que parece ser demonstrativo do afastamento progressivo da Coroa britânica em relação ao território de Bombaim, numa altura em que a sua transferência para a EIC já era negociada em Londres.

3.3.6 - Pretensões de Cook sobre o Governo de Bombaim

A investigação do governo de Humphrey Cook foi uma das primeiras medidas tomadas por *Sir Gervase Lucas*, sendo que os resultados desta originaram fortes desinteligências entre ambos. Logo em Dezembro de 1666 foi reportado para Londres que, em razão da inquirição realizada, Cook tinha sido proibido de partir para o Reino enquanto não apresentasse justificações para a sua conduta na administração da ilha⁴⁷⁴. As acusações ao antigo governador incidiram, sobretudo, em questões financeiras. De facto, foi-lhe imputada a extorsão a alguns moradores no valor de 12.000 xerafins, sob o pretexto dessa quantia destinar-se aos serviços do rei, tendo-a usado para a sua conta pessoal. Somava-se a isto, a acusação de ter cobrado ilegalmente cerca de 663 libras à viúva de Shipman, a quem tinha sucedido⁴⁷⁵. Foi reportado, de igual modo, a aceitação de subornos, que entravavam a colecta das rendas⁴⁷⁶. Após o pagamento do dinheiro usurpado, Cook foi autorizado a ir para Goa, em trânsito para a Europa, sendo reportado para Londres que já havia sido para ali enviado um relatório das contas do governo daquele oficial, de forma a que este, quando chegasse à capital britânica, pudesse ser confrontado com a sua administração⁴⁷⁷.

Em Julho de 1667, *Sir George Oxenden* informava Londres da recente morte de *Sir Gervase Lucas* e como lhe sucedera o capitão Henry Gary. O falecimento daquele era lamentado, salientando-se que durante o seu governo os dividendos reais tinham aumentado de forma exponencial⁴⁷⁸. Lucas tinha apontado Gary como seu vice-governador, preenchendo a comissão em branco que levava consigo para o efeito. Contudo, Humphrey Cook, a partir de Goa e mais tarde de Bandorá (onde possuía o apoio

⁴⁷³ Cf. Carta de Henry Gary para Carlos II, 22.12.1667 (William Foster, *The English Factories in India 1665-67*, *op. cit.*, p. 298).

⁴⁷⁴ Cf. Carta de Henry Gary para *Lord Arlington*, Bombaim, 10.12.1666 (*Ibidem*, pp. 198-199).

⁴⁷⁵ Cf. Carta de *Sir Gervase Lucas* para Carlos II, Bombaim, 25.12.1666 (BL, IOR/H/48, fls. 272-274).

⁴⁷⁶ Cf. Carta de *Sir Gervase Lucas* para *Lord Arlington*, Bombaim, 31.03.1667 (BL, IOR/H/48, fls. 299-302).

⁴⁷⁷ Cf. Carta de *Sir Gervase Lucas* para *Lord Arlington*, Bombaim, 12.03.1667 (NA, PRO, CO77, 7, fl. 273).

⁴⁷⁸ Cf. Carta de *Sir George Oxenden* para Carlos II, Bombaim, 04.07.1667 (William Foster, *The English Factories in India 1665-67*, *op. cit.*, pp. 295-296).

dos jesuítas⁴⁷⁹), reclamou a sua legitimidade na sucessão de Lucas, pretensão negada por Gary, numa troca de correspondência tensa e constante, efectuada entre Agosto e Novembro de 1667⁴⁸⁰. Numa proclamação de Gary contra Cook, este acabou por ser declarado como rebelde e traidor da Coroa britânica, sendo afirmado que os portugueses o tinham auxiliado, nomeadamente o capitão-geral da Armada do Norte, D. Jerónimo Manuel, com o apoio de quinhentos homens⁴⁸¹. De facto, para além dos jesuítas, Cook teria tido também o apoio do vice-rei e dos portugueses, descontentes com o governo de Gary, a quem acusavam de ter tomado medidas contrárias ao auto de entrega⁴⁸².

Nesta conjuntura, várias queixas foram apresentadas contra Cook, referentes à sua acção como governador, assim como às suas pretensões posteriores ao governo da ilha. Cook foi acusado de praticar várias extorsões e subornos sobre o monopólio das receitas régias, tendo expulsado vários senhores de Bombaim e retendo as suas receitas para seu proveito; de assumir o título de rei, desejando ter o tratamento de acordo com essa posição; de promover várias querelas com os oficiais britânicos com o intuito de os afastar, de forma a ter o poder total sobre o governo da ilha; de ser conivente com atitudes traidoras, tendo poupado a condenação de um dissidente português; de ter acedido entregar a ilha em troca de quatro mil libras, perante a possibilidade desta ser readquirida pelo rei português; de negligenciar o fortalecimento das provisões da guarnição, mesmo tendo a informação dada pelo vice-rei e pelo capitão-geral, que os Neerlandêses poderiam atacar a ilha; de ter cortado as mãos a um soldado em Anjediva, sendo que havia prendido vários outros soldados e súbditos desde a sua chegada a Bombaim; de embargar um barco pertencente a Surrate; e de procurar invadir a ilha de Bombaim, na sequência das suas pretensões ao governo desta⁴⁸³. Depois de todo este atribulado processo, Cook embarcou para o Reino britânico, tendo morrido em viagem em 1668, na cidade de Aleppo.

⁴⁷⁹ O apoio dado pelos jesuítas de Banderá era explicado pelo facto do seu colégio ter reclamado para si uma considerável porção de terra e de direitos, o que foi recusado por Lucas. Os jesuítas consideraram então que teriam que recorrer ao uso da força, o que foi considerado por Lucas como um acto de traição, tendo declarado as terras e os direitos em disputa como da posse do rei britânico. Cf. John Bruce, *Annals...*, *op. cit.*, pp. 213-214.

⁴⁸⁰ Cf. Cartas de Humphrey Cook para Henry Gary, Henry Young e Sir George Oxenden, 29.08, 28, 29 e 30.10.1667 (William Foster, *The English Factories in India 1665-67*, *op. cit.*, pp. 297-298). Respostas de Henry Gary para Humphrey Cook, 29 e 30.1667 (*Ibidem*, pp. 297-298).

⁴⁸¹ Cf. roclamação de Henry Gary contra Humphrey Cooke, 25.10.1667 (BL, IOR, H/48, fls. 344-345).

⁴⁸² Cf. Carta de Humphrey Cook para Lord Arlington, Setembro de 1667 (William Foster, *The English Factories in India 1665-67*, *op. cit.*, p. 297 em rodapé). Carta de Humphrey Cooke para Sir George Oxenden, Banderá, 19.10.1667 (BL, IOR, H/48, fl. 343).

⁴⁸³ Cf. Queixas efectuadas por várias pessoas contra Humphrey Cooke, 15.11.1667 (NA, PRO, CO77, 10, fls. 217-218).

Este conjunto de queixas demonstram o controverso governo de Cook durante cerca de vinte e um meses. A veracidade de algumas destas não podem ser aferidas e contrapostas com outra documentação e, portanto, só podem ser consideradas como indicadores de um modo de governação susceptível às influências dos poderes locais, com a aceitação de subornos por exemplo. Isso mesmo foi demonstrado no apoio dado, mais tarde, pelos jesuítas de Banderá, às pretensões de Cook em assumir-se de novo como governador após a morte de Lucas. Apesar disso, a sua conduta terá tido, de facto, contornos autoritários e de abuso de poder, como a prática de extorsões e o afastamento de oficiais britânicos, o que explicaria a acusação, exagerada, de assumir o título de rei.

3.4 - Pretensões Portuguesas na Reaquisição da Ilha

A realidade interna portuguesa na segunda metade da década de 1660 foi marcada pelo longo processo negocial de pazes com a monarquia hispânica, assim como pelo golpe de Estado de 1667, que afastou D. Afonso VI do poder. A focalização da Coroa portuguesa nesta época e perante esta conjuntura era essencialmente na Europa, relegando para um plano secundário os acontecimentos asiáticos.

Data desta época uma maior aproximação ao Reino francês, consumado num tratado em Março de 1667, que contemplou uma aliança de dez anos e o casamento de D. Afonso VI com Maria Francisca Isabel de Sabóia, em Agosto desse ano. Este deve ser entendido à luz do contexto internacional, onde se mantinham as guerras com a monarquia hispânica assim como o não reconhecimento do papado, aliado à volatilidade do apoio francês e britânico consoante os seus interesses. Por sua vez, na perspectiva francesa, esta união foi encarada à luz do conflito peninsular, pois pressupunha a ajuda militar e financeira à guerra portuguesa, facto que envolveria por mais tempo a monarquia hispânica nesta frente e fragilizava, por conseguinte, o seu poder⁴⁸⁴.

A influência francesa na corte portuguesa foi notória e consubstanciou-se na deposição de D. Afonso VI. De facto, num quadro de conjuras sucessivas entre facções e num ambiente interno marcado por vários antagonismos, o infante D. Pedro promoveu um golpe palaciano a 23 de Novembro de 1667, apoiado pela maioria da fidalguia de Lisboa, do Senado da Câmara e da Casa dos Vinte e Quatro. O objectivo francês de afastar Castelo-Melhor foi assim obtido, facilitando uma maior preponderância do partido francês na corte portuguesa, consumada com o casamento da rainha viúva com o regente D. Pedro em Março de 1668⁴⁸⁵. Refira-se que se verificou uma forte resistência a esta ascensão francesa na corte, facto visível pelo acordo de pazes com a monarquia hispânica em 1668, contrária aos interesses da França. De facto, após largos meses de impasse, os espanhóis cederam às pretensões portuguesas, fruto da mediação britânica mas também da conjuntura europeia, sendo a monarquia hispânica pressionada com o Tratado de Breda de 1667, que consagrava a conciliação entre os reinos francês e britânico e as Províncias Unidas. Nas

⁴⁸⁴ Cf. Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI, op. cit.*, pp. 154-166.

⁴⁸⁵ Cf. *Ibidem*, pp. 181-182 e 198-203; Glenn J. Ames, *Renascent Empire?...*, *op. cit.*, p. 34.

pazes de 13 de Fevereiro de 1668, o Reino português viu a sua independência reconhecida, mantendo as fronteiras e possessões, com excepção da praça de Ceuta⁴⁸⁶.

Até finais do século XVII, a Coroa portuguesa adoptou uma política de neutralidade, derivada dos problemas económicos do Reino e possibilitada pelo distanciamento do palco dos confrontos militares. Exceptuando a questão da colónia de Sacramento, o Reino português afastou-se dos antagonismos políticos até à Guerra de Sucessão Espanhola, onde a sua participação foi, naturalmente, inevitável⁴⁸⁷. A conjuntura europeia foi favorável a esta estratégia, tendo sido possível resistir às várias pressões francesas para um alinhamento militar no último quartel do século, devendo contudo considerar-se a pressão das potências europeias como uma constante na história portuguesa, razão pela qual “a independência nacional é um fenómeno de equilíbrio e de vontade política (...) e na consequente capacidade de, para isso, aproveitar as condições de conjuntura”⁴⁸⁸.

Também o Estado da Índia experimentou alterações na sua estrutura administrativa na segunda metade da década de 1660, tendo sido designado como vice-rei em Março de 1666, João Nunes da Cunha (1º conde de São Vicente), que sucedeu a António de Melo de Castro⁴⁸⁹. O conflito ibérico, no entanto, adiou um maior enfoque sobre o império asiático, sendo disso sintomático a quase estagnação da Carreira da Índia entre 1663-67⁴⁹⁰. De facto, só após o término da guerra ibérica (e sob a égide da regência de D. Pedro II) foram introduzidas uma série de reformas e reestruturações no seio do Estado da Índia, que proporcionaram a gradual estabilização do império português na Ásia. A este facto também não foi alheia a estratégia de neutralidade adoptada também no Além-Mar, tendo sido recusadas propostas de aliança na Ásia contra os Neerlandeses por parte de Franceses e Britânicos⁴⁹¹. As perdas sucessivas do Estado da Índia ao longo do século XVII não

⁴⁸⁶ Cf. Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI*, op. cit., pp. 123; Pedro Soares Martinez, *História Diplomática de Portugal*, op. cit., p. 155; Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa...*, op. cit., p. 194.

⁴⁸⁷ Cf. Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa...*, op. cit., pp. 214-216; Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI*, op. cit., pp. 234-235.

⁴⁸⁸ Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa...*, op. cit., p. 215.

⁴⁸⁹ António de Melo de Castro terá recebido a 14 de Maio de 1665, uma instrução para regressar de imediato ao Reino, onde teria que prestar esclarecimentos pela sua conduta no processo de entrega da ilha. Em Outubro do ano seguinte cessou as suas funções à chegada do novo vice-rei, partindo para o Reino, onde foi preso à chegada a Lisboa, em Fevereiro de 1667. A pena aplicada não deve ter sido grave, tendo vivido os seus últimos dias em Colares. Veja-se Pedro de Azevedo, “A entrega de Bombaim e o castigo do vice-rei da Índia”, in *Revista de História*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, 1912, ano I, 1º vol., pp. 16-18; *Tratado de todos os Vice-reis e Governadores da Índia*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1962, p. 157; Isau Santos, “A cedência de Bombaim aos Ingleses”, op. cit., pp. 267. Cartas do embaixador Robert Southwell, Lisboa, 16.10.1668 e 13.11.1668 (NA, PRO, SP89/9, fls. 117-118 e 126-127).

⁴⁹⁰ Cf. Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI*, op. cit., pp. 156-157.

⁴⁹¹ Cf. Glenn, J. Ames, *Renasant Empire?...*, op. cit., pp. 15-16, 51-52 e 209.

significaram, portanto, o fim deste, pois tiveram o condão de permitir a sua reformulação numa estrutura mais viável, dado que perante a nova conjuntura, a manutenção de uma ampla dispersão territorial - com as consequentes necessidades de recursos financeiros, demográficos e militares - não era exequível. A redução territorial do Estado da Índia pode ser assim encarada como um mal necessário e inevitável para a sua sustentabilidade e sobrevivência futura.

A reaquisição do território cedido foi uma pretensão cedo evocada, numa primeira fase pelo vice-rei (pelas razões já enunciadas) e mais tarde pela própria Coroa portuguesa. De facto, António de Melo de Castro logo na sua primeira carta para Lisboa em solo indiano, propôs a reaquisição da ilha, até um valor de um milhão de cruzados. Afirmava que aquela compra deveria ser realizada sob o aparente pressuposto de contentar os vassallos Portugueses, caso contrário os Britânicos “não satisfariam com um preço justo”⁴⁹².

As primeiras abordagens junto da corte britânica realizaram-se em finais de 1663 e princípios de 1664. Nessa altura, António de Sousa de Macedo, secretário de Estado, sublinhou que a perda de Bombaim era bastante custosa antevendo, de forma acertada, a resistência que iria provocar nos moradores e acrescentando que a entrega significava “arruinarmos totalmente o que temos na Índia”. Perante isto, pediu ao marquês de Sande, embaixador em Londres, que intercedesse junto do monarca britânico oferecendo uma soma em dinheiro (a ser fornecida pelo Estado da Índia) ou outra forma de compensação, desde que não prejudicasse a Coroa portuguesa ante a sua congénere britânica. O secretário de estado português acrescentava pouco tempo depois que, quem tinha aconselhado o monarca sobre Bombaim, afirmava que não sabia o que se estava a prometer, admitindo o seu engano⁴⁹³. A Coroa portuguesa sentia-se também prejudicada com o acordo de entrega de Bombaim, se bem que por razões díspares dos Britânicos. Se estes, como já foi referido, se consideravam enganados com a dimensão do território cedido, os Portugueses mostravam os primeiros sinais de dúvida sobre os reais benefícios do acordo. As suas pretensões inseriam-se no nível de importância estratégica que Bombaim tinha dentro do

⁴⁹² Carta de António de Melo de Castro para o rei português, Goa, 28.12.1665 (AHU, Índia, cx. 44, doc. 128 e 142). Veja-se também, Glenn J. Ames, *Renascent Empire? ...*, op. cit., p. 171 e Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português...*, op. cit., p. 254.

⁴⁹³ Cf. Cartas de António de Sousa de Macedo para o marquês de Sande, Lisboa, 03.11.1663 e 27.01.1664 (Arquivo da Casa de Cadaval, *Códice 989* (K, VI, 13), fls. 153-153v e 180-180v, respectivamente), citado em *Livro de Cartas que escreverão ao ilustríssimo senhor Francisco de Mello, Marques de Sande, sendo embaxador extraordinário em Inglaterra, e França em os anno de 658 athe 665*, Virgínia Rau (ed. e notas), Lisboa, Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1969, pp. 197-198 e 214-215).

Estado da Índia, sendo ambicionada a reformulação do acordo com os Britânicos, nunca pondo em causa a aliança e amizade com estes, de fulcral importância para a Coroa e Império português e, portanto, dominante à questão de Bombaim.

Neste seguimento, em Maio de 1664, Francisco Ferreira Rebelo, enviado extraordinário a Londres, propôs a reacquirição de Bombaim pelo preço de 120 mil libras, às quais se juntavam cerca de 110 mil libras pelas despesas da armada britânica de 1662⁴⁹⁴. As intenções portuguesas foram reforçadas em Fevereiro do ano seguinte, de novo por intermédio do mesmo diplomata, numa altura em que ainda não se tinha conhecimento na Europa da entrega da ilha. O monarca britânico terá respondido a esta possibilidade de forma afirmativa, desde que o justo valor da ilha e as despesas da armada fossem satisfeitas. Porém, terá apresentado um valor bastante elevado para as possibilidades da Coroa portuguesa, razão pela qual o rei português instou junto do vice-rei para que fosse recolhido todo o dinheiro possível, sublinhando que, caso as negociações falhassem, a soma adquirida seria aplicada contra os neerlandeses⁴⁹⁵. Ao longo de 1665, sucederam-se as missivas régias para o marquês de Sande, sendo-lhe instruído que oferecesse até 200 mil cruzados, advertindo-lhe no entanto que seria mais conveniente, de modo a não suscitar as mesmas dúvidas que ocorreram em relação ao dote, que a proposta fosse feita em libras tornezas da França, o que perfazia 500 mil⁴⁹⁶.

A estas intenções sobre Bombaim juntou-se um novo factor, respeitante à entrega da ilha a Humphrey Cook. Se durante todo o processo de detença do território desencadeado por Melo de Castro a posição do Reino manteve-se inalterável, a sua postura modificou-se em finais de 1665, pelo menos por parte do Conselho Ultramarino. Este criticou então o vice-rei, o Conselho, a Relação e as elites de Goa por terem entregue a ilha sem que os Britânicos tivessem exibido uma procuração de Carlos II nomeando o sucessor de Shipman. Acrescentava que não era compreensível que esta falha processual não tivesse sido utilizada de modo a impedir uma resolução que considerava danosa para o Estado da Índia, como já havia ficado demonstrado nas cartas enviadas por Melo de Castro. Era sugerido então, que o monarca português procurasse reverter aquela situação em Londres,

⁴⁹⁴ Cf. Edgar Prestage, *As Relações Diplomáticas de Portugal...*, op. cit., p. 179.

⁴⁹⁵ Cf. Carta do marquês de Sande para Carlos II, Londres, 24.02.1666 (NA, PRO, SP 89/7, fls. 145-146); carta de D. Afonso VI para António de Melo de Castro, 15.04.1665 (CTCP, III, p. 76).

⁴⁹⁶ Cf. Cartas de D. Afonso VI para o marquês de Sande, 06.10.1665 e 08.10 (?) 1665 (BL, *Add.*, 38.038, fls.20 e 26).

enviando para ali alguém que tivesse conhecimento suficiente da matéria e dos meandros diplomáticos daquela corte⁴⁹⁷.

Lisboa reconhecia, de forma oficial, o “erro estratégico” da cedência de Bombaim, que desde o primeiro momento tinha sido apontado pelo vice-rei. Neste sentido foi enviada em Fevereiro de 1666 uma nova proposta para Londres, pretendendo-se que os Britânicos diminuíssem as suas exigências financeiras, com a argumentação de que a situação tinha-se alterado em função da entrega da ilha no ano anterior e, por conseguinte, no cumprimento integral das obrigações portuguesas. Outra hipótese colocada, como forma de contornar as exigências britânicas, foi a cedência de outra possessão em troca de Bombaim, necessariamente de valor semelhante⁴⁹⁸. As pretensões portuguesas esbarraram, contudo, no elevado valor pedido pelos Britânicos, impossível de satisfazer face à conjuntura interna difícil da Coroa portuguesa, caracterizada pelas dificuldades financeiras em virtude do esforço de guerra contra a monarquia hispânica. Apesar disso, Goa manteve a pressão junto de Lisboa, pelo menos até meados da década de 1670⁴⁹⁹.

⁴⁹⁷ Cf. Parecer do Conselho Ultramarino, Lisboa, 07.11.1665 (AHU, *Consultas do Conselho Ultramarino*, cód. 211, fls. 364v-365).

⁴⁹⁸ Cf. Carta do marquês de Sande para Lord Arlington de Março de 1666 (NA, PRO, SP 89/7, fl. 155).

⁴⁹⁹ Cf. Carta do vice-rei para D. Afonso VI, 04.12.1674 (CTCP, III, pp. 142-143); Ernestina Carreira, “Aspectos Políticos”, *op. cit.*, p. 55.

3.5 - Ameaça Exterior e Conflitos Interiores

3.5.1 - O Interesse Neerlandês e o Perigo Mogol

Ao longo dos cerca de quatro anos de governo da Coroa britânica em Bombaim, a ameaça mogol e neerlandesa foi uma constante, se bem que alicerçada em diferentes pressupostos. Se no caso dos primeiros, baseava-se na concorrência de Bombaim com o porto de Surrate, nos segundos enquadrava-se no contexto da rivalidade económica e comercial que marcava o último século dos dois países, iniciada na Europa e cedo estendida aos mercados ultramarinos.

Como já foi referido, em 1665 eclodiu a segunda guerra anglo-neerlandesa, que tal como a primeira (1652-64), teve naturais repercussões na Ásia. As notícias deste conflito chegaram rapidamente à Índia, juntamente com medidas preventivas de hipotéticos ataques. Desta forma, Cook recebeu em Setembro de 1665 instruções de Londres que, não tendo ainda conhecimento da entrega de Bombaim e temendo o ataque neerlandês à força britânica que julgava estante em Angediva, tinha acordado com a EIC o transporte de parte dos homens de volta para o Reino e outra parte para o forte de St. George, perto de Madrasta⁵⁰⁰. A disponibilidade da EIC foi, no entanto, escassa, apesar de avisar o governo de Bombaim de possíveis investidas inimigas. Perante isto, em Abril de 1666 Cook reclamou que não estava preparado para se defender de hipotéticos ataques, atribuindo responsabilidades à Companhia caso a ilha fosse perdida, em virtude da recusa de auxílio militar daquela, indispensável para a aquisição de soldados e provisões⁵⁰¹.

Os britânicos de Bombaim estavam assim, bastante isolados e vulneráveis perante ameaças externas, pois o Estado da Índia também não mostrou grande disponibilidade em cooperar na defesa da ilha. Apesar dos acordos de amizade e aliança mútua, mantinha-se o antagonismo entre ambos os poderes em torno das questões fundiárias, comerciais e religiosas, o que justificava a pouca cooperação portuguesa. De facto, tanto o vice-rei como o capitão-geral deram conta para Bombaim das intenções ofensivas neerlandesas, contudo, o pedido de socorro britânico foi ignorado, tendo o vice-rei justificando que Cook lhe

⁵⁰⁰ Cf. Carta do presidente e conselho de Surrate para Humphrey Cooke, remetendo instruções da corte, Surrate, 19.09.1665 (William Foster, *The English Factories in India 1665-67, op. cit.*, p. 58).

⁵⁰¹ Cf. Carta de Sir George Oxenden para Humphrey Cooke e resposta deste, 12 e 18.04.1666 (BL, IOR, E/3/29).

“respondeu com grandes roncadas e depois me pede socorro com grande humildade”⁵⁰². Os Portugueses adoptaram nos tempos subsequentes uma atitude neutral e de prevenção, alertando as praças do Norte, em especial Salsete, para o quadro de conflito que poderia ser espoletado⁵⁰³.

Numa outra perspectiva, o estabelecimento britânico em Bombaim gerou, de imediato, a animosidade do governador mogol. Este temia a centralização britânica naquela ilha, descurando e enfraquecendo a sua presença em Surrate, um dos maiores portos britânicos ao longo do século XVII. O receio mogol prendia-se com o estabelecimento de uma feitoria em Bombaim, temor reforçado pelas medidas promovidas por Cook, de aliciamento aos mercadores britânicos e estrangeiros para ali se estabelecerem⁵⁰⁴. Neste seguimento, o governador mogol pressionou os Britânicos a cessarem as fortificações na ilha e a política de atracção de comerciantes, tendo exigido que a ilha permanecesse na mesma situação em que o rei português a tinha possuído; ameaçou que, caso contrário, expulsaria os Britânicos do seu território⁵⁰⁵. A animosidade manteve-se nos anos seguintes, foi agravada pela questão dos *cartazes*⁵⁰⁶ e culminou no ataque mogol a Bombaim na década de 1680, tendo os Britânicos contado com o apoio do Estado da Índia, nessa altura ainda com intenções de readquirir a ilha⁵⁰⁷.

⁵⁰² Cartas de Humphrey Cooke para Sir George Oxenden e para Lord Arlington, 05.11.1665 e 02.01.1666 (William Foster, *The English Factories in India 1665-67*, op. cit., pp. 59-60 e 65-69, respectivamente). Carta de António de Melo de Castro para D. Afonso VI, Goa, 05.01.1666 (CTCP, III, pp. 94-95).

⁵⁰³ Cf. Reunião do Conselho de Goa, Goa, 27.01.16668 (ACE, IV, doc 74).

⁵⁰⁴ Cf. John Bruce, *Annals...*, op. cit., p. 175.

⁵⁰⁵ Cf. Carta do presidente e conselho de Surrate para Bombaim, Surrate, 23.12.1665, (William Foster, *The English Factories in India 1665-67*, op. cit., p. 61). Carta do presidente e conselho de Surrate para os directores da EIC, Surrate, 11.01.1666 (BL, IOR/H/48, fls. 213-225).

⁵⁰⁶ Salvo-conduto ou autorização de navegação no Mar Índico conferida pelos portugueses aos comerciantes orientais em troca do pagamento de uma soma em dinheiro, garantindo aqueles a protecção da sua embarcação. Sobre este assunto veja-se Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português, 1500-1700: uma história política e económica*, Lisboa, Difel, 1995; Luís Filipe Thomaz e Geneviève Bouchon (eds.), *Voyage dans les Deltas du Gange et l'Irraouaddy: relation portugaise anonyme (1521)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais, 1988.

⁵⁰⁷ Cf. Ernestina Carreira, “Aspectos Políticos”, op. cit., p. 55.

3.5.2 - Desinteligências entre os Oficiais régios e os da Companhia

Apesar das directrizes provenientes de Londres, o apoio da EIC durante toda a governação régia sobre Bombaim foi bastante diminuto, tendo ficado claro desde cedo que a existência de duas autoridades autónomas num curto espaço territorial, resultaria num contíguo antagonismo. De facto, desde a presença de Shipman em Angediva até ao governo de Gary, foram vários os focos de oposição e conflito entre os dois poderes britânicos.

A Companhia em Surrate teve, logo no início, ordens para fornecer toda a ajuda possível a Abraham Shipman, estacionado em condições bastante adversas na ilha de Angediva. Contudo, as respostas da EIC neste sentido foram pouco mais que formais, não sendo a sua pretensão comprometer-se com qualquer tipo de auxílio⁵⁰⁸. Mais tarde, aquando da cessão efectiva de Bombaim, emergiram novas desavenças relativas ao desembarque de Cook para tomar posse da ilha. Como já foi exposto atrás, o apoio logístico para a viagem de Cook foi fornecido por Goa, face à pouca disponibilidade mostrada pela Companhia. O antagonismo institucional manteve-se durante todo o governo daquele oficial britânico, devido a questões defensivas e de navegação. No primeiro caso, apesar do estado precário da guarnição subsistente, a EIC afirmou que não lhes competia fornecer qualquer ajuda monetária, não obstante os contínuos pedidos de Cook para o envio de dinheiro e soldados, situação que gerou um clima bastante tenso e de correspondência agressiva⁵⁰⁹. Na segunda questão, foi a apreensão de uma embarcação gentia em Surrate detentora de *cartaz*⁵¹⁰, facto que levantou bastantes problemas entre a Companhia e o governador mogol de Surrate, pondo em causa a permanência dos Britânicos naquela cidade⁵¹¹.

⁵⁰⁸ Cf. Carta dos directores da EIC para Surrate, Londres, 27.11.1663, e de Henry Gary para Marlborough, Surrate 03.12.1663 (William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, op. cit., pp. 227-228 e 226).

⁵⁰⁹ Cf. Carta de presidente e conselho de Surrate para os directores da EIC, Surrate, 11.01.1666 (BL, IOR/H/48, fls. 213-225); S.M. Edwardes (compl.), *The Gazetteer of Bombay...*, op. cit., p. 54.

⁵¹⁰ Shipman, quando estava estacionado em Angediva, enviou uma embarcação régia a Bantem para adquirir pimenta e outros produtos, destinados à sua conta pessoal e de Cook. Aquela embarcação passou de regresso por Surrate, confiando o seu armazenamento a um mercador nativo que foi, entretanto, roubado pelos maratas. Depois de Cook ter assumido o governo de Bombaim, aquele mercador, por intermédio do governador britânico, pediu que a EIC o indemnizasse, pretensão recusada por esta. Cook optou então por apreender uma embarcação mogol de Surrate como forma de compensação, facto que gerou a ira do governador daquela praça, que ameaçou o fecho da feitoria da Companhia assim como a prisão dos seus elementos. Esta situação levou à troca de correspondência entre Cook e Oxenden, onde o primeiro afirmava estar munido de poderes superiores, sendo a EIC sua subordinada, tendo enviado uma carta para o governador mogol onde apresentava a Companhia como sua dependente. O governador britânico acabou por entregar, alguns meses depois, a embarcação. Veja-se John Bruce, *Annals...*, op. cit., pp. 176-177.

⁵¹¹ Cf. William Foster, *The English Factories in India 1665-67...*, op. cit., pp. 181-186.

Apesar de todas estas desinteligências, Cook sugeriu para o conselho de Surrate no início de 1666, que fosse edificada em Bombaim uma feitoria da Companhia. Contudo, tanto o presidente e conselho desta em Surrate, como os directores em Londres, foram da opinião que tal medida não seria de momento prudente, temendo-se a reacção do governador mogol de Surrate, de quem o trato comercial dependia naquelas zonas. Foi apenas sugerida a hipótese da construção de uma pequena feitoria que funcionasse como armazém de mercadorias, não levada, porém, adiante⁵¹².

Os conflitos mantiveram e acentuaram-se nos últimos dois anos antes da transferência da ilha, centrado nas questões defensivas e da concessão de *cartazes*. O distanciamento da Companhia manteve-se, tendo mostrado pouca disponibilidade para auxiliar Bombaim, pois recusou, de forma sucessiva, o envio de reforços defensivos, tanto de carácter permanente como para auxílio pontual face aos hipotéticos ataques neerlandeses. Quanto à concessão de *cartazes* às embarcações gentias, aquela foi afirmada por Lucas como seu direito exclusivo, tendo total poder e comissão para tal, sendo a isto subjacente o seu objectivo em aumentar as receitas⁵¹³. Esta politica continuou com o governo de Gary, trazendo fortes inconvenientes à EIC, que sem este direito via os seus poderes e proveitos diminuídos e, para além disso, incorria no risco de lhe serem retirados os privilégios e imunidades atribuídos pelo governo mogol. Este acusou os Britânicos de pretenderem destruir o porto de Surrate para se instalarem em Bombaim, a que se adicionou a recusa dos mercadores locais em receberem os *cartazes* de Gary, afirmando que apenas aceitavam os da Companhia, caso contrário navegavam sem eles. A EIC em Surrate procurou contrariar as pretensões de Bombaim, afirmando que enquanto não recebessem ordens dos directores em Londres ou mesmo do rei, continuaria a usufruir daquele direito. Saliente-se que, apesar de todo este antagonismo, que permaneceu até à transferência da ilha, Oxenden não se absteve de enviar dinheiro para Bombaim, como houvera sido ordenado pela Companhia em Londres⁵¹⁴.

A conflituosidade estendeu-se a questões comerciais (queixando-se a Companhia pelo comércio privado efectuado em Bombaim assim como da atracção de comerciantes

⁵¹² Cf. Carta do presidente e do conselho de Surrate para os directores da EIC em Londres, Surrate, 11.01.1666 (BL, IOR/H/48, fls. 213-225); carta de Sir George Oxenden para Humphrey Cooke, Surrate, 22.01.1666 (William Foster, *The English Factories in India 1665-67...*, op. cit., pp. 180-181); M. D. David, *History of Bombay...*, op. cit., p. 78; Cf. William Foster, *The English Factories in India 1665-67...*, op. cit., pp. 63-65.

⁵¹³ Cf. Carta do presidente e conselho de Surrate para os directores da EIC em Londres, Surrate, 05.04.1667 (BL, IOR, H/48, fls. 275-280).

⁵¹⁴ Cf. J. M. Campbell, J.M. (compl.), *Gazetter of Bombay Presidency...*, op. cit., pp. 25-28; John Bruce, *Annals...*, op. cit., p. 192.

efectuada por Gary⁵¹⁵), financeiras e de transporte, sendo que neste último caso, *Sir* Gervase Lucas teve de viajar para Bombaim (aquando da sua nomeação para o cargo de governador) num navio alugado e à mercê de ataques piratas⁵¹⁶. Lucas ficou posteriormente melindrado numa situação específica, em que a Companhia não esperou pela chegada da sua correspondência (a ser enviada para Londres), fazendo seguir a sua embarcação para o Reino sob a justificação de não poderem aguardar mais tempo por temerem que esta caísse em mãos inimigas⁵¹⁷. Foram pois inúmeras e variadas as alterações e oposições que emergiram ao longo de quase quatro anos de governo régio em Bombaim, sendo este antagonismo um dos vectores que conduziu à transferência da ilha para a EIC em finais de 1668.

⁵¹⁵ Cf. William Foster, *The English Factories in India 1665-67...*, *op. cit.*, p. 311; William Foster, *The English Factories in India 1668-69...*, *op. cit.*, p. 46.

⁵¹⁶ Vejam-se as inúmeras cartas referidas por William Foster, *The English Factories in India 1665-67...*, *op. cit.*, pp. 193-97.

⁵¹⁷ Cf. Carta do presidente e conselho de Surrate para os directores da EIC em Londres, Surrate, 05.04.1667 (BL, IOR, H/48, fls. 275-280).

3.6 - Transferência da Ilha para a EIC

A possibilidade de Bombaim ser vendida à Companhia foi sugerida, ainda que de uma forma vaga, por *Lord Clarendon* aos directores da EIC em Março de 1667. Aquele descreveu Bombaim como um território de oito mil habitantes e com uma receita anual de 900 libras por ano⁵¹⁸, o que demonstrava um profundo desconhecimento da realidade vigente, assim como era elucidativo do gradual distanciamento e desinteresse da Coroa britânica em relação ao seu território indiano. O afastamento de Clarendon do governo britânico (devido a intrigas internas) adiou de forma momentânea maiores desenvolvimentos no negócio, que voltou a ser ponderado em Novembro de 1667 e proposto de forma oficial em inícios de Dezembro⁵¹⁹, tendo a entrega sido decidida em Conselho Real em finais desse mês. Este órgão régio determinou a transferência de Bombaim com todos os seus direitos, títulos, realezas, receitas, rendas, impostos, castelos, fortes, artilharia e o demais restante, ficando a Companhia com o poder total para governar a ilha, como era costume em todas as outras possessões reais⁵²⁰.

Em Abril de 1668, o presidente e conselho da Companhia em Surrate receberam ordens para tomar posse da ilha em troca do pagamento de uma renda anual simbólica de 10 libras⁵²¹. Eram aconselhados a promover a atracção de nativos e outros mercadores para ali comerciarem e viverem, assim como a produção de vários produtos e o estabelecimento de linhas comerciais com as regiões da Pérsia e do Mar Vermelho. Acrescentaram que deveria ser considerada a hipótese de mudar a presidência de Surrate para a nova possessão, deixando esta decisão ao juízo do presidente e conselho, alertando que a hipotética saída daquela praça poderia causar problemas com o governador mogol. Sublinhavam que os soldados que serviram o rei podiam escolher, de forma livre, a sua permanência na guarnição de Bombaim, reconhecendo, de igual modo, a presença de uma força reduzida. Pediram para isso que fosse executado um levantamento das necessidades defensivas do local para que, caso necessário, fossem enviados mais homens e material militar. Frisaram a necessidade de ser criada uma milícia formada pelos habitantes, de modo a servirem o local em casos de necessidade e perigo. Demonstraram o desejo de colonizar a ilha, afirmando que iriam ser enviadas mulheres solteiras britânicas para o

⁵¹⁸ Cf. Carta de *Lord Clarendon* para os directores da EIC em Londres, Londres, 12.03.1667 (William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, op. cit., p. 301).

⁵¹⁹ Cf., *Ibidem*, pp. 311-312.

⁵²⁰ Cf. Decisão do Conselho Real Britânico, 23.12.1667 (NA, PRO, CO77, 10, fls. 226-227).

⁵²¹ Esta renda terá sido recolhida até 1730, não tendo, aparentemente, sido mais aplicada. Veja-se A. D. Pusalkar e V. G. Dighe, *Bombay: story of the Island City*, Bombaim, 1949, p. 52.

feito. Realçavam que não seriam remetidas instruções sobre a administração e justiça até existir um melhor conhecimento do local, das pessoas e das leis existentes. Acrescentavam a necessidade de ser apontado um feitor para o governo da ilha, adicionando que Henry Gary (que manteve o cargo de governador da ilha até Outubro, altura da entrega oficial) deveria receber um cargo que se julgasse o mais adequado em função dos serviços prestados⁵²². A Companhia era dotada assim dos direitos legislativo e judicial, para além de poder usar a força defensiva. Realce-se que estes privilégios estender-se-iam para os demais portos que entretanto viessem a ser adquiridos pela EIC⁵²³. Para a questão religiosa, foram enviados para Surrate em meados de Abril os artigos da entrega da cidade francesa de Dunquerque (1658), afirmando-se que os católicos de Bombaim deveriam gozar da mesma liberdade de culto estipulada naquele acto. Contudo, os casos eram divergentes, pois ao passo que aquela era uma cidade com profundas marcas católicas, a ilha indiana era um local não-cristão ocupado por colonos católicos o que, necessariamente, gerava situações assaz díspares e incomparáveis⁵²⁴. A concessão de Bombaim para a soberania da Companhia foi o ponto de transição desta, de uma associação mercantil para um governo de poder territorial soberano e com autoridade civil e militar⁵²⁵.

A 13 de Setembro de 1668, o conselho de Surrate decidiu enviar para Bombaim, Goodier, Young, Master e Coates, dada a impossibilidade de George Oxenden se deslocar para ali. O primeiro foi encarregue de assumir o governo da ilha, tendo como conselheiros os restantes três⁵²⁶. Bombaim foi entregue formalmente a 3 de Outubro seguinte⁵²⁷, tendo os comissários encarregues de a receber relatado para Surrate, que a generalidade da guarnição aceitou permanecer sob as novas ordens, apesar da rebelião de alguns. Descreveram que os moradores lhes pediram mercê e compensação pela opressão de que eram alvo por parte dos Portugueses, em especial os órfãos e as viúvas, estas últimas reclamando o arrendamento de terras. Relataram que já tinham sido empreendidas as primeiras medidas para o fomento comercial e atracção de mercadores, com o envio de Coates para

⁵²² Cf. Carta dos directores da EIC em Londres para o presidente e conselho de Surrate, Londres, 06.04.1668 (BL, IOR/H/48, fls. 303-316).

⁵²³ Cf. F. Malabari, *Bombay in the Making*, op. cit., Londres, 1910, p. 112; William Foster, *The English Factories in India 1665-67...*, op. cit., pp. 312-313.

⁵²⁴ Cf. William Foster, *The English Factories in India 1668-69...*, op. cit., pp. 60-61; J. Gense, *How Bombay was ceded*, op. cit., p. 20.

⁵²⁵ Cf. Sir Courtenay Ilbert, *Government in India*, p. 20, citado por F. Malabari, *Bombay in the Making*, Londres, 1910, p. 112.

⁵²⁶ Cf. William Foster, *The English Factories in India 1668-69...*, op. cit., p. 61; J.M. Campbell (ed.), *Gazetteer of Bombay Presidency...*, op. cit., p. 30.

⁵²⁷ A ilha de Bombaim voltou a ser possessão régia em 1858.

Maim e outro oficial para Bombaim. Enalteceram o procedimento de Gary, aconselhando a sua devida recompensa, tendo este ocupado posteriormente o lugar de conselheiro em Surrate e de juiz em Bombaim⁵²⁸.

A historiografia britânica tem aludido variados motivos interpretativos para a transferência da ilha da Coroa para a Companhia. John Fryer incidiu sobre o aspecto económico, salientando as despesas avultadas da ilha e sua manutenção, nomeadamente do governo de Henry Gary⁵²⁹, visão partilhada por A. Pusalkar e V. Dighe⁵³⁰ e também por J. M. Campbell, tendo este último adicionado o antagonismo e rivalidade gerados entre Bombaim e Surrate⁵³¹. O desejo da EIC em pôr termo ao conflito gerado com Bombaim é de igual modo acentuado por S. M. Edwardes, que realça a indiferença de Carlos II para o valor e potencial da ilha⁵³². Por fim, William Foster aponta também razões de índole económica, nomeadamente a necessidade de dinheiro por parte da Coroa⁵³³.

Os principais fundamentos terão sido, de facto, os elevados custos defensivos da ilha, em constante perigo pelas pressões locais e o assédio neerlandês, em conjunto com os poucos recursos da Coroa britânica, que tinha ficado patente desde a expedição de Shipman e se manteve ao longo dos quatro anos de governo. A fraqueza da Coroa britânica na Ásia foi notada no Estado da Índia, nomeadamente pelo governador Nunes da Cunha, que escrevia para a corte em Janeiro de 1667, afirmando que, não só os Britânicos não cumpriam os compromissos assumidos no tratado de 1661, como não possuíam no Oriente, força, dinheiro e governo, vivendo sob as armas da Coroa portuguesa⁵³⁴. Além do factor económico, também terá pesado na decisão da Coroa os antagonismos locais que emergiram entre a Companhia e Bombaim, a que se somava o antigo interesse daquela em se estabelecer nesta ilha. Como já foi atrás referido, o desejo da EIC sobre Bombaim remontava desde a década de 1620, ainda que de forma incipiente. Neste sentido, foi aceite a concessão da ilha, alegadamente para serem contrariadas as diferenças entre a feitoria de Surrate e o governo régio de Bombaim, quando na realidade a Companhia há muito que

⁵²⁸ Cf. Carta dos emissários da Companhia para o presidente e conselho da EIC, Bombaim, 08.10.1668 (William Foster, *The English Factories in India 1668-69...*, op. cit., pp. 61-63); W. W. Hunter, *A History of British India*, op. cit., p. 213.

⁵²⁹ Cf. S. M. Edwardes., *The Rise of Bombay*, op. cit., p. 106.

⁵³⁰ Cf. A. D. Pusalkar e V. G. Dighe, *Bombay...*, op. cit., p. 52.

⁵³¹ Cf. J.M. Campbell (ed.), *Gazetteer of Bombay Presidency...*, op. cit., p. 29.

⁵³² Cf. S. M. Edwardes., *The Rise of Bombay*, op. cit., p. 106.

⁵³³ Cf. William Foster, *The English Factories in India 1665-67...*, op. cit., pp. 311-312.

⁵³⁴ Cf. . Glenn J. Ames, *Renascent Empire?...*, op. cit., p. 174.

desejava esta possessão para a defesa e incremento do seu comércio na zona⁵³⁵, achando que em 1668 as condições eram mais propícias do que em 1661, quando recusaram a possibilidade de tomar posse da ilha⁵³⁶.

⁵³⁵ Cf. Carta dos directores da EIC ao presidente e Conselho de Surate, Londres, 06.04.1668 (BL, IOR/H/48, fls. 303-316). George Clark, *The Later Stuarts...*, *op. cit.*, pp. 60 e 349.

⁵³⁶ Cf. M. D. David, *History of Bombay...*, *op. cit.*, 90-91.

3.7 - Continuidade das Divergências após 1668

A política de desenvolvimento imprimida pela EIC em Bombaim⁵³⁷ manteve os pressupostos da governação régia, incidindo na defesa, no incremento comercial e na resistência às pretensões fundiárias e tributárias portuguesas. O primeiro governador da Companhia, George Oxenden, assumiu funções entre Setembro de 1668 e Julho do ano seguinte, tendo aplicado esforços na construção de uma alfândega, de um armazém de mercadorias e de um cais, assim como no reforço defensivo da ilha, traduzido na sua fortificação e na compra de terras nas imediações da fortaleza⁵³⁸. Foi, de igual modo, designado um capelão e seu respectivo assistente assim como tomadas as terras dos habitantes que não tinham executado o juramento de fidelidade ou não tinham a posse legítima das fazendas⁵³⁹.

Com o governador seguinte, Gerald Aungier, que assumiu o controlo da ilha entre Julho de 1669 e Junho de 1677, Bombaim experimentou um progresso mais sustentado e progressivo, consubstanciado no aumento populacional, na melhoria das estruturas defensivas e na melhor administração do território, vectores fulcrais para a expansão comercial e social da ilha⁵⁴⁰. Desta forma, em 1670 foram formados dois tribunais e designaram-se um supervisor das fortificações e um contabilista, este último para controlar as despesas efectuadas. Dois anos mais tarde, foram abolidas oficialmente as leis portuguesas sendo, de igual modo, promulgada uma convenção entre o governo britânico e os moradores locais (cento e vinte eminentes habitantes, designados como representantes do povo), que colocou fim a uma longa disputa entre a Companhia e os terratenentes portugueses, o que possibilitou o avanço britânico para uma política de teor colonizador⁵⁴¹.

⁵³⁷ Os estaleiros da Companhia foram transferidos de Surrate para Bombaim logo em 1669, o mesmo se passando com a sede em 1687, satisfazendo o desejo dos oficiais da EIC, face às tensões mantidas com o governador mogol assim como a necessidade de uma presença mais vinculada da autoridade na ilha. Veja-se S.M. Edwardes (compl.), *The Gazetteer of Bombay City and Island*, op. cit., p. 60.

⁵³⁸ Cartas dos comissários de Bombaim e do vice-governador Henry Young para Surrate, 09.11.1668 e 27.03.1669 (*Ibidem*, p. 59). A fortificação e o aumento de guarnição de Bombaim foi encarada, desde logo, pelo poder britânico, como uma premissa fundamental para a defesa da ilha, tendo sido executada de forma contínua. Tal facto possibilitou sustentar, por exemplo, o ataque neerlandês em 1673 e também do de Sawant de Sidi, em 1689. Refira-se que pouco tempo depois da investida neerlandesa, foi celebrado o tratado de Westminster entre as Províncias Unidas e a Coroa britânica, facto que aliviou as possessões desta nas Índias Ocidentais de novos ataques. Vejam-se *Ibidem*, p. 63; C. Fawcett, *The First Century of British Justice in India*, Oxford, 1934, p. 1.

⁵³⁹ Cf. Carta de Sir George Oxenden para os directores da Companhia em Londres, Bombaim, 12.11.1668, (M. D. David, *History of Bombay...*, op. cit., pp. 99-100).

⁵⁴⁰ Cf. S.M. Edwardes (compl.), *The Gazetteer of Bombay City and Island*, op. cit., pp. 59-64.

⁵⁴¹ Estipulou-se o pagamento anual de vinte mil xerafins em troca da restituição das suas terras e fazendas. Vejam-se *Bombay Consultation* de 28 Junho 1672, citado por C. Fawcett, *The First Century of British...*, op. cit., p. 6; S.M. Edwardes (compl.), *The Gazetteer of Bombay City and Island*, op. cit., pp. 61-62; J.M. Campbell (ed.),

A colonização da ilha foi, de facto, um dos principais objectivos da Companhia, patente na proposta de 1671 do conselho de Surrate enviada para Londres. Naquela era sugerido o envio de mulheres britânicas, assim como a obrigação das crianças nascidas de pais protestantes e mães católicas serem educadas de acordo com os princípios anglicanos, sendo infligidas penas bastante duras a quem desobedecesse a estas regras, em especial aos padres que procurassem baptizar, evangelizar ou desviar aquelas crianças da fé protestante⁵⁴².

Saliente-se que, apesar de todas estas medidas aplicadas, a receita da ilha terá estagnado nos primeiros anos, pois Aungier em 1673⁵⁴³ reportava proveitos na ordem dos 70 mil xerafins, número um pouco inferior aos rendimentos declarados por *Sir Gervase Lucas* em 1667, facto a que não terá sido alheio a persistência dos antagonismos com o Estado da Índia, situação que perdurará até à perda de Baçaim para os Maratas em 1739.

De facto, os conflitos e tensões subsistiram, incidindo sobre as mesmas contendas que haviam oposto o governo régio de Bombaim a Goa, nomeadamente as questões territoriais, o apresto de fazendas e consequentes réditos, a cobrança de taxas, entre outras.

Logo em 1668, a EIC elaborou uma petição para Carlos II relativamente às divergências que opunham os seus oficiais aos portugueses. Estes eram acusados de não cumprirem o acordado em 1661, impedindo o livre comércio e o estabelecimento britânico, recusando a entrega das pequenas ilhas adjacentes como tinha sido consagrado, cobrando nestas impostos de forma arbitrária⁵⁴⁴. Neste sentido, os Portugueses eram acusados de procurarem impedir o estabelecimento britânico, sendo apelidados como os piores vizinhos destes naquelas paragens⁵⁴⁵.

No sentido inverso, também os Portugueses se queixavam da acção dos Britânicos, acusando-os de provocarem graves danos ao Estado da Índia. Numa perspectiva geral,

Gazetteer of Bombay Presidency..., *op. cit.*, pp. 38 e 53. Este acordo parece, contudo, não ter posto fim às querelas entre a Companhia e os moradores pois, em 1722, perante os protestos destes, Carlos II acedeu pagar uma compensação aos descendentes dos foreiros, que em 1668 se viram privados das suas fazendas. Veja-se, Ernestina Carreira, "Aspectos Políticos", *op. cit.*, p. 57.

⁵⁴² Cf. G.W. Forrest, *Selections from the Letters, Despatches and Other State Papers Preserved in the Bombay Secretariat, Home Series*, vol. I, p. 55, citado por J. Gense, *How Bombay was ceded*, *op. cit.*, p. 24.

⁵⁴³ Cf. Carta do presidente e conselho de Surrate para os directores da Companhia em Londres, Surrate, 25.12.1673 (S.M. Edwardes (compl.), *The Gazetteer of Bombay City and Island*, *op. cit.* pp. 65-70).

⁵⁴⁴ Cf. NA, PRO, CO 77, vol. XIII, fl. 47, citado por Shafaat Ahmad Khan, *Anglo Portuguese Negotiations...*, *op. cit.*, pp.503-505.

⁵⁴⁵ Cf. Cartas de Gerald Aungier para o vice-governador, Philip Gyffard e do conselho da EIC para os seus directores em Londres, 08.10.1675 e 27.01.1676 (S.M. Edwardes (compl.), *The Gazetteer of Bombay City and Island*, *op. cit.*, p. 64 e J.M. Campbell (ed.), *Gazetteer of Bombay Presidency...*, *op. cit.*, p. 56, respectivamente).

afirmavam que em 1661 se ignorava o que se estava a ceder, sendo no presente visível o mau negócio que se efectuara⁵⁴⁶. Saliente-se, contudo, que algumas queixas apresentadas pelos moradores portugueses, foram “silenciadas” em Lisboa, que as impediu de chegarem ao Reino britânico⁵⁴⁷, provavelmente com o intuito de provocar tensões entre as duas coroas.

Em 1672, o governador britânico formulou uma proposta ao vice-rei português, visando a aliança defensiva a nível local, o estabelecimento de feitorias nas possessões portuguesas na Índia e na Ásia e a liberdade comercial e tributária entre as regiões fronteiriças em torno de Bombaim, com o intuito, sobretudo, de pôr fim à cobrança nos mandovins de Caranjá e Taná. O vice-rei remeteu esta proposta para Lisboa juntamente com a sua resposta, negativa a todas as pretensões britânicas. O oficial português reafirmava a falsa interpretação dos Britânicos relativa ao tratado de 1661, pois estes ao invés de tomarem apenas os foros da ilha e deixarem as fazendas, aldeias e propriedades para posse de seus donos, exerciam o poder sobre a quase totalidade dos rendimentos da ilha e até de outras partes como de Bandorá, razão pela qual recolhiam cerca de 40 mil cruzados, número bastante superior aos 15 ou 16 mil que era suposto⁵⁴⁸.

A questão do território consagrado a cada poder, levantada desde a chegada da expedição britânica em 1662, ressurgiu em 1676, quando os Britânicos realizaram uma inquirição acerca da entrega de Bombaim, na sequência dos constantes conflitos gerados. Desta resultou a conclusão que as ilhas de Salsete e Caranjá estavam incluídas no acordo, apesar de ter desaparecido o mapa apresentado em 1661⁵⁴⁹. Neste seguimento e com base no resultado do inquérito, Carlos II rejeitou o auto de entrega de 1665, que considerou inválido, tendo afirmado que Cook não tinha poderes para o fazer. O rei britânico contestava, à luz do 11º artigo do tratado de aliança, a posse das dependências de Bombaim e, por isso, a isenção do pagamento de tributos nos estreitos de Taná e Caranjá, que reclamavam como seus por serem contíguos às águas do porto de Bombaim⁵⁵⁰. Estranha-se a distância em mais de uma década para a reacção de Carlos II, facto que pode ser de novo

⁵⁴⁶ Cf. Parecer do Conselho Ultramarino acerca de uma carta do vice-rei, Lisboa, 12.11.1669 (AHU, Índia, cx 50, doc. 79).

⁵⁴⁷ Cf. Pareceres do Conselho de Estado, Lisboa, 06.03.1669 e 19.03.1670 (BL, *Add.*, 20.844, fls 16v-17 e 70-70v, respectivamente).

⁵⁴⁸ Cf. Carta do vice-rei, Luís de Mendonça Furtado e Albuquerque, ao regente português, 29.12.1672 (AHU, Índia, cx53, doc. 171).

⁵⁴⁹ Cf. J.M. Campbell (ed.), *Gazetteer of Bombay Presidency...*, *op. cit.*, p. 59.

⁵⁵⁰ Cf. Carta de Carlos II para o vice-rei, Londres, 20.03.1667 (Shafaat Ahmad Khan, *Anglo Portuguese Negotiations...*, *op. cit.*, pp. 482-484).

interpretado pelo pouco interesse e distanciamento da Coroa britânica, características comportamentais que qualificaram a sua actuação desde o início.

As reclamações da Companhia respeitantes às taxas cobradas em Caranjá e Taná foram uma constante, sendo os Portugueses acusados de obstruírem o comércio de Bombaim. Logo em 1668, o recém indigitado governador daquela ilha, George Oxenden, frisou que a cobrança tributária atingia anualmente dois a três mil xerafins. Os Portugueses impunham 10% sobre os produtos que passavam por Taná, atingindo alguns 33%, razão pela qual foi sugerida a compra da ilha de Salsete, juntamente com Caranjá e, mais tarde, imposta a resistência e recusa ao pagamento daquelas taxas⁵⁵¹. Os problemas agudizaram-se ainda mais quando os Portugueses edificaram alfândegas em Bandorá e Turumbá, obstruindo totalmente as entradas e saídas de Bombaim⁵⁵². Os Portugueses também se queixavam da conduta britânica, tendo o vice-rei D. Pedro de Almeida afirmado para Londres que Caranjá tinha sido sempre a alfândega de toda a “terra firma” portuguesa, tal como Taná o era dos mouros. Acrescentou que Bombaim fazia parte do distrito onde os impostos eram liquidados sob a forma dos antigos foros do tempo da dominação moura, por isso, os mouros não estariam isentos de pagar os ditos impostos aos Britânicos, não sendo correcto que estes não fizessem o mesmo nos domínios da coroa portuguesa⁵⁵³. Numa inquirição de 1678, foram apontadas várias queixas de teor alfandegário, sendo os Britânicos acusados de resistirem em pagar taxas (colocando homens armados na suas embarcações), forçarem a sua cobrança na alfândega de Maim e pretenderem fazer o mesmo em Turumbá e Vernavá, ao que acrescia a recolha indevida de ¼ dos rendimentos dos mandovins⁵⁵⁴. O governador português, António Paes de Sande, chegou a propor a suspensão da passagem dos mantimentos para Bombaim e da comunicação que ligava esta a Caranjá, como intuito de pressionar o fim das acções britânicas⁵⁵⁵.

⁵⁵¹ Cf. Carta de Sir George Oxenden para os directores da Companhia em Londres, Bombaim, 12.11.1668 (M. D. David, *History of Bombay...*, op. cit., pp. 99-100). J.M. Campbell (ed.), *Gazetteer of Bombay Presidency...*, op. cit., pp. 59-61 e 96-97.

⁵⁵² Cf. M. D. David, *History of Bombay...*, op. cit., p. 243.

⁵⁵³ Cf. Carta do vice-rei, D. Pedro de Almeida para Carlos II, Goa, (CTCP, III, pp. 148-151).

⁵⁵⁴ Cf. Papel em que se acha resumido tudo o que está provado na inquirição feita em Baçaim pelo ouvidor Francisco Monteiro, sobre os excessos cometidos pelos ingleses em Bombaim, Outubro 1678 (*Ibidem*, pp. 152-157).

⁵⁵⁵ Cf. Carta do governador português, António Paes de Sande para o regente D. Pedro, 20.01.1679 (*Ibidem*, pp. 160-163).

As reclamações portuguesas estendiam-se também ao confisco de terras, sendo D. Inês de Miranda, senhora da ilha e do cassabé de Bombaim, uma das principais queixosas, pois os Britânicos tinham tomado as suas casas e fazendas, não permitindo que cobrasse as rendas do seu foral⁵⁵⁶. A isto somou-se o encarceramento e usurpação de fazendas a Francisco Murzello Coutinho, morador de Maim; o apresto de várias fazendas, hortas e rendas do cassabé de Maim; e a ocupação da aldeia de Mazagão e da ilha das Patacas, da posse de Álvaro Pires de Távora⁵⁵⁷. A política britânica de anexação territorial foi reavivada no decénio seguinte (após alguns anos de acalmia derivada da guerra contra o Mogol na década de 1680), com a ocupação da Terra Firme, junto a Bombaim, facto que desencadeou o bloqueio português no que dizia respeito às trocas com a ilha, situação que durou cinco anos, em ambiente de guerra latente⁵⁵⁸.

No domínio religioso, os protestos dos Portugueses incidiram no impedimento ao funcionamento do tribunal do Santo Ofício, assim como a introdução, no final do século, dos primeiros missionários da Propaganda⁵⁵⁹. A isto adicionava-se a política de livre consciência, apontada pelos Portugueses como bastante prejudicial aos seus interesses, no sentido em que aquela liberdade atraía mercadores e outros habitantes para Bombaim, assim como muitos cristãos que renunciaram a fé católica, deixando as terras portuguesas despovoadas e diminuindo, consequentemente, as rendas da Província do Norte⁵⁶⁰. Os protestos portugueses estenderam-se, de igual modo, ao apresto de embarcações da Armada do Norte e ao hipotético fornecimento dos Britânicos de armas e munições aos omanitas, rivais do Estado da Índia⁵⁶¹. Realce-se, por fim, o exacerbamento das tensões, que quase resultou no conflito directo entre Goa e Bombaim, em virtude do abrigo concedido pelos Britânicos a uma embarcação do Malabar que estava a ser perseguida pelos portugueses. Perante a recusa britânica em entregar o barco indiano, o capitão-geral português reuniu algumas centenas de soldados e ameaçou a invasão da ilha, a partir de

⁵⁵⁶ Cf. Carta do regente D. Pedro para o vice-rei, 28.02.1669 (AHG, MR, 34, fl. 107).

⁵⁵⁷ Cf. Papel em que se acha resumido tudo o que está provado na inquirição feita em Baçaim pelo ouvidor Francisco Monteiro, sobre os excessos cometidos pelos ingleses em Bombaim, Outubro 1678 (CTCP, III, pp. 152-157).

⁵⁵⁸ Cf. Ernestina Carreira, “Aspectos Políticos”, *op. cit.*, pp. 55-56.

⁵⁵⁹ Cf. Carta do príncipe regente aos governadores, 26.03.1669 (CTCP, III, pp. 107-108); Ernestina Carreira, “Aspectos Políticos”, *op. cit.*, p. 56.

⁵⁶⁰ Cf. Carta do vice-rei, Luís de Mendonça Furtado e Albuquerque para o regente D. Pedro, Goa, 24.08.1672 (AHG, MR, 37, fls. 137-138). “Papel em que se acha resumido tudo o que está provado na inquirição feita em Baçaim pelo ouvidor Francisco Monteiro, sobre os excessos cometidos pelos ingleses em Bombaim, Outubro 1678”, Outubro 1678 (CTCP, III, pp. 152-157).

⁵⁶¹ Cf. Cartas do capitão geral da Índia, D. Rodrigo da Costa e do vice-rei D. Pedro António de Noronha para o rei D. Pedro II, 24.01.1688 e 10.12.1695 (*Ibidem*, pp. 166-167 e 171-172, respectivamente).

Bandorá. A sua intenção acabou por não ser levada adiante e terá sido censurada pelo vice-rei, sendo todavia assassinado um britânico que ali se encontrava. Neste seguimento, Aungier demandou a identificação dos padres jesuítas e dos moradores de Bandorá, instigados por aqueles, ameaçado castigá-los de forma severa⁵⁶².

Esta situação foi sintomática das querelas que eclodiram na Índia entre Portugueses e Britânicos, caracterizadas por ameaças mútuas e confrontos iminentes, mas que, por uma razão ou outra, nunca culminaram em guerra. Tal facto foi patente durante o governo régio britânico em Bombaim (assim como nos três atribulados anos para a entrega da ilha), sendo demonstrativo que, para ambas as Coroas, a aliança num todo, não seria posta em causa por um acontecimento pontual e específico como era o de Bombaim. A EIC manteve a mesma postura, escusando-se ao máximo em desencadear qualquer conflito⁵⁶³, pois a sua política de desenvolvimento comercial assentava na exclusão de participações militares, vectores que não impediram um clima de tensão constante com os portugueses até ao fim da sua presença no território da Província do Norte, em 1739.

⁵⁶² Cf. Assento do Conselho de Estado sobre problemas com os britânicos de Bombaim, Goa, 28.03.1676 (ACE, IV, doc. 105, fls. 244-252); J.M. Campbell (ed.), *Gazetteer of Bombay Presidency...*, *op. cit.*, pp. 61-63.

⁵⁶³ Cf. Os directores da Companhia em Londres, aconselharam Aungier a retaliar perante as atitudes portuguesas, desde que tal acção não os conduzisse a um estado de guerra. Veja-se M. D. David, *History of Bombay...*, *op. cit.*, p.243.

CONCLUSÃO

O período após o movimento restaurador de 1640 foi marcado pela primazia da estratégia externa e diplomática na condução da política interna e da defesa do Reino português. Num quadro de fortes clivagens no espaço europeu, a tática portuguesa assentou na exploração dos antagonismos entre a monarquia hispânica e as principais potências europeias, como forma de garantir a independência do Reino e a manutenção dos territórios imperiais, sendo estes geridos em função da defesa da metrópole, no contexto da guerra contra o antigo ocupante espanhol. A consumação destes objectivos não se afigurou fácil, sendo que a garantia de um auxílio e apoio externo efectivo apenas foi obtido vinte e um anos depois.

Ao não reconhecimento da nova dinastia pela Santa Sé e ao afastamento do Reino britânico do palco europeu durante a década de 1640 devido à guerra civil, adicionou-se o pouco apoio neerlandês, em virtude de uma política ambígua de confronto no Além-Mar e de paz na Europa, sendo que a partir do acordo hispano-neerlandês de 1648, o antagonismo estendeu-se também ao Velho Continente. Neste sentido, a França foi assumida pelo reino português, desde o início, como a sua principal alternativa externa; contudo, a Coroa francesa encarou a sua congénere portuguesa apenas como um meio para atingir a monarquia hispânica, tanto para tirar dividendos militares como para pressionar a celebração de um acordo. Neste sentido, os Franceses empreenderam uma aproximação tática, sem comprometimentos que pusessem em causa a paz desejada com os espanhóis, pretendendo em paralelo a manutenção do conflito ibérico. Por estes pressupostos, o apoio francês nunca foi concreto e em função das reais necessidades da Coroa portuguesa, razão pela qual a partir da década de 1650 se iniciou uma progressiva aproximação ao Reino britânico, entretanto emergido no quadro europeu. O tratado anglo-português de 1654 elevou a República de Cromwell como principal alternativa à pouco fiável Coroa francesa, que cinco anos depois celebrou a paz com a monarquia hispânica no Tratado dos Pirinéus, facto que deixou o Reino português isolado. Sozinha no quadro europeu e sem o apoio do Papado, a Coroa portuguesa viu na aliança com o Reino britânico a sua única alternativa, consubstanciada no Tratado de 1661. Os Britânicos passaram a assumir-se como a trave mestra da política externa portuguesa e da defesa dos seus interesses na Europa e na Ásia, numa ligação que dotava os Portugueses do tão desejado apoio militar. O preço da necessidade portuguesa foi elevado mas imprescindível, sendo o grande dote (o maior oferecido a um rei britânico) sintomático do quão indispensável era o auxílio britânico.

A entrega de Bombaim inseriu-se nesta conjuntura delicada, de fraqueza no Reino e de ataques no Império, onde a capacidade de resposta do Estado da Índia era limitada em função da sua dispersão militar e estrutural e em que o enfoque da Coroa se centrava no desenvolvimento do Brasil e na guerra restauradora em desprimir das possessões asiáticas. Nas negociações sobre a ilha indiana, é crível que os Portugueses tenham iludido os Britânicos, que ao contrário dos feitores em Surrate, desconheciam as especificidades do território, não tendo existido comunicação entre ambos durante o processo negocial. Desta forma, foi dada a entender a inclusão dos amplos territórios de Salsete e Taná, o que reforçava os intentos britânicos sobre Baçaim, numa pretensão que deixava antever a sua estratégia. Esta passava por “abrir uma porta” na Índia e alargar a sua influência de forma progressiva, o que era espelhado nas instruções para Shipman, instado a inteirar-se sobre a situação geral das Índias Ocidentais e alargar as pretensões sobre outros pontos da Província do Norte e mesmo sobre Goa. Em 1677, na inquirição britânica realizada sobre este processo negocial, não foi encontrado o mapa que terá sido apresentado pelos Portugueses em 1661, sendo que ao longo daqueles dezasseis anos não foram feitas referências sobre a sua existência, possivelmente destruído logo após o acordo, o que reforça a ideia do engano provocado pelos portugueses. Nesta sindicância, foi atribuído o direito britânico sobre as ilhas de Salsete e Caranjá, cuja compra já tinha sido anteriormente sugerida pelos Britânicos, face ao prejuízo imposto pela cobrança de taxas. Aqueles, contudo, não empreenderam esforços para ocuparem as ilhas, pois perante a inexistência de um mapa, o seu direito a Salsete era pouco sustentável, facto ainda mais vincado no caso de Caranjá, que não fizera parte das negociações. Entende-se assim que a Coroa portuguesa procurou atrair o interesse britânico apresentando um território maior do que era na realidade cedido, pois Bombaim, apesar da sua importância estratégica, era uma ilha marginal e de pouca valia fiscal e económica, derivado da sua reduzida dimensão.

Foi de facto assente neste pressuposto que Bombaim foi cedida, como um território periférico da Província do Norte, afastado dos centros de comércio da região e, por isso, uma perda limitada para o orçamento de Estado, tendo a sua importância estratégica sido relativizada. Contudo, aquela ilha era um importante e seguro porto de navegação na costa ocidental indiana, sendo que a sua posse por outro poder europeu significou a concorrência comercial numa área anteriormente dominada pelos Portugueses; por outro lado, a sua perda a nível geo-estratégico significou o cerco da Província do Norte, rodeada pelos territórios muçulmanos no interior e pelo novo poder britânico a sul, controlando o principal curso fluvial da região. O perigo oriundo do entendimento entre

aquelas forças inimigas ficou patente em meados do século XVIII com a expulsão portuguesa daquela região pela acção Marata.

A principal causa subjacente à recusa de António de Melo de Castro em entregar Bombaim foi a sua percepção da pouca disponibilidade de defesa e auxílio dos britânicos, objectivo central da aliança e de máxima importância face à ameaça neerlandesa. A defesa do espaço foi assim a primordial preocupação do vice-rei, facto pelo qual chegou a aceder entregar a ilha aos britânicos após a perda de Cochim, temente da investida neerlandesa, disposição alterada pouco tempo depois face à notícia do acordo de pazes luso-neerlandês. Também os conselheiros de estado pareceram ser regidos pelos interesses defensivos do Estado da Índia, focalizando-se na importância do auxílio militar britânico, razão pela qual a sua posição foi mudando ao longo dos três conselhos realizados, dependendo da conjuntura da acção neerlandesa. A secundar este motivo defensivo estava a opinião do vice-rei sobre o peso estratégico de Bombaim e as consequências que a sua perda traria para a Província do Norte, numa visão abrangente e integrada desta no espaço indiano, que demonstrou-se mais tarde ser acertada. Por fim, a condução do processo pelo oficial português poderá ter tido uma hipotética pressão da fidalguia e dos religiosos locais, cuja influência não seria, no entanto, preponderante. A posição vincada do vice-rei assentou na convicção que os britânicos não iriam quebrar a aliança e hostilizar os portugueses sem possuírem ordens expressas de Londres, tendo procurado “ganhar tempo” com o intuito de reverter a entrega junto de Lisboa. Contudo, os seus objectivos esbarraram na posição da Coroa portuguesa, que colocou a defesa do Império e do Reino à frente da questão específica de Bombaim. Sem espaço de manobra para conservar a ilha, o vice-rei apenas atrasou a sua entrega pelo espaço de tempo de uma viagem de ida e volta da Ásia para a Europa, tendo acatado as segundas ordens régias. A Coroa portuguesa mostrou mais tarde o reconhecimento de que tinha errado na cedência de Bombaim, demonstrativo da importância que era agora admitida, particularmente no contexto da Província do Norte. As intenções de reacquirição, contudo, não surtiram efeito, devido ao estado das finanças portuguesas pelo esforço de guerra que era empreendido, sendo que a abertura da Coroa britânica para a venda da ilha foi elucidativa do seu pouco interesse na manutenção daquela possessão.

As elites do Estado da Índia eram dotadas, de um modo geral, de uma ampla autonomia advinda dos tempos filipinos, devido à focalização espanhola no conflito que os opunha com as várias potências europeias. No caso específico de Bombaim, este poder praticamente independente foi exercido por alguns fidalgos e jesuítas, detentores de grande parte do território e participantes em vários campos da administração do distrito. O artigo 11º do Tratado de 1661 e o auto de entrega de 1665 defenderam as suas conveniências, protegendo-os da acção britânica, sendo que o acordo imposto por Melo de Castro, salvaguardou, de igual modo, os interesses do Estado da Índia, consagrando a liberdade do culto católico e de comércio. As intenções do vice-rei incidiram na defesa da estrutura social e fundiária estante em Bombaim e em minimizar as perdas e limitar o desenvolvimento da possessão britânica, política consumada com a cobrança de taxas nas alfândegas de Taná e Caranjá. Indo para além do auto de entrega, Melo de Castro procurou restringir ao máximo o território a ceder, alicerçando as suas justificações em argumentos pouco sustentáveis, razão pela qual os seus protestos foram fugazes, perante a ocupação britânica sobre as áreas que pretendia sonegar. De modo a tirar proveito das potencialidades da ilha, os britânicos tiveram que contornar as limitações impostas, tendo rompido com o estipulado e entrado em choque com a elite foreira, atacando os seus vastos privilégios. A Companhia inglesa reconheceu mais tarde a razão portuguesa na questão das fazendas através da convenção de 1672, num acordo que não cessou as tensões, pois novo ajuste foi acordado cinquenta anos mais tarde. Os britânicos fomentaram também uma política de atracção de mercadores e habitantes dos territórios adjacentes, assim como introduziram a liberdade religiosa e limitaram a acção dos religiosos.

Os antagonismos entre britânicos e portugueses mantiveram-se após a transferência da ilha para o controlo da EIC, incidindo nomeadamente sobre a questão das fazendas e foros, nas restrições ao comércio britânico e na cobrança de taxas de parte a parte. Carlos II apenas contrariou o auto de entrega celebrado por Cook em 1677, ou seja, doze anos depois, um longo período de tempo, difícil de explicar, sendo que o desinteresse da Coroa e a focalização no conflito com os Neerlandeses não justificam aquele hiato.

Desde o início da presença dos britânicos no porto de Bombaim que foi relatado o descontentamento dos moradores pela administração portuguesa, que perdurou durante o governo de Melo de Castro, sendo referido a preferência dos habitantes locais num poder britânico, dado que se afirmavam bastante oprimidos pela acção portuguesa, em especial

dos jesuítas. Este sentimento da população em geral deve ser devidamente enquadrado como uma visão britânica e, por isso, tendente a ser parcial. A insatisfação dos moradores de Bombaim é, assim, meramente especulativa, sendo certo que a acção jesuíta provocava o descontentamento natural de alguns habitantes, não sendo crível, contudo, que a oposição aos britânicos apenas fosse feita pelos grandes foreiros.

A fraqueza da Coroa britânica foi um dos traços mais vincados durante a complexa entrega de Bombaim e posterior governo britânico, que se apoiou, de forma vincada, na maior força da EIC naquelas paragens. No início do século XVII, o Reino britânico tinha conferido à Companhia um grande poder, caracterizado pelo monopólio sobre o comércio britânico na Ásia e na autonomia em relação à Coroa. As intenções da EIC sobre Bombaim, como porto autónomo, estratégico e bem fortificado, advinham desde meados da década de 1620, sendo tentada a aquisição da ilha a partir dessa altura, mas recusada em 1661 quando essa hipótese foi colocada pela Coroa, possivelmente pela melhor informação do local, das suas insuficiências e dos custos elevados de manutenção e de fortificação, ou então, pelo conhecimento das especificidades da morfologia do terreno e, por conseguinte, das limitações inerentes. A maior preponderância da Companhia foi sentida desde a expedição de Shipman de 1662, que apesar de ser composta por cinco embarcações régias teve custos partilhados, ficando notória a debilidade e desinteresse da Coroa britânica. Esta orientação ficou patente nos anos posteriores, com a falta geral de meios para responder aos acontecimentos, demonstrativo da pouca importância dada à possessão régia, facto a que não era alheio as tensões internas e o conflito com os Neerlandeses, questões que se sobrepunham à administração de Bombaim. A dinâmica britânica no Oriente foi, assim, assumida pela EIC que, no entanto, colaborou pouco com os oficiais régios durante todo o seu governo, protegendo e salvaguardando ao máximo a sua posição no diálogo com os outros poderes locais, nomeadamente o Estado da Índia. De facto, as relações da Companhia com Goa foram sempre pautadas pela prudência e pelo o evitar do confronto, numa ideologia de fomento comercial em função da neutralidade militar. As razões subjacentes à transferência de Bombaim para o controlo da EIC prenderam-se, deste modo, do ponto de vista régio, com as despesas da ilha face aos poucos recursos da Coroa e o seu fraco compromisso, desde sempre demonstrado. Do ponto de vista da Companhia, foi o consumir de um desejo antigo, numa conjuntura que achavam mais propícia que em 1661; a isto adicionavam-se os antagonismos gerados com os oficiais da Coroa britânica ao longo da costa ocidental indiana, assim como a hostilidade do governador mogol de

Surrate, que fizeram aumentar as intenções de estabelecimento em Bombaim. A EIC assumiu nesta ilha uma postura mais interventiva e actuante, privilegiando o fomento comercial, o reforço defensivo e a aposta na colonização do espaço, numa atitude que denotou um maior comprometimento e superiores meios que o governo da Coroa britânica.

Perante o reduzido empenho aplicado pelo Reino britânico sobre Bombaim, porquê então a aquisição da ilha indiana, assim como também de Tânger? O que ganhou a Coroa britânica com o dote? O interesse na praça marroquina incidiu na sua dimensão estratégica, importante para os interesses britânicos no Mediterrâneo, pois posteriormente apossaram-se de Gibraltar e da ilha Minorca. No entanto, Tânger foi abandonada cerca de vinte anos depois, em 1684, conquistada pelo rei marroquino Mawlay Isma'il ante a fraca resistência britânica. Quanto a Bombaim, como já foi referido, foi transferida apenas três anos após a sua posse efectiva. Ambas significaram parques proveitos económicos e comerciais, no que se pode considerar um insucesso da política ultramarina britânica. Na perspectiva oposta, pode afirmar-se que a Coroa portuguesa saiu beneficiada com o acordo de 1661? De facto, por um lado adquiriu um apoio militar decisivo na luta contra a monarquia hispânica assim como a mediação no processo de pazes com aquela; no entanto, no palco ultramarino, não teve o auxílio desejado e necessário na Índia. Aos ganhos na Europa opuseram-se as perdas na Ásia, se bem que, no caso de Bombaim, as consequências, excepto as estratégicas, foram limitadas no processo negocial que tornaram aquele território quase como um enclave, com pouco espaço de crescimento e progressão perante a presença portuguesa no espaço adjacente. No caso de Tânger, esta era do ponto de vista do Império Atlântico, apenas uma praça isolada e sem a importância de tempos idos, no contexto da reestruturação do espaço imperial português, em que ficou vincado o desinteresse pelo Norte de África, sendo que após 1661, apenas restava a praça de Mazagão, abandonada em definitivo em 1769.

Apesar do forte antagonismo experimentado por portugueses e britânicos no Oriente, as relações bilaterais na Europa entre as duas coroas não foram afectadas, dado que Bombaim possuía uma importância relativa, que era sobreposta a uma estratégia mais abrangente e lata, assente na aliança e amizade mútua, de importância vital para ambos os reinos no contexto europeu. Neste sentido, as actuações dos embaixadores e a

correspondência trocada entre Londres e Lisboa, ficou-se apenas pelo tom e não pela acção. Sintomático deste facto, foi a continuação do auxílio militar britânico na luta fronteiriça portuguesa, em paralelo com os vários protestos verbais dirigidos pelo embaixador em Lisboa. Desta forma, as tensões e antagonismos tiveram apenas alguma expressão na Índia e algum incómodo na Europa, tendo sido cumprido, *grossa modo*, o que fora estipulado no acordo. O antagonismo entre as duas forças manteve-se na Índia nas décadas seguintes, no que representou um forte revés para a ordem política, económica e social que ali se tinha cristalizado havia cerca de 130 anos, no início do fim da Província do Norte, perdida em definitivo em 1739 para os Maratas.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

- . Arquivo Histórico Ultramarino, *Índia*, caixas 44 a 49.
- . British Library, *India Office Records: Factory Records, Bombay*, caixa 1, livro 3.
- . British Library, *India Office Records: the French, Dutch and Portuguese in India, Series I*.
- . British Library, *India Office Records, Home Miscellaneous, H42,48, 49 e 60*.
- . British Library, *India Office Records, General Correspondence, E3*.
- . British Library, *Manuscripts, Additional. Egerton. Stowe*.
- . Filmoteca Ultramarina Portuguesa, *Monções do Reino*, livros 21A e B, 22A e B, 23A e B, 24, 25, 26A e B, 28A e B, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 50 (a partir dos originais e confirmado com Júlio Firmino Judice Biker, *Collecção de Tratados e concertos de pazes...*).
- . Instituto Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, *Livro das Monções ou Documentos Remetidos da Índia*, livros 26 a 60.
- . National Archives, *Public Record Office, State Papers, Foreign, Portugal* (SP89/5-10).
- . National Archives, *Public Record Office, State Papers, East Indies* (CO77, vols. 8 a 10).

Colectâneas Documentais

. *Assentos do Conselho de Estado (1618-1750)*, P. S. S. Pissurlencar (ed.), Bastorá / Goa, Arquivo Histórico do Estado da Índia, 1953-57, vols. 3 (1644-58) e 4 (1659-95). – documentação relativa às actas dos conselhos realizados em Goa

. *Archivo Portuguez Oriental*, J. H. da Cunha Rivara (dir.), Nova Deli / Madras, Asian Educational Services, 1992, 6 fascículos em 10 vols.

. *Arquivo Português Oriental*, A. B. de Bragança Pereira (dir.), Bastorá, Tip. Rangel, 1937-40, tomo I, vol. III, partes I a V; tomo IV, vol. II, parte I a III.

. *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia fez com os Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Ásia e Africa Oriental desde o princípio da conquista até ao fim do século XVIII*, Júlio Firmino Judice Biker (ed.), Lisboa, Imprensa Nacional, Tomos I a XIV, 1881-1887.

. *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências desde 1640 até ao Presente*, José Ferreira Borges de Castro (ed.), tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856.

. *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente - Índia*, António da Silva Rego (ed.), Lisboa, Fundação Oriente / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1991, 12 vols.

. *Quadro Elementar das Relações diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa até aos nossos dias*, Visconde de Santarém (compl.), vol. XVII e XVIII, Paris, J.P. Aillaud, 1859-1860.

. *Report on the Manuscripts of J.M. Heathcote, Esq., of Conington Castle, Norwich*, Majesty's Stationery Office, 1899.

. *Royal Commission on Historical Manuscripts, Report on the Manuscripts of Allan George Finch*, vol. 1, Londres, H.M.S.O., 1913.

. *Supplemento à Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre Portugal e as mais Potências desde 1640*, Júlio Firmino Judice Biker (ed.), Lisboa, Imprensa Nacional, tomo IX, 1872.

Fontes Impressas

. *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, Rodrigo José de Lima Felner (ed.), Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1868.

. FRYER, John, *A New Account of the Travels of East India and Persia, being nine years' travels, 1672-1681*, Londres, Hakluyt Society, 1909-15, 3 vols. (reeimpressão em 1987).

. GODINHO, Padre Manuel, *Relação do novo caminho que fez por terra e mar, vindo da India para Portugal no anno de 1663 o Padre Manuel Godinho*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944.

. *Livro de Cartas que escreverão ao ilustríssimo senhor Francisco de Mello, Marques de Sande, sendo embaxador extraordinário em Inglaterra, e França em os anno de 658 athe 665*, Virgínia Rau (ed. E notas), Lisboa, Insitituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1969.

Guias de Fontes

. BOXER, Charles, *Descriptive List of the State Papers Portugal, 1661-1780, in the Public Record Office London*, vol. I (1661-1723), Lisboa, Academia das Ciências, 1979-1983.

. FIGANIÉRE, Frederico Francisco, *Catalogo dos Manuscritos portugueses existentes no Museu Britânico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853.

. TOVAR, Conde de, *Catálogo dos manuscritos portugueses ou relativos a Portugal existentes no Museu Britânico*, Lisboa, Academia das Ciências, 1932.

Obras Gerais

. DALGADO, Sebastião Rodolfo, *Glossário Luso-Asiático*, 2 vols., Madras e Nova Deli, Asian Educational Services, 1988.

. *Dicionário de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa*, Luís de Albuquerque (dir.), 2 vols, Lisboa, Circulo de Leitores, 1994.

. *Dicionário de História de Portugal*, Joel Serrão (dir.), 4 vols., Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963-1968.

. LAGOA, Visconde de, *Glossário Toponímico da Antiga Historiografia Portuguesa Ultramarina*, 1ª parte – Ásia e Oceânia, 3 vols., Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar, Lisboa, 1950-1953.

. MARQUES, A. H. de Oliveira, DIAS, João Alves, *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2003.

. MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal – Das origens às revoluções libérias*, Lisboa, Palas Editores, 1974.

. MATTOSO, José (dir.), MAGALHÃES, Joaquim Romero (coord.), *História de Portugal*, vol. IV, s.l., Círculo de Leitores, 1993.

. SCHWARTZBERG, Joseph E. (ed.), *A Historical Atlas of South Ásia*, New York, 2ª imp., Oxford, Oxford University Press, 1992.

. SERRÃO, Joel, MARQUES, A.H. de Oliveira (dirs.), *Nova História da Expansão Portuguesa – O Império Oriental*, vol. VI, tomos 1 e 2, Maria de Jesus dos Mártires Lopes, Editorial Estampa, Lisboa, 2006.

. IDEM, *Nova História da Expansão Portuguesa – O Império Luso-Brasileiro, 1620-1750*, vol. VII, Frédéric Mauro (coord.), Editorial Estampa, Lisboa, 1991.

Estudos

. AMES, Glenn, J., *Renascent Empire?: the house of Braganza and the quest for stability in portuguese monsoon Asia, c. 1640-1683*, Amesterdão, University Press, 2000.

. IDEM, “The Estado da Índia 1663-1677, Priorities and strategies in Europe and the East”, in *Stvdia*, 49, Lisboa, 1989, pp. 283-300.

. ANDERSON, Philip, *The English in Western India: being the Early History of the Factory of Surat, of Bombay, and the subordinate factories on the West Coast*, Bombaim, Smith, Taylor & Co., 1854.

. ANTUNES, Luís Frederico Dias, “Província do Norte” in *O Império Oriental*, vol. VI, tomo 2, Maria de Jesus dos Mártires Lopes (coord.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Joel Serrão, A.H. de Oliveira Marques (dirs.), Editorial Estampa, Lisboa, 2006, pp. 209 e 228.

. IDEM, “A Crise do Estado da Índia no Final do século XVII e a Criação das Companhias de Comércio das Índias Orientais e dos Baneanes de Diu”, in *Mare Liberum*, Lisboa, 9, 1995, pp. 19-29.

. ANTUNES, Luís Frederico Dias Antunes, LOBATO, Manuel, “Moçambique”, in *O Império Oriental*, vol. VI, tomo 2, Maria de Jesus dos Mártires Lopes (coord.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Joel Serrão, A.H. de Oliveira Marques (dirs.), Editorial Estampa, Lisboa, 2006, pp. 272-274.

. ARMITAGE, David, *The Ideological Origins of the British Empire*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000.

. ASHLEY, Maurice, *England in the Seventeenth Century*, Londres, Hutchinson, 1978.

. BAPTISTA, Júlio César Baptista, “D. João IV e a Santa Sé”, in *Sep. Alvoradas*, nº 57, Évora, 1956, pp. 3-22.

- . BARBOSA, David Sampaio Dias Barbosa, “Santa Sé e Portugal”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Carlos Moreira Azevedo (dir.), s.l., Círculo de Leitores, 2001, pp. 159-160.
- . BASSET, D. K, “Early English Trade and Settlement in Asia, 1602-1690”, in *Britain and the Netherlands in Europe and Asia*, s.l., Macmillan, 1968, pp. 83-109.
- . BAUMANN, Désirée Marie, *The English East India Company in British colonial History (1599-1833): trading company – territorial power*, Essen, Die Blaue Eule, 2007.
- . BEIRÃO, Caetano, “As negociações para o casamento da infanta D. Catarina com Carlos II de Inglaterra (1644-1661) ”, in *Anais da Academia Portuguesa da História*, vol. VII, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1942, pp. 459-490.
- . BETHENCOURT, Francisco, “Os Limites da Expansão Asiática” in *História da Expansão Portuguesa*, Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dirs.), vol. 2, s.l., Círculo de Leitores, 1998, pp. 8-27.
- . IDEM, Francisco, “Competição entre Impérios Europeus” in *História da Expansão Portuguesa*, Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dirs.), vol. 2, s.l., Círculo de Leitores, 1998, pp. 361-382.
- . BLANCO, Maria Manuel Sobral, *O Estado Português da Índia [texto policopiado]: da rendição de Ormuz à perda de Cochim (1622-1663)*, Lisboa, 1992 (dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).
- . BOCAGE, Carlos Roma du, *Subsídios para o Estudo das Relações Exteriores de Portugal em Seguida à Restauração (1640-1649)*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1916.
- . BOCARRO, António, *O Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992.
- . BOXER, C. R., *A Índia Portuguesa em Meados do Século XVII*, Lisboa, Edições 70, 1982.

- . IDEM, *O Império Colonial Português (1415-1825)*, Lisboa, Edições 70, 1977.
- . IDEM, *The Dutch Seaborne Empire, 1600-1800*, Londres, Hutchinson, 1975.
- . IDEM, “Vicissitudes das Relações Anglo Portuguesas no Século XVII”, in *600 anos de aliança anglo-portuguesa*, Londres, British Broadcasting Corporation, 1973, pp. 27-30.
- . IDEM, “Portuguese and Dutch Colonial Rivalry, 1641-1661”, in *Stvdia* (Julho 1958), nº2, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, pp. 7-42.
- . BRANDÃO, Fernando de Castro, *Para uma Bibliografia da História Diplomática Portuguesa*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1989.
- . BRAZÃO, Eduardo, *A Diplomacia Portuguesa nos Séculos XVII e XVIII*, vol. I, Lisboa, Resistência, 1979-1980.
- . IDEM, Eduardo, *Uma velha aliança*, Lisboa, Neogravura, 1955.
- . IDEM, Eduardo, *A Restauração: relações diplomáticas de Portugal de 1640 a 1668*, Lisboa, Bertrand, 1939.
- . BRUCE, John, *Annals of the Honourable East India Company, from their establishment by the charter of Queen Elizabeth, 1600, to the union of the London and English East-India Companies, 1707-08*, vol. 2, s.l., Black, Parry and Kingsbury, 1810.
- . CAMPBELL, J.M. (ed.), *Gazetteer of Bombay Presidency - Material towards a Statistical Account of the Town and Island of Bombay, vol I – History*, Bombaim, 1893.
- . CARREIRA, Ernestina, “Aspectos Políticos”, in *O Império Oriental*, vol. VI, tomo 1, Maria de Jesus dos Mártires Lopes (coord.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques (dirs.), Editorial Estampa, Lisboa, 2006, pp. 17-122.

- . CASTELLO BRANCO, Theresa M. Schedel de, *Vida de Francisco Mello Torres, 1º Conde da Ponte, Marquês de Sande. Soldado e Diplomata da Restauração, 1620-1667*, Lisboa, Livraria Féerin, 1971.
- . CHAUDHURI, Kirti, “A Concorrência Holandesa e Inglesa” in *História da Expansão Portuguesa*, Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dirs.), vol. 2, s.l., Círculo de Leitores, 1998, pp. 82-106.
- . IDEM, *The Trading World of Asia and the English East India Company, 1660-1760*, Cambridge, Cambridge University Press, 1978.
- . CLARK, George (ed.), *The Oxford History of England - The Later Stuarts, 1660-1714*, vol. 10, 2ª edição, Oxford, Clarendon Press, 1956.
- . CORTE-REAL, João Afonso, *Algumas das mais interessantes relações de amizade e alianças históricas entre Portugal e a Grã-Bretanha*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1950.
- . COSTA, Leonor Freire, CUNHA, Mafalda Soares da, *D. João IV*, s.l., Círculo de Leitores, 2006.
- . COSTA, João Paulo Oliveira e, “The Padroado and the Catholic Mission in Ásia during the 17th Century”, in *Rivalry and Conflict*, Ernest van Veen e Leonard Blussé (eds.), *Studies in Overseas History*, 7, Leiden, CNWS, 2005, pp. 71-88.
- . IDEM, *D. Manuel I*, s.l., Círculo de Leitores, 2005.
- . IDEM, “O Império Português em Meados do Século XVI”, in *Anais de História de Além-Mar*, nº3, Lisboa, 2002, pp. 87-121.
- . COUTO, Adriano José Ernesto, *A Cessão de Bombaim à Inglaterra* [texto policopiado], Lisboa, 1952 (tese de licenciatura em ciências históricas e filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

- . COUTO, Dejanirah, “Em Torno da Concessão e da Fortaleza de Baçaim (1529-1546)”, in *Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 117-132.
- . CUNHA, J. Gerson da, *The Origin of Bombay*, Nova Delí, Asian Educational Services, 1993.
- . IDEM, *Notes on the History and Antiquities of Chaul and Bassein*, Nova Deli e Madras, Asian Educational Studies, reimp. 1993.
- . DAVID, M.D., *Bombay, the City of Dreams (a history of the first city in India)*, Bombaim, Himalaya Publishing House, 1995.
- . IDEM, *History of Bombay: 1661-1708*, Bombaim, Universidade de Bombaim, 1973.
- . DESAI, W. S., *Bombay and the Marathas up to 1774*, Nova Deli, Munshiram Manoharlal, 1970.
- . DOUGLAS, J., *Bombay and Western India*, 2 vols., Londres, S. Low, 1893.
- . DUNCAN, T. Bentley, *Uneasy Allies* [texto policopiado]: *Anglo-Portuguese Commercial, Diplomatic and Maritime Relations, 1642-1662*, Chicago, 1967.
- . EDUARDES, S.M. (compl.), *The Gazetteer of Bombay City and Island*, vol. II, Bombaim, 1909.
- . IDEM, S. M., *The Rise of Bombay*, Bombaim, 1902.
- . ESTORNINHO, Carlos, *Amizade e aliança entre Portugal e a Grã-Bretanha desde os alvores da história até ao presente*, Lisboa, Portugalíia, 1957.
- . FAWCETT, C., *The First Century of British Justice in India*, Oxford, Clarendon Press, 1934.

- . FLORES, Jorge Manuel, *As Relações entre o Estado da Índia e o Império Mogol* [texto policopiado], Lisboa, 2005 (dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).
- . IDEM, “Macau: Os Eventos Políticos, 1”, *Macau e Timor – O Declínio do Império*, vol. II, *História dos Portugueses no Extremo-Oriente*, A. H. de Oliveira Marques (dir.), Fundação Oriente, 2001, pp. 71-155.
- . IDEM, “Zonas de Influência e Rejeição”, in *Em Torno de Macau*, vol. I, tomo 1, *História dos Portugueses no Extremo-Oriente*, A. H. de Oliveira Marques (dir.), Lisboa, Fundação Oriente, 1998, pp. 135-178.
- . FOSTER, William, *The English Factories in India*, 13 vols., Oxford, Clarendon Press, 1906-1927.
- . FURBER, Holden, *Rival Empires of Trade in the Orient, 1600 to 1800*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1976.
- . GENSE, J., *How Bombay was ceded*, Bombaim, D. B. Taraporevala Sons & Co., 1940.
- . GODINHO, Vitorino Magalhães, “Restauração”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Joel Serrão (dir.), Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1968, pp. 609-627.
- . GOMES, Paulo Varela, ROSSA, Walter, “O Primeiro Território – Bombaim e os Portugueses”, in *Oceanos*, nº41, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, pp. 210-224.
- . GONÇALVES, Júlio, *Garcia de Orta e a sua ilha de Bombaim*, sep. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa (Julho-Dezembro)*, Lisboa, Empresa Tipográfica Casa Portuguesa, 1963, pp. 203-12.
- . GUEDES, Armando Marques, *A aliança inglesa: notas de história diplomática: 1383-1943*, Lisboa, Enciclopédia, 1943.

.HAKLUYT, Richard, *The principal navigations, voyages, trafiques, discoveries of the english nation: made by sea, or overland to the remote and farthest distant quarters of the earth at any time within the compasse of these 1600 yeares*, Londres, 1907.

. HULL, Ernest R., *Bombay Mission – history, with a special study of the Padroado question*, Bombaim, Examiner Press, 1927.

. HUNTER, W. W., *A History of British India*, Londres, Longmans & Co., 2 vols., 1899-1900.

. KHAN, Shafaat Ahmad, *Anglo Portuguese Negotiations Relating to Bombay (1660-1667)*, Londres, Humphrey Milford, 1940.

. KEAY, John, *The Honourable Company. A History of the English East India Company*, Londres, Harper Collins, 1991.

. KOOIMAN, Dick, “Bombay: from fishing village to colonial port city (1662-1947), in *Colonial Cities: essays on urbanism in a colonial context*, Ross, Robert J., Telkamp, Gerard J. (eds.), Dordrecht, Lancaster, 1985, pp. 207-230.

. LAWSON, Philip, *The East India Company: a history*, Londres, Longman 1993.

. LEÃO, Mário César, *A Província do Norte do Estado da Índia (1534-1729)*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1996.

. LOBATO, Alexandre, “Sobre os Prazos da Índia”, in *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa. Actas*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 459-466.

. IDEM, Alexandre, *Relações Luso-Maratas (1658-1737)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965.

. MACEDO, Jorge Borges de, *História diplomática portuguesa: constantes e linhas de força*, Lisboa, Revista Nação e Defesa, 1987.

- . MAGALHÃES, José Calvet de, *Breve história diplomática de Portugal*, Mem Martins, Europa América, 1990.
- . MALABARI, F., *Bombay in the Making*, Londres, T. Fisher Unwin, 1910.
- . MARCADÉ, Jacques Marcadé, “O Quadro Internacional e Imperial”, in *O Império Luso-Brasileiro, 1620-1750*, vol. VII, Frédéric Mauro (coord.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques (dirs.), Editorial Estampa, Lisboa, 1991, pp. 32-37.
- . MARSHALL, P.J., “The English in Asia”, in *The Oxford History of the British Empire*, Canny, Nicholas (ed.), *The Origins of the Empire*, vol. 1, Oxford, University Press, 1998, pp.264-285.
- . MARTINEZ, Pedro Soares, *História diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986.
- . MARTINIÉRE, Guy, “A Implantação das Estruturas de Portugal na América (1620-1750)”, in *O Império Luso-Brasileiro, 1620-1750*, vol. VII, Frédéric Mauro (coord.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dirs.), Editorial Estampa, Lisboa, 1991, pp. 91-261.
- . MATOS, Artur Teodoro de, *Na Rota da Índia – Estudos de História da Expansão Portuguesa*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1994.
- . IDEM, *Timor Português, 1515-1769: contribuição para a sua história*, Lisboa, Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1974.
- . MEERSMAN, Achilles, *The Franciscans in Bombay: history of the Franciscans in the territory comprised within the boundaries of the present Archdiocese of Bombay*, Bangalore, Everybody's St. Anthony, 1957.
- . MIRANDA, Susana Munch, “Os Circuitos Económicos”, *Macau e Timor – O Declínio do Império*, vol. II, – *História dos Portugueses no Extremo-Oriente*, A. H. de Oliveira Marques (dir.), Fundação Oriente, 2001, pp. 261-283.

- . MURTEIRA, André, *A Carreira da Índia e o Corso Neerlandês, 1595-1625* [texto policopiado], Lisboa, 2006 (dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).
- . NASSON, Bill, *Britannias's Empire – a short history of british empire*, Tempus, 2004.
- . PAIVA, José Pedro, “A Igreja e o Poder”, in *Humanismos e Reformas*, vol. 2, *História Religiosa de Portugal*, Carlos Moreira Azevedo (dir.), s.l., Círculo de Leitores, 2000, pp. 158-164.
- . PEREIRA, A.B. de Bragança, “Os Portugueses em Baçaim”, in, *Sep. O Oriente Portuguez*, Bastorá, Rangel, 1935, pp. 2-220.
- . PISSURLENCAR, Panduronga, *Portuguese-Maratha Relations*, Bombaim, Maharashtra State Board for Literature and Culture, 1983.
- . IDEM, *The Portuguese and the Marathas*, Bombaim, State Board for Literatura and Culture, 1975.
- . PORTER, Andrew (ed), *Bibliography of Imperial, Colonial, and Commonweatlh History since 1600*, Oxford, Oxford University Press, 2002.
- . PRESTAGE, Edgar, *Duas Cartas do Dr. António de Sousa de Macedo*, Lisboa, Academia das Ciências, 1916, pp. 12-17.
- . IDEM, *As Relações Diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668*, Coimbra, Impr. da Universidade, 1928.
- . IDEM, “The Treaties of 1642, 1654 and 1661”, in *Chapters in Anglo-Portuguese Relations*, Watford, Voss and Michael, 1935, pp. 130-151.
- . IDEM, *A Aliança Anglo-Portuguesa*, Coimbra, Biblioteca da Universidade, 1936.

. PUGA, Rogério, “A Convenção de Goa” (1635) e a primeira viagem (luso) – inglesa a Macau”, *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, nº 14, 2005, pp. 71-108.

. IDEM, “Scramble for África: As Viagens inglesas à África Ocidental no reinado de D. João III”, in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa, CHAM e CEPCEP, 2004, pp. 717-752.

. PUSALKAR, A. D. DIGHE, V. G., *Bombay: story of the Island City*, Bombaim, All India Oriental Conference, 1949.

. RAU, Virgínia, *D. Catarina de Bragança, Rainha de Inglaterra*, Coimbra, Coimbra Editora, 1941.

. RODRIGUES, Maria Eugénia Alves, *Portugueses e Africanos no rio de Sena* [texto policopiado]: *os prazos da Coroa nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, 2002 (dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

. RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, “A Organização Militar da «Província do Norte» durante o Século XVI e princípios do Século XVII”, in *Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 247-265.

. SALES, Lurdes, *A Vida Cristã em Baçaim no Século XVI* [texto policopiado], Lisboa, 2003 (dissertação de mestrado apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

. SANTOS, Isaú, “A Cedência de Bombaim aos Ingleses”, in *Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, pp. 267-290.

. SCAMMELL, G.V., *The World Encompassed: the first european maritime enterprises, c.800-1650*, Londres, Methuen, 1987.

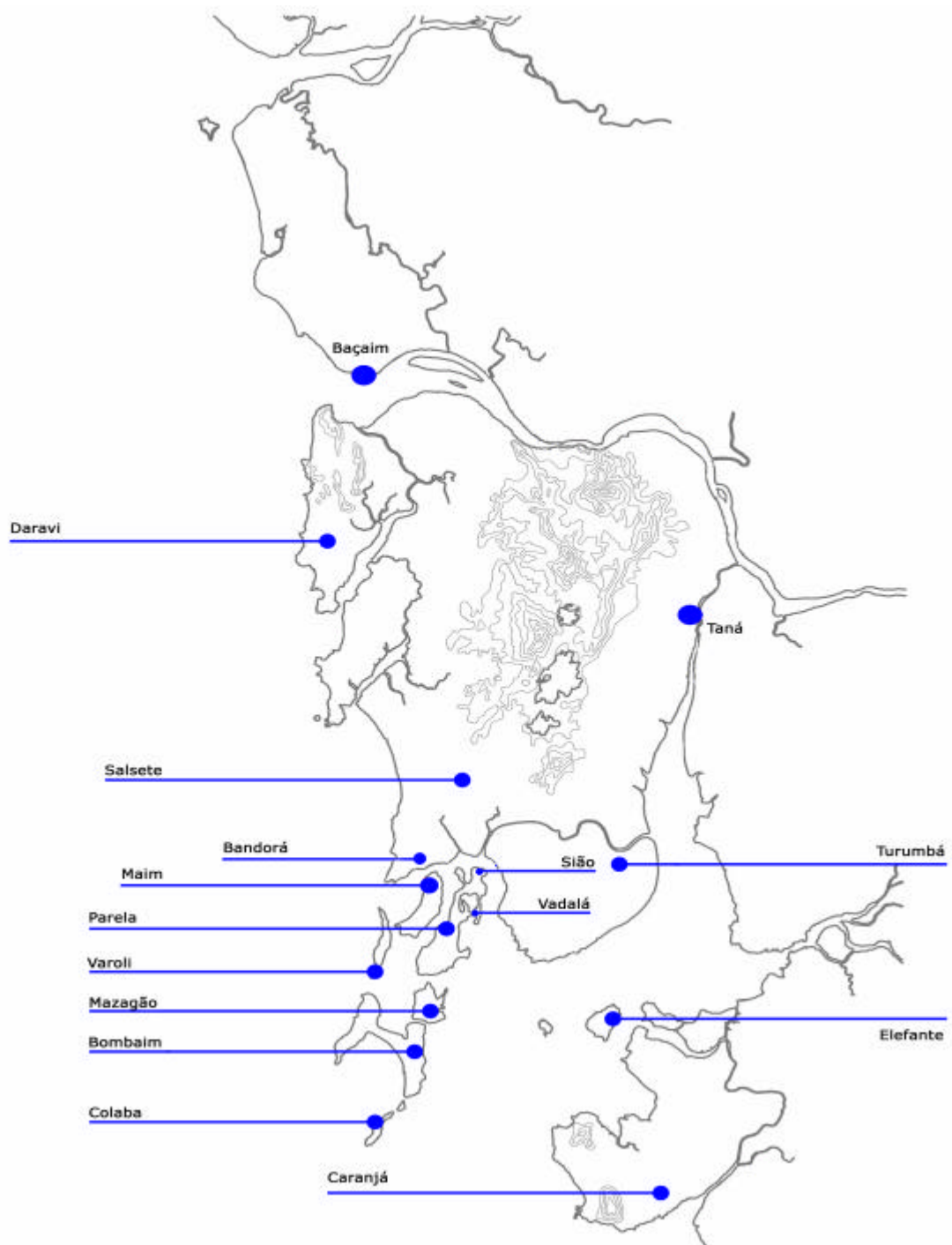
- . IDEM, "England, Portugal and the Estado da Índia c. 1500-1635", in *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa. Actas*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 445-458.
- . SHASTRY, S.B., *Studies in Indo-Portuguese History*, Bangalore, IBH Prakashana, 1981.
- . SHAW, Lucy M. E., *The Anglo-Portuguese Alliance and the English Merchants in Portugal (1654-1810)*, Manchester, 1998.
- . SHEPPARD, Samuel T., *Bombay*, Bombaim, Times of India Press, 1932.
- . SHILLINGTON, V.M., CHAPMAN, A.B., *The Commercial Relations of England and Portugal*, Londres, George Routledge & Sons, 1907.
- . SHRIDOKAR, P. P., "Bombay and the Portuguese Impact and Influences with special reference to etymology", in *Mare Liberum*, nº9, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, pp. 291-95.
- . IDEM, "Dutch-Portuguese Relations in the East (1580-1663) vis-a-vis Indian Peninsula", in *Stvdia*, nº48, Lisboa, 1989, pp. 123-154.
- . SUBRAHMANYAM, Sanjay, *O Império Asiático Português, 1500-1700: uma história política e económica*, Lisboa, Difel, 1995.
- . IDEM, "Portugal no Jogo das Lutas Interimperialistas (finais do século XVI – primeira metade do século XVII) ", in *Portugal no Mundo*, Luís Albuquerque (dir.), vol. V, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 65-76.
- . TEIXEIRA, André, "Os Primórdios da Presença Portuguesa em Baçaim – 1534-1554: notas sobre a situação financeira e político-militar do primeiro "território" do Estado da Índia", in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento. Lisboa e Tomar, 4 a 8 de Junho de 2002*, Lisboa, CHAM e CEPCEP, 2004, pp. 337-344.

- . TEIXEIRA, André, PIRES, Silvana, “O Tombo de Baçaim de 1727-1730”, in *Anais de História de Além-Mar*, vol. VIII, Lisboa, 2008, pp. 325-363.
- . THEKKEDATH, Joseph, *History of Christianity in India, From the Middle of the Sixteenth Century to the End of the Seventeenth Century*, vol. 2, Bangalore, Theological Publications in India, 1988.
- . THOMAS, R. Hughes (compl.), *Treaties, Agreement and Engagements between the Honorable East India Company and the Native Princes, Chiefs and States in Western India; the Red Sea; the Persian Gulf; &c. Also between Her Britannic Majesty's Government, and Persia, Portugal, and Turkey*, Bombaim, 1851.
- . THOMAZ, Luís Filipe, “Timor: O Protectorado Português”, *Macau e Timor – O Declínio do Império*, vol. II, *História dos Portugueses no Extremo-Oriente*, A. H. de Oliveira Marques (dir.), Fundação Oriente, 2001, pp. 495-526.
- . IDEM, “Estrutura Política e Administrativa do Estado da Índia no Século XVI”, in *De Ceuta a Timor*, Lisboa, DIFEL, 1994, pp. 235-37.
- . THOMAZ, Luís Filipe, BOUCHON, Geneviève (eds.), *Voyage dans les Deltas du Gange et l'Irraouaddy: relation portugaise anonyme (1521)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais, 1988.
- . TINDALL, Gillian, *City of gold : the biography of Bombay*, Londres, 1982.
- . TOMÁS, Maria de Fátima Diogo, *O município de Luanda no século XVII* [texto policopiado], Lisboa, 2007 (dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).
- . TREVELYAN, George Macaulay, *History of England*, Londres, Longman Group Limited, 1973.
- . XAVIER, Ângelo Barreto, CARDIM, Pedro, *D. Afonso VI*, s.l., Círculo de Leitores, 2006.

. WINIUS, George; BLUSSÉ, Leonard, "The Origin and Rhythm of Dutch Aggression against the Estado da India, 1601-1661", in *Indo-Portuguese History. Old Issues, New Questions*, (ed. Teotónio R. de Souza), Nova Deli, Concept Publishing Company, 1985, pp. 73-83.

ANEXO(S)

Mapa da Província do Norte, distrito de Baçaim, em meados do século XVII



Lista dos governadores de Bombaim até inícios do século XVIII

Período de Governação	Governador
Fevereiro 1665 – Novembro 1666	Henry Cook
Novembro 1666 – Abril 1667	Sir Gervase Lucas
Maio 1667 – Setembro 1668	Henry Gary
Setembro 1668 – Julho 1669	Sir George Oxinden
Julho 1669 – Junho 1677	Gerald Aungier
1677 - 1681	Thomas Rolt
1681 - 1690	Sir John Child
Fevereiro 1690 – Maio 1694	Bartholomew Harris
Maio 1694	Daniel Annesley
Maio 1694 – Novembro 1708	Sir John Gaver